

*MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO
UNIVERSIDADE DE ÉVORA*

RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO EM ZONAS HISTÓRICAS
*CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS PARA A INVESTIGAÇÃO
GEO-HISTÓRICA ASSOCIADA AO PLANEAMENTO URBANO*

MÉRTOLA, UM CASO DE ESTUDO

Volume 1

RUI MATEUS / 1995

Agradecimentos

Ao entregar esta dissertação pretendia aqui apenas realçar o conjunto de professores, colegas e amigos de quem este trabalho, e eu próprio, somos tributários.

Ao Engº João Appleton que, com entusiasmo e permanente interesse, me orientou nesta dissertação e a quem devo inúmeras pistas e sugestões de trabalho.

Também ao Dr. Virgolino Ferreira Jorge, pela sua dedicação e empenho em tudo o que a este Mestrado diz respeito, bem como a todos os professores, pelos inúmeros ensinamentos transmitidos.

Ao Dr. Cláudio Torres, pelas horas de conversa com ele tidas, que me auxiliaram a reflectir de modo mais rigoroso sobre os múltiplos aspectos que a Mértola dizem respeito

Muito particularmente ao meu colega e amigo Joaquim Ferreira Boiça, sem cujo apoio e entusiasmo transbordante esta dissertação não teria se calhar chegado a ver a cor do papel.

Aos Drs. Virgílio Lopes e Santiago Macias, meus colegas da área arqueológica, pelas suas informações sobre a época romana e islâmica.

A todos os meus colegas do Campo Arqueológico de Mértola, com destaque para Graça Colaço, António Batista e, pelo ror de desenhos produzidos, a António José Cruz.

À Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, pela bolsa de estudo concedida para os anos de 1994 e 1995.

À Câmara Municipal de Mértola, pelo apoio dado, e pela aposta que desde há anos vem mantendo em torno do projecto do C.A.M.

Finalmente, e porque os últimos são os primeiros, a meus pais, pelo permanente apoio, e à Teresa e ao Pedro, entretanto nascido, a quem mais faltei durante estes conturbados tempos.

INTRODUÇÃO

O tema que guia a presente dissertação tem na sua base múltiplas motivações. Umas, ditadas pela moderna reflexão em torno da conservação, salvaguarda e reabilitação de áreas urbanas históricas, outras, pela experiência decorrente de um projecto cultural de contornos únicos no país, como é o de Mértola Vila Museu e, avance-se desde já, também, pelo desafio de delinear, através de um caso de estudo, em que se combinam campos científicos, raramente interactuantes, uma abordagem teórica e prática sobre um pano de fundo que designámos de “investigação geo-histórica associada ao planeamento urbano”.

Particularmente a partir da década de oitenta, começaram a ser nítidos os contornos das formas de intervenção em áreas urbanas de carácter histórico, que gradualmente adquiriram maior importância e actualidade, não só do ponto de vista do planeamento urbano, com a evolução do conceito de salvaguarda integrada, como no teor das preocupações a elas associadas e nos métodos e técnicas para a sua conservação e gestão.

A reanimação e a conservação de imóveis degradados não é mais do que tentar preservar a memória cultural, material e artística de uma comunidade, sendo que essa atitude é fundamental se se pretende a promoção do bem estar dos seus moradores.

Dentro deste contexto se insere, também e naturalmente, o requalificação, a restauração e beneficiação das vilas e aldeias de interesse histórico-cultural (e turístico!), bem com a beneficiação e a reposição da imagem da arquitectura popular, expressão cultural dominante nas regiões de interior e que deve ser auxiliada a resistir à sua descaracterização.

Nesta perspectiva, também se desenvolvem cada vez mais as especialidades técnicas associadas à intervenção em áreas históricas, particularmente em domínios associados à compreensão das características positivas e patologias dos materiais, sem dúvida fundamentais para a manutenção do valor patrimonial a elas intrínseco.

Todo este conjunto de instrumentos e de preocupações, associados a uma efectiva componente social, já que se trata de lidar com um espaço que é, e que se pretende continua a ser habitado, constituem-se assim na base do interesse motivador deste estudo.

Um efectivo e correcto programa de salvaguarda de uma zona histórica tem que levar em consideração que é necessário encontrar um compromisso entre uma área patrimonial a preservar e determinadas aspirações face ao espaço habitacional da sua população residente. O estudo das metodologias para chegar a esse objectivo, são também em si sedutoras e neste trabalho se deixam também algumas referências a essa temática. É igualmente importante, ainda, no domínio das estratégias, estudar as soluções de recuperação das áreas centrais, antes que se torne irreversível a sua destruição, bem como avaliar das formas de integração dos

espaços urbanos associados.

De certa forma, poder-se-ia sintetizar existir na base deste estudo uma preocupação com a continuidade da herança histórico-patrimonial, e, particularmente naquilo que respeita a Mértola, muito em função de uma experiência concreta já nessa área.

O tecido urbano do centro histórico de Mértola, apresenta-se como um conjunto de alto valor histórico, plástico e mesmo vivencial. Assim, tem sido preocupação das equipas multidisciplinares aqui sediadas apoiar e desenvolver actividades e projectos de valorização patrimonial, assumindo nesta área particular relevância o cruzamento das informações provenientes dos trabalhos da investigação arqueológica, histórica e etnológica, nomeadamente no caso da escavação na zona da alcáçova e das necrópoles do Rossio do Carmo; da recuperação das muralhas da vila (em curso); do edifício da Biblioteca Municipal (concluído); da Casa do Lanternim (em fase de arranque), etc. Procura-se, assim, que determinados espaços (edificados ou de outra natureza) possam ser componentes integráveis no conjunto museológico, ou em outras actividades, dando-se também resposta às necessidades sociais e de usufruto quotidiano que o local contém em si. É que, e princípio caro à intervenção e planeamento em curso, a vila é, em si, a vitrina maior do museu de Mértola, mas, claro está, a reabilitação do espaço urbano histórica e socialmente, é um processo longo e apenas agora foi dado início a uma primeira fase.

* * *

No actual contexto de valorização dos recursos endógenos, e quando são pertinentes as estratégias de revitalização das zonas deprimidas, a constituição de dinâmicas culturais pode ser, efectivamente, o traço de união entre os diversos agentes que lideram, ou de qualquer outra maneira se envolvem num processo desta natureza.

Ao serem definidas medidas de protecção procura-se manter o equilíbrio de espaços, sem que isso signifique a intenção de os “congelar”. O que se procura é condicionar o processo de forma a que ele seja de mudança e não de mutação; isto é, que as transformações se dêem na continuidade formal e exemplar das edificações de que partem.

A divulgação generalizada dos novos materiais - do trinómio betão armado, laje aligeirada e tijolo furado aos aros em mármore e à tinta plástica - faz do construtor não mais aquele que domina a arte de conhecer os materiais naturais e herdeiros de uma tradição construtiva, mas o detentor da técnica, de aprendizagem aparentemente simples, de acertar um jogo de peças fornecidas pelo exterior.

Do confronto quase quotidiano com estes conceitos e problemas, experimentados sobremaneira pelas equipas produtoras de planos de salvaguarda e directores municipais, foi-se gradualmente sedimentando a percepção de uma séria lacuna metodológica no que concerne à participação da investigação histórica e artística nas estratégias a definir para áreas históricas urbanas.

Propõe-se a presente investigação analisar, numa primeira fase, do papel do historiador, incluindo nesta designação também aqueles que dentro deste ramo do saber possuem uma formação específica, em História da Arte ou em Arqueologia, ou enquanto membros das equipas de planeamento urbano em áreas históricas a recuperar e/ou a salvaguardar. Da avaliação crítica, pela negativa, do papel particularmente passivo que tem cabido a estas áreas das ciências humanas, resultam algumas contribuições para uma nova metodologia de tratamento da informação histórica, para lhe possibilitar, nestes casos concretos, um papel muito mais marcante na definição dos parâmetros e extensão das intervenções a realizar na fase pós-plano.

Assim, em vez de se manter no seu papel de produtor de capítulos monográficos de pouco interesse para uma efectiva definição das formas de intervenção, o historiador deve, após realizar, para si, a indispensável investigação de carácter histórico, transformar as suas conclusões numa síntese, sempre que possível esquemática ou cartografável, para utilização pelos outros agentes da equipa de planeamento, nomeadamente para as disciplinas técnicas, responsáveis pelas etapas de intervenção material sobre o tecido edificado.

Procurando decifrar, na busca de uma continuidade, as fases de crescimento, estabilidade ou de decadência que, ao longo da História (da sua história...) foram gravando marcas nos cascos urbanos, de acordo com factores políticos, económicos e sociais diversos, cabe ao historiador a elaboração do *corpus* informativo de base (seja sobre edifícios, conjuntos ou o tecido urbano) a partir do qual as estratégias de intervenção poderão ser mais razoavelmente traçadas.

Construir, refazer, modificar, derrubar, construir de novo, foram-se sucedendo e, com o passar dos anos, vão deixando nas cidades e noutros conjuntos urbanos as marcas arquitectónicas cujo somatório constitui a impressão digital do lugar, que é, por isso, única. Daí o fascínio pelo seu estudo.

1. - Breves considerações sobre o património

1.1. - Património e herança cultural

Num sentido alargado, sabemos que a própria génese da palavra património atesta o sentido de herança: pater, é o pai, e património o que vem, como legado, da geração anterior até nós. Esta acepção tem ainda, no seio familiar, toda a plenitude do seu significado: património é a riqueza acumulada das famílias.

As perspectivas de abordagem do conceito tendem a complexificar-se quando se aborda este conceito partindo de condicionantes diferentes. Por um lado o património nacional (ou regional, ou municipal, a escala não está agora em questão). A quem pertence? Como se preserva e como se conserva? A quem cabe a responsabilidade da gestão patrimonial? Esta pertença colectiva tende a tornar difusa a responsabilidade da sua preservação. Por outro lado, é também complexa a abordagem do património cultural imaterial, aquele que não é perceptível, como sejam a língua que se fala, ou as representações imaginárias que um colectivo pode reter, e que lhe condicionam comportamentos e atitudes. Os exemplos seriam inúmeros...

Aqui joga um papel destacadamente importante a noção de tradição, que corresponde ao fundo cultural de ciclo longo em que as mudanças são praticamente imperceptíveis.

As mutações do quadro civilizacional influenciam também em muito esta noção, uma vez que, na sua base, estão valores subjectivos, condicionando assim as formas de percepção e intervenção relacionadas com a referida herança. No fundo, se esta definiu o quadro em que vivemos no presente, trazendo assim até nós, dado o arrastamento da sua temporalidade imanente, condicionalismos do passado, também não é menos verdade que, e uma vez que estão já ultrapassadas as condições que presidiram à sua criação, podemos criar agora novas formas de percepção e de apreciação estética e cultural que tendam a (re)valorizar parcelas dessa herança, usando-a como nossa, como se ela não tivesse passado. De facto, a cidade, que demora a fazer-se, é sempre antiga, é o espaço que nos é deixado pelo nossos antepassados; mas é também sempre nova, porque podemos apreendê-la de uma maneira própria, encontrando, no espaço urbano, encantos que, com toda a certeza, nenhum sentimento despertariam aos seus concidadãos nossos antepassados.

Rodeando a questão mais filosófica do alcance deste conceito de património, importa mais aqui centrar a reflexão sobre a questão dos valores edificados, com todas as suas componentes quer materiais quer simbólicas ou imagéticas, reduzindo assim o espectro da divagação e procurando dar destaque à cidade, enquanto local depositário das expressões materiais da evolução civilizacional de uma determinada região.

1.2. - A Cidade, espaço da história

“A cidade é uma tentativa de secessão feita pelo Homem para viver fora e frente ao Cosmos, do qual aproveita porções escolhidas e delimitadas”

ORTEGA Y GASSET

As ciências sociais e humanas debruçam constantemente o seu olhar sobre esta parcela que o homem escolheu primordialmente como local da sua concentração e sede das suas relações. “Historiadores e geógrafos têm fornecido inúmeras explicações para esta permanência do *habitar* em grupo e da escolha dos locais, por vezes privilegiados, mas mais frequentemente inóspitos, para a sua fixação: a água e o sol, os caminhos por terra ou por mar, a qualidade de um porto ou de um vau, mas também a insegurança das costas e a insalubridade das planícies pantanosas.” (1)

De facto, o homem, inserido na paisagem, busca constantemente a sua fuga em relação a esse meio; a cidade organiza-lhe as relações e coordena em grande medida os seus movimentos, a casa dá-lhe a segurança face ao desconhecido. No seu tecido concentram-se as marcas da sua evolução, que são, simultaneamente, a síntese dos momentos passados e o nascimento da fase seguinte. Como diz Chueca Goitia “As cidades tinham sido belas pelo seu crescimento natural e orgânico, como é bela uma árvore.” (2)

A cidade cresce num sítio propício. O seu território a constitui a base sobre a qual se vão acumulando os referentes culturais de uma sociedade, e vão constituindo um quadro de referentes e de tradições que influenciam as novas gerações, criando assim um ciclo de interacção que aparenta não ter fim. Aliás, pelo menos para a bacia do Mediterrâneo, e se esquecermos a expressão decadente que muitas hoje apresentam, as cidades estão ainda encaixadas no mesmo assentamento original, e nelas se cumprem gestos e trajectos que têm, certamente, largas centenas de anos de repetição quotidiana.

Em tudo isto se vê que a cidade é história. Perceber a sua forma, a sua diversidade muitas vezes aparentemente contraditória, os comportamentos sociais nela sediados, tudo são perspectivas que ganham outra leitura, mais transparente, se o ângulo de abordagem para a sua compreensão for aquele que a história fornece.

É evidente que para se equacionar correctamente a questão das cidades é preciso hierarquizar os locais de concentração humana; não são cidades todos os lugares. No espaço geográfico mediterrânico, que estamos a considerar como matriz de formação, ou mesmo já só num contexto ocidental europeu, muito mais ainda do que ao clima, à geologia e ao relevo montanhoso, a unidade formal e cultural que possui resulta da rede de cidades, em muitos casos de génese bastante arcaica e de grande continuidade histórica; foi em torno delas que o espaço mediterrânico se construiu e são elas que lhe dão estruturação. Uma vez mais me socorro das belas metáforas de Goitia: “O facto de uma cidade ter as suas raízes na terra-mãe, e de nela se implantar de determinada maneira, diferencia-a e diferenciá-la-á sempre da máquina ou do instrumento, e impedirá que possa ser produzida em série. (...) a cidade (...) enraíza-se como o vegetal (...) a cidade adapta-se à forma da

natureza (...) uma cidade digna deste nome | não pode | ser qualquer coisa total e absolutamente oposta ao campo, em hostilidade aberta ao meio natural.” (3)

As cidades não nascem do campo, pertencem-lhe, porque o campo é a paisagem organizada, e é-o em função das necessidades de recursos que lhe chegam da cidade que controla o território. No entanto, a hierarquização das relações económicas entre um lugar central e o seu termo não são suficientes para a definição de uma cidade, nem para explicar o seu processo de formação.

É preciso recorrer a outros aspectos do comportamento colectivo para explicar os fenómenos urbanos. Passar de lado em relação ao número de habitantes, ou da estratificação de actividades existentes, ou exigir a múltipla incidência num largo conjunto de factores. Corre-se “o risco de, ao dar a prevalência quase absoluta a tais critérios, desprezar o papel histórico desempenhado por certos centros sem as características mencionadas, e que, para todos os efeitos, se comportam de maneira igual, ou pelo menos muito semelhante, aos restantes centros urbanos.” (4)

George Duby, na perspectiva do historiador, afirma que “ao longo da sua história a cidade não se caracteriza nem pelo número, nem pelas actividades dos homens que nela residem, mas pelos aspectos particulares do estatuto jurídico, da sociabilidade e da cultura. Estes aspectos derivam do papel primordial que o órgão urbano preenche. Esses papel não é económico. É político. A cidade distingue-se do meio que a rodeia por ser, na paisagem, o ponto de enraizamento do poder.” (5)

De facto, é facilmente constatável que inúmeras cidades antigas perderam o seu estatuto ao serem esvaziadas de poder. A escala actual de consagração de uma cidade impede em certa medida a nossa percepção sobre o que seria umacidade antiga, da sua dimensão e da sua importância à escala do tempo histórico que lhe conferiu tal estatuto.

A cidade, como se referiu já, é o local onde se desenvolve um quadro de referências imagéticas que se inicia na muralha que divide o caos da ordem, e no colectivo que assegura a segurança do individual. Neste contexto, as expressões materiais da arquitectura são também elas parte desse processo de organização e sistematização das representações sociais e individuais dos seus habitantes.

Nesta componente simbólica está cristalizada a memória colectiva e, daí, que seja tão complexa a rede de referências para que se remete. Nas actuais cidades, em que se assiste a uma progressiva descaracterização dos elementos individualizadores da sua imagem e a uma relativa impotência em ultrapassar as condicionantes, pela crescente pressão social, que tocam os seus espaços históricos, a questão central, e a da sua manutenção enquanto local central da nossa memória. Questão essa que passa pela compreensão da psicologia específica de cada lugar, as afectividades geradas e dos seus referentes identificadores.

Dentro da cidade, a herança cultural complexifica-se e reparte-se em unidades familiares e individuais, públicas e privadas, nos edifícios e nas ruas.

A antropologia que, em grande medida, tem estudado o fenómeno da edificação como expressão da acção humana e das comunidades, quer na sua génese social, componentes materiais, papel de identificador das condicionantes locais, tem combatido com tenacidade as propensões de um determinismo que quer ver em situações geo-climáticas a adopção de soluções idênticas. Tal não sucede, como o têm vindo a demonstrar, porque as soluções arquitectónicas e construtivas evoluem de modo diferente e apenas a eficácia do resultado pretende ser a mesma face às condições ambientais e às funcionalidades pretendidas.

“(...) A forma da casa é antes do mais um facto cultural, quer dizer complexo (...). E as explicações unilaterais a partir do clima, materiais, tecnologia, sítio, economia ou religião são incapazes de explicar as diferentes formas que a casa pode tomar.”(6)

De facto, face a uma pluralidade de opções, terá que ser feita uma escolha, o que implica o recurso a outros parâmetros - os de ordem cultural. Após esta opção, os primeiros factores tornam-se intervenientes na adequação da escolha feita à realidade física, razão pela qual usualmente são considerados como factores modificantes.

Nestes factores modificantes se incluem certamente quer aspectos endógenos, quer os factores exógenos, entretanto, e sempre, introduzidos no processo cultural. Se a cidade fosse uma ilha isolada, mesmo assim surgiriam, no seio das suas expressões arquitectónicas, as novidades, as modificações de escala e materiais, súbitas transformações construtivas, ditadas pela afirmação de poder, dum determinado grupo social e das inevitáveis mutações culturais.

Factor determinante, sem dúvida, é a capacidade de quem constrói e o talento (ou a ausência...) de quem desenha nova obra. De facto, a generalidade das cidades antigas são o produto de um trabalho que parece oficial; isto é, no todo, os mestres ou arquitectos, instituídos os modelos, só se encarregaram das partes mais exigentes, aos oficiais e aprendizes ficou a execução da maior parte do trabalho, reproduzindo gestos e dando continuidade à tradição construtiva mais generalizada, a que por isso se chama popular.

Tal dicotomia está bem expressa nas obras edificadas pelos grupos socialmente dominadores (aqueles que podem contratar o mestre arquitecto); a oligarquia política, os comerciantes mais ricos, os detentores das chaves místicas de acesso ao paraíso *post-mortem*, os sacerdotes.

“A encomenda, o edifício, era o palácio, a igreja, o convento, o forte, as muralhas, o aqueduto, o hospital, ..., ou seja, edificações especiais ligadas à expressão da classe dominante para realizar os seus espaços privados, para marcar a expressão do seu interesse pela coisa pública e afirmar o seu prestígio.” (7)

Definido o programa, na construção entravam depois as condicionantes próprias da época e da região: os processos construtivos, as tecnologias disponíveis, os materiais para a edificação. Daqui, desta diversidade inevitável, saíram as diferentes formas que hoje constituem parte da expressão patrimonial de uma cidade.

O restante resultava do esforço colectivo, dando expressão, em casas representativas de um modelo

tradicional, lentamente evolutivo e empiricamente adaptado, em função de menores disponibilidades e necessidades diversas da população do lugar.

Assim, podemos encontrar em qualquer dos casos uma matriz comum que estabelece a base do processo de acumulação através do qual a cidade se vai estruturando: “(...) durante séculos as necessidades humanas quer das classes dominantes, quer da população em geral no domínio da edificação, eram definidas e satisfeitas na resolução prática de cada caso concreto inserido no seu contexto próprio, socio-económico e cultural, e com a colaboração directa do cliente que procurava, ou o prestígio da inovação que iria ser um marco da sua passagem, ou a continuidade do já experimentado, do que se fazia por tradição e que se sabia que dava resposta ao binómio necessidades/possibilidades.” (8)

Em traços largos, podemos então dizer que a cidade, enquanto espaço onde se expressam os comportamentos colectivos dos seus habitantes, é, em última análise, também o espaço físico onde se vão reflectindo as alterações por que passam, cristalizando dessa forma os diversos momentos que testemunharam essas modificações.

“As comunidades urbanas, principalmente as mediterrânicas, souberam organizar-se em estruturas habitacionais que, de uma forma ou de outra, se mantiveram até aos nossos dias; se compreendermos que estas unidades urbanas foram (são) utilizadas por classes sociais diferentes - por vezes antagónicas - cada uma das quais se organiza em bairros-zonas de características e funções pouco coincidentes - não podemos hoje, em qualquer intervenção arqueológica, escamotear a presença dos seus habitantes, daqueles que, utilizando estes espaços, são os verdadeiros detentores do património-memória colectiva.” (9)

As cidades, no entanto, estão em permanente mudança e adaptação. Se bem que muitas vezes essas modificações sejam epidérmicas, ou alterações pontuais em que o desenho urbano, já consolidado, não sofre alterações de maior. Neste aspecto, a memória colectiva constitui o quadro geral de referências que delimitam, em certa medida, o grau e intensidade dessas modificações, evitando, o mais das vezes, alterações que tenham excessivo impacto sobre esse conjunto de referentes. Tal assumpção ganha simples contornos de confirmação se se pensar que, na nossa época, as experiências de grandes modificações feitas ao tecido urbano - por exemplo com a realização de grandes eventos culturais internacionais, que impliquem a reconversão urbana de áreas imensas - indicam que tal transformação deve incidir sobre zonas degradadas ou adandonadas, o que motiva desde logo uma propensão para a sua aceitação, sendo acompanhadas por campanhas de sensibilização que transformem os sentimentos de repulsa em orgulho pela realização do evento na sua cidade natal.

É evidente que a dimensão actual suporta geralmente tais modificações como a cidade medieval suportou a catedral. Se bem que determinadas transformações levem, como é óbvio, algumas gerações para transformarem o que é momentaneamente novo em tradicional; a cidade parece de facto comportar essas modificações pela sua própria essência.

“A própria cidade resiste a perecer, é uma das mais imorredoiras criações humanas. Daqui o seu valor particular

como testemunho histórico. (...) a análise da evolução das cidades através do tempo levou à constatação de que, embora a edificação se transforme e seja substituída no decorrer dos anos, geralmente o plano permanece ou sofre muito poucas rectificações. (...) As cidades, como os ofídios, mudam de pele, mas o seu ser permanece inalterável.” (10)

1.2. - A salvaguarda do património edificado

Ao abordar-se a questão da cidade, inevitavelmente se coloca o problema candente da sua salvaguarda. É sabido que as opiniões divergem, às vezes até profundamente, no que respeita à metodologia a seguir e ao grau de profundidade da intervenção. Não se pretende, aqui, mais do que explicar algumas breves considerações sobre esta temática.

O conceito de salvaguarda ganha contornos muito distintos consoante o objecto em causa. Parece, apesar de tudo, que a perspectiva de uma conservação integrada é aquela que mais leva em consideração a globalidade de uma zona onde se deva intervir. Perspectiva, de resto, indissociável duma nova visão sobre o património e a sua salvaguarda.

Ao avançar-se para uma abordagem de âmbito cultural, e não meramente histórica ou artística, ampliou-se, em muito, o ângulo a partir do qual se observam as áreas urbanas relevantes do ponto de vista patrimonial. Como adiante se exporá, esse facto fez também progredir na mesma direcção as metodologias de abordagem, os postulados jurídicos que a enquadram, a investigação multidisciplinar respeitante às áreas sociais e estimulou o cruzamento destas com as da área técnica, normalmente as responsáveis no terreno pela aplicação das tecnologias conducentes à conservação, recuperação, reabilitação, etc., do referido património edificado. Neste momento, e em virtude desse facto, assumem papel de destaque quer o cruzamento de conhecimentos (com especializações em áreas temáticas complementares à formação base dos diversos técnicos), quer a busca de metalinguagens que possam facilitar o desenvolvimento de uma estratégia comum. Tal encontro de especialidades e de intenções deve, pois, ser feito na fase de planeamento, onde melhor se podem equacionar, em devido tempo, os limites da intervenção de salvaguarda a promover.

“É aqui que conservação e planeamento se encontram em terreno comum. A conservação da cidade tem de ser planeada e sê-lo com o mesmo cuidado e aptidão que se exige para o seu crescimento e desenvolvimento. Planear simultaneamente a conservação e a mudança é o caminho mais seguro para evitar o conflito. Importa pois promover a análise e inventariação sistemática das áreas a proteger, definindo com clareza as características de interesse histórico à análise dos documentos originais e à análise aprofundada dos modelos históricos que foram sempre as bases da renovação.” (11)

É preciso não esquecer que, independentemente do modelo que se pretende implementar, um efectivo plano de salvaguarda deve conter as si a criação de condições para uma continuidade temporal das operações efectuadas, não só no sentido material da mesma (que possui, obviamente, limites físicos de durabilidade) mas, mais concretamente, na formação de condições que possam viabilizar aquilo a que poderíamos chamar a sua Salvaguarda por usufruto. É óbvio que, para que tal desiderato se possa cumprir, há que encontrar formas de utilização do espaço edificado.

No entanto, e antes de se entrar em questões de delimitação prática dessas mesmas operações de salvaguarda, vale a pena aqui deixar enunciados os pressupostos que hoje estão subjacentes aos diversos conceitos, sobre os quais, não existe aliás, um consenso generalizado.

A CONSERVAÇÃO

O termo *conservação* engloba todo o conjunto de acções destinadas a prolongar o tempo de vida de uma dada edificação. Implica desencadear um conjunto de medidas destinadas a salvaguardar e prevenir a degradação, que incluem a realização das operações de manutenção necessárias ao correcto funcionamento de todas as partes e elementos de um edifício. Em relação a este termo, Fernando Henriques acrescenta que “do ponto de vista do património histórico edificado, é sempre preferível recorrer às intervenções de menor envergadura possível que permitam atingir os objectivos preconizados.” (12)

A aceção de conservar deve entender-se em sentido lato, visando manter o que existe, aumentar a sua longevidade, proceder às adaptações, beneficiações e ampliações necessárias à vitalidade dos sítios e edifícios, respeitar o património existente e seu percurso cultural, procurar que o novo, sem ser equívoco, se integre progressivamente nas pré-existências.

A RECONSTITUIÇÃO

Sob este conceito está subjacente uma intervenção mais profunda, determinada por um estado mais adiantado de degradação. Pela reconstituição refaz-se o monumento que se encontrava praticamente em ruínas. Este método foi muito praticado no fim dos anos 30, no contexto do Plano dos Centenários, principalmente em castelos e fortificações, sendo uma das formas escolhidas pelo Estado Novo para comemorar a dupla afirmação da independência nacional, mas foi depois internacionalmente bastante contestado.

A RENOVAÇÃO

Caracteriza-se pelas acções mediante as quais se procede à substituição das estruturas existentes; envolve portanto a demolição dos edifícios e a construção de novos imóveis. Pode ser pontual ou difusa quando, fruto da iniciativa privada, se destrói hoje um edifício aqui, amanhã outro ali, sem alteração da malha pré-existente, ou total quando se trata de uma operação de planeamento sobre uma área visando a mudança dos prédios e também da malha urbana e das infraestruturas que os suportam.

A REPARAÇÃO

Designa-se por reparação o conjunto de operações destinadas a corrigir anomalias existentes por forma a

manter a edificação no estado em que se encontrava antes da ocorrência dessas patologias. Quando as anomalias são de carácter estrutural, o termo “consolidação” é muitas vezes utilizado para traduzir a ideia de reparação no sentido da manutenção da integridade estrutural da edificação. (13)

O RESTAURO

O lançamento de uma operação de conservação do património arquitectónico pode muitas vezes implicar a prática do restauro, ou seja, o lançamento de um conjunto de acções altamente especializadas desenvolvidas de modo a recuperar a imagem, a concepção original ou o momento áureo na história de um edifício, no qual a sua arquitectura possui coerente totalidade. Em relação a este termo, Fernando Henriques acrescenta que “trata-se dum tipo de acção com algumas dificuldades éticas, que deve ser baseado em investigações e análises históricas inquestionáveis e utilizar materiais que permitam uma distinção clara, quando observados de perto, entre original e não-original.” (14)

A REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS

O termo reabilitação designa toda a série de acções empreendidas tendo em vista a recuperação e a beneficiação de um edifício tornando-o apto para o seu uso actual. O seu objectivo fundamental consiste em resolver as deficiências físicas e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais, acumuladas ao longo dos anos, procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel sobre o qual incide - actualizando as suas instalações, equipamentos e a organização de espaços existentes -, melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses edifícios aptos para a sua completa e actualizada reutilização.

Por outro lado, está actualmente implícito a este conceito que ele consiste na “aplicação e desenvolvimento de uma política de conservação integrada, ou seja: o abandono das anteriores estratégias de intervenção em áreas históricas da cidade que promoviam a conservação integral e *em formol* do existente, e a preferência por acções que promovam uma mais efectiva reutilização desse património edificado através da sua reabilitação física, ao mesmo tempo que se desenvolvem medidas no sentido de melhorar as condições socio-económicas e culturais dessa área no seu todo” (15)

A REABILITAÇÃO URBANA

Consiste numa nova política urbana que procura a requalificação da cidade existente, desenvolvendo estratégias de intervenção múltiplas, orquestrando um conjunto de acções coerentes e de forma programada, destinadas a potenciar os valores socio-económicos, ambientais e funcionais de determinadas áreas urbanas, com a finalidade de elevar substancialmente a qualidade de vida das populações residentes, melhorando as condições físicas do seu parque edificado, os níveis de habitabilidade e de dotação em equipamentos comunitários, infra-estruturas, instalações e espaços livres de uso público: “(...) a revalorização da ideia de cidade e das suas áreas centrais históricas - com morfologias de espaço urbano e tipologias de edifícios tradicionais (ou não *modernas* no sentido literal do termo) - como local privilegiado para residir, criaram-se condições que obrigaram a uma profunda reformulação dos instrumentos e estratégias de intervenção na cidade existente” (16) É o caso de algumas intervenções em edifícios promovidas ou apoiadas pelas Câmaras Municipais de Évora, Beja, Castelo de Vide, Guarda, Guimarães, Mértola e outras.

A REVITALIZAÇÃO

Este termo tem sido aplicado, sobretudo, como significante de operações desenvolvidas em áreas urbanas degradadas ou em conjuntos arquitectónicos de valor histórico, de modo a relacionar as intervenções pontuais de recuperação dos seus edifícios com intervenções mais gerais de apoio à *reabilitação* das estruturas sociais, económicas e culturas locais, procurando a consequente melhoria da qualidade geral dessas áreas ou conjuntos urbanos.

Revitalizar não é obrigatoriamente introduzir novas funções, embora renovar seja também necessário, desde que não acarrete a destruição dos valores a preservar. Qualquer projecto de reabilitação depende, para o seu sucesso, de se assegurarem os serviços e infraestruturas essenciais e soluções satisfatórias para os problemas urbanos elementares (circulação, estacionamento, saneamento, espaços livres, equipamento de via, etc.).

Na actualidade, a questão da salvaguarda beneficia já de instrumentos normativos para algumas situações, fundamentalmente baseados nos programas de intenções das convenções internacionais.

De certa forma, como principios gerais, aceitam-se os que estão consignados na Carta de Veneza, aprovada em 1964, que veio trazer uma nova dimensão à noção “monumento histórico da obra arquitectónica isolada no sítio rural e urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um dado acontecimento histórico”.

Neste documento verifica-se um significativo alargamento do conceito de “conservação” e uma ampliação da noção do que é - e do que se classifica como - património arquitectónico; reafirmando a importância da criação arquitectónica no projecto de conservação e restauro, reconhece-se ainda a importância de garantir a conservação de áreas e estruturas edificadas mais extensas, nomeadamente os sítios urbanos ou rurais.

Na Convenção de Paris (1972) distinguiu-se património cultural e património natural, aceitando que o primeiro é constituído por monumentos, conjuntos e locais de interesse.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975) pretende lançar as bases para a coordenação de esforços a nível da Europa, procurando uma perspectiva comum e os princípios gerais que devem guiar a acção dos governos e dos cidadãos em face do património arquitectónico. Introduce a metodologia da conservação integrada, que implica a disponibilidade de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos e cujo sucesso depende da participação de todos. Finalmente, a Carta para Salvaguarda das Cidades Históricas (1986) aplica-se “às cidades e aos centros ou bairros históricos com o seu enquadramento natural ou construído que, para além da sua qualidade de documento histórico, exprimam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais (...) Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem” destacando a morfologia urbana, a tipologia e o aspecto dos edifícios, as relações da cidade com o seu enquadramento e as diversas funções adquiridas pela urbe.” (17)

“Para os obreiros da Carta de Veneza, restaurar era antes uma operação que deveria guardar um carácter excepcional com o fim de conservar os valores estéticos e históricos de um monumento, com base no respeito

pelos seus elementos ou essência antiga e pelos documentos autênticos que o constituíam. Segundo eles, o restauro acabaria quando a hipótese começasse. No plano das reconstruções conjecturais todo o trabalho de reconhecido complemento dever-se-ia destacar incorporando a marca do nosso tempo. Dá-se relevo ao estudo arqueológico prévio anterior ao restauro, ao mesmo tempo que se evidencia a necessidade de respeito por todos os testemunhos de todas as épocas dado que a unidade de estilo não era o fim que se pretendia alcançar com uma operação de restauro. Repudia-se a falsificação dos documentos da arte e da história em nome da autenticidade. (18)

Pode dizer-se, no entanto, dizer-se, que estes princípios genéricos eram pouco aplicáveis a zonas edificadas de carácter histórico, uma vez não se encontrarem isentas de contaminações diferentes do seu padrão comum, como a diversidade e o grau de exigências das situações encontradas, face a determinadas exigências da habitabilidade contemporânea, exigia uma maleabilidade maior nas soluções encontradas.

Entre as suas normas fundamentais, destaca-se: que o restauro só deverá ser desenvolvido se corresponder a uma necessidade imperiosa, recomendando o maior respeito pelo existente e pela autenticidade dos materiais; desaconselha as reconstruções mais ou menos miméticas ou românticas, defendendo a necessidade de assegurar uma reconhecibilidade e a fácil identificação dos novos elementos introduzidos na construção; reconhece a importância das contribuições das várias épocas sedimentadas no edifício; acentua que as evidências históricas não devem ser removidas, adulteradas ou destruídas, devendo facilitar-se o seu acesso futuro no caso de não se encontrarem visíveis; recomenda o retomar de técnicas tradicionais cujas durabilidade e eficiência estão bem provadas, advogando prudência na utilização de tecnologias modernas; defende a necessidade de se assegurar a reversibilidade nas intervenções estruturais e construtivas; recomenda a necessidade de documentar e registar sistematicamente todos os trabalhos de investigação, análise e de conservação desenvolvidos, publicando-os e divulgando-os; defende a necessidade de alargamento do conceito de monumento histórico ao conjunto envolvente do edifício classificado e ao lugar onde este se encontra implantado; defende a necessidade de recorrer a todas as ciências relevantes nas acções de conservação; aponta a necessidade de manutenção periódica dos edifícios; reforça a importância para a conservação da atribuição de um destino funcional socialmente útil ao edifício a salvaguardar. (sublinhados nossos)

De igual modo, as intervenções nos edifícios e no conjunto dos espaços urbanos com estas características devem considerar também o estudo do subsolo, no sentido de não deixar de fora da leitura urbana histórica os dados indimentáveis (se bem que às vezes difíceis de cabalmente interpretar...) da cultura material de outras épocas.

Em defesa dessa mesma cultura material, mas no que respeita ao edificado, devem existir critérios sobre o tipo de intervenções a realizar, nos quais esteja consignado o respeito pelas tecnologias tradicionais, e pela morfologia urbana, que devem ser enquadradas com as necessidades e as dificuldades inerentes à requalificação de uma dada zona.

E só essa requalificação, pela revalorização do espaço urbano e dos edifícios que garante junto da população, permite uma salvaguarda efectiva; sem a população directamente envolvida da defesa da zona histórica onde reside, não existem normas nem planos, mais gerais ou particulares, que consigam cumprir as suas intenções de preservação das tipologias edificadoras, do seu carácter e valor patrimonial.

Foi na perspectiva de um tratamento globalizante da área urbana que se basearam os princípios dos quais resultou a ideia de centro histórico, mas que hoje evoluiu para a de património edificado, evitando a constituição de *miolos históricos* no seio de espaços urbanos desordenados e descaracterizados. (Tal classificação conceitual foi decorrente da aprovação da “Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa”, assinada em Granada, a 3 de Outubro de 1985).

A evolução mais significativa surge, porém, ao nível das filosofias de intervenção na recuperação e salvaguarda do património. Encarar a reabilitação do património como simples forma de reconstruir os testemunhos do passado, numa perspectiva exclusivamente museológica, é já hoje, uma visão restritiva e passada.

Recuperar um conjunto urbano de valor arquitectónico e reutilizá-lo nas funções que o moldaram ao longo do tempo, é valorizar a urbe muito para além, também, da sua glorificação económica. As intervenções no património aparecem assim, hoje, de forma integrada numa política global de ordenamento do espaço urbano.

1.3. - A interdisciplinaridade em ciências humanas e a história urbana

Feita já avaliação das estratégias e formas de intervenção que podem condicionar as actuações de planeamento e conservação de áreas históricas, importa agora avaliar o papel das ciências sociais e humanas no que especificamente concerne ao conhecimento de um dado território.

Funcionando o território como suporte de uma determinada comunidade, as suas componentes adquirem uma expressão estratégica, que varia ao longo dos ciclos históricos, e que se reflecte, directamente, na evolução /regressão do tecido urbano e na maior ou menor riqueza construtiva nele contida, bem como na matriz de ocupações funcionais, expressa, ou não, na sua diversidade.

De certa forma, podemos dizer que nesta moldura se comprimem os factores que condicionam a história: o relevo, a altitude, a natureza e a constituição do solo e as suas capacidades, os cursos de água, a eventual proximidade do mar, as temperaturas habituais, o regime dos ventos e da chuva. Tudo isto condiciona, é claro, a cobertura vegetal, as culturas praticadas, a implantação e a forma do *habitat*, as actividades dos homens que aí vivem, as capacidades produtivas do solo, as possibilidades de comunicação, a orientação dos circuitos

humanos e a compartimentação das áreas baseadas na geografia física.

Podemos assim dizer que, para um determinado território em estudo, importa em primeiro lugar definir os seus ciclos geo-históricos, estruturando as suas fases e os seus elementos estáticos e dinâmicos; de igual modo referenciar as principais actividades económicas humanas que dele resultaram (ou a ele se associaram), avaliando e classificando as suas diversas componentes, em termos do valor estratégico que representaram nos diversos períodos desse ciclo.

O território é assim como que a matéria prima à espera das mãos que o vão moldar, mas que possui, também, características próprias, dessa forma condicionando o processo da sua própria transformação. Nesta interrelações se expressa a capacidade humana de adaptação às condições materiais, e a influência dos factores naturais sobre a construção dos locais de habitação das sociedades humanas, quer também do seu evoluir.

Na sequência dessas definições, podem então ser cartografadas, numa escala de tempo, as fases de expansão, regressão, apogeu, crise, etc., duma determinada comunidade, o que não deixou, certamente, de se reflectir, em termos construtivos, nas formas de ocupação ordenadoras do território urbano, fossem estas de tipo superficial (expressão de uma mentalidade social dominante) ou de tipo pontual (de uma mentalidade social precisa).

Sendo distintas na sua origem sociológica, não deixam também por isso de resultar em diferentes expressões construídas: assim, o primeiro destes grupos distingue-se pela ocupação territorial em extensão (de carácter urbano - bairros); o segundo, de expressão arquitectónica pontual, reflecte-se nos edifícios monumentais que são a expressão pública dessa mesma singularidade social (o castelo, a igreja, etc.).

Nesta perspectiva da análise, como é evidente, conjugam-se assim os factos que mantêm um apreciável grau de continuidade temporal - as estruturas sociais - com as representações que estabelecem os cortes e os momentos de mutação dentro da referida estrutura e abrangendo, como é óbvio, os seus padrões imagéticos que têm expressão urbana. Como refere Mattoso, em "A escrita da História, teoria e Métodos", a reconstrução dos mecanismos sociais do passado não depende exclusivamente do "extraordinário e o único, mas, sobretudo, do normal, isto é as condições materiais da vida humana, as crenças fundamentais, as relações sociais. (...) | ou seja | *como se organizam* entre si os poderes originados por tais funções: a militar, a religiosa e a económica. E, por outro lado, como é que emerge, a partir de uma ou mais dessas funções, próprias de grupos, uma quarta englobante e organizadora, normalmente personalizada, a função *política*. Tudo isto permite reconstituir a geografia dos poderes nas suas diversas modalidades e a sua articulação mútua e, naturalmente, também, a sua evolução, uma vez que nenhuma delas é estática ou imóvel. Há conflitos, acordos, comissões, espaços neutros ou selvagens, e não se podem presumir situações totalmente cristalizadas nem a cobertura total do território. Há sempre centros e periferia (...). Toda a sede ostenta os sinais da autoridade que nela reside. O que obriga, portanto, o investigador (...) a descobrir os símbolos que exprimem o direito de mandar, (...) os símbolos imóveis como as torres, catedrais, tronos, varandas dos palácios, inscrições, monumentos, estátuas, pelourinhos, etc. (...)." (19)

A evolução das ciências humanas no caminho de um maior rigor veio trazer outra precisão aos seus resultados. O caminho a traçar necessita de ser consistente e abrangente, isto é, cada vez mais recolher de outras áreas do conhecimento as informações, conceitos e metodologias que permitem progredir no caminho da síntese que é, em última análise, o conhecimento das sociedades humanas e da sua evolução. O rigor obriga, portanto, à medida, e esta ao estabelecimento de padrões e à qualificação, à elaboração de séries e à estatística.

O caminho que actualmente trilharam os investigadores é o da constituição de modelos, a capacidade de dar ao conhecimento histórico uma configuração de um determinado espaço num determinado tempo. Não nos referimos aqui exclusivamente a espaço edificado. As representações mentais são também importante expressão de uma dada sociedade humana. Inicialmente partindo de um acervo documental específico, a investigação vai depois progredindo em caminhos diversos, utilizando o seu conhecimento específico e as informações dele imanentes “como quadro classificatório dos factos e funções a estudar e como fio condutor para a escolha ou exclusão dos dados examinados, não como descritores da realidade passada.” (20)

Na conjugação das diferentes áreas resulta um saber dotado de uma grelha interpretativa, por mais vasta, muito mais consistente; o conjunto de dados resultante da história, da geografia humana e física, a demografia, a etnologia e a antropologia, física e cultural, bem como ainda a economia, a linguística, a sociologia, a psicologia, e mesmo a biologia, nada mais assinalam do que o seu tema central: o homem.

“Tende-se cada vez mais - afirma Vitorino Magalhães Godinho - a considerar como único, como um só e o mesmo, o objecto das diferentes ciências humanas, que apenas diferem na maneira como o perspectivam, de modo que o centro da pesquisa passa a ser o problema, atacado pelos fogos convergentes dessas várias actividades científicas. Sem qualquer preocupação de reduzir a pluralidade das ciências humanas à unidade de uma ciência do Homem e dos homens, porque isso levaria a escamotear certas dificuldades efectivas, toda a investigação é cada vez mais acentuadamente interdisciplinar, e é graças à convergência metodológica e conceptual e à confluência de perspectivas que se têm obtido os resultados de maior importância.” (21)

O caminho para essa identidade objectual comum, nascido nos anos 30 deste século foi iniciado pela psicologia, a partir do conceito de *estrutura*, usando-o de forma sistemática para a leitura dos fenómenos sociais; a partir desta premissa, a sociologia passou a relacionar os campos de análise específicos com a designada *estrutura social*, e na antropologia, ao funcionalismo de um Malinowski, contrapôs Radcliffe-Brown o estruturalismo. À economia o conceito era favorável para a compreensão dos grandes ciclos, teorizados por Kondratieff, que os baliza secularmente, e aos quais rapidamente a história acrescenta, pela mão de Braudel, e em contraposição à leitura factual dos eventos históricos, a história estrutural, das permanências, das mudanças lentas, à escala de milénios, primeiro, depois também à de séculos. Quanto ao quadro geográfico, La Blanche, Brunhes, Lucien Febvre e outros assentaram de imediato a compreensão do território na sua trama histórica: a paisagem é construída pelos grupos humanos, e essas relações, que variam com o tempo, são também afectadas por factores variáveis. Hoje, a História cada vez mais inicia a compreensão do seu quadro pela percepção dos limites do espaço em que se estrutura o assentamento humano, criando uma simbiose cada vez maior nos dados, fazendo progredir uma nova grelha interpretativa, cada vez mais

fundamental, que podemos designar por geo-história:

“Em vez da tradicional “moldura” geográfica a servir de introdução logo esquecida, a história considera a acção dos homens em cada época em relação com o espaço concreto (e não apenas um mapa de localizações de topónimos), busca como que fazer geografia humana retrospectiva (Roger Dion) ou geohistória (Braudel), isto é, reconstituir as paisagens de então e as formas que revestem as relações dos homens com elas. Mas a economia, que tanto tempo pareceu indiferente ao espaço, quanto mais ao concreto meio físico-biológico, teve pouco a pouco de introduzir a distância, depois a área, por fim toda a complexidade dos factores materiais.” (22)

É nesta perspectiva que, cada vez mais, se estrutura a óptica dos estudos sobre os centros urbanos, e particularmente naqueles cuja antiguidade e valor patrimonial faz com que recebam a designação de centros históricos. Assim, deu-se uma radical transformação na sua análise, uma vez que estes locais eram até então encarados como o cenário onde a acção humana se desenvolvia, sem que se considerasse a interacção com esse mesmo pano de fundo; apenas os geógrafos davam à cidade um estatuto de maioridade, pesquisando sobre ela, e de tal forma a sua atenção era singular que, no maior dicionário historiográfico português, o artigo dedicado à cidade é assinado por um geógrafo (Orlando Ribeiro) e não por um historiador.

Particularmente no que respeita a zonas históricas edificadas, e como bem afirma Carlos Fabião, “o seu estudo e compreensão envolve extensos e complexos processos de pesquisa onde necessariamente se utilizam de um modo convergente diferentes tipos de fontes (documentais, iconográficas, arqueológicas, etc.). Como não poderia deixar de ser, a crescente especialização dos diversos ramos das ciências sociais (...) impõe novas abordagens, mais específicas e orientadas, conceptualmente estruturadas em novos moldes.”(23)

Hoje, são múltiplas as disciplinas que devotam o melhor do seu esforço ao espaço urbano. Entre elas, merece destaque a arqueologia, uma vez que vem suprir ou confirmar as referências documentais, escritas ou iconográficas, sendo fundamental para a elaboração das diversas facetas urbanas que um dado local pode ter apresentado. Assim, coloca por cima da actual malha urbana (e não por debaixo...) o desenho de estruturas arcaicas, permitindo um quadro global de interpretação muito mais detalhado; além do mais, para lá do que representam os seus achados do ponto de vista urbano, a contribuição dada para o conhecimento da arquitectura, dos materiais de construção e dos objectos do quotidiano, não é de todo em todo irrelevante, permitindo desenvolver um quadro de ocupações funcionais e de representações imagéticas que aclaram a representação de uma urbe num determinado momento histórico da sua evolução.

Daí também o papel que deve desempenhar a história das artes (designação mais abrangente e que se deve estender às expressões populares e não se ficar apenas pelas erudutas), pela sua particular sensibilidade, no que respeita às manifestações artísticas produzidas pela comunidade que se pretende conhecer. A arquitectura e as artes decorativas desempenham, num quadro local, um papel importante na apreensão do todo, sendo notório que os estudos sobre estas expressões da cultura de um dado sítio permitem traçar um quadro de diversidade entre o local/tradicional e os processos e padrões exógenos, avaliando os graus de influência

cultural e civilizacional em que um determinado aglomerado populacional está envolvido.

Os estudos de história urbana começaram, em Portugal, na segunda metade do século XIX. A verve monografista fez com que cada terra, maior ou mais pequena, tivesse o seu historiador local, sem bem que a maior parte deste sautores não tivesse qualquer formação académica. As de hoje, em resultado duma sistemática pesquisa dos arquivos locais, constituem-se geralmente como obras de referência.

Muito em voga nos últimos anos, os estudos respeitantes aos centros históricos têm constituído uma das principais componentes da evolução da investigação associada ao urbanismo, mesmo se nem sempre dotadas de uma compreensão histórica. Muitos dos actuais estudos resultam também dos esforços de sistematização resultantes da elaboração de Planos Directores Municipais, de Planos de Pormenor e/ou de Planos de Salvaguarda, em muitos casos com meritória intervenção dos Gabinetes Técnicos Locais. Este tipo de estudos marcou uma divisão fundamental face às antigas monografias locais de carácter laudatório, onde investigação histórica e tradição local se cruzavam sem um crivo metodológico suficiente para estabelecer uma clara demarcação entre as duas.

As Universidades têm vindo, paulatinamente, a aumentar o seu interesse e a dedicar o seu esforço ,à compreensão dos fenómenos à escala local, para a micro-escala. O somatório destes esforços, se bem que ainda longe de esgotado o manancial informativo possível, têm vindo a permitir já uma revisão dos pressupostos das intervenções de preservação e salvaguarda do património, e, no caso que presentemente nos interessa, a dotar de uma mais correta percepção global a análise referente aos centros históricos e aos edifícios e conjuntos de valor patrimonial.

Existem ainda, no entanto, lacunas metodológicas para preencher: conseguir uma mais eficaz articulação entre a contextualização histórica, a investigação arqueológica, os testemunhos materiais (a que geralmente chamamos património) e as intervenções de cariz técnico, como a arquitectura e a engenharia. As equipas multidisciplinares de planeamento urbano têm consagrado, em valor legal, todas as componentes devidas, mas tal articulação ainda está longe de ser eficiente, em especial por não existir uma metalinguagem que permita estabelecer as ligações mais eficazes entre todos os agentes envolvidos, bem como, por estar ausente das competências afectas ao Poder Local a sua constituição.

No que respeita a obras de cariz técnico ligadas ao estudo dos espaços urbanos e/ou conjuntos edificados, os últimos anos têm assistido a um surto, felizmente importante, de publicações oriundas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Os estudos respeitantes a madeiras, aos materiais pétreos e, em particular, ao papel das argamassas e dos seus possíveis adjuvantes, têm ombreado com obras de maior fôlego respeitante à recuperação integrada de bairros e de diversos monumentos (conduzidos por organismos nacionais, como o IPPAR, a DGEMN, institutos particulares e Autarquias).

A área dos estudos associados aos materiais, técnicas e tecnologias construtivas tradicionais tinha, de facto,

sido desprezada em favor dos materiais e técnicas modernas, que concentraram o esforço científico durante as últimas décadas. Foram assim deixados sem continuidade os importantes manuais do Engº João Segurado, editados pela Biblioteca de Instrução Profissional, nos primeiros anos deste século. Preciosas edições, possuidoras de uma forte componente pedagógica, recolhiam o conjunto possível de conhecimentos sobre técnicas e sistemas construtivos, com minuciosas abordagens sobre os materiais, bem como uma análise crítica importante decorrente da possível má utilização dos mesmos.

Anteriormente à edição desta colecção, cabe dar destaque a alguns estudos sobre as características químicas de alguns materiais (principalmente rochas e argamassas), que estiveram muito em voga no século XVIII e onde é possível encontrar interessantes referências aos processos construtivos; e, mais tarde, em finais do século passado e prolongando-se pelo nosso século, nos periódicos dedicados à construção civil, com relevo para o órgão da sua associação, onde inúmeros artigos são consagrados aos materiais tradicionais e à sua utilização.

Nos anos 60, a importante recolha levada a cabo pelo Sindicato Nacional de Arquitectos (hoje Associação dos Arquitectos Portugueses), *Arquitectura Popular em Portugal*, em 3 vols., , resultou numa obra hoje de referência imprescindível, que permite vislumbrar um largo cenário de zonamento construtivo a par do devido destaque dado às particularidades construtivas de tipo local. Ainda na área das metodologias construtivas merece também destaque a obra de J. L. Pinto Machado sobre *Habitação Rural*, edição do Instituto Fontes Pereira de Melo, de 1984.

Referência e grande destaque são também devidos aos trabalhos do sector de investigação etnográfica, que durante muito tempo foi o único a investigar e a recolher elementos respeitantes aos sistemas construtivos tradicionais, tendo conseguido, através do seu labor, a preservação de um grande manancial informativo. Orlando Ribeiro, Veiga de Oliveira e Fernando Galhano são merecidos epítomes de uma geração que deixou inúmeros seguidores, dos mais diversos quadrantes.

Igualmente o olhar dos arqueólogos para os vestígios de edifícios exumados nos mais diversos locais foram também permitindo uma compreensão da continuidade ou das mutações sofridas pelo processo construtivo ao longo da história, assim como do conjunto de materiais utilizados; as análises científicas destes despojos têm vindo também a proporcionar respostas para questões em aberto e soluções até agora desconhecidas.

Tal sintonia de esforços foi expressa, por exemplo, no *Encontro Terra 93*, cujas Actas são exemplo dos mais diversificados esforços de reintrodução de tecnologias e materiais tradicionais, esforço que vem complementar as conclusões dos diversos encontros sobre a reabilitação dos centros históricos onde têm sido abordadas temáticas ligadas aos materiais e ao conhecimento das tipologias construtivas (vejam-se, em especial, as oriundas dos Encontros Nacionais e Ibéricos dos Municípios com Centros Históricos).

As técnicas do construir tradicional, que foram consideradas, pela modernidade apressada do crescimento urbano desenfreado, como actividades em vias de extinção, conseguiram, apesar de toda a pressão em contrário, ir sobrevivendo, e ganham agora um novo estatuto como valores culturais.

Uma vertente em especial tem, nas últimas duas décadas, se bem que os exemplos não abundem, servido de campo de reflexão e simbiose entre estas diversas componentes: o da musealização, quer quanto aos reflexos numa intervenção alargada, quando é toda uma zona urbana que surge como espaço a classificar dentro desses parâmetros (aqui se inter cruzando com a moderna ideia de revitalização dos centros históricos), quer quando assume um carácter restrito, considerando um edifício, vestígios ou a sobrevivência de uma memória. A nova museologia, enquanto proposta metodológica, tem vindo a desenvolver propostas do maior interesse para a preservação-valorização patrimonial, como tem colocado os desafios mais pertinentes e interessantes a uma área tão sensível como o é a da combinação de materiais e técnicas construtivas.

Actualmente, o aumento das actividades de investigação e um maior número de publicações deste domínio significam que a historiografia portuguesa está a evoluir no que se relaciona com o estudo dos centros urbanos de carácter histórico, fruto também, como refere Manuel C. Teixeira, do “diálogo entre vários ramos do conhecimento. Essencialmente multidisciplinar, a história urbana deve ultrapassar as barreiras existentes entre os vários ramos da história e incentivar a colaboração entre diferentes disciplinas. Só através do estudo sistemático de uma grande número de variáveis é que as dinâmicas do processo urbano podem ser compreendidas, sendo a tarefa do historiador sintetizar os resultados das diferentes abordagens disciplinares num todo coerente. Uma consequência inevitável disto deverá ser o desenvolvimento de pesquisas colectivas por equipas multidisciplinares, em vez de estudos individuais. Para tal será necessário o desenvolvimento de estruturas académicas e institucionais que privilegiem este tipo de abordagem.” (24)

De certa forma, o quadro do actual mestrado é já uma importante contribuição académica no sentido de estimular essa interdisciplinaridade, permitindo o conhecimento de ferramentas específicas de áreas de saber distintas, melhorando a sua percepção, estabelecendo pontes para linguagens intermédias com referentes universais e, o que não é irrelevante, despertando a consciência crítica para a complexidade do objecto urbano.

1.4. - Estratégias de intervenção em zonas históricas

a) Métodos e critérios gerais de intervenção

A reabilitação do património construído, na perspectiva de uma conservação activa - que está a ter cada vez mais difusão entre nós -, exige análises mais profundas e amplas dos edifícios e sítios em causa. Esta perspectiva resulta da necessidade de estudar mais profundamente as possibilidades de adaptação dos edifícios a novos usos e, também, de um olhar mais atento sobre a sua envolvente urbanística, que é efectivamente variável no que respeita às suas componentes culturais e artísticas.

O conceito de reabilitação pressupõe, de facto, uma especial atenção pela cultura específica dos lugares e pela sua diversidade. Consciente de que nestes está cristalizada a memória do lugar, pretende revivificar essa memória, permitindo uma actualização dos seus contextos integradores. Criam-se assim formas correctas de

intervenção, que permitem aumentar a sua fruição, quer em termos dos seus moradores (público endógeno e participante) quer aos visitantes (público exógeno), atraídos pela riqueza cultural e patrimonial da zona intervencionada.

Tal perspectiva, não invalida, como é evidente, que se procure uma efectiva manutenção das características tipológica (no que respeita aos edifícios) e urbanas (no que concerne ao espaço considerado como um todo). Tal faceta do conjunto patrimonial é sem sombra de dúvida a sua marca distinta. Feito de diferentes expressões arquitectónicas, e de diferentes cruzamentos de funcionalidades urbanas, onde se expressa, material e imageticamente, a sua evolução histórica, as zonas de carácter histórico necessitam especial atenção às suas componentes sociais.

“Quando o espaço antigo da cidade não satisfaz as solicitações que lhe são feitas, as actividades económicas e sociais, para não estagnarem, são forçadas a abandonar o seu suporte físico tradicional e a dirigirem-se para as zonas de expansão, procurando áreas mais amplas onde podem expandir-se e encontrar melhores infraestruturas para trânsito mais fácil dos transportes. (...) As zonas antigas centrais, que de dia mal comportam as aglomerações de empregados e de consumidores que para aí se deslocam em inúmeros veículos que se arrastam pelas ruas estreitas, transformam-se de noite em desertos urbanos.” (25)

A evolução social, e a do padrão de comportamentos associados, implicam de certa maneira que em termos de estratégia de intervenção se trace um caminho que tenda a tornar efectivos os modelos e padrões de referência do espaço urbano e arquitectónico das zonas históricas, que entretanto se haviam progressivamente desvalorizado; e deve também condicionar as suas transformações, de modo a que, se delas houver forçosa necessidade, possam ocorrer de forma lenta, garantindo a sua assimilação pelo conjunto da zona. Esta questão é, talvez, a dificuldade maior da intervenção nestas áreas: conseguir dimensionar o grau de permissividade de alterações associadas ao desempenho dos espaços, sem que isso entre em colisão com a preservação e salvaguarda patrimonial desejada.

Poder-se-ia até afirmar que, a haver diferença, esta estaria em que reabilitar seria uma tarefa muito mais simples, dado que não se tem de “criar cidade”, ela está feita, reconhecidamente bem feita, e a operação limitar-se-ia a reparar o efeito ruinoso do tempo e do abandono nos edifícios, sem os alterar; a introduzir melhorias nas condições de habitabilidade destes e dos espaços exteriores, procedendo de modo a manter no local a população neles instalada; a introduzir novos e atractivos usos que contribuíssem para o seu desenvolvimento, para uma maior integração no conjunto da cidade e para a fixação, no tempo, dos residentes, e a substituir usos, entretanto instalados e que reconhecidamente ameaçam o equilíbrio entre a população, o seu quotidiano e o ambiente onde se desenvolve, por outros directamente relacionados com a manutenção desse equilíbrio.

Existe, correntemente, uma estratégia de intervenção nestas áreas que dá grande importância ao equilíbrio formal conseguido enquanto imagem urbana; assim, as fachadas são, em relação aos edifícios, a principal preocupação, acompanhados pelo consentâneo arranjo das ruas, praças e restantes espaços exteriores. No interior da casa, no resguardo do olhar morfológicamente inquisidor, a liberdade de acção, na generalidade

dos casos, tem permitido muitas vezes a destruição de uma riqueza patrimonial largamente superior à evidenciada pelas fachadas. Tal forma de actuação deve ser invertida, criando-se os mecanismos psicológicos de revalorização desses ambientes, viabilizando a sua melhoria pela integração dos benefícios desejáveis, evitando, deste modo, a sua completa demolição, como tantas vezes acontece.

É evidente que uma estratégia desta natureza terá sempre custos mais elevados do que a simples restrição das modificações exteriores, particularmente porque a sua efectividade pressupõe a continuidade de uma equipa de acompanhamento no terreno, ao menos até que os novos códigos de intervenção estejam socialmente estabilizados, momento a partir do qual a sua continuidade está assegurada pelos mecanismos de convivialidade intrínsecos à população da referida zona histórica e que se encarregam da sua continuidade.

Se estes objectivos não se conseguirem efectivar, em termos de uma concreta reabilitação da zona e dos seus edifícios, então a conservação torna-se apenas num pressuposto de carácter ideológico, e com os inevitáveis prolongamentos dos custos, pelas constantes novas necessidades que se estão sempre a acrescentar quando não se constroem condições estratégicas de viabilização e manutenção.

Se se quiser sintetizar brevemente um percurso estratégico na área da reabilitação, e socorrendo-me do importante contributo dado nesta área por M^a da Luz Valente Pereira, este pode ser referido nas seguintes etapas:

“-Inserir a área em estudo na sua envolvente urbana, ou seja, estudá-la nas suas inter-relações, explorar a envolvente como complemento de informação e potencial para a solução conjunta de problemas, para estabelecer ligações e contrastes, soluções de continuidade e afirmação de particularidades desejáveis de ambiente, nas suas múltiplas dimensões; para desfazer as limitações que a definição e manutenção de um perímetro de intervenção rígido traz à integração do tecido urbano;

-Estabelecer relações continuadas e profundas com o planeamento da cidade no seu conjunto de modo a fornecer elementos que permitam a sua construção (de baixo para cima) e a receber conhecimentos integradores da acção localizada, nas orientações e nos procedimentos elaborados na visão conjunta da cidade e das suas relações com o exterior (de cima para baixo);

-Não privilegiar à partida qualquer sector de intervenção ou perspectiva disciplinar para obter uma compreensão do conjunto urbano e não um somatório de perspectivas, por vezes contraditórias, sobre ele;

-Fundir a intervenção técnica na acção quotidiana dos diferente agentes sociais que se encontram envolvidos na intervenção e representando diferentes papéis, so quais devem ser identificados. Isto significa: inserir no trabalho técnico a dimensão temporal real, organizando-o de modo a que o seu ritmo seja ditado pelo ritmo de transformação da área e não pela sua lógica interna e pelas conveniências da sua contratação; e estabelecer e manter uma acção que englobe de forma intercomunicante e solidária, o trabalho técnico, o político-administrativo e a acção quotidiana.” (26)

b) A acção de planeamento

Por planeamento associado ao espaço urbano pode entender-se, fundamentalmente, o estabelecimento de uma estratégia conducente a um conjunto de princípios normativos que permitam agir sobre as exigências quotidianas mais triviais, quer seja por antecipação, quer seja por actualização constante dos critérios, consoante a metodologia que se esteja a seguir.

É no quadro da definição das linhas mestras dessa estratégia que as diferentes disciplinas que se podem envolver no processo se encontram; nesta etapa, a fusão das suas competências e juízos críticos pode (deve...) revelar-se altamente construtiva, associando-se quer os conhecimentos científicos, quer os empíricos. A estes juntar-se-ão, nas metodologias mais desenvolvidas de planeamento, os contributos oriundos do grupo social sobre o qual se pretende fazer recair, na fase de execução, a estratégia definida e os seus resultados.

Das permutas existentes resulta o confronto dos diferentes projectos de acção, das propostas face aos agentes e aos meios e agentes que possam vir a ser envolvidos, bem como em relação aos "(...) processos da mudança, das transformações, que se alarga aos não técnicos e aos técnicos (...) e, por essa via, se viabiliza a possibilidade da sociedade assumir o seu próprio desenvolvimento, aprendendo, percebendo para onde se dirige, participando de facto na transformação do seu modo de vida e do seu território. O planeamento constituir-se-ia assim num processo de aprendizagem, de auto reflexo da sociedade." (27)

Num certo sentido, pode dizer-se que as acções de planeamento devem aspirar a uma utopia, à estruturação de uma realidade harmoniosa. "Isto poderá ser conseguido mediante uma clara compreensão das funções da cidade como um todo e uma expressão destes objectivos de uma maneira que se reconheça a necessidade de modelos absolutos, ainda que a sua concretização esteja fora do alcance." (28)

Na cidade existe obviamente uma interacção entre o tecido edificado e aquelas parcelas que, continuamente, se estão a renovar. Na base, existe a memória plástica, estética e estética do lugar, que condiciona as matrizes de uma possível intervenção, à qual está associada uma importante componente de valores sociais.

O controlo da forma da cidade até à geometria do seu contorno, como se fez com os amuralhamentos medievais, cintando as cidades, nada mais é do que uma expressão paradigmática do fenómeno do planeamento. O confinamento dispõe imediatamente o conceito interno / externo, e no que respeita ao interno, predispõe imediatamente as regras de evolução mais estreitas e a uma regulação mas apertada.

Ao estruturar-se uma acção de planeamento, há que "identificar as operações de urbanização (definição da malha, aberturas de ruas, loteamento das parcelas) e de edificação que a constituíram tal como se apresenta na altura do estudo e relacioná-las com as respectivas formas de apropriação social. Esta informação é um dado fundamental para a compreensão da morfologia urbana, para a interpretação do ritmo e do modo do seu desenvolvimento. Percebe-se assim o porquê de certos usos do solo e da sua forma de expressão (tipologia, morfologia), o grau de consolidação ou de transformação que a situação actual apresenta, as tendências de

evolução e os elementos de fixidez do tecido urbano, certas características da imagem urbana e do modo como a memória colectiva o assimilou.” (29)

A leitura da continuidade histórica, em particular para as zonas edificadas antigas, fornece evidentemente elementos fundamentais de percepção global da realidade edificada, no que respeita à manutenção espacial de certos usos, das componentes sociais envolvidas, quer na apropriação do espaço, quer na construção gradual, e na adaptação aos referentes imagéticos existentes no espaço construído.

“A contribuição do tempo e do espaço na formação e desenvolvimento dos aglomerados, relacionada com os modelos e as ideias que orientaram as transformações, e as forças sociais que as conduziram é uma informação essencial para estruturar e qualificar as intervenções urbanas, e que praticamente não existe no nosso país. Temas de estudo

Identificação das etapas de formação, preenchimento e crescimento do tecido urbano; transformação do seu parcelamento, traçado viário e edificação; caracterização morfológica fundamental e tipologias principais de cada etapa; acontecimentos marcantes, elementos, agentes e processos estruturadores dessa evolução.” (30)

A actividade de planeamento municipal destina-se a conjugar e ordenar as práticas de transformação existentes; ou seja, geralmente a situação de planeamento defronta-se com uma transformação quotidiana da malha que pretende estruturar, o que implica um esforço de percepção suplementar (mas que em zonas de menor pressão demográfico-urbanística e/ou deprimidas economicamente não se acentua tanto, ou é nulo). Num certo sentido, as acções de planeamento vão tentar enquadrar muitas das vezes acções ou intenções que estão já em curso e que muitas vezes, em termos de planeamento municipal são mantidas, recebendo, pela efectivação do plano, um beneplácito legal que as torna, face a acções futuras, também em referentes. Isto equivale a dizer que não se faz planeamento, fazem-se, quando se fazem, planos. Na melhor das hipóteses o planeamento, quando é eficaz, serve para gerir, com maior ou menor inteligência e capacidade, as situações de facto criadas pelas práticas reais de transformação. Em relação às localidades com zonas históricas deve ter-se em atenção esta situação, que pode criar um conjunto de precedências que deitem por terra as melhores intenções possuídas quando se iniciou esta acção. Ou seja, a acção de planeamento deve evitar as rupturas radicais com práticas sociais consagradas, mas não deve abdicar do seu papel interventor.

Nesta perspectiva é imperiosa a constituição de um quadro nacional de Planos Directores Municipais, nos quais fiquem consagradas as premissas jurídicas que dispensam a demorada consulta dos diferentes departamentos que superintendem sobre um espaço desta natureza.

“Hoje, recomenda-se mais uma atitude de monitorização do sistema produzido, em tempo, as bases e enquadramentos para que a elaboração de projectos seja feita em condições favoráveis à criatividade, à avaliação das soluções, com possibilidade para se fazerem retroacções e iterações, motivando todos os intervenientes na procura de qualidade. É importante a procura de alternativas, de novos equilíbrios e o aperfeiçoamento da funcionalidade de soluções.” (31)

c) Especificidades da intervenção em construções tradicionais

Como foi já salientado noutro capítulo, a construção tradicional é resultado de um conjunto de características geo-climáticas e do devir histórico, das disponibilidades materiais, e da funcionalidade desejada. Este padrão de construção transporta consigo um conjunto de patologias específicas que, tal como a edificação, tendem também a reproduzir-se. São estas que muitas vezes inibem a reutilização dessas técnicas, para além das mudanças do quadro económico e cultural, em si também tendencialmente determinantes nas opções que se vão fazendo, e nas quais o abandono das soluções tradicionais tem sido a maioria.

As condições actuais de habitabilidade, enquadrando as componentes quer domésticas quer urbanas, não são, no entanto, incompatíveis com a adopção de soluções eficazes herdadas da edificação tradicional que, tantas vezes, podem melhorar o desempenho das soluções construtivas em uso.

Daí que, actualmente, se tente avançar na busca de um ponto de equilíbrio entre as componentes estéticas e culturais da tradição edificadora e a necessidade de reabilitação que espaços pré-existentes obrigatoriamente necessitam, sem que se ponha em risco a valor patrimonial dos edifícios e monumentos onde se realizem essas intervenções.

O conhecimento rigoroso dos edifícios e dos processos construtivos tradicionais não pode ser, obviamente, considerado um parceiro menor neste propósito; aliás, dadas as características de resistência, os materiais, etc., dos edifícios antigos, é fundamental proceder-se a um levantamento e a um estudo detalhado das suas soluções construtivas e das suas patologias, estudo esse que pode chegar à análise laboratorial, de modo a que, a partir desse conhecimento, se possa orientar todo o processo de conservação, ou de restauro, ou de reabilitação, consoante o caso.

Sem dúvida que a recuperação patrimonial e reabilitação de edifícios com características tradicionais necessita poder dispôr de técnicas e materiais adequados. Assim sendo, a continuidade destas não é apenas a preservação de uma memória cultural mas também a garantia da existência de técnicos, materiais e tecnologias essenciais ao processo de conservação e recuperação de edifícios, monumentos e conjuntos. No caso dos materiais, a análise laboratorial pode desempenhar um papel importante.

Se isto é verdade para preencher lacunas ou auxiliar à reintrodução de técnicas tradicionais, também não o é menos quanto ao conhecimento e tratamento de patologias. O esforço feito nessa área tem permitido aumentar o leque de soluções possíveis.

No entanto, e é preciso ressaltá-lo, os materiais adaptados ao seu território são dificilmente transferíveis para regiões distintas; se tal acontecer, e uma vez que não estão perfeitamente adaptados, podem dar origem a patologias de natureza distinta da habitual, podendo essas ser muito mais extensas e profundas do que seria de esperar na sua utilização tradicional. De igual modo, em termos de tipologias, pode a adaptação ser também ineficiente uma vez que os materiais, pelas suas características, demonstram um determinado desempenho,

que, numa nova solução arquitectónica, podem não provar ser adequados. Essa utilização carece, pelo menos, de uma aprofundada ponderação.

Mas aqui trata-se, tão só, da questão da sua utilização no seu contexto próprio, daí que o quadro de parâmetros em todas estas áreas seja já suficientemente conhecido. A própria designação de “tradicionais” supõe que foram correntemente utilizados durante séculos, e que o conhecimento a eles associado, se bem que a maior parte das vezes de carácter empírico, era fiável. A sua utilização combinada com materiais modernos pode ainda trazer problemas de compatibilidade, de reversibilidade e de durabilidade, acrescidos do facto da maior parte dessas reacções não serem ainda integralmente conhecidas, ou sejam mesmo desconhecidas.

Instituído que essa solução de recurso ao tradicional, do ponto de vista material, mas também, em alguns casos, tecnológico, é a solução correcta, importaria aqui referir que “qualquer acção de conservação deve ser pautada pela regra do mínimo de intervenções possível para tornar essa acção eficaz, e pela utilização das intervenções de menor envergadura; deve também garantir o respeito pelos valores estéticos e históricos do edifício e assegurar a sua integridade física.” (32)

Em síntese os parâmetros de intervenção podem ser assim apresentados:

- acompanhar as características morfológicas básicas, usando tecnologias tradicionais;
- procurar obter soluções para os problemas de conforto e de enquadramento das exigências regulamentares actuais, considerando os limites possíveis para estes materiais;
- deve promover o reaproveitamento dos materiais retirados da anterior construção (ou de outras similares), sempre que estes estejam, como é óbvio, em boas condições;
- deve ser promovida a integração dos elementos de carácter histórico, e evitadas as reproduções de simulação (*pastiche*);
- nas intervenções que impliquem a combinação com materiais actuais ou soluções tecnológicas não tradicionais, deve ter-se em consideração a necessidade da sua compatibilidade; nesse sentido, e se possível, deve proceder-se a ensaios prévios para avaliação do seu desempenho conjunto;
- no sentido de dar possibilidades de melhorias técnicas ou formais, as soluções a usar, em especial quando as intervenções versam edifícios de carácter histórico, devem ser reversíveis; nestes casos também é de grande importância a documentação o mais exaustiva possível de todas as fases da intervenção.

Assim, torna-se fundamental estudar um conjunto de medidas preventivas que possam acautelar da boa edificação e posterior uso destes edifícios, e/ou da sua reabilitação. É verdade que, genericamente, existem preceitos reguladores do processo construtivo, mas cuja preocupação geral se reflecte nas condicionantes em termos de massa global edificada e na sua altura, e aspectos do arranjo exterior, principalmente incidindo sobre os materiais e os arranjos cromáticos do exterior.

Acresce, por outro lado, o facto do conhecimento dos materiais e soluções tradicionais ter vindo a decrescer, correndo mesmo o risco de virtualmente desaparecer, por terem sido em grande parte substituídos por materiais modernos, melhor adaptados às necessidades concretas da actividade de construção nos nossos dias.

Essa alteração do tipo de materiais utilizados, para além de ter provocado a perda do domínio das soluções tradicionais, como se referiu, originou ainda um fenómeno eventualmente mais grave, que consiste no facto de a análise de qualquer edifício - novo ou antigo - ser condicionada, na maioria dos casos, pela formação e pelo conhecimento que os técnicos intervenientes têm dos materiais modernos, o que leva a que, em muitas situações, os problemas não sejam sequer equacionados em termos de utilização de materiais tradicionais, ou, quando o forem, essas opções sejam rejeitadas logo à partida.” (33)

Finalmente há que considerar os problemas económicos e sociais que a experiência em outros países mostra que podem surgir quando se empreende a recuperação de zonas históricas degradadas, e como esses problemas se agravam quando se envolve deslocação da população existente. Em tais circunstâncias, se não forem introduzidas medidas correctivas, com facilidade se passa, sem transição temporal, de guetos de pobreza para guetos de luxo.

Se o objectivo é reabilitar o património edificado para benefício de todos e não para privilégio de poucos, é forçoso encontrar um processo de actuação que evite os efeitos negativos que resultam do escorraçar os residentes de menores recursos. Um primeiro passo será levá-los a investir (e não necessariamente em meios financeiros) na melhoria das suas próprias condições habitacionais.

PATRIMÓNIO

- (1) - BRAUDEL, Fernand - O Mediterrâneo. O espaço e a história, Col. *Teorema 4*, Teorema, Lisboa, 1987.
- (2) - CHUECA GOITIA, Fernando - Breve história do urbanismo, Col. *Dimensões 12*, Editorial Presença, Lisboa, 1982, p.26
- (3) - Idem, ibidem, p.30
- (4) - Mattoso, José - Introdução à História Urbana Portuguesa - A Cidade e o Poder
- (5) - DUBY, George - Histoire de la France Urbaine, Vol. I, Seuil, 1980. citado em Luz Valente Pereira - O Conceito e a Cidade
- (6) - In Rapoport, Amos - "Pour une Anthropologie de la Maison" (*Prefácio*), Dunod, Paris, 1972, p. I). citado em SEARA, Ilda e COIMBRA, Jorge - Sine Qua Non, a ideologia do habitar, A regra do Jogo, Lisboa, 1986.
- (7) - PEREIRA, Luz Valente - Método de apoio técnico à acção de desenvolvimento sócio-urbanístico de uma área urbana de intervenção, ITE 13, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.
- (8) - Idem, ibidem.
- (9) - TORRES, Cláudio - A Alcáçova de Mértola, Sep. da Revista *Arqueologia*, nº 6, Dezembro, 1982..
- (10) - CHUECA GOITIA, Fernando - Breve história do urbanismo, Col. *Dimensões 12*, Editorial Presença, Lisboa, 1982. p. 32

SALVAGUARDA

- (11) - CARVALHO, José A. Lobo de - Salvaguarda do Património Edificado
- (12) - HENRIQUES, Fernando M. A. - A conservação do património histórico edificado, Laboratório Nacional e Engenharia Civil, Lisboa, 1991, p. 2.
- (13) - Idem, ibidem, p.2
- (14) - Idem, ibidem, p.3
- (15) - Manual de apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto, Câmara Municipal de Lisboa / Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1993, p.27
- (16) - Manual de apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto, Câmara Municipal de Lisboa / Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1993, p. 25
- (17) - SALGUEIRO, Teresa Barata - a cidade em Portugal, uma geografia urbana, Ed. Afrontamento, Porto, 1992.
- (18) - CUSTÓDIO, Jorge - de Alexandre Herculano à Carta de Veneza, p.61

INTERDISCIPLINARIDADE

- (19) - MATTOSO, José - - A escrita da História, teoria e métodos, Col. *Imprensa Universitária 67*, Editorial Estampa, Lisboa, 1988.
- (20) - Idem, ibidem.
- (21) - GODINHO, Vitorino Magalhães - *Sobre a pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas em Revista de Economia*, vol. XVI, 2ª série, III vol., Fasc. III e IV (Set.-Dez.), Lisboa, 1964.
- (22) - Idem, ibidem.
- (23) - FABIÃO, Carlos - Ler as cidades antigas: arqueologia urbana em Lisboa, in *Penélope*, nº 13, Lisboa, 1994.
- (24) - TEIXEIRA, Manuel C. - *A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes*, in *Análise Social*, nº 121, 4ª série, vol. XXVIII, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1993.

ESTRATÉGIAS

- (25) - PERESTRELO DE OLIVEIRA, Luís - *O enquadramento jurídico-administrativo da reabilitação urbana*, in *Jornal dos Arquitectos*, Novembro 1988, p. 10
- (26) - PEREIRA, Luz Valente - como se faz e desfaz a cidade
- (27) Idem, O planeamento municipal e as práticas de transformação do território
- (28) - ROSENAU, Helen - A cidade ideal, evolução arquitectónica da Europa, Col. *Dimensões / Série especial 13*, Editorial Presença, Lisboa, 1988. pp. 175-176
- (29) - PEREIRA, Luz Valente - História da evolução do aglomerado (AU)
- (30) Idem, História da evolução do aglomerado (AU)
- (31) - PARDAL, Sidónio, CORREIA, Paulo V.D. E LOBO, Manuel Costa - A Forma da Cidade
- (32) - HENRIQUES, Fernando M. A. - A conservação do património histórico edificado, Laboratório Nacional e Engenharia Civil, Lisboa, 1991, p. 2.
- (33) - Idem, ibidem,

1.5. - Representação gráfica da investigação histórica: uma possível metalinguagem ?

Do anteriormente exposto, resulta claro que, em termos de estruturação correcta de planos para a conservação e recuperação de áreas históricas, o trabalho interdisciplinar é fundamental para que neste estejam englobadas as diferentes facetas que o caracterizam.

De facto, já de há longo tempo que tal interdisciplinaridade está contemplada no enquadramento jurídico destas operações, mas tal não tem obviado a que, na maior parte dos casos, as especialidades técnicas e as das ciências humanas não funcionem conjuntamente, para já não dizer que muitas vezes o fazem antagonicamente (este aspecto ocorre regularmente em zonas que envolvam intervenções em áreas de grande riqueza arqueológica).

A qualquer historiador que se integre numa equipa de plano (e ressalvo que aqui estou a expressar uma perspectiva média e geral sobre este assunto, porque evidentemente existem excepções, não só em resultado da utilização de metodologias mais correctas, mas também, o que é mais provável, porque os técnicos ou o coordenador da equipa revelam especial sensibilidade para criar pontes entre os diversos ramos do saber envolvidos) sucede que se lhe pede normalmente que, com base em investigação bibliográfica e algumas (raras) vezes documental produza uma caracterização histórica do lugar, de tipo monográfico, retratando as diversas etapas de evolução do local. Destino deste esforço, em termos de efectividade contributiva para o plano: engrossar os dossiers.

Tal situação carece de rápida inversão, não meramente para consolo dos ditos investigadores, mas porque não é de facto possível intervir-se em áreas com estas características sem a contribuição efectiva da leitura que a investigação histórica, e a das ciências sociais e humanas em geral, pode proporcionar.

Não adianta a continua queixa contra a ditadura do primado tecnológico. De facto, a estas especialidades cabe a parte efectiva da intervenção. Usando as sábias palavras, escritas em 1777, por Mathias d'Eça, os architectos "sabem melhor do que eu todos os preceitos de huma profissão, que não he minha".

O que interessa é encontrar formas de enquadramento da informação histórica que permitam que esses dados possam contribuir, na fase de plano, não só para a definição de estratégias, mas também para um escalonamento das prioridades de intervenção em termos de valor patrimonial. A esta informação acresce a compreensão do efectivo testemunho que determinados elementos materiais representam independentemente da sua escala. Pequenas parcelas que são às vezes a única sobrevivência de uma determinada época, ou de uma determinada conjuntura, ou de uma técnica de construir, podem ser, para a preservação de uma memória global do local, tão importantes quanto o castelo, ou a igreja, ou qualquer outro vestígio edificado de maior porte, logo mais visível. Mais complexa se revela ainda a questão quando envolve os vestígios arqueológicos, cuja preservação em muitos casos conflitua com as desejadas edificações.

Daí que me pareça relevante enveredar-se por um caminho que possa conduzir a uma nova metodologia que equacione as diferentes variáveis que fazem parte da sua vida, histórica e urbanisticamente considerada.

Funcionando o território como suporte de uma determinada comunidade, as suas componentes adquirem uma expressão estratégica, que varia ao longo dos ciclos históricos, e que se reflecte, directamente, na evolução ou regressão do tecido urbano e na maior ou menor riqueza construtiva nela contida, bem como na matriz de ocupações funcionais, expressa, ou não, na sua diversidade.

Procurar-se-à, assim, definir para o território em estudo, os ciclos geo-históricos, estruturando as suas fases e os seus elementos estáticos e dinâmicos, referenciando as principais actividades económicas humanas que dele resultaram (ou a ele se associaram), avaliando e classificando as suas diversas componentes, em termos do valor estratégico que representaram nos diversos períodos desse ciclo.

Na sequência desta definição, teremos então correctamente referenciadas no tempo as fases de expansão, regressão, apogeu, crise, etc., duma determinada comunidade, o que não deixou, certamente de se reflectir, em termos construtivos, nas formas de ocupação ordenadoras do solo urbano, fossem estas de tipo superficial (expressão de uma mentalidade social dominante, de grande uniformidade tipológica e abrangendo uma superfície quase sempre maioritária face a outros tipos) ou de tipo pontual (oriundas de uma mentalidade social específica).

Sendo distintas na sua origem sociológica, e normalmente económica, não deixam também por isso de resultar em diferentes expressões construídas: assim, o primeiro destes grupos distingue-se pela ocupação territorial em extensão (de carácter urbano - bairros); o segundo, de expressão arquitectónica pontual, reflecte-se nos edifícios monumentais que são a expressão pública dessa mesma singularidade social (o castelo, a igreja, etc.).

A partir daqui, a investigação concluiu a sua base de trabalho, e poderá avançar para a definição de uma proposta global de reabilitação de alguns edifícios e zonas, para a qual serão levados em linha de conta:

- os seus elementos construtivos e tecnologias empregues na sua edificação;
- o estado geral do imóvel ou conjunto (com descrição pormenorizada de patologias existentes);
- a génese histórico-artística, e a singularidade e valor dos seus componentes (ou do conjunto), bem como a sua inserção num padrão construtivo (devendo definir-se se se trata de um modelo local, de importação ou misto);
- o padrão de ocupações funcionais (ou a sua inexistência);
- proposta de intervenção (materiais, tecnologias, etc., a empregar);
- exequibilidade da intervenção;
- a sua inserção num plano global de reabilitação urbana.

Procurando registar as informações que se foram encontrando ao longo da investigação histórica - durante a qual é frequente encontrar-se elementos respeitantes aos edifícios e aos materiais construtivos (e sublinhe-se

que este canal informativo requer quase sempre uma especialização em investigação histórica, pelo domínio dos circuitos de produção documental e bibliográfica), elaborou-se para esta investigação uma ficha onde se podem combinar as informações das diversas especialidades, como facilmente se poderá verificar.

Como forma de exemplificação estas fichas foram elaboradas, com as limitações, nos campos mais técnicos, de quem não pertence a essas áreas, para a investigação em arquitectura tradicional da região alentejana, procurando exemplificar-se a vantagem de se poder dispôr, através da sua rápida leitura, do conjunto de informações mais significativas a eles associadas.

A ficha está estruturada nos seguintes campos:

ZONA GEOGRÁFICA DE USO E TRADIÇÃO HISTÓRICA

Com o preenchimento deste item pretende-se dar uma perspectiva sucinta do seu aparecimento histórico, das suas formas de difusão no quadro das diferentes civilizações que contribuíram para a formação da actual cultura tradicional do Alentejo. Permite também o registo do maior ou menor grau de originalidade de adaptação ou usos dados na região, particularmente na área de Mértola, caso existam tais particularidades. Sempre que possível deve ser introduzidos dados provenientes da antropologia e etnologia para melhor caracterizar o percurso, em especial, das técnicas e tecnologias utilizadas.

ZONAS E FORMAS DE OBTENÇÃO

Campo de referência local, deve conter as informações respeitantes aos locais de recolha / obtenção ou compra tradicional dos materiais construtivos em questão (barreiros, areeiros, pedreiras, locais de obtenção de palha, localização dos entrepostos ferroviários onde se iam comprar os madeiros; no caso destes materiais, obtidos a considerável distância de Mértola, devem ser indicadas as vias comuns do percurso. Igualmente, se possível, introduzir dados relacionados com os custos de obtenção dos diferentes materiais.

CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL (performance corrente em uso tradicional)

Referir as características mínimas necessárias, em termos de resistência, durabilidade, qualidades de isolamento térmico e acústico, etc.

FORMAS DE PREPARAÇÃO PARA USO EM OBRA

Referir neste campo as etapas técnicas e tecnológicas de preparação que são necessárias para uma eficaz aplicação de dada matéria prima em obra; a título de exemplo: a cozedura da cal, a amassadura do barro com componentes vegetais, a limpeza das canas antes da sua aplicação sobre os madeiros, etc.

FORMAS DE UTILIZAÇÃO EM OBRA

Referir neste campo as etapas técnicas e tecnologias da aplicação dos materiais em obra; a título de exemplo: a terra na taipa deve ser batida com um maço de madeira, compactando-se; os adobes devem ser aplicados da seguinte forma, as canas devem ser fixadas com o auxílio de varas de loendro, etc.

CUIDADOS ESPECIAIS DE ACABAMENTO

Referir as etapas de acabamento pelas quais os diversos processos de aplicação de materiais devem passar de modo a garantir uma maior qualidade e durabilidade da obra. Por exemplo: a caição que deve ser aplicada sobre os rebocos, a execução de beirados, a pintura, etc.

CONDICIONANTES DO USO

Destacar, se fôr caso disso, determinadas condicionantes de uso que alguns materiais devem respeitar no sentido de ser deles tirado o máximo proveito em termos da qualidade final da construção. Por exemplo, as qualidades das terras para taipa, que devem ser desprovidas de húmus; a época de recolha das canas, de modo a que estas sejam recolhidas contendo ainda o seu verniz natural, etc.

PATOLOGIAS PRINCIPAIS

Destacar os principais problemas - após a aplicação em obra - que os materiais podem vir a apresentar; por exemplo: salitre nas alvenarias, aparecimento espontâneo de materiais vegetais, ataques por fungos e xilófagos. A ficha deve descrever as principais características de cada patologia, se possível.

FORMAS DE ELIMINAÇÃO DE PATOLOGIAS. (SOLUÇÕES TRADICIONAIS E COMBINAÇÃO DE NOVOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS)

Descrição das formas comuns de solução de problemas patológicos em edificação, referindo também a actual existência - ou não - de soluções técnicas, que em combinação ou alternativa com as primeiras, permita melhorar a performance dos materiais em questão, e assim garantir a mais eficaz recuperação dos edifícios e a sua inerente conservação por períodos longos. Os parâmetros em questão são, uma vez mais, a resistência, durabilidade, qualidades de isolamento acústico ou térmico, etc, consoante o material em questão. Se se tratar de soluções já experienciadas, referir os níveis de actuação e o grau de melhoria obtido face aos parâmetros em questão.

Chegados a este ponto da investigação, torna-se então fundamental seleccionar, para determinadas fases marcantes do ciclo evolutivo da comunidade, os elementos construídos que melhor as exprimem. Estes deverão contemplar:

- diversidade cronológica, construtiva e funcional;
- deverão expressar as intenções de ocupação dos grupos que a protagonizam (seja ela em extensão - bairros - ou individualizada - monumentos);

A partir daqui, a investigação concluiu a sua base de trabalho, e avançará para a definição de uma proposta global de reabilitação destes mesmos elementos, para a qual serão levados em linha de conta:

- os seus elementos construtivos e tecnologias empregues na sua edificação;
- o estado geral do imóvel ou conjunto (com descrição pormenorizada de patologias existentes);
- a génese histórico-artística, e a singularidade e valor dos seus componentes (ou do conjunto), bem como da sua inserção num padrão construtivo (devido definir-se se se trata de um modelo local, de importação ou misto);
- o padrão de ocupações funcionais (ou a sua inexistência);
- proposta de intervenção (materiais, tecnologias, etc., a empregar);
- a exequibilidade da intervenção;
- a sua inserção num plano global de reabilitação urbana.

A metodologia proposta procura, assim, uma revisão das actuais premissas condutoras da investigação histórica associada a planos de conservação e recuperação de áreas históricas, e tentando, aqui também, analisar, numa primeira fase, do papel do historiador (incluindo nesta designação também aqueles que dentro deste ramo do saber possuem uma formação específica, em História da arte ou em arqueologia), enquanto membros das referidas equipas.

Da avaliação crítica, pela negativa, do particularmente tem cabido a esta área da ciências humanas como agente particularmente passivo do planeamento, resulta uma nova proposta metodológica de tratamento da informação histórica, para lhe possibilitar, nestes casos concretos, um papel muito mais marcante na definição dos parâmetros e extensão das intervenções a realizar na fase pós-plano.

Assim, em vez de se manter no seu papel de produto de capítulos monográficos de pouco interesse para uma efectiva definição das formas de intervenção, o historiador deve, após realizar, para si, a indispensável investigação de carácter histórico, transformar as suas conclusões numa síntese, sempre que possível esquemática ou cartografável, para utilização pelos outros agentes da equipa de planeamento, nomeadamente para as disciplinas técnicas, responsáveis pelas etapas efectivamente interventoras sobre o tecido edificado.

Daí a apresentação do presente gráfico (incluído depois das sínteses históricas), que pretende combinar as diferentes variáveis e elementos em jogo para a percepção da realidade actual, compreendida através de um percurso histórico e de edificação.

O gráfico apresenta os seguintes elementos:

- como base, evidentemente, a linha cronológica, utilizando inclusivé três padrões de referência para melhor localização do tempo histórico a quem esteja menos familiarizado com qualquer das escalas utilizada (uma escala numérica, a escala de divisões em grandes períodos, tradicional em investigação histórica e a cronologia da história de Portugal - ou do território, para as épocas mais antigas - o que permite uma clara posição do observador face à época em que se situa a sua leitura;

- sobre esta, uma escala de três níveis procura servir de condutora à evolução do conjunto edificado, em termos de apreciação geral, face aos dados conhecidos. Utiliza como referência a massa edificada actual, procurando fazer uma apreciação das fases de maior crescimento urbano (por programas edificadores ou simples pressão demográfica). Esta escala é a que está ainda longe de poder ser rigorosa uma vez que para épocas recuadas será principalmente a arqueologia a fornecer mais dados que possam ir rectificando, e dando maior precisão, à linha definidora do crescimento ou regressão da urbe;

No topo do gráfico, situam-se as 4 linhas que caracterizam os recursos económicos da região (a mineração, a agro-pastorícia, a navegabilidade associada ao comércio e a posição estratégica do ponto de vista militar).

Na base, os referentes principais que podem interessar aos técnicos que não são historiadores ou de disciplinas associadas - os imóveis de interesse e as áreas urbanas construídas de um fôlego (portanto construídas com uma intenção programática e não apenas evolutiva).

Facilmente se percebe que uma rápida consulta permite de imediato visualizar (um gráfico elaborado com cores facilitará em muito a leitura) a época de construção e reparação dos diferentes elementos, permitindo constatar a sua época de construção, as variáveis que à época estavam em jogo e o potencial (ou a sua ausência...) de recursos viabilizadores dos diferentes programas construtivos.

Esta matriz, que ainda está no começo do seu desenvolvimento, permitindo ainda muitas afinações, poderá ser o instrumento metalinguístico que permitirá, a uns, sentir uma maior projecção dos seus conhecimentos sobre as estratégias a definir num plano de recuperação, aos outros, aperceberem-se de imediato das variáveis em questão em termos do espaço urbano, sem a necessidade de uma leitura exaustiva, que muitas vezes inclusivé, nenhuma aplicação viabiliza face ao planeamento em causa.

A intenção de desenvolver esta base metodológica é, sem qualquer dúvida, uma intenção para investigações futuras.

Índice

PARTE I

INTRODUÇÃO	1
1. - Breves considerações sobre o património	4
- Património e herança cultural	
- A salvaguarda do património edificado	
- A interdisciplinaridade em ciências humanas	
- Estratégias de intervenção em zonas históricas	
- Representação gráfica da investigação histórica: uma possível metalinguagem?	

PARTE II

- Um caso de estudo: MÉRTOLA

1. - O casco histórico da vila de Mértola	1
1. - O território como suporte	4
1.1. - O suporte estático:	5
- geomorfologia, clima e limites territoriais	
1.2. - Recursos económicos dominantes:	14
- a mineração e a agro-pastorícia	
1.3. - O suporte dinâmico / As vias:	24
a) o Guadiana e as vias terrestres	
1.4. - Uma função como recurso	29
2. - Sínteses da investigação histórica	
2.1. - Período pré-romano:	32
a) Vectores históricos	
b) Padrão urbano e ocupações funcionais	
2.2. - Período romano e paleocristão:	38
a) Vectores históricos	
b) Padrão urbano e ocupações funcionais	
2.3. - Período islâmico:	47
a) Vectores históricos	
b) Padrão urbano e ocupações funcionais	
2.4. - Período medieval cristão:	53
a) Vectores históricos	
b) Padrão urbano e ocupações funcionais	
2.5. - Período moderno:	59
a) Vectores históricos	
b) Padrão urbano e ocupações funcionais	
2.6. - Período contemporâneo:	67
a) Vectores históricos	
b) Padrão urbano e ocupações funcionais	

- 2.7. - Diagrama síntese.
3. O programa de intervenção e recuperação urbana e as condicionantes histórico-arqueológicas. _____ 76

B. - Estudo sobre a arquitectura tradicional

1. - Parâmetros de unidade formal _____ 79
- a) - Habitação e tradição
- b) - Materiais e tecnologias. As componentes básicas dos processos construtivos. _____ 82
- c) - O estudo das medidas preventivas. Recuperação da tradição construtiva.
2. - Componentes técnicas e tecnológicas
- 2.1. - Materiais e formas de utilização
- a taipa _____ 90
- o adobe _____ 102
- o xisto _____ 106
- mármore e calcários _____ 111
- a madeira _____ 118
- o caniço _____ 128
- telhas, tijolos e ladrilhos _____ 134
- a cal _____ 142
3. - Um caso de recuperação de uma habitação tradicional. _____ 151
- 1.1. - Síntese da investigação histórica
- 1.2. - Levantamento arquitectónico
- 1.3. - Componentes materiais, tecnologias e patologias
- 1.4. - Programa de conservação/recuperação e proposta de novas funcionalidades

C. - Estudos e Programa de Intervenção/recuperação em edifícios emblemáticos

1. A Igreja da Misericórdia
- 1.1. - Síntese da investigação histórica _____ 163
- 1.2. - Levantamento arquitectónico
- 1.3. - Componentes materiais, tecnologias e patologias
- 1.4. - Programa de conservação/recuperação e proposta de novas funcionalidades
2. A Casa do Lanternim _____ 179
- 2.1. - Síntese da investigação histórica
- 2.2. - Levantamento arquitectónico
- 2.3. - Componentes materiais, tecnologias e patologias
- 2.4. - Programa de conservação/recuperação e proposta de novas funcionalidades

A- O CASCO HISTÓRICO DA VILA DE MÉRTOLA

A vila de Mértola detém uma excepcional estratigrafia histórica, conservando o seu casco urbano marcas significativas das sucessivas ocupações civilizacionais que paulatinamente o moldaram. Marcas remanescentes, em primeira ordem de grandeza, do estatuto de cidade que outrora ostentou, de tempos pré-romanos a islâmicos; de capital de um reino taifa e de sede nacional da Ordem de Santiago.

Na base desta prosperidade e grandeza perdidas, transparentes no conjunto urbano, nas suas imponentes muralhas e em níveis arqueológicos, encontram-se múltiplos factores, em particular o de ter sido o porto fluvial mais a norte da grande estrada que era o Guadiana, funcionando como placa giratória para um imenso território interior; o seu posicionamento e implantação estratégicas, com invejáveis condições de defesa e a riqueza do subsolo do seu termo.

Enquadrada no mundo mediterrânico - por força da sua ligação fluvial ao *mar interior* -, formou aí as características dominantes da sua fisionomia. Daí que, para lá de procurar dar algumas informações sobre as diversas etapas da sua evolução, pareça também importante, nesta breve nota introdutória, deixar algumas referências a essas tipologias do construir que são, acima de tudo, reflexos de uma estrutura civilizacional muito mais vasta.

O estudo dos materiais arqueológicos, em particular da cerâmica, que muito se tem desenvolvido nas últimas duas décadas para a região do Mediterrâneo Ocidental, vão gradualmente permitindo traçar o mapa das trocas e influências culturais, de uma região a outra, e da sua permanência. De facto, a navegação, se bem que maioritariamente costeira, permitiu a larga difusão de artefactos, por exemplo produzidos na Sícia ou na Tunísia e que, hoje, são profusamente encontrados nas escavações arqueológicas em Mértola ou em Silves, suplantando qualquer produção local. O Mediterrâneo já é, de facto, desde então, um enorme mercado comum, ligando os principais locais da orla e, também, os situados aos longos dos rios que, desembocando no mar, permitiam também o acesso aos locais do interior, e, destes, a um vasto território.

Para os materiais de construção o cenário é porém diverso. Não necessitando de matéria prima da melhor qualidade e evitando desse modo as dificuldades inerentes ao transporte de grandes quantidades, a permuta

entre os diversos grupos fica-se pela difusão dos modelos, mantendo-se o efeito de simbiose, mas materializada em produções locais; apenas excepcionalmente, em épocas de afirmação política de um potentado, como no caso do Império romano, a importação de alguns materiais (como no caso, o mármore) se fez com grande dinâmica.

É evidente que as características geográficas e geológicas condicionaram também os materiais e técnicas utilizadas. Idênticas tipologias construtivas se podem encontrar, por isso, em toda a área do Mediterrâneo, devido à sua grande homogeneidade física. É quase já um lugar comum afirmar-se que o sul é a zona em que o barro impera a nível construtivo, em parceria com a terra crua, se bem que a utilização da pedra complementa o uso destes materiais inúmeras vezes.

Certamente de épocas bem anteriores à romanização e islamização são notórias as similitudes nas técnicas construtivas e formas habitacionais de certas zonas montanhosas do Sul Peninsular com o povoamento arcaico do Rif norte-africano.

O desenho urbano é outra das facetas sobre a qual se tem procurado a definição de uma matriz civilizacional. No caso português, sempre se quis ver, na cidade feita de ruas emaranhadas, as reminiscências de um urbanismo de tipo islâmico. Acontece que no urbanismo islâmico existem também espaços urbanos desenhados a regra e esquadro, não se podendo então procurar, por essa razão, nas medinas, a génese dos emaranhados bairros das nossas mais antigas urbes, como seria o caso em Mértola.

Em confronto estão, ao invés, dois modos de conceber o espaço. No mundo mediterrânico, a urbe vai crescendo, vai-se organizando, seguindo a topografia, os arranjos familiares, as disponibilidades económicas, quase sempre reduzidas, que fazem a cidade crescer lentamente e cujo espaço disponível de circulação é apenas o estritamente indispensável, numa perspectiva de rentabilidade que torna viável esse mesmo crescimento. Em volta de um adarve (rua privada), pode, por exemplo, habitar a grande família alargada que tem 50 ou 60 pessoas (abrangendo avós, pais, filhos, netos, sobrinhos etc.), um verdadeiro clã que se organiza e estrutura desta forma no espaço urbano.

Ao poder político, seja qual for a sua natureza e época, importa antes a cenografia que atesta, perante o vulgo, a sua capacidade militar e económica e os contornos da sua liderança. Ele pode impôr determinados programas urbanísticos e construtivos. Assim se rasgam avenidas, se fazem praças e anfiteatros, e, nos edifícios com funções públicas ou de morada dos grandes senhores, se erguem imponentes fachadas.

Ao poder importa também a localização mais alta, o *castellum* ou alcáçova, com muralha própria e assim separada do resto da cidade. Em baixo, junto aos mercados, portos ou templos religiosos aglomera-se a população numa lógica em que a curta distância é sinónimo de maior funcionalidade, já que os seus recursos são menores e a força de trabalho com que pode contar é apenas a sua e a do seu clã familiar.

Outro aspecto importante da fisionomia das cidades - e de considerável importância arquitectónica na urbe de Mértola - é a sua gradual passagem de cidades abertas a cidades fortificadas, pela imposição, crescimento e reforço das cinturas de muralhas, acompanhadas também pela dos castelos, que se vão gradualmente ampliando até à imponência medieval.

Dentro destas abrigam-se então as casas, que, entrelaçando novas habitações com as sucessivas reconstruções, vão gradualmente preenchendo o espaço agora cintado; neste quadro são constantes as reutilizações dos materiais construtivos.

Fazer hoje uma leitura do tecido urbano de Mértola resulta difícil em consequência da intensidade de utilização de espaços que a ocupação humana promoveu: organizado como uma sobreposição de quotidianos torna-se complexa, hoje, a desmontagem de grande parte da sua área, aquela que é ainda habitada, e o foi sem interrupção. A arqueologia, que poderia confirmar determinadas leituras interpretativas, está limitada, em Mértola, no número e dimensão das suas intervenções no casco (principalmente concentradas na zona da alcáçova e do castelo, e no Rossio do Carmo, devido à ausência de habitações). No entanto, a conjugação de esforços com outras disciplinas, a investigação documental (escrita e iconográfica), os paralelos urbanos e de tipologia arquitectónica permitem traçar um quadro razoável das etapas do seu crescimento, sem esquecermos que esse desenvolvimento (ou o seu inverso) resultam, como em qualquer urbe, dos recursos disponíveis no território do qual é o centro.

1. - O TERRITÓRIO COMO SUPORTE

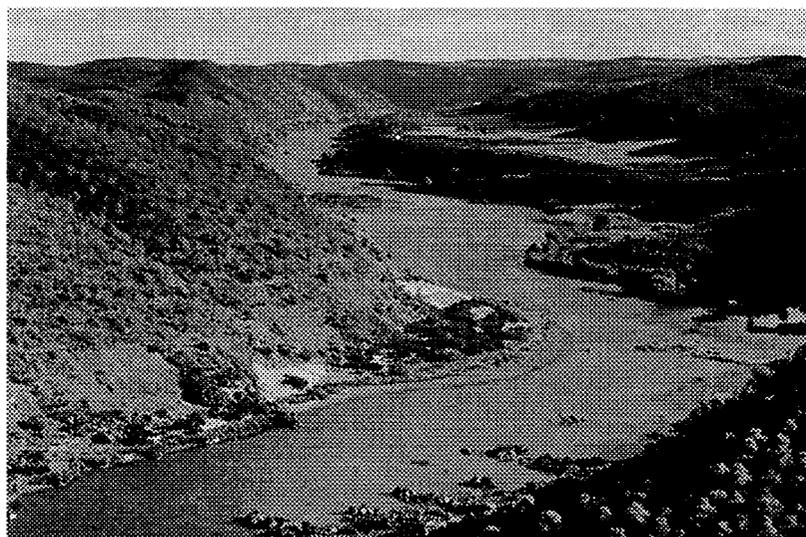
“A terra de um povo, já não é um simples dado da natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado pelas gerações onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação, original e fecunda, de dois elementos: território e civilizações”

ORLANDO RIBEIRO

O primeiro passo para a compreensão da estrutura de funcionamento dum território, é, sem sombra de dúvida, a definição dos limites da sua extensão e da influência do seu núcleo urbano principal. A matriz da região em estudo teve originariamente dois referentes fundamentais: a bacia hidrográfica do Guadiana e os limites mais restritos da área dependente da cidade/vila de Mértola.

Em termos estruturais, a bacia hidrográfica do Guadiana - tal como sucedia em outras bacias fluviais importantes - era o elemento aglutinador das localidades que viviam dos seus recursos directos e indirectos. E, por outro lado, via privilegiada de ligações de carácter histórico, que, desde épocas recuadas, foram reforçadas pelas rotas comerciais que tocaram múltiplos lugares do grande mar interior que é o Mediterrâneo.

O rio é a razão primeira da fixação, nas suas margens, das primitivas comunidades agro-pastoris e piscatórias, e da continuidade da sua ocupação por diversos grupos civilizacionais que neste local se vão sediando; em virtude da sua localização, Mértola vai ganhando vantagens estratégicas a outras situadas longe da linha de água (e dos recursos que ela gera) e desta forma vai aumentando e reafirmando cada vez mais o seu papel de estruturadora do território.



Este território possuiu sempre, do ponto de vista histórico, mas também económico, uma profunda interligação com a cidade de Beja e o seu termo, duplicidade funcional que sempre revelou grande eficácia: a Norte, as terras dos chamados “barros de Beja”, e limítrofes, onde o cultivo de cereais, da vinha e de outras espécies, em regime de cultura extensiva, foi sempre a grande vocação; na zona sul, situam-se as serranias da

transumância e da mineração, a riqueza piscícola e também, desde sempre, o porto de ligação desse vasto território interior ao mar, o local de saída e entrada de culturas e gentes, de riquezas diversas.

De certa forma pode então colocar-se a questão da estruturação deste território, ao longo da sua evolução - quer em termos dos seus recursos, como das suas formas de povoamento, como ainda das atracções que exerceu, em função da sua posição estratégica, sobre diversos grupos político-militares que marcaram as suas etapas históricas e civilizacionais.

A compreensão dessa estruturação assenta sobre dois vectores fundamentais. Por um lado a localização (que se aborda nos sub-capítulos seguintes), por outro, com a capacidade geradora de recursos económicos do território. Consistiam, estes, maioritariamente, na exploração dos recursos agro-silvícolas e pastorícia, na abundância e diversidade piscícola e no aproveitamento dos riquezas mineiras, estas últimas menos regulares na sua exploração em grande escala, mas muito marcantes nos períodos em que foi empreendida. Começemos por aqui então.

1.1. - O suporte estático

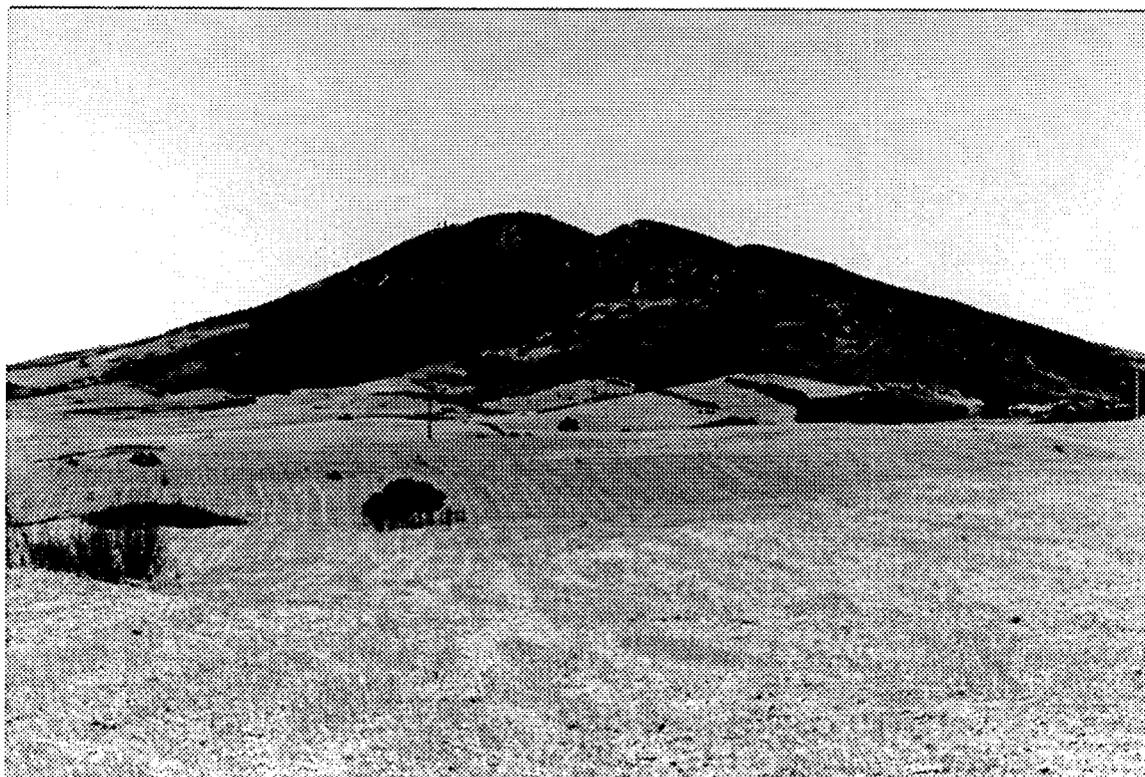
- Geomorfologia, clima e limites territoriais :

GEOMORFOLOGIA

Do ponto de vista geológico a região pertence em grande parte ao maciço antigo ou Maciço Ibérico, constituído por rochas metamórficas (xistos, micaxistos, anfíbolitos, mármore, etc.) e rochas eruptivas (dioritos, gabros, pórfiros e granitos) de permeabilidade reduzida.

A unidade morfológica fundamental do concelho de Mértola é a peneplanície umas vezes muito perfeita, como nas áreas de S. Sebastião dos Carros e S. Miguel do Pinheiro em que a altitude não excede os 250 metros; outras vezes com suaves ondulações correspondendo a relevos residuais, como se verifica a Oeste e Nordeste de Mértola. Estes alinhamentos de quartzito (Serra de Alcaria Ruiva, Serra de S. Barão e Serra de Alvares) estão orientados Oeste/Noroeste - Este/Sudeste.

O alinhamento setentrional (serra de Alcaria Ruiva) é o mais importante. Estende-se por cerca de 30 Km desde a Senhora de Aracelis até ao Guizo Pequeno, e culmina em Alcaria Ruiva (371 m), relevo que se prolonga para Este pelas cristas da Cela e Murteira. Esta formação deve-se a uma bancada de quartzito de 50 - 60 metros de espessura que sobe de Norte para Sul. Devido a esta posição o flanco setentrional é relativamente pouco



inclinado, enquanto que a cornija virada a Sul corresponde a um flanco abrupto. Em termos de orografia local é também de destacar a Serra de S. Barão, embora possua um relevo relativamente pouco vigoroso, que se eleva a 100 -150 metros acima do substrato de xisto.

O alinhamento meridional é constituído pelas serras de Alvares (309 metros) e Pero da Vinha (237 metros). Estes dois relevos foram originados por estratos diferentes e por isso não estão alinhados. Mais a Este aparece o cabeço de Penilhos a 280 metros, deslocado um pouco para Sul, provavelmente por acidente tectónico. Estas cristas quartzíticas levantam-se acima da peneplanície constituída essencialmente por xistos finos de cores claras, por grauvaques cinzento, separados por delgados leitos de xistos argilosos de cor escura.

Em síntese, pode referir-se que o actual território em torno de Mértola se divide em três sub-áreas bem demarcadas do ponto de vista geomorfológico:

1. A peneplanície, que ocupa cerca de 75 % da zona.
2. O curso do Guadiana e vales adjacentes, com cerca de 20 %.
3. Os relevos quartzíticos das serras de Alcaria Ruiva (370 m.), Alvares (310 m.) e São Barão (306 m.).

Cerca de 80 % deste território tem altitudes inferiores a 200 metros, e localizando-se as áreas mais elevadas sobretudo a Nordeste e Sul do termo. Predominam os declives moderados e acentuados (entre 15 % a 25 % de declive), verificando-se a existência de zonas mais escarpadas (entre 15 % e 25 % de declive) apenas em pequenos troços dos vales do Guadiana, início da ribeira de Cobres e ribeira de Limas e nalguns locais das ribeiras de Vascão e de Carreiras.

A rede hidrográfica teve, aliás, tendência para se encaixar nas principais fracturas e assim pô-las em evidência. O rio Guadiana e seus afluentes recortam-se nas fracturas mais importantes ou nas que têm faixa de esmagamento mais desenvolvida, tendo excelentes condições para captar os cursos de água vizinhos e tornarem-se colectores principais. Particularmente durante o Quaternário acelerou-se a descida do nível base e os rios encaixaram-se deixando pequenos terraços e níveis de erosão.

Do ponto de vista litológico dominam os xistos argilosos, alternando com bancos de grauvaques (1). Os xistos são pouco susceptíveis à alteração química, à alteração linear e são completamente impermeáveis, o que originou uma rede de drenagem desenvolvida e encaixada como se verifica no Guadiana e seus afluentes. A erosão ocorre hoje em função de um nível de base de cerca de 200 metros abaixo da antiga peneplanície. Nas proximidades do Guadiana e dos seus afluentes o desgaste é intenso e progride com rapidez. Se as condições actuais se mantiverem a antiga peneplanície será substituída por um monótono relevo de colinas mas sem desníveis importantes.

No que se refere aos solos da região, pertencem, de modo quase exclusivo, ao denominado tipo esquelético e mediterrânico, de baixa capacidade de uso agrícola. A maior parte dos solos da bacia (cerca de 90 %) pertencem às classes C, D e E. No que respeita à permeabilidade dos solos, pelo critério do *Soil Conservation Service*, pertencem maioritariamente ao tipo D, de permeabilidade muito reduzida e elevado potencial de escoamento superficial (infiltrações muito baixas).

As terras derivadas do xisto são o protótipo das *terras galegas*, as quais representam cerca de 85 % da superfície do Baixo Alentejo. A sua extrema pobreza e a presença persistente da rocha mãe, além da deficiência já referida em termos de aptidão, aumentam a sua vulnerabilidade face ao desgaste dos agentes atmosféricos.

Embora os últimos decénios tenham contribuído para acentuar os problemas de erosão, as baixíssimas aptidões agrícolas destes terrenos não seriam na Antiguidade ou na Idade Média muito diferentes das de hoje. Simplesmente, uma exploração menos extensiva e intensiva (como a que foi feita durante as *Campanhas do Trigo*), assentes numa mais cuidada gestão desses recursos, contribuía, certamente, para uma maior rentabilidade dos mesmos.

Do ponto de vista do uso do solo predominam hoje as culturas arvenses de sequeiro (36,7 % do território) e os matos, normalmente constituídos por estevas (31,0 %), sendo estes últimos em grande parte devidos ao abandono recente da cultura cerealífera.

Os azinhais e os montados de azinho, por seu turno, ocupam cerca de 25 % do actual concelho. Embora a importância das azinheiras nas regiões a Sul esteja atestada desde o período romano, qualquer tentativa de reconstrução da paisagem do concelho no que se reporta à época abrangida por este estudo é, de momento, uma tarefa irrealizável. Parece crível, no entanto, que a paisagem que se observava há poucas décadas atrás - com os azinhais, montados de azinho, matos, áreas abertas para pastagem e com o cultivo de cereais menos vulgarizado - fosse muito próxima à que os habitantes de séculos não muito recuados conheceram..

CLIMA

O Alentejo interior é uma região de clima continental com influências muito reduzidas das vizinhas regiões marítimas. O ar continental, vindo do interior da Meseta, afecta esta região a maior parte do ano. É um ar muito seco e quente no Verão e bastante frio no Inverno. Nesta estação do ano, a permanência de ar continental sobre o Alentejo Oriental apenas é interrompida pela passagem das depressões atlânticas que provocam um aumento de humidade e ocasionam precipitações.

As amplitudes térmicas são muito fortes nas zonas baixas e, sobretudo, nos vales encaixados do Guadiana e seus afluentes, onde as temperaturas de Verão são muito elevadas.

O concelho de Mértola está integrado em três áreas distintas, com contrastes térmicos diferenciados:

- a primeira, que corresponde ao regime térmico que caracteriza parte significativa do Alentejo interior, ocupa a maior fatia do concelho e é limitada a sul, aproximadamente, pela Ribeira de Oeiras. O Verão é muito quente com temperaturas máximas a atingirem médias superiores a 32°C e com mais de 120 dias de temperatura máxima superior a 25°C; o Inverno é fresco, com a temperatura média do mês mais frio oscilando entre 2 e 4°C e com 10 a 30 dias de temperatura mínima inferior a 0°C;

- a segunda, situada a sul da antecedente e que inclui ainda o interflúvio entre a Ribeira de Oeiras e a Ribeira das Carreiras, corresponde à parte do Maciço Antigo que se eleva progressivamente para sul, até à serra do Caldeirão. Este regime térmico prolonga-se por quase todo o Algarve litoral. O Verão é quente com a temperatura máxima média entre 29 e 32°C com 100 a 120 dias de temperatura máxima superior a 25°C; o Inverno é moderado com a temperatura média do mês mais frio entre 4 e 6°C e com 2 a 15 dias de temperatura máxima inferior a 0°C;

- a terceira situa-se numa faixa a norte da Mina de S. Domingos e, aproximadamente, entre o semi-meridiano do Vale Formoso e a fronteira. O Verão é muito quente e o Inverno moderado.

A temperatura média anual situa-se hoje por volta dos 17° C, sendo a precipitação registada em Mértola da ordem dos 600 mm/ano, 80 % da qual concentrada entre os meses de Outubro a Março.

As características genéricas da região permitem a sua inserção nos chamados climas mediterrânicos, caracterizados por serem os únicos do mundo (e exceptuando o caso dos desertos) sem chuva significativa nos meses de Verão.

Nos vales e baixas continentais, o arrefecimento nocturno e o deslizamento do ar frio e denso ao longo das vertentes provocam a formação de nevoeiros, mais frequentes nas noites e princípios das manhãs de Outono, Inverno e Primavera. Os vales do Guadiana e seus afluentes são particularmente afectados por este fenómeno.

No Alentejo interior as precipitações são, em geral, reduzidas. Sem relevos importantes que funcionem como barreiras de condensação, nota-se uma certa monotonia na distribuição dos totais anuais. Desde a região de Beja até à serra algarvia, os valores oscilam entre os 400 e os 600 mm. O vale do Guadiana e toda a região a sul dum linha que passa pela vertente norte da ribeira de Oeiras, por Mértola, Mina de S. Domingos e que inflecte depois para norte ao longo da fronteira, recebe menos de 500 mm. É uma das áreas mais secas do País e que se prolonga pela vertente Este da serra do Caldeirão; encontra-se ainda numa estreita faixa do litoral algarvio.

Apesar da monotonia do relevo, de colinas talhadas nos xistos e de dimensões relativamente pouco importantes, a orientação das vertentes parece jogar um papel importante nas precipitações recebidas.

LIMITES DO TERRITÓRIO

Encarar a questão dos limites territoriais, se se pretende dar uma perspectiva histórica da sua evolução, não é tarefa que se apresente facilitada, devido quer à falta, para determinadas épocas, de elementos documentais precisos, quer também devido a uma organização diferente do território, no que se refere à humanização da paisagem, desenvolvida em diferentes épocas. Esta última tende a ser um pouco distorcida em função de uma ideia padrão - o campo cerealífero - da estruturação da região alentejana (mesmo tratando-se de regiões já na confluência de sistemas orográficos muito distintos da peneplanície), e induz na busca de uma imagem que, pelo menos antes do século XVIII, não poderá, na extensão e dimensão actual, ter existido.

Ou seja, a avaliação dos limites e dos recursos do território que podem gerar a quantidade suficiente para a sustentação de um determinado agrupamento populacional, assentam em rentabilidades diferentes das actuais, o que pode explicar algumas diferenças face à época actual.

É evidente que, desde as épocas mais arcaicas, qualquer território de uma comunidade humana teve o seu limite, muitas vezes com variabilidade consoante se tratasse de definir o termo económico, a sua zona de segurança, ou as confluências com as comunidades vizinhas. Para este fim, a paisagem forneceu habitualmente os referentes, situados as mais das vezes nas linhas de fecho das montanhas e colinares de difícil travessia nas regiões acidentadas, ou em profundos e escavados vales e ravinas que tantas vezes ocorrem, no Baixo Alentejo, nas zonas limítrofes da planície central.

No entanto, é particularmente a intervenção de carácter político/ institucional que, de uma forma mais consistente, assegura que as referências de limitação de um determinado território adquiram a estabilidade e aceitação comum que regularizam a sua gestão. "A definição de limites políticos, cremo-la saída dessas inter-relações regionais, em que a rede de trocas comerciais e de transportes, o tipo de povoamento, a estrutura agrária, condicionados vivamente pelos factores naturais, se conjugaram e sobreviveram à passagem da História." (2)

O território de Mértola, enquanto área estruturante associada à vila, conheceu provavelmente poucas variações desde que a localidade começou a exercer as suas funções de local de transferências entre as rotas fluviais/marítimas e as terrestres (convém aqui desde já ressaltar que, desde época medieval foram politicamente estáveis, com apenas uma pequena redução - a perda da freguesia de S. Marcos de Atabueira - já em época contemporânea; portanto a questão que aqui se coloca é a percepção de uma definição territorial anterior a este período).

De facto, se hoje profundamente se analisarem os seus contornos geográficos, compreender-se-á que, nesta perspectiva, pouco diferente podia ser a sua configuração.

A Sul, a inhospita serra algarvia constituía obstáculo de difícil transposição, separando o termo de Mértola da orla meridional, área de distintas características climáticas, paisagísticas e culturais. Aqui, a única forma de contacto era a travessia pela estreita garganta fluvial do Guadiana, fluentemente utilizada, mas sem muita capacidade de expansão, em termos de domínio sobre o território, para lá do aproveitamento que as pequenas comunidades piscatórias faziam de pequenas bolsas de cultivo situadas nas margens ou próximo delas. E em breve, a caminho de sul, se entrava na área de influência de Alcoutim.

Para o interior, o usufruto da bacia do Guadiana sempre empurrou a limitação do território mais para as cumeadas que, na sucessão das serras do Andevalo, marcam orograficamente a passagem do nosso actual território para o de Espanha. A importância desta hoje designada *margem esquerda* (o Guadiana não faz, portanto, fronteira nesta região), enquanto área beneficiadora e simultaneamente protectora da linha de água que alimentava a fértil agricultura da região de Serpa e Moura, foi eficazmente entendida por D. Dinis, que assegurou a sua manutenção, em 1297, face às pretensões do reino de Leão, com a assinatura do Tratado de Alcanices, e reforçou as suas condições de defesa, de que a imponência do castelo de Noudar pode ser o símbolo.

No entanto, a passagem de Mértola a Serpa (atravessando a serra do mesmo nome) não era uma ligação fácil e a ausência de navegabilidade do Guadiana não foi, decerto, estimuladora de contactos férteis até épocas mais recentes. Os caminhos preferencias não se dirigiram, em épocas mais recuadas, nessa direcção.

Para norte, em direcção a Beja, se bem que seja a ligação mais correntemente desenvolvida em termos históricos, não deixa também de ser verdade que é nítida aí a diferença entre os dois termos: o de Mértola de solos xistosos e dominado pelos matagais, e o de Beja, composto por férteis solos agrícolas; no meio, estabelecendo uma profunda garganta entre as duas zonas, correm as ribeiras de Terges e Cobres, estabelecendo, à semelhança do que se referiu já para o Vascão, uma nítida linha divisória entre os dois territórios.

Para Oeste ficava então a fachada aberta do termo de Mértola e, aí sim, houve de facto épocas em que o limite passava para lá do actual. Mais à frente tentaremos escarpelizar melhor este aspecto.

Como atrás já se referiu, estes limites que, do ponto de vista geográfico e da estrutura efectiva de recursos correspondem, desde tempos muitos recuados, quase aos actuais, não tiveram, no entanto, e no que à área de jurisdição se refere, contornos tão definidos nem limites tão estreitos ao longo da evolução histórica do termo.

Em época romana, o seu estatuto jurídico e a sua importância como local regulador das trocas mercantis, num contexto de intensa actividade de extração das bolsas mineralíferas da região, decerto prolongaria a sua influência pelo interior da bacia do Guadiana até territórios hoje na vertente oeste das serras do Andevalo

A questão principal, em termos geo-históricos, que mais importa precisar e que, devemos dizê-lo, não tem ainda uma resposta cabal, é a manutenção de uma continuidade desse termo mais alargado que, estendendo-se pelo período tardo-romano seja ainda uma realidade na época islâmica. Um dos investigadores que mais se tem devotado ao estudo e compreensão dos limites geográficos do termo de Mértola e das suas relações com a bacia do Guadiana, vistos numa perspectiva histórica, João Carlos Garcia, enuncia, com grande perspicácia esta questão, ao afirmar que “as características da administração e da organização territorial do sul da Península durante a ocupação árabe tem sido alvo de amplos estudos que procuram esclarecer a sua originalidade ou o seu papel de herdeiros do encontrado nesse espaço: os condados visigodos, as dioceses da igreja hispano-goda, as províncias e os *conventi* romanos e, todos eles, sucedendo-se numa continuidade em que as alterações teriam ou não sido de fundo.” (3)

Esta questão pode vir a revestir-se de uma importância acrescida, uma vez que é hoje perceptível, pelos estudos feitos sobre as fontes desse período, que durante a dominação árabe a continuidade e estabilidade dos limites territoriais foi grande, se bem que tenham existido grandes oscilações em termos de controlo político. Ou seja, épocas houve em que o território era gerido pelos representantes de uma entidade jurisdicional situada noutro ponto geográfico - como sucedeu durante o califato de Córdova -, outros em que conservava uma independência relativa, assegurada por um conjunto de deveres e obrigações estabelecidas *contratualmente*, renunciado o que, na Europa medieval, se viria a designar como relação feudal. Mesmo durante os períodos almorávida e almoadá essa continuidade se manteve, embora tenham existido alterações que “ (...) dizem especialmente respeito à vida social das comunidades: um maior controlo por parte do poder, face ao estado constante de guerra com o Norte cristão, por um lado; reagindo contra a heterodoxia religiosa que os pensadores peninsulares fomentam, por outro.

A área do Baixo Guadiana, as suas comarcas serranas, são terras pobres e esquecidas, onde a permanência das formas de ocupação da terra, será uma realidade histórico-geográfica, que atravessará vários séculos.” (4)

Assim, uma vez mais, parece podermos concluir que essas extensões do território gerido por Mértola se revestem de carácter ocasional representando fases de interesses efémeros, baseados numa exploração temporário de um qualquer recurso (como aconteceu com as explorações mineiras de pequena dimensão) ou de períodos de acirrada disputa política em busca de consolidação de poderes em zonas para lá das fronteiras naturais do termo.

Tal área de influência alargada, que nalguns períodos certamente existiu, foi apenas viável em épocas em que as divisões político-jurídicas na Península seguiam as divisões geo-territoriais dominantes, acompanhando, e não distorcendo, as condicionantes que as diversas facetas do território lhe iam sugerindo, numa lógica de eficácia e harmonização. A guerra de Reconquista Cristã e as lutas intestinas entre os novos reinos então emergentes impediram essa continuidade, obrigando a uma divisão baseada em marcados referentes geográficos, que definisse com rigor o lado pertencente a cada um, e que, principalmente pela sistemática utilização das principais linhas de água para tal efeito, desestruturaram, oficialmente, os territórios, privando-os da sua organicidade. É evidente que, no geral, as populações da raia, irmanadas pelos seus referentes tradicionais, continuaram sistematicamente a viver em conjugação, gerindo e beneficiando em conjunto dos recursos que estes lhes facultavam e, sem sombra de dúvida, persistem as velhas solidariedades e cumplicidades, ao nível das relações sociais e familiares entre as comunidades entretanto divididas pela imaginária linha de fronteira.

Os limites naturais, que delimitam verdadeiramente um território com coesão interna e marcadas divisões, em quase todas as frentes, com os termos circunvizinhos, são expressamente consagradas na documentação escrita de meados do século XIII; que traduzem, pode dizer-se, divisões desde há muito sedimentadas, não fazendo as sucessivas ocupações do território mais do que proceder à sua confirmação.

O foral de Mértola, instituído por D. Sancho II em 1239, data imediatamente posterior à reconquista da vila, segue as linhas de água e os festos dos montes como pontos de referência fundamentais, traçando de forma um tanto esquemática ou aproximada os seus limites, que as demarcações dos termos vizinhos e a própria toponímia e micro-toponímia auxiliam a precisar.

O limite do termo de Mértola era marcado a Sul pela ribeira do Vascão (Vascom), até às faldas da Serra do Caldeirão e até Corte Figueira, no limite do território de Marachique. Para Norte a fronteira passava por um cerro junto ao actual Monte de Cidadãos e por um outro junto a Cabecinhas. Almodôvar, na zona limítrofe dos dois termos, representaria a fronteira Oeste de Mértola (as matas de Almodôvar eram a fronteira mencionada no foral). A linha de demarcação seguia, a partir de Almodôvar, a ribeira de Cobres (Colubris), passando pelo cerro das Lançadoiras (expressamente mencionado) e até à confluência com o Guadiana. A fronteira com o termo de Serpa era certamente marcada pela ribeira de Limas, abrangendo a Serra de Serpa e mais para Norte da actual divisória dos dois concelhos.

Temos, em síntese, um espaço delimitado a Sul pela ribeira de Vascão, a Oeste pelas matas de Almodôvar, a Norte pelas ribeiras de Cobres e Terges e a Oeste pelos termos de Serpa, Alfajar de Pena e Ayamonte.

Embora o foral não seja muito claro a esse respeito, parece evidente que a fronteira do termo de Mértola abrangesse os terrenos da margem esquerda do Guadiana que ainda hoje fazem parte do seu concelho e um pouco mais além, até à zona de influência de Niebla.

O posterior crescimento dos municípios de Almodôvar, Castro Verde e Serpa viria a implicar a alienação, em

favor destes territórios, de algumas zonas antes pertencentes ao termo de Mértola. De igual modo, o estabelecimento da fronteira entre Portugal e Castela na ribeira de Chança retirou, por outro lado, as terras a Este desse curso de água da dependência de Mértola.

Parece pois poder afirmar-se que as linhas traçadas pelo foral que delimitam o território entretanto colocado (em 1254) sob a jurisdição militar dos cavaleiros de Santiago, terão respeitado, sem variações dignas de registo, os limites de um espaço justificado por uma antiga dinâmica económica regional, organizada em torno de Mértola. Como afirma Orlando Ribeiro “é evidente que as divisões da Reconquista não reencontraram, por um acaso pouco explicável, os limites antigos; estes é que não tinham, através dos tempos, perdido totalmente o seu valor.” (5)

Este território, se bem que dotado de limites, como vimos, razoavelmente estáveis, não é no entanto homogéneo, e da sua diversidade morfológica resultaram, como não podia deixar de ser, actividades humanas diversas que, pela sua complementaridade, asseguraram a manutenção dos seus habitantes.

As actividades básicas de agro-pastorícia e outras de exploração dos recursos do território estavam assim divididas ou dessiminadas sobre esse pano de fundo, consoante as suas características: “(...) a parte oriental do concelho, entre o Guadiana e o Chança é (...) uma área de relevo acidentado, em plena serra de Mértola. A esta está associado um modo de vida cujos traços estão presentes no depoimento do pároco | nas *Memórias Paroquiais* | : criação de cabras e ovelhas; cultivo de trigo e centeio; caça e recolha de frutos do sobreiro e da azinheira (para o gado, mas provavelmente também como recurso alimentar humano); apicultura. O corte de árvores está associado à produção de carvão; as queimadas, muito importantes no dizer do pároco, revelam a agricultura itinerante do tipo “roça”: queima, sementeira sobre as cinzas durante um ou dois anos, abandono do terreno para recomposição do mato até nova queima, daí a sete, oito anos, ou mais. (...). No outro extremo, em Alcaria Ruiva e S. Marcos, encontramos uma predominância de terras planas em que se multiplicam as pequenas implantações humanas, provavelmente correspondendo cada uma a um centro de agricultura extensiva; combinadas com aldeias em que se encontram caminhos e são concentrados os serviços da paróquia. Mais interessante é a sua relação com as terras mais acidentadas, a Norte: uma feira de pequenas localidades borda os seus pontos de contacto entranhando-se algumas na parte de relevo mais recortado, a Nordeste, deixando entrever a complementaridade das duas paisagens, plana e de monte.” (6)

Será só já em época contemporânea que este antigo termo de Mértola será alterado, na sequência das reformas liberais que, ao abrigo do pressuposto de reorganizar administrativamente os municípios e operacionalizar a divisão do território, se extinguem cerca de dois terços dos concelhos do país e se definem novas fronteiras para os mesmos. É neste contexto que é decretada a anexação da freguesia de S. Marcos de Atabueira ao concelho de Castro Verde, privando o de Mértola de uma fatia ancestral do seu território.

1.2. - Os recursos económicos dominantes

- Mineração, agro-pastorícia e pesca :

MINERAÇÃO

Os estudos realizados a partir dos escuriais e dos locais de exploração puderam já confirmar a importância das jazidas ibéricas no contexto das civilizações mediterrânicas antigas, constando-se, pela diversidade de referentes arqueológicos, a certeza dos factos sobejamente referidos pelas fontes clássicas: “A mais celebrada coisa que nos tempos antigos havia eram as riquezas de ouro e prata de Espanha, de que todos os geógrafos gregos e latinos fazem menção, e aos poetas não esqueceu cantando das áreas de ouro de seus rios de que a Portugal não cabia a menor parte. Pela qual fama de riquezas, os fenícios e os gregos, e outras nações da Europa e da Asia, vinham buscar ouro e prata (...)”. (7)

Na área do concelho de Mértola, a sua bolsa mais rica localiza-se numa zona a Este, em torno do lugar de S. Domingos. Nos finais do século XIX chegou a reinar a controvérsia sobre a exploração pré-romana deste local. Não nos queremos alongar, no âmbito deste trabalho, na pormenorização desta polémica. Indubitáveis, esses sim, os trabalhos romanos, que atingiram extensão notável no subsolo, e se prolongaram, como o referencia António Gião, por quase quatro séculos: “(...) a exploração (...) teve lugar nos princípios da era christã por espaço de uns 385 annos (seja do anno 12 a 397).” (8) ; escrevendo na mesma época, Costa Sequeira é peremptório: “As investigações feitas nos arredores da mina onde se encontram restos de numerosas construções, túmulos, objectos de cerâmica, estátuas, medalhas, moedas, etc., etc., confirmam a opinião de que o jazigo foi explorado durante o período acima determinado”. (9)

Independentemente da extensão cronológica dessa lavra, e mais do que ela, importa aqui referir a sua dimensão: “Os trabalhos antigos desciam em profundidade 20 metros abaixo da galeria do esgoto feito pelos romanos e estavam dispostos na massa de um modo perfeitamente irregular, visto como, não podendo elles utilizar as pyrites pobres em cobre, apenas procuravam extrahir o mineral de percentagem elevada, que se encontra no jazigo muito determinado. Calculam-se em 150.000 metros cúbicos os volumes somados das escavações antigas”. (10)

Em termos gerais, os romanos continuaram a explorar os locais conhecidos dos gregos: “Desde los primeros momentos de su conquista por Roma, Hispania fue una fonte casi inegotable de metales. Raro será encontrar un autor clasico que al hablar de ella no alabe tal riqueza. Junto a la plata, el plomo, el estaño, el cobre, el hierro y el mercurio, el oro ocupa un lugar preeminente por su valor real y simbolico (...)” (11); No período imperial, porém, essa exploração intensificou-se, tanto a de metais preciosos, como a de cobre, minérios indispensáveis à sustentação da fantástica máquina de guerra romana; o fabrico de armas e a procura de metais nobres capazes de assegurar a fidelidade das legiões são o contexto directo da exploração “industrial” romana na Mina de S. Domingos, entre o século I e o final do século IV.

Mas não só desse local. A proximidade da regiões metalíferas de Aljustrel (Vipasca) e de outras jazidas de menor dimensão faziam afluir, em determinadas épocas, ao porto fluvial de Mértola, também os produtos da sua exploração. Numa acrescida dinâmica, o melhoramento das vias, o progresso demográfico inevitável, associados a um florescimento comercial, e com a gestão de uma poderosa máquina político-militar (reflectida de forma emblemática no texto das placas de bronze de Vipasca) tiveram um impacto estruturante da maior importância para todo o território dirigido a partir de *Mirtylis*.

A decadência da estrutura imperial romana leva ao abandono da extracção mineira em escala massiça, mas, é provável que, ao menos no que respeita à busca do ouro e da prata, ela tenha sido ininterrupta, desde o século IV até à Idade Média. De facto, fontes muçulmanas referem o número considerável de minas em exploração na zona de Beja, e documentos medievais portugueses, nomeadamente os forais, citam a prata como uma mercadoria a ser taxada no concelho de Mértola.

Nesta questão importará fazer aqui um pequeno parentesis: esta mineração, feita em inúmeros locais do território de Mértola (e noutros mais afastados, mas sempre acompanhando o evoluir da faixa piritosa), tinha essencialmente em vista, como já havia sido feito em período pré-romano, o aproveitar dos afloramentos minerais superficiais, vulgarmente designados “chapéus de ferro”, em resultado da sua capa de óxido de ferro. Debaixo desta, em resultado da “limpeza” feita pelo oxigénio do ar (processo que dá pelo nome de lixiviação), o ouro e a prata podiam ser recolhidos sem a abertura de galerias. Foi a perseguição em profundidade desses veios que levou à abertura das cortas, buracos mais profundos, servidos ou não por galerias. Esta designação, sinónimo de mina, abunda na toponímia do concelho de Mértola, atestando a sua riqueza mineral:

“A actividade mineira em época islâmica, controlada por pequenas comunidades que escondem o local ou locais de extracção e vendem o metal nos mercados urbanos, como certamente já o haviam feito os seus antepassados em época romana e pré-romana.(...) um exame toponímico ao termo de Beja | permitiu localizar | várias dezenas de pequenas bolsas mineiras cuja dispersão só é explicável pelo afloramento de chapéus de ferro e cuja exploração só seria possível, ao que pensamos, sob o controlo de comunidades autóctones.” (12)

Pode levantar-se, por comparação com outras actividades, a hipótese da continuidade da exploração mineira, conquanto se veja esta como uma ocupação de um pequeno grupo humano, que manteria no seu seio os conhecimentos técnico/tecnológicos ligados à mineração, e que, conseguindo manter vivas as rotas comerciais do ouro, prata e cobre, contribuíram também dessa forma para a sobrevivência demográfica/económica da região.

Em termos de avaliação do impacto local da exploração dos recursos mineiros, é óbvio que, depois desta época, e ao que podemos inferir, ele rapidamente diminui e vai-se progressivamente apagando até que, naturalmente em função de uma era tecnologicamente diferente, um novo surto de aproveitamento massiço dos seus recursos metálicos surgiu.

Em 1856, um prospector a soldo das companhias financeiras europeias, regista o local de S. Domingos para concessão mineira. A área de exploração cedida ocupava um hexágono irregular com os seguintes vértices: Cerro do Pêgo da Sarna, Cerro do Vale de Cambas, Cabeço das Bicadas, Alto de Chabocães, Alto do Vale da Mata e sinal da Herdade da Careta, abrangendo a área total de 798.000 m².

A concessão da exploração é cedida à Mason & Barry Limited, e. logo, em 1858, foram extraídas as primeiras 236 toneladas de pirites sulfurosas. A partir de então, cresce rapidamente um enorme complexo mineiro e habitacional que tornará a mina de S. Domingos o principal empreendimento nesta actividade do país.

Refere Pinho Leal, no seu “Portugal, Antigo e Moderno”, que “a povoação mineira, | era | composta por mais de 300 fogos | se bem que exíguos, uma vez que, na grande maioria deles, a área disponível para cada família não ultrapassa os 15 m²! | com uma bela igreja, casa para escola, hospital, palácio da empresa, laboratórios, sala de desenho, teatro, casa da philarmónica, casa de recreio com bilhar e gabinete de leitura, hotel, cavalaria e oficinas apropriadas para todos os serviços (...). “. (13)

refiram-se ainda as instalações necessárias para a extracção, selecção e transporte do minério; e uma central eléctrica, a primeira de todo o Alentejo; fundições, serralharias, carpintarias e oficinas diversas. É montada uma linha ferroviária, de 17 Km de extensão, ligando a Mina de S. Domingos ao Pomarão, onde são construídas as instalações portuárias necessárias ao escoamento do minério: “O porto do Pomarão, insignificantíssimo antes da lavra d’estas minas, é hoje um porto de grande importância, pela concorrência dos navios de vela e vapores, que vem aquí carregar o minério para o levar para a Grã-Bretanha”. (14) Semeia-se um grande eucaliptal, destinado à produção de combustível. Duas grandes represas de água alimentam também a exploração (a falta de água suficiente é geralmente apresentada como a causa do falhanço das explorações tentadas em Portugal

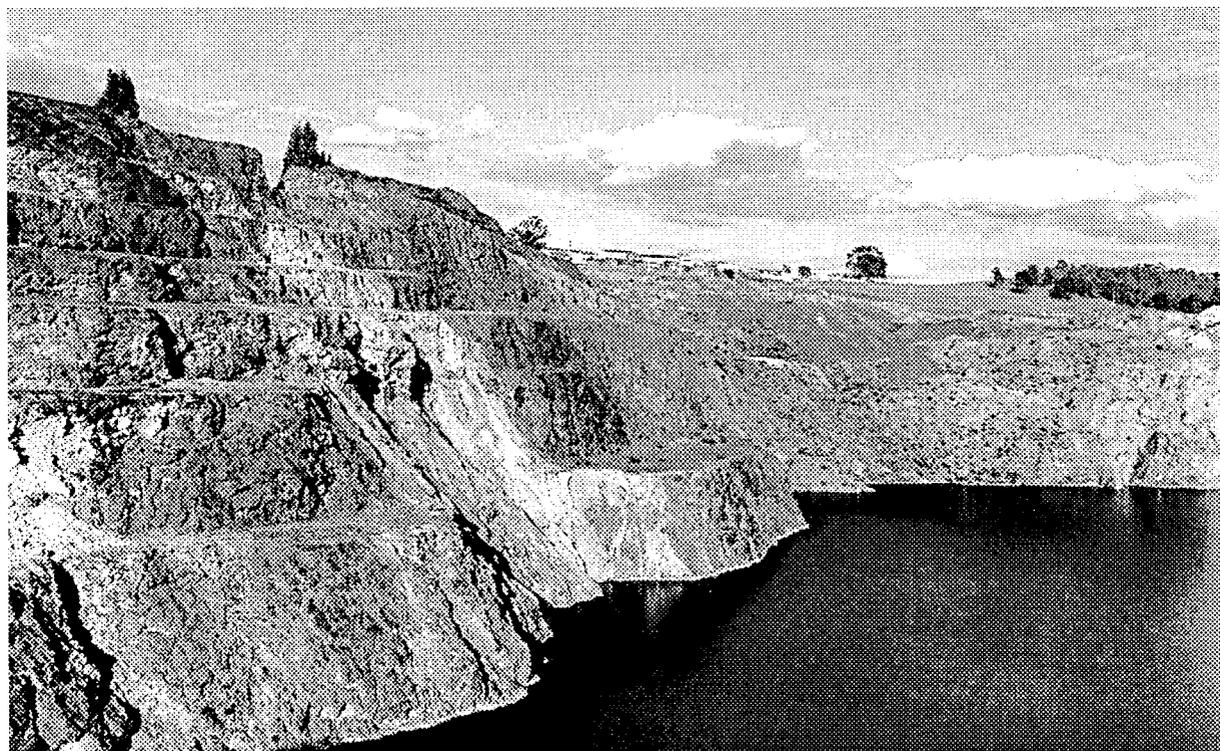


no primeiro quartel de Oitocentos).

Face ao volume de postos de trabalho e à inevitável atracção que exerceu sobre muitos trabalhadores de outras regiões, o funcionamento, durante um século, da mina, transformou a anteriormente pequena aldeia de S. Domingos no mais importante núcleo habitacional do concelho (chegou a ter perto de 5000 habitantes), e local em função do qual se organizou então, boa parte da actividade económica da região. O comércio cresceu, e nasceram actividades diversas em função dessa exploração mineira. O seu fim e o consequente esvaziamento populacional contribuiu também fortemente para o encerramento da quase totalidade destes estabelecimentos.

De qualquer modo a produção das minas atingiu expressão notável. Calcula-se que no total dos 100 anos de exploração contemporânea da mina se tenham produzido 20 milhões de toneladas de minério.

Este impressionante número não esconde, porém, as crises de exploração que a mina conheceu até ao seu encerramento. Apesar de se ter diversificado a produção, para viabilizar a sua continuidade (e de que são exemplo, a construção, em 1930, de novas instalações de queima, na Achada do Gamo, onde se preparava o enxofre, de elevado nível de pureza, e que alimentava, em regime de exclusividade, a C.U.F.), as dificuldades da mina persistiam em continuar. Em 1943 verificam-se novas crises significativas de falta de minério, que têm como consequência o aprofundamento das zonas de extracção; em 1958, a empresa concessionária da mina - ainda a "Mason & Barry" - tem só já 1650 empregados (chegara a ter para cima de 3000); em 1962 a fábrica de enxofre cessa o seu funcionamento e em 1965 é decidido o encerramento da mina, sendo interrompida a actividade de extracção. A empresa alega esgotamento dos filões mais importantes e falta de rentabilidade



da exploração dos demais; em 1967, para impedir o acesso à zona de extracção, a mina é alagada após o rompimento das represas. Finalmente, a 22 de Abril de 1968, é decretada a falência da “Mason & Barry” e, nesse mesmo ano, é feito o último despedimento.

A Mina esvaziou-se rapidamente. Foram ficando os velhos vivendo das magras pensões. A população desceu para 1/5 do seu quantitativo anterior. Mal fechou a mina, desapareceram os equipamentos sociais que haviam sido instalados: o hospital, a farmácia, a central eléctrica e até a “Casa da Farinha”, onde outrora era vendido este cereal, base de alimentação dos mineiros.

As consequências para o concelho de Mértola foram então extremas. A actividade comercial e de serviços da vila dependia em muito da sua ligação ao funcionamento do complexo mineiro. O desemprego e consequente emigração dos antigos trabalhadores provocou uma profunda crise económica que marca o fim do último período de prosperidade baseado na riqueza mineralífera.

A AGRO-PASTORÍCIA E A PESCA

“A agricultura portuguesa, como a das outras mediterrâneas, organizou-se à volta de três preocupações fundamentais: o cereal que dará o pão, a vinha, que fornecerá a bebida estimulante, e a oliveira, cujo azeite supre, na máxima parte, a deficiência de gorduras animais (...)” (15)

Percorra-se o Alentejo e comprovar-se-á esta divisão, partilhada eficazmente com o sobreiro e o azinho, que se envolvem nesta cumplicidade, fornecendo não só madeira e cortiça, mas também o importante complemento alimentar para alguma pecuária.

É evidente que existem variações locais, dentro do padrão que se traça comumente para esta região, mas, no seu conjunto, as diversas bolsas acabam por, complementando-se, se aproximar razoavelmente deste modelo.

Num território de relevo acidentado, a fertilidade dos solos era também fraca, mesmo nas zonas mais facilmente cultiváveis. À sua irregularidade soma-se o facto de serem delgados e pedregosos o que faz com que a sua capacidade, em termos de retenção de águas, seja baixa. Todos estes factores concorriam para a necessidade de se fazer uma cuidada gestão do seu uso, o que ocorreu ao longo de séculos, pela prática de uma agricultura itinerante intercalada com longos pousios, permitindo ao solo adquirir alguma fertilidade e evitando, de forma sagaz, a sua erosão (o mesmo não se pode dizer das modernas campanhas do trigo, realizadas no início deste século que, mostrando grande incompreensão face às características do solo alentejano, procuraram aumentar a sua produtividade, com um plantio sistemático e extensivo que rapidamente arruinou as terras, por esgotamento e erosão. Muitas foram já devolvidos aos estevais e o processo continua ainda...).

Se o solo foi um factor determinante, o clima não o foi menos. Do seu regime anual dependeu a escolha das plantas adequadas: as que são capazes de frutificar antes do Verão ou que, com eficácia, resistem à longa estiagem, foram as seleccionadas: os cereais de sequeiro e as árvores de raízes profundas, capazes de se alimentar das humidades do subsolo. No fundo, as culturas consideradas tradicionais da zona mediterrânica, as árvores de fruto que formam pequenas bolsas em redor das localidades, a oliveira, e depois as amendoeiras, figueiras, alfarrobeiras, avelaneiras, que, no seu conjunto, cobrem uma fatia considerável do território.

A formação da estratégia agrícola desta região segue o padrão da zona mediterrânica, e a sua continuidade é exemplarmente descrita por Ferdinand Braudel: “Os contrastes da paisagem exprimem essa hierarquia concêntrica dos interesses, a desigualdade da ocupação do solo, as variações da exploração agrícola. De Roma aos nossos dias, permaneceu de um modo geral a mesma divisão do terreno. Por um lado, a área dos campos cultivados: o *ager*. Por outro lado, as áreas não cultivadas, mistura de árvores e de restolho, de matas e de pedras, feudo dos carvoeiros, dos pastores e dos animais domésticos ou selvagens: o *saltus*. Mas o próprio *ager* exigia longos períodos de pousio, e ano sim, ano não, ou de dois em dois anos, se não mais, era devolvido aos rebanhos de ovelhas que, mal acabava a ceifa, invadiam o restolho e por lá permaneciam, ao passo que eram drasticamente corridos das hortas e das vinhas.” (16)

No termo de Mértola também a pastorícia assumiu esse papel de complementaridade. Igualmente itinerante, permitia ainda às populações produtos excedentários a ela associados, como é o caso da lã e do queijo; produtos “sazonalmente canalizado |s| para os mercados regionais/locais e inter-regionais, neste caso, utilizando, a partir de Mértola, a via fluvial do Guadiana. O ciclo económico agro-pastoril fechava-se no aproveitamento intensivo dos recursos dos matos, nomeadamente na caça e produção de mel e carvão.” (17)

Para a gestão dessas actividades e do território a elas associado os romanos criaram uma rede de estabelecimentos agrícolas - as *villae* -, das quais a herdade e o monte descendem, cada uma delas responsável por bolsas de alguma extensão. Como refere Jorge Alarcão, “a ideia corrente (...) é a de que o Alentejo foi, na época romana, região de latifúndios.” (18)

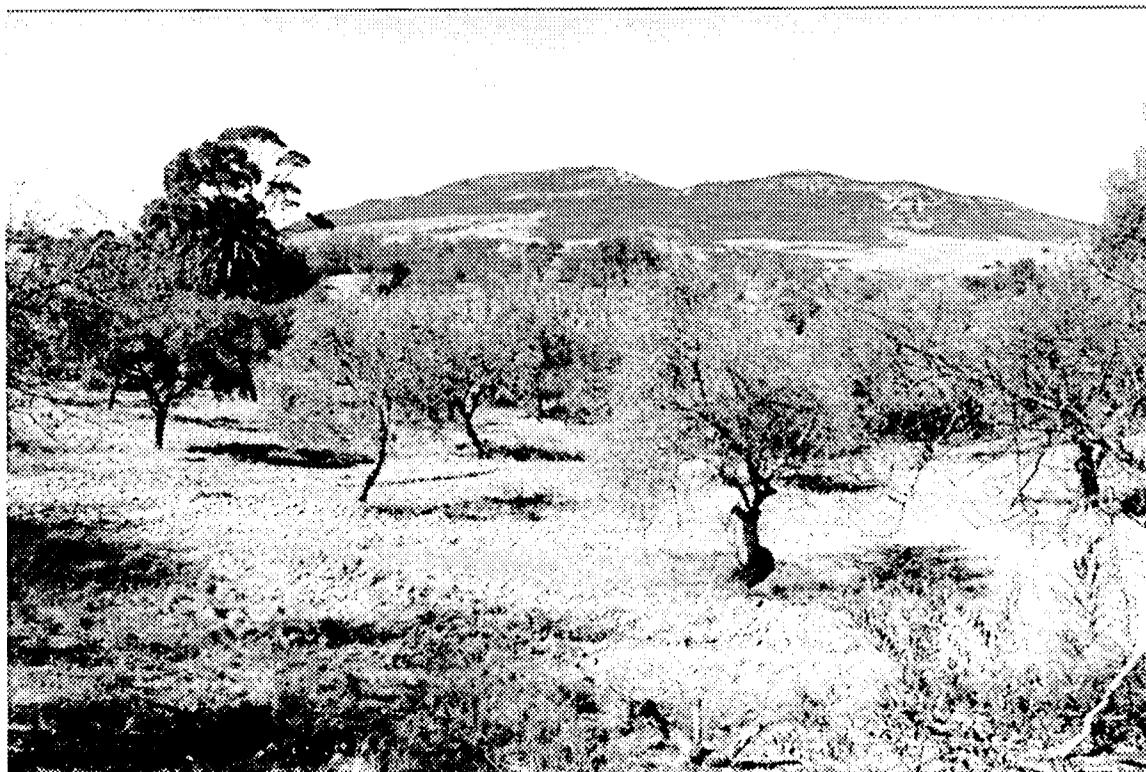
Nesta região, de horizontes abertos, a localização de alguns núcleos populacionais e a riqueza do termo que controlavam, fizeram-nas prosperar; nas urbes mais importantes se sediaram e desenvolveram os padrões civilizacionais, quer dos grupos autóctenes, quer as das culturas exógenas, fossem estas politicamente dominadores, ou, apenas, constantes trilhadores das rotas comerciais.

A divisão política e religiosa do Mediterrâneo de certa forma condicionou, e gradualmente abafou, essa mescla, mas, no que respeita às actividades agro-pastoris, elas continuaram, como é óbvio, apenas meramente dependentes da maior ou menor clemência da natureza e da intensidade das devastações provocadas pelos conflitos humanos que atravessaram o território ao longo das épocas subsequentes.

O foral medieval de 1254 atesta bem da continuidade das produções locais e das permutas comerciais então realizadas: “A descrição dos produtos transportados por via fluvial é minuciosa: carvão, alhos, cebolas, junça, cortiça, junco, madeira lavrada, louça. Mértola só não recebe produtos hortícolas mais perecíveis e a carne e leite que não faltariam no local. Os tributos pagos são os mesmos em vigor para Lisboa: *de toda mercadoria que aduserem navios ou outras barcas pello maar ou pello rio daram a nos o direito como o dam a elrey em lisboa* (19)

Nessa continuidade se inclui também o trigo que, embora conhecendo oscilações, se exporta continuamente para o Algarve e para Lisboa, suprimindo as carências dessas regiões, até ao século XIX, e posteriormente se inclui no circuito nacional de produção e distribuição, como o atesta a construção dos silos na margem oposta à vila.

Esta expansão da cultura do trigo parecia confirmar a sua vocação de produtor de cereais de sequeiro, dadas as condições climáticas. No entanto, a fraqueza do solo foi em certa medida a impulsionadora dessa extensividade, uma vez que a cultura só se tornava rentável se assentasse nessa forma de cultivo. Daí a divisão territorial ter progredido, sem alternativa visível, até à imposição quase exclusiva do latifúndio como forma de extrair da terra rentabilidade. Nestes imensos campos, onde a pecuária e o montado funcionaram muitas vezes como actividades complementares, as culturas de espécies mais mimosas foram empurradas para os pequenos hortos sobreviventes nos arredores das aldeias ou, mais correntemente, para os pequenos quintalecos mantidos com desvelo nos pátios e quintais das casas.



Para tal situação contribuiu também o abandono de pequenas bolsas agrícolas por uma população cada vez mais empurrada para a concentração em grandes e médias aldeias

“A área tradicional da cultura dominante do trigo, aquela onde tal cultura ainda hoje coordena as principais manifestações da vida rural, é o sul do País, (...). mas em nenhum lugar como no Alentejo - cuja imagem é inseparável da ideia de “celeiro de Portugal” -, se poderá falar, com mais propriedade, de uma geografia do trigo, como quem diz, de uma região definível, essencialmente, pelo predomínio desta cultura sobre qualquer outra, por uma paisagem alternadamente vincada pelo alqueive, pela seara ou pelo restolho, por um povoamento que acima de tudo reflecte as necessidades e o modo de vida de uma população de trabalhadores da terra, por uma economia cujo equilíbrio se constitui em torno da escassez ou abundância da colheita (este quadro do Alentejo corresponde à sua lavoura de tipo tradicional, hoje muito alterado pelo encurtamento dos pousios, pelo emprego de leguminosas de sequeiro e pela mecanização - esta nota acrescentou o autor em 1963. (...) As culturas delicadas, hortas, pastos verdes, árvores de fruta, sempre protegidas por muros de taipa, formam, à roda das povoações, um âmbito restrito, logo abafado pela vastidão da seara (...)” (20)

A PESCA

O aproveitamento dos recursos do território estendeu-se à actividade piscatória, numa lógica virada para a auto-subsistência, mas também, inegavelmente, para a criação de excedentes absorvidos em mercados locais.

Dsenvolvida sobretudo nas cercanias da vila, aproveitando os favores do Guadiana e fazendo recurso a técnicas de captura ancestrais, alimentou uma comunidade piscatória que apenas recentemente tem vindo a ser desarticulada, face à crescente influência dos elementos poluentes e da alteração do regime do rio, com um caudal progressivamente reduzido (questão deveras importante em relação a determinadas espécies e sua captura como é o caso da lampreia).

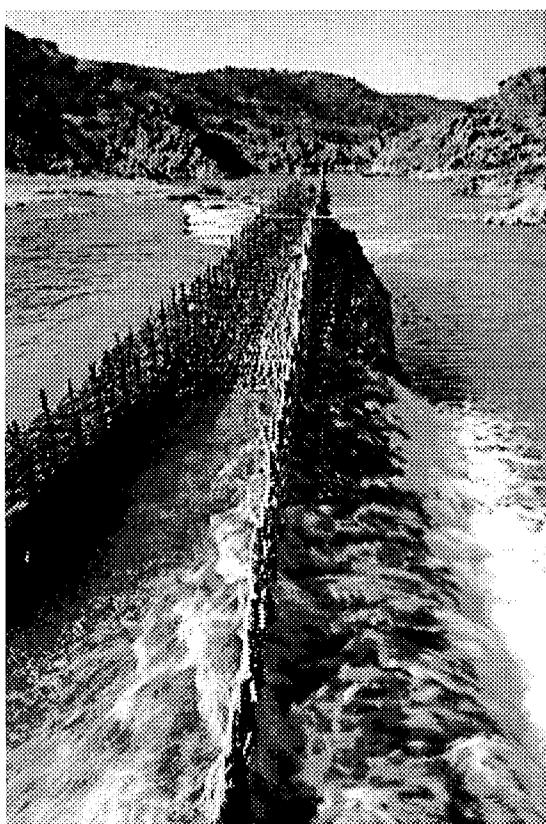
As espécies referenciadas documentalmente desde a idade média, indiciam uma riqueza piscícola existente desde tempos mais recuados e que certamente não deixou de aguçar o apetite e gerar a organização da sua captura, motivando um comércio alimentar variado e a estabilização social de um grupo piscatório relativamente forte. O aparecimento do arrabalde de Além-rio, ao que tudo indica estruturado no decurso do século XVII, enquadra-se na lógica e dinamização da actividade piscatória junto à vila, que acabou por definir um espaço urbanizado em função do rio, ligando funcionalmente as margens (o arrabalde, onde se concentrava parte da comunidade piscatória, e a vila, consumidora directa do peixe capturado).

A importância adquirida pela pesca e comércio de peixe em Mértola, nomeadamente a partir dos tempos medievais, pode ser aferida pela criação da dízima sobre o pescado, que era afectada à Ordem de Santiago (e depois à Coroa), imposto só justificado se a captura fosse significativa, bem como pela regulamentação que esta conheceu, exarada na documentação da Ordem de Santiago, no foral manuelino da vila e nos códigos de posturas do município, estabelecendo-se as épocas de pesca, as técnicas a utilizar e o tamanho e peso permitido em relação às principais espécies capturadas. Estas determinações iam no sentido de preservar o crescimento das espécies, o ritmo sazonal da desova e, claro está, de controlar todos os mecanismos associados

à captura e comercialização, em particular os aspectos fiscais e de exercício dos ofícios (o pescador e o comerciante).

Uma imagem eloquente e grandiosa da actividade piscatória em Mértola é-nos dada pela pesca do solho (esturção), presenciada por El-rei D. Sebastião na jornada que fez pelo Alentejo em 1576, época em que não era permitido pescar exemplares com menos de 3 kg! A memória e o imaginário local guardam ainda referências à pesca do solho, espécie que o Guadiana deixou de conhecer, definitivamente, em meados do presente século.

“Jantou El Rey em Alcoutim, e às 11 horas partio para Mertola (...) antes de chegar (...) hum pedaço o vieram receber por terra 4 bandeiras de ordenança, 2 de uma parte do rio, e 2 da outra parte, e todos fiserão salva de arcabuzaria. El Rey passou por Mertola, e foy ver o lugar aonde se pescão os solhos, e tornando a Villa o receberão 7 bandeiras de ordenança a fóra as 2 que ficarão da banda dalem do rio, que erão do termo daquela parte, e o receberão os Veradores ao desembarcar.” (21)



Mas não era apenas o Guadiana que servia de sustentáculo à actividade piscatória. Nas ribeiras de maior caudal (Chança, Cobres e Oeiras) e em barrancos, como assinalam os párocos que responderam ao Inquérito Paroquial de 1758, pescavam-se sáveis, lampreias, lissos, muges, robalos, sabogas, picões, barbos e peixe miúdo, que alimentavam uma rede de pequeno comércio nos povoados do interior e serviam, claro está, ao

auto-sustento. Sobre a sazonalidade das capturas, refere o pároco de Mértola: “Em todo o ano há pescarias -de Janeiro a Fevereiro adiante, de lampreias, saveis, safios, robalos e outros mais; de Março até Junho, solhos e de Julho até Outubro e Dezembro, muges e outras de qualidade inferior (...).” (22)

No que respeita às técnicas de captura, e até à actualidade, predominou o uso de redes (rojos, tresmalheiras e atarrafas), pesca à linha e, como exemplo mais expressivo, os designados caneiros ou canais, estruturas fixas em caniço, atravessadas no leito do rio, constituindo uma armadilha de grande envergadura na vazante da maré (existem referências documentais aos caneiros desde finais do século XV).

Associada à actividade piscatória evoluía a indústria local de construção de embarcações de pesca, tradição que se perdeu já no presente século, por força da progressiva diminuição de capturas e, conseqüentemente, da necessidade de satisfazer as necessidades de uma comunidade de pescadores cada vez mais reduzidas. Esta, impotente, assiste hoje a fenómenos que se sobrepõem a uma lógica que ultrapassa o engenho que herdaram: a poluição rio, o assoreamento do seu leito, as secas prolongadas que cercearam a ancestral subida de determinadas espécies (a última das quais a lampreia) e novos hábitos da população residente a quem o peixe capturado no litoral algarvio e o fornecido por congelação acabem por satisfazer o apetite e a dieta alimentar.

Beneficiária directa deste conjunto de actividades, e da sua posição privilegiada, em função das vias que a ligam ao conjunto do território e a inúmeras localidades, mais ou menos longínquas, Mértola organizou-se como pólo dinamizador do termo. A sua riqueza e importância económicas não tinham contra-ponto em qualquer núcleo populacional situado dentro das suas fronteiras. A relativa pobreza agrícola do termo fez com que, em momento algum, fosse possível o surgimento de qualquer localidade que assumisse um papel alternativo.

Face ao exposto, as coordenadas principais da estruturação do território podem assim ser sintetizadas:

- as localizações situadas em pontos chave das vias fluviais - no caso presente, o rio Guadiana - quer ao longo do seu percurso, quer nas suas embocaduras, foram determinantes para as estratégias de povoamento;
- o crescimento progressivo da actividade comercial veio contribuir ainda mais para a atracção e fixação de povoadores;
- as vantagens determinantes, que certos recursos representavam, como neste caso os recursos mineiros, ganhavam maior expressão quando complementados com capacidades alternativas, particularmente as representadas pela agricultura, pastorícia, silvicultura, pesca, etc., que, mais viradas para a satisfação das necessidades locais, podiam complementar os circuitos comerciais primordialmente alimentados pelos recursos minerais.

1.3. - O suporte dinâmico

- O Guadiana e as vias terrestres :

O GUADIANA

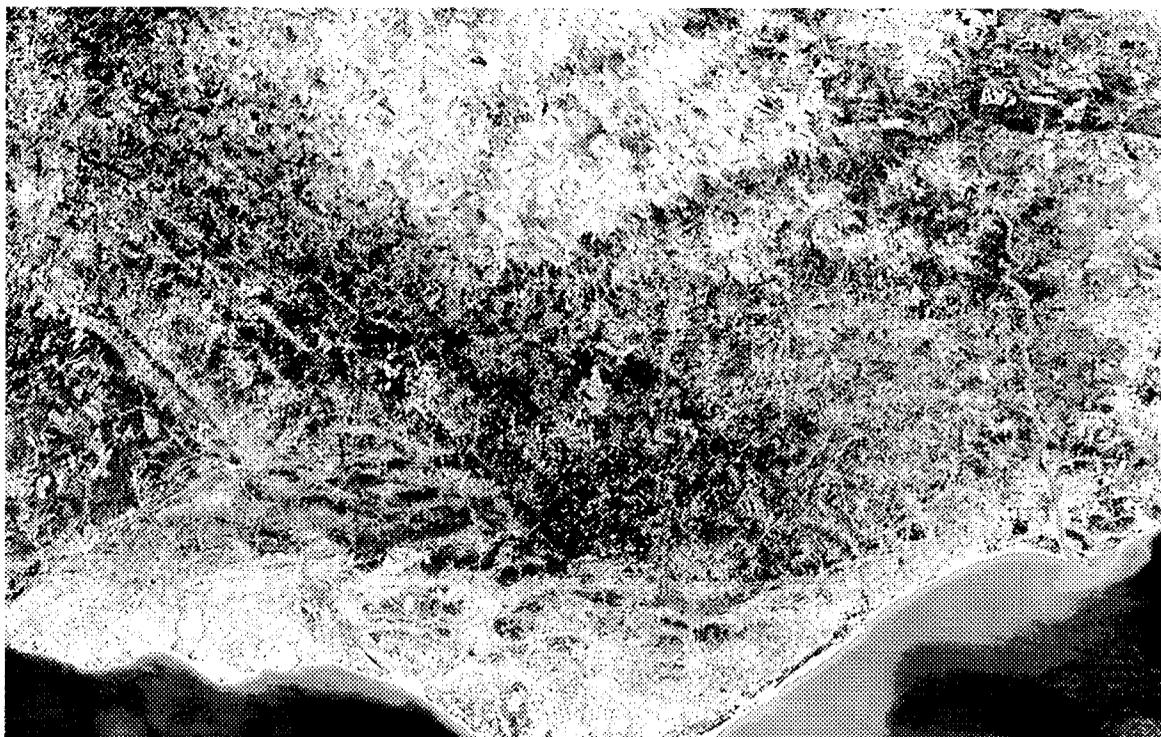
Na estruturação deste território é evidente que o rio Guadiana foi um dos elementos chave, a partir do qual se definiriam as coordenadas de povoamento, se criaram e dinamizaram estratégias comerciais e se estabeleceram os contactos com outros territórios limítrofes ou incrustados na vasta área mediterrânea. Como diz Orlando Ribeiro “(...) os pontos onde se prendem e enfeixam as rotas marítimas foram, desde cedo, lugares privilegiados para a troca de produtos e a convivência dos homens. O fermento da vida urbana foi, muitas vezes, o porto, que na cidade mediterrânica conserva uma importância excepcional, colorindo a aglomeração do seu matiz de gente e fazendo sentir, por toda ela, o ritmo vivo do seu trabalho.” (23)

A sua fácil acessibilidade, fez de Mértola o entreposto comercial entre o território interior - que, por via do seu papel, dominou - e as diversificadas rotas que ao longo dos tempos atravessavam o Mediterrâneo e a faixa ocidental da Península.

Se melhor testemunho se quiser encontrar, basta reflectirmos na génese do nome que hoje lhe damos, no qual transparece a influência civilizacional que diversos grupos tiveram nesta região: “Recebeu o nome de duas civilizações que marcaram profundamente a sua bacia hidrográfica. De Roma nos chegou o nome *Anas*, a que o árabes juntaram *ued* ou rio, soando nos falares medievais como *Odiana* e nos nossos *Guadiana*. A vasta região da sua bacia hidrográfica conheceu porventura então o seu máximo desenvolvimento relativo. A estrada líquida abria-se em estradas terrestres, abertas em linha horizontal ao mar. E ergueram-se cidades sobre antigos povoados ibéricos: Mérida, a belíssima capital da Lusitânia, Beja e Mértola por onde passou Julio César; e outras cidades e vilas. Nesses tempos o rio não separava, unia.” (24)

O Guadiana atravessa todo o antigo termo de Mértola na direcção Norte-Sul, cortando-o em duas faixas de dimensões semelhantes. O rio foi, durante muitas centenas de anos, a verdadeira espinha dorsal do território, pelo papel que desempenhou no contacto entre esta região e as demais. Até à saída para o mar, em algumas horas se fazia um trajecto que tardaria mais de dois dias pelos difíceis e isolados sendeiros da serra algarvia. E se considerarmos aqui as diferenças do volume de carga viável de carregar destes dois modos, é fácil reconhecer as enormíssimas vantagens da via fluvial sobre o caminho de pé-posto.

O Guadiana, com uma bacia hidrográfica que abrange 65000 km² (25), é considerado como o pior alimentado dos rios europeus de grandes bacias. A estigem faz sentir bem as suas marcas, no troço a montante de Mértola. No prolongado Verão alentejano o rio diminui substancialmente o seu caudal, sendo então fácil atravessá-lo em inúmeros pontos. Mesmo a jusante da célebre queda de água do Pulo do Lobo, a travessia não levanta demasiados problemas. Na Bombeira, junto à confluência do Guadiana com o seu afluente Carreiras, e perto



do lugar de Corte Sines existiam locais de passagem em uso até há poucas dezenas de anos. Assim, em termos de estruturação do território, o Guadiana, com uma fácil interligação entre as suas margens, possibilitava que os recursos do território adjacente à sua bacia hidrográfica, o qual, sabemos hoje, se prolongava a territórios mais interiores, às faldas dos montes de Aroche e do Andevalo, se pudessem concentrar na urbe de Mértola.

Grande parte dos excedentes dos recursos e riquezas gerados pela região interior acabavam inevitavelmente na cadeia comercial organizada a partir de Mértola, onde os mercadores regulavam o preço e o ritmo das trocas. Aproveitando as marés, cuja influência se faz sentir até às azenhas dos canais, barcos de 25 a 30 toneladas e pequeno calado facilmente fundeavam junto à vila.

Para lá desta influência profunda no processo de comercialização e trocas de produtos, de facilitador das viagens de partida ou de regresso, o Guadiana ajudava ainda, com a força do seu caudal, a moer o trigo e outros cereais, a principal cultura agrícola da região e base fundamental da alimentação quotidiana. Ainda hoje se podem observar ao longo do curso fluvial, em número considerável, antigas azenhas e moinhos, aptas a resistir aos regimes excessivamente caudalosos que as raras mas intensas chuvadas muitas vezes provocavam.

Apesar de situada a 72 Km da foz, junto à vila faz-se sentir ainda vigorosamente a influência da maré oceânica, que nas marés vivas pode chegar a atingir três metros de amplitude máxima. Graças a este fluxo e refluxo se forma assim, num rio de caudal irregular e muitas vezes insignificante, um comprido e profundo estuário. Este regime facilitava ainda a defesa da localidade uma vez que, no último troço do percurso, e mesmo chegados à vila, existem três vaus que dificultam a passagem e implicam possuir-se o conhecimento da sua localização e a atenção cuidada às marés. Não era fácil, a um qualquer recém chegado invasor, conhecer todas as



artimanhas do leito pedregoso do rio... Estas três passagens com fundos mais escassos são os vaus da Pedra, da Pesqueira e da Bombeira.

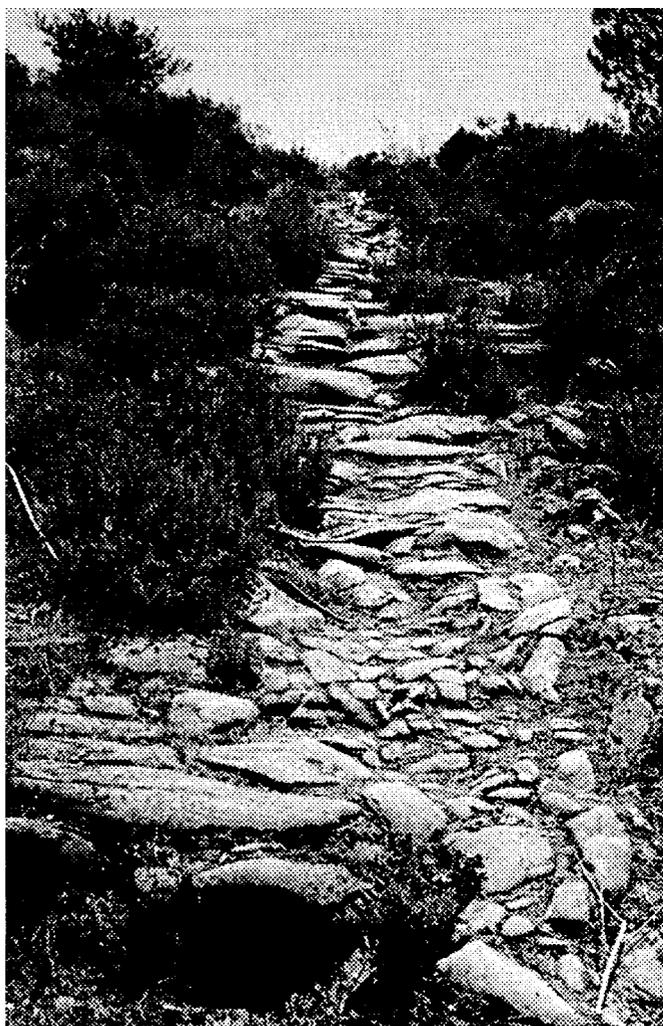
A sua função estruturante prolongar-se-á ao longo dos séculos, complementando, com os recursos das suas margens e das suas águas, a economia doméstica nas épocas de menor comércio, e, nas outras, fervilhando de gentes e mercadorias ao longo do seu leito, aumentando a riqueza em todo o território que, em sua função se aglutina em redor de Mértola. A matriz civilizacional assenta no pressuposto de que “os rios navegáveis têm constituído eixos de desenvolvimento e caminhos transmissores de inovações, e determinando a localização dos pólos de organização do espaço em vastos territórios” (26), também aqui se cumpriu.

AS VIAS TERRESTRES

Os contactos da vila com o restante território do termo eram feitos a partir de uma rede de caminhos que ligavam os povoados rurais e que viabilizavam as permutas à escala local. A maioria não eram mais do que simples carreiros ou caminhos de pé-posto, grande parte dos quais foram utilizados até há poucas dezenas de anos, tendo apenas sucumbido à chegada dos modernos meios de transporte e à abertura das estradas asfaltadas. Por eles se vinha à vila vender os excedentes e em busca dos objectos que a natureza não produzia. Regularmente serviam ao almocreve para o seu mercadejar entre a vila e as aldeias, e entre estas, para trocas de ocasião, aos crentes espalhados nas casas e montes em direcção à igreja paroquial e so circuitos de romaria, ao namoro, etc..

A via para Beja, cidade a que Mértola sempre esteve ligada, constituía a espinha dorsal de organização económica de todo este território. O velho caminho entre estas duas localidades é, desde há muito, perfeitamente conhecido. No termo de Mértola passava primeiro pelo importante povoado situado nas Alcarias (Corte Gafo de Baixo), de seguida pelo Mosteiro (onde ainda existem alguns vestígios de um templo paleocristão) e cruzava de seguida o Terges, entrando no termo de Beja. Por essa via eram escoadas, desde a Antiguidade, os excedentes agrícolas da fértil região dos barros de Beja.

Com outros territórios mais afastados, em direcção ao norte principalmente, os contactos com os termos de Évora e Alcácer do Sal são aqueles que se desenvolvem com mais regularidade. Aliás, é conhecida - e bastante antiga - a importância da via que de Mértola ligava a Lisboa, por Beja e Alcácer, e daqui por barco, evitando-se assim as dificuldades do Atlântico e da dobragem do cabo de S. Vicente, em particular na estação invernal. Cruzava o termo de Mértola a partir de Entradas (local que devia ficar perto do limite ocidental do território, conforme o próprio topónimo parece sugerir), passando depois por Alcaria Ruiva, não muito longe dos povoados de Alvares e do Cerro das Oliveiras (Namorados).



Menos importância tinha a via que ligava a Serpa, e através da qual se escoavam os eventuais excedentes cerealíferos da margem esquerda do Guadiana. Refere um texto de 1288 o carregamento de barcos em Serpa, os quais deviam pagar direitos em Castro Marim. Uma vez que o Guadiana não é navegável a montante do Pulo do Lobo é inquestionável que os cereais seriam transportados em dorso de mula por uma velha estrada que cruza a serra de Serpa no Monte Alfamar e, passando à Corte Sines, terminavam a sua viagem em Mértola, onde então se carregariam os barcos.

Tanto este caminho como o que cruzava o termo até Alfajar eram servidos, no contacto com Mértola, por uma barca de passagem à qual alude expressamente o foral de 1254, sistema que aliás, foi usado até depois de meados deste século, quando então finalmente se construiu a ponte sobre o Guadiana.

A ligação com as zonas costeiras situadas na actual província de Huelva fazia-se - pelo menos em época islâmica - por uma via que saía de Mértola e, depois de passar por dois importantes povoados, situados nas Alcarias (Monte Fernandes) e Cerquinha (Corte do Pinto), se dirigia para Alfajar de Pena. Desta localidade, um caminho conduzia a Ayamonte, passando por Villanueva de los Castillejos e San Silvestre de Guzman. Outro, dirigia-se em direcção a Gibraleon e daí para Huelva. A primeira servia aparentemente os povoados ligados à bacia hidrográfica do Guadiana, ao passo que a segunda seria utilizada pela populações das margens do Odiel.

O tempo médio para vencer as distâncias a percorrer conheciam uma grande variabilidade, muito em função da acessibilidade, ou não, à via marítima e/ou fluvial. Partindo dos cálculos correntemente aceites pelos historiadores, com base em referências da documentação antiga, que estabelecem como princípio os 30 km diários para percursos a pé e as 100 milhas por dia de navegação, Beja e Serpa estavam a um dia e meio de caminho, Alfajar a um pouco menos. Segundo Edrisi, cronista medieval, para chegar a Silves eram necessários quatro dias, ao passo que Huelva distava de Mértola dois dias curtos, numa etapa que seria certamente vencida por via marítima.

Essas vias, tão importantes para o comércio, eram também eficazes para outros fins: pela via que ligava Mértola a Niebla teriam passados os exércitos almoadas vindos desta cidade para auxiliar Ibn Qasi em 1145/539 e e por ela regressou Sancho I em 1178/573, aquando da razia a Triana; por outro lado, foi provavelmente ao longo do Guadiana que, no período da Reconquista, os cavaleiros da Ordem de Santiago seguiram durante as campanhas de 1238/1240 - 635/637, tomando sucessivamente Mértola, Alfajar e Ayamonte.

Mas voltemos ao termo de Mértola, uma vez que é essa a perspectiva que nos interessa nesta abordagem.

Já desde época pré-romana esta urbe se constituía como centro de importância sub-regional, ao qual afluiam vias provenientes doutros centros urbanos do Sul: da região mineira que bordejava os Campos de Ourique e às explorações localizadas nas zonas limítrofes da Serra Algarvia. Alcaria Ruiva, dominando um vasto território e situada perto do limite ocidental do termo, constituiria um importante ponto de controle do trânsito de pessoas e bens.

As vias romanas pavimentadas, tão comuns na nossa mitologia histórica e que a arqueologia, vem progressivamente identificando praticamente não existem neste termo, com excepção do início da via de Serpa e de um troço do importante caminho para Beja (27). Muitos desses caminhos são apenas detectáveis pelas cartas geográficas do século XIX ou por uma tradição a que por vezes a documentação escrita aludia.

Caminhos menos importantes no que respeita à sua utilização do ponto de vista militar, mas pelos quais passou um intenso e ininterrupto comércio ao longo de centenas de anos, eram os que faziam a ligação entre Mértola e a zona mineira situada em plena faixa piritosa alentejana. No seu limite ocidental a área de Mértola confina com as terras do Campo de Ourique (actualmente o concelho de Castro Verde), grande espaço aberto, local privilegiado para a passagem do Inverno do gado transumante, e por inerência, das grandes romarias regionais, neste caso particular da devoção a Sr^a de Aracelis.

As distâncias parecem, por outro lado, contribuir para estabelecer os limites do termo. As fronteiras de Mértola estão, em qualquer dos casos verificados até agora, a um dia de marcha da cidade. Embora essa constatação não possa servir de medida ou ser tomada como um parâmetro rígido, não é certamente por acaso que se regista uma tal regularidade nas distâncias entre os limites do território e a cidade à beira do Guadiana. E se se pode tomar como base que, em pelo menos dois limites eles coincidem com grandes acidentes geográficos,

também eles normalmente utilizados como referentes para a fixação dos limites, o mesmo não pode já colocar-se em relação à sua limitação na face ocidental.

É visível, em toda a região Alentejo, uma distância média relativamente semelhante entre os principais locais, criando uma malha, certamente de funções estruturantes, e no quadro da qual as vias, qual vasos capilares, injectaram o sangue das suas actividades. Assim se foi criando uma dinâmica que originou e consolidou inúmeros lugares e aldeias dispersos pelo território. A falência, em função de outras exigências modernas, dessas antigas vias, criou inevitáveis desajustes, novas acessibilidades e, pela existência de outros referentes e de outros modos de viajar, derrubou definitivamente essa rede estrutural que havia crescido junto com a evolução histórica do termo de Mértola.

1.4. - Uma função como recurso

Estabelecidas, em traços largos, as premissas estruturantes as principais características do território de suporte e das suas riquezas fundamentais, restaria agora, em síntese, estabelecer o quadro específico da vila de Mértola, uma vez que é sobre ela que se pretende ter um conhecimento que permita um adequado grau de percepção e de intervenção no que respeita à definição de estratégias de recuperação e de planeamento, em termos arquitectónicos e urbanos.

Sem dúvida que são sempre difíceis, para os centros urbanos, por força organismos complexos, mesmo tratando-se de povoações inseridas no espaço rural, estabelecer as suas características. “Não é a sua extensão territorial que lhe confere esse título, nem maior número de habitantes, é antes a junção de relações comerciais, industriais e administrativas, é o local onde se realizam as feiras, onde o lavrador estabelece as vendas dos seus produtos, onde o humilde trabalhador se fornece dos mais variados utensílios essenciais à sua vida. Enquanto que a (...) aldeia nasce bem enraizada na terra e aí está profundamente integrada, como que dela fazendo parte, a cidade é o espelho de uma cultura erudita, participante directo da história universal, onde o aldeão atónito admira por vezes a sua grandeza e procura transpô-la para o seu *habitat*, esquecendo-se ele que pertence a qualquer coisa de mais eterno, de raízes bem mais profundas - à terra.” (28)

No caso particular de Mértola, ao pretender-se fazer uma análise da sua área de influência, em termos de recursos, sobressaiu uma matriz que, como se verificou nos itens anteriores, apresenta um número pequeno de variáveis com as quais equacionar o conjunto de questões que pode permitir uma compreensão da sua evolução (ou regressão).

A diversidade de recursos representa um capital acrescido em termos de menor dependência face aos condicionalismos diversos que podem afectar esse escasso número de variáveis. Não será excessivo recordar aqui os problemas resultantes do súbito encerramento da exploração mineira em São Domingos, ou a

interferência (negativa) no número de trabalhadores agrícolas que o tractor introduziu.

Mértola ganha progressivamente, desde a sua impantação, consciência do seu papel não especificamente produtivo. Decisivos neste aspecto são a sua localização - num casco rochoso, escarpado, de difícil acesso para quem a ataca e fácil defesa para quem a protege - e o aproveitamento da navegabilidade do rio Guadiana, eixo fluvial de toda esta região interior e que transformou Mértola, seu último ponto navegável, na placa giratória de um intenso comércio inter-regional. A partir do seu porto se assegurou um contacto permanente com o mar, ainda que este fosse dificultado por um percurso algo traiçoeiro, apenas acessível a iniciados conhecedores das correntes e marés, do regime dos ventos e dos difíceis e apertados pontos de passagem dos barcos.

O comércio e a função militar de protecção do conjunto do território, pode dizer-se, estiveram na génese dos serviços que foi, ao longo das diferentes eras, acumulando em si, o que, para além de assegurar a continuidade das suas funções reguladoras, permitiu a constituição gradual de um novo *corpus* social inexistente nos outros lugares do termo: os funcionários.

“(…) as cidades | são |, caracterizadas pelo maior número de habitantes e funções e pela diversidade das actividades - em especial do comércio e dos serviços. Contrariamente à agricultura, que ocupa uma parcela diminuta dos seus moradores ou ainda pela importância dos serviços administrativos” (29)

Hoje, se se esvaziasse a vila do seu corpo de funcionários (o policial/fiscal, o administrativo - e serviços públicos associados - e o comercial) nela, já de si parca em habitantes (1100 pelos dados provisórios do último recenseamento) restariam os reformados (categoria inexistente em épocas recuadas) e as crianças, surpreendidas pela súbita ausência da generalidade dos pais.

Estas funções, e a consolidação do seu papel de gestão e regulamentação do território e de uma parte da actividade da população do concelho, são e foram sempre o seu principal recurso. E de tal forma decisivo, que, em termos de leitura histórica, determinados contextos só são entendíveis se se considerar esse papel chave e primordial que desempenhou.

Existe sem dúvida uma interdependência que envolve os recursos naturais e uma determinada comunidade. Mas o território sobre o qual essa comunidade está sediada necessita possuir, ao menos em alguns locais estratégicos, as condições de acesso às principais linhas de comunicação da área regional, nacional ou internacional onde se insere. Só desse modo os seus recursos endógenos podem representar vantagens acrescidas, ou permitir o acesso a recursos externos em caso de necessidade, garantindo a continuidade da implantação das suas comunidades humanas.

Mértola, como nas sínteses seguintes se exporá, desempenhou esse papel, em algumas épocas, com particular eficácia e a sua importância fica bem demonstrada, não só pelos momentos de esplendor, mas, talvez mais, pela rapidez com que sempre renascia, à mínima oportunidade, das suas épocas de declínio e estagnação.

O TERRITÓRIO

- (1) - As referências aqui feitas são extraídas da bibliografia geográfica geral.
- (2) - GARCIA, João Carlos - O Baixo Guadiana medieval, formação de uma fronteira, Centro de Estudos Geográficos INIC, Lisboa, 1983, p. 3 e 4.
- (3) - Idem, ibidem, p. 11
- (4) - Idem, ibidem, p. 21
- (5) - RIBEIRO, Orlando - Portugal e o Algarve, Boletim de Filologia, Lisboa, XIV, 1953, p.334.
- (6) - SANTOS, Rui - O Socorro aos Lavradores de Mértola em 1792, Empréstimos e Esmolas de Trigo em Mértola, 1792 (Ensaio de exploração estrutural), Cadernos do Campo Arqueológico de Mértola, nº 2. Ed. Câmara Municipal de Mértola, 1987, p. 45
- (7) - DUARTE NUNES DE LEÃO, "Descrição de Portugal", cap. XXII.
- (8) - GIÃO, António - "A mina de S. Domingos...", p. 8.
- (9) - SEQUEIRA, Pedro Victor da Costa, "Notícia sobre o Estabelecimento mineiro de S. Domingos (1868 a 1880)" in "Revista de Obras Publicas e Minas", tomo XIV (1883) e tomo XV (1884), Lisboa, p. 188.
- (10) - Idem, ibidem, p. 188.
- (11) - Citado de La explotacion del oro en la Hispania romana: sus inicios y precedentes F.-Javier SANCHÉZ-PALENCIA, in MINERIA Y METALURGIA..
- (12) - TORRES, Cláudio - Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica, in Arqueologia Medieval, nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992, pp. 193-194
- (13) - PINHO LEAL - "Portugal - Antigo e Moderno", Lisboa, 1876, pp. 125-126.
- (14) - Idem, ibidem, pp. 125-126.
- (15) - BRAUDEL, Fernand - O Mediterrâneo. O espaço e a história, Col. Teorema 4, Teorema, Lisboa, 1987.
- (16) - Idem, ibidem, p.136
- (17) - GARCIA, João Carlos - Navegação e Navegabilidade no Baixo Guadiana, Centro de Estudos Geográficos INIC, Lisboa, 1982.
- (18) - ALARCÃO, Jorge de (coord.) - Portugal, das Origens à Romanização, in Nova História de Portugal, Vol. I, Editorial Presença, Lisboa, 1990, p.417.
- (19) - GARCIA, João Carlos - O Baixo Guadiana medieval, formação de uma fronteira, Centro de Estudos Geográficos INIC, Lisboa, 1983, p. 24.
- (20) - RIBEIRO, Orlando - Opúsculos Geográficos, vol I e II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989.
- (21) - GARCIA, João Carlos - Navegação e Navegabilidade no Baixo Guadiana, Centro de Estudos Geográficos INIC, Lisboa, 1982.
- (22) - Memórias Paroquiais de Mértola, A.N.T.T..(documentação inédita)
- (23) - RIBEIRO, Orlando - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, 4ª ed., Livraria Sá da Costa Ed., Lisboa, 1986, p. 5.
- (24) - COELHO, António Borges - *Sobre Mértola e o Guadiana, in Arqueologia Medieval, nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992, pp. 203-207.*
- (25) - O Guadiana é um rio internacional, partilhado por Portugal e Espanha. A sua bacia hidrográfica ocupa uma faixa de território entre os 37 e os 40° N e os 28° W. O rio Guadiana nasce em Campo Montiel em Espanha a uma altitude de 1700 m e desagua em Portugal em Vila Real de Santo António (mede 801 Km, percorrendo em Portugal 260 Km).A altitude média da bacia hidrográfica na parte portuguesa é de 237 m. citado de BACIA PORTUGUESA.... e MARIANO FEIONOTA PARA QUANDO SE FALA DA BACIA HIDROGRÁFICA Os principais afluentes do Guadiana em Portugal, de montante para jusante, são: o Caia, o Degebe, o Ardila, o Cobres, o Chança (que é o principal), a Ribeira de Odeleite e o Vascão.A partir de Mértola o declive reduz-se para valores da ordem dos 0,12%.
- (26) Jorge Gaspar citado em GARCIA, João Carlos - Navegação e Navegabilidade no Baixo Guadiana, Centro de Estudos Geográficos INIC, Lisboa, 1982., p. 26
- (27) - Os trabalhos arqueológicos relacionados com esta época são da responsabilidade do Dr. Miguel Rego.
- (28) - BRAUDEL, Fernand - O Mediterrâneo. O espaço e a história, Col. Teorema 4, Teorema, Lisboa, 1987.
- (29) - ARROTELA, Jorge Carvalho - Portugal: perfil geográfico e social, Col. *Horizonte* nº 45, Livros Horizonte, Lisboa, 1985., p.40

2. - Síntese da investigação histórica

2.1. - Período pré-romano

a) - Vectores históricos:

A história das velhas urbes mediterrânicas, no que aos seus períodos mais arcaicos diz respeito, é sempre difícil de traçar. As informações são dispersas e os conhecimentos possibilitados pela arqueologia insuficientes face às profundas mutações que os cascos urbanos conheceram. O devir histórico impôs, dadas as distintas matrizes civilizacionais que guiraram o espírito e o engenho construtivo, reorganizações mais ou menos profundas do espaço urbano, dos seus edifícios e das muralhas que os defendiam.

No caso de Mértola, apesar do carácter sistemático dos trabalhos arqueológicos que desde 1978 vêm sendo efectuados na zona do forum-alcáçova, ainda não se ultrapassaram os níveis estratigráficos romanos. É, pois, praticamente nulo o conhecimento que se tem da Mértola pré-romana. Mas razões de diferente ordem concorrem para se ter como adquirida a existência de um *oppidum* de longa tradição histórica.

“Em Portugal, *Myrtilis* (Mértola) deve ter crescido por se situar numa estrada que ligava o próspero reino de Tartesso à foz do Sado e ao estuário do Tejo. (...) Além da sua posição nesta rota comercial, *Myrtilis* tinha outra vantagem: a de se situar em região rica em jazidas de cobre, e a de ficar instalada em ponto de cruzamento de um rio. Sempre os aglomerados urbanos em cruzamentos fluviais beneficiaram dessa posição geográfica. (...) Quer na Idade do Ferro, quer ainda na época romana (apesar das estradas que neste último período se fizeram) o transporte fluvial era mais rápido, mais económico e até, muitas vezes, mais seguro que o terrestre. Os *oppida* que dispunham de portos fluviais tinham melhores condições que os outros.” (1)

Existe assim, uma razão de natureza estruturante na formação dos primeiros aglomerados. Daí que as modernas teorias históricas se socorram da nomenclatura geográfica e do planeamento para os designar, introduzindo no seu vocabulário o conceito de *lugares centrais*, no sentido em que estes expressam a existência de uma interdependência entre algumas urbes e a área territorial que lhes funciona como suporte, e que adquirem uma verdadeira dimensão histórica quando essa relação se estende ao longo de diversas épocas.

Os dados mais recentes da investigação arqueológica apontam actualmente para o III milénio a.C. quando se pretende balizar a ocupação do território, por parte de grupos humanos já socialmente hierarquizados, que no caso da região alentejana corresponde a um conjunto importante de povoados de cumeada, naquilo que foi já definido como “ocupações concentradas em espaços protegidos com dispositivos defensivos”(2). Dispositivos que parecem apontar para a existência de um *clima social de afrontamento*, curiosamente generalizado a uma boa parte do Sul de Portugal” (3).

Nesta perspectiva, será corrente a escolha de implantações elevadas e que, simultâneamente, disponham de condições naturais de defesa, sendo particularmente favoráveis os esporões rochosos situados entre linhas de água, apenas com uma (se possível...) estreita zona de ligação com a plataforma adjacente.



É esta a tipologia que Mértola dispõe e talvez seja essa a principal razão de um tão marcado papel na estruturação económica e política do território envolvente, que chegou a ter apreciável dimensão.

No que se refere à existência de assentamentos humanos, está hoje confirmada a ocupação desta zona do Guadiana pelo menos desde a Idade do Cobre. Pertence a esta cronologia, um povoado próximo de Mértola, situado na margem esquerda do Guadiana, numa pequena plataforma um pouco afastada da encosta sobranceira ao rio :

“O cerro do calcolítico, designação adoptada por não ser conhecido qualquer outro topónimo para este local, é um assentamento arqueológico descoberto em 1984 (...). Situado aproximadamente a três quilómetros de Mértola, junto à estrada que liga Mértola a Serpa, trata-se de um sítio onde se encontra à superfície um número excepcional de materiais cerâmicos, líticos e, em particular, restos de barro utilizado no revestimento de estruturas habitacionais. (...) O cerro tem uma forma ovalóide e um eixo maior de cerca de 70 metros, no sentido E-W. Com uma cota média de 128m, é aplanado no topo onde se situariam as estruturas habitacionais do povoado.” (4)

Na transição do Neolítico Final para o Calcolítico regista-se uma inovação tecnológica, a metalurgia, que provocará profundas mutações em todas as comunidades e em todo o território. Assim, desde o século XIV ao século VIII a.C. ter-se-á estruturado uma rede de contactos, de trocas, em que o metal é uma componente constante.

É um dado adquirido, por outro lado, que a partir do Bronze Final e I^a Idade do Ferro, como atesta a investigação arqueológica através da distribuição espacial dos seus achados, a ocupação humana da faixa de território entre Sevilha e Huelva e todo o Baixo Guadalquivir até à serra algarvia e serranias xistosas do Baixo Alentejo, esteve indubitavelmente ligada a uma estratégia que visou, para lá do aproveitamento dos solos e da pastorícia, a exploração das riquezas do subsolo.

Este aspecto pode inclusivé reflectir a primeira etapa de *aculturação* das populações autóctenes, que, pelo contacto com os povos provenientes do Mediterrâneo Oriental, aprenderam o ofício da mineração e da metalurgia. Esse processo permitirá uma constante e rica ligação entre este *binterland* e as rotas provenientes do *mar civilizador*: o Mediterrâneo. No caso de Mértola, essa dinâmica estabeleceu-se, notoriamente, em função de duas circunstâncias complementares: o reconhecimento da riqueza mineralífera do território envolvente e a sua situação face ao Guadiana.

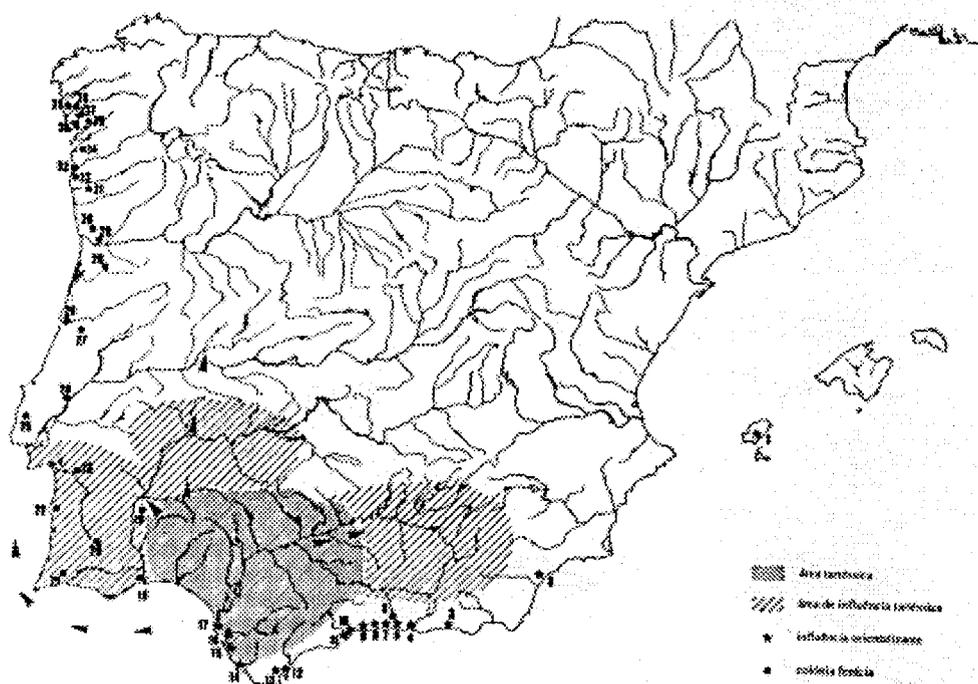
“Os penhascos xistosos do Baixo Alentejo eram ricos, não apenas em cobre, chumbo ou ferro, como se pensou até há pouco, mas também, e principalmente, em ouro e prata, extraídos em quantidades apreciáveis e sem grandes trabalhos de mineração nos chamados *chapéus de ferro*. (...) Nestas serranias, pequenos grupos humanos, ligados à pastorícia, começam também a dedicar-se a trabalhos de mineração impulsionados por um mercado cujo centro de exportação deve ter sido, naturalmente, o porto interior de Mértola. Aí chegaram os primeiros comerciantes e soldados, e daí partiam as mais importantes vias terrestres para o interior.” (5)

É em torno da fama mineralífera da zona sul da Ibéria que os fenícios, a partir do século VIII a.C., se lançam para lá do Mediterrâneo, cruzando o estreito de Gibraltar para fundarem o seu principal entreposto na actual Cádiz, e é na exploração do minério das zonas de Andevalo, Serra Morena e o sul de Portugal que ganhou consistência a primeira entidade histórica da Península Ibérica: o reino de Tartessos

A actividade dos primeiros será exclusivamente comercial: estabelecendo contactos com as oligarquias locais, conseguem estimular um consumo de objectos e produtos do mundo mediterrânico oriental (entre os quais o azeite...), que cedo as seduziu, conseguindo nessas trocas os minérios que procuravam. Entre estes encontrava-se a prata: para lá do seu valor intrínseco, o volume de minério extraído e o intercâmbio desigual permitiu aos fenícios atingir um alto grau de prosperidade económica. Quanto aos segundos, existe um claro desenvolvimento de uma entidade político-espacial, com uma estrutura próxima da cidade-Estado e que controlaria um vasto território, cujas fronteiras continuam por precisar.

Na sua globalidade, os contactos comerciais e a exploração dos minérios fornecem os contornos do que foi o período “orientalizante” do sul da Península, e no quadro do qual se definem o que se designou chamar Idade do Ferro.

“A crise do mundo fenício colonial no século VI a.C. e a do mundo grego focence em finais da mesma centúria, aparentemente simultâneas da expansão de povos célticos da Meseta para zonas metalúrgicas do Sudoeste e Andaluzia (...), poderão ter acelerado os processos de mudança económica e social que, desembocando no desaparecimento da cultura orientalizante originária, puseram termo à 1ª Idade do Ferro do Sudoeste promovendo um largo processo de reordenamento do território e das áreas de influência colonial. Poderão estar relacionadas com estas alterações certas deslocações regionais e migrações internas por parte dos povos Túrdulos ou Turdetanos, herdeiros do reino tartéssico (...).” (6)



São os povos Túrdulos ou Turdetanos, que introduzem a IIª Idade do Ferro, e aos quais parecem ser atribuíveis algumas fundações importantes no sul ibérico, como o denunciam, aparentemente, alguns sufixos característicos, entre os quais *-ilis*, como seria o caso de *Myrtilis* (Mértola). Se esta filiação é sustentável à luz dos conhecimentos históricos e dos dados da arqueologia, está-se, não obstante, no campo das hipóteses. É esta incerteza quanto a um passado longínquo que sustentou, no caso de Mértola, o mito da sua fundação fenícia, de que fizeram eco diferentes autores desde o século XVI.

“| Mértola | deveu a sua origem aos tyrios e phenicios que, fugindo das armas victoriosas de Alexandre Magno, vieram aportar à Lusitania, e ahi fundaram, trezentos e dezoito annos antes do nascimento de Christo, uma povoação sobre o Guadiana, a qual denominaram *Mirtilis*, que quer dizer Nova Tyro, e que ao diante se corrompeu em Mértola. Seja ou não verdade esta origem, pelo menos não repugna dar-lhe crédito. Os phenicios eram o povo mais industrioso da antiguidade. (...) É possível, portanto, que, no caso de não ser exacta aquellla notícia, aquelles navegadores aventureiros, em algumas das suas excursões pelo Guadiana, fundassem junto às suas margens uma povoação” (7)

A questão da fundação de Mértola deve ser, no entanto, relativizada. A sua ocupação, dada a excelência do local, conheceu diferentes momentos históricos, evoluindo ao sabor das vicissitudes que marcaram a expansão dos povos colonizadores, ainda que seja altamente provável que tenha adquirido na época Túrdula / Turdetana uma importância acrescida, que soube manter até à romanização.

b) - Padrão urbano e ocupações funcionais:

A ocupação humana e as primeiras estruturas urbanas do esporão rochoso que desde sempre enquadraram os limites espaciais de Mértola, acompanharam naturalmente a dinâmica histórica e as soluções desenvolvidas nas velhas urbes do Mediterrâneo. Porém, como ficou enunciado, não existem dados de natureza arqueológica que possibilitem uma leitura estruturante do *oppidum* pré-romano, para lá do que é possível definir-se a partir das linhas enquadradoras que tipificam os assentamentos humanos de recuadas épocas históricas. Justifica-se, pois, o recurso a leituras comparativas, como é o caso de um povoado próximo a Mértola, que testemunha o padrão de ocupação do território no período proto-histórico:

“O povoado (...) destaca-se pela sua implantação estratégica e estruturas defensivas. Implantado num cabeço com boas condições naturais de defesa, nas proximidades de terrenos muito produtivos e ainda de jazidas de cobre, este *habitat* delimitou uma restrita plataforma superior, através da edificação de (..) cinturas de muralhas (...). A importância regional deste povoado deve ter sido significativa se nos detivermos na estratégia da sua implantação e nas estruturas habitacionais e diversidade do espólio identificado numa região tão interior do Alentejo. Para o seu desenvolvimento não deve ter sido indiferente a proximidade do Guadiana, enquanto via de penetração.” (8)

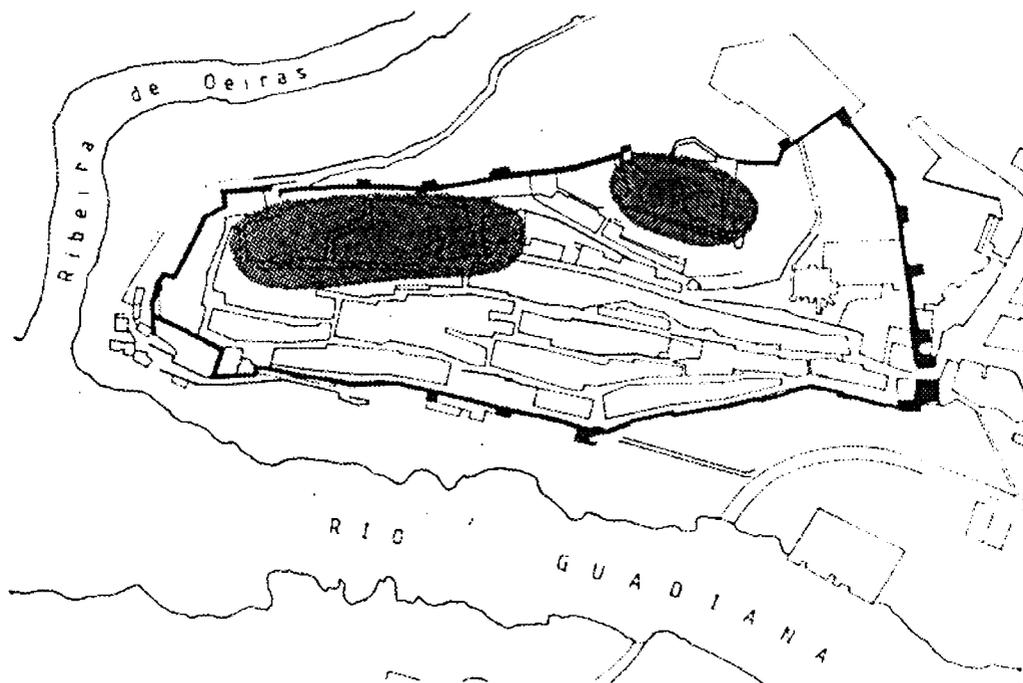
Ligado intrinsecamente às actividades económicas dos grupos humanos que habitavam um determinado território, e às condições de defesa dos mesmos, o traçado urbano destes aglomerados era organizado como o seu suporte eficaz. No caso de Mértola, deve ainda acrescentar-se o papel decisivo desempenhado pelo seu porto, centro vital da localidade, e através do qual todo o território estabelecia as suas ligações com o exterior.

Mértola parece reunir ainda as características tipificadoras dos povoados fortificados dos Campos de Ourique, definidos por duas áreas distintas, mas complementares: um cerro mais elevado onde está implantada uma pequena cidadela ou estrutura fortificada cuja área média não ultrapassa os 5000 m²; e outra zona, muralhada de forma mais grosseira, ocupando uma lomba levemente inferior, numa área média que vai de 12000 a 20000 m² e que poderia ter tido como função inicial a de *albacar*, ou seja, uma cerca de protecção e recolha de gado.

A análise da planta actual de Mértola confirma a existência de uma área com uma planimetria diferenciada em relação aos eixos longitudinais que vieram a ser definidos com a ocupação romana. Tal facto pode efectivamente resultar dessa primeira ocupação.

“Em Mértola, apesar do seu peso urbano já significativo alguns séculos antes de Cristo, não é de excluir a existência de um povoamento deste género bastante arcaico. Uma anomalia urbana, visível no mapa pode

significar uma aglomeração habitacional que se impantou em anterior albacar.” (9)



Quanto à existência de uma pequena fortificação na parte mais elevada do casco rochoso, não foram encontrados nenhuns vestígios se bem que os trabalhos arqueológicos estejam longe de atingir os níveis estratigráficos correspondentes. Deve ter-se presente, no entanto, que a continuidade e a intensidade da ocupação desta zona, desde a antiguidade tardia até à época moderna poderá ter inevitavelmente, apagado os traços remanescentes de algumas dessas estruturas.

Não obstante, a lógica que existe entre a função *fortaleza* e a sua localização é também aqui indesmentível: o ponto mais alto da zona aplanada do esporão rochoso tem uma área aproximadamente de 5000 m², o que reforça a possibilidade dessa relação complementar em época pré-romana.

2.2. - Período romano e paleocristão

a) - Vectores históricos :

Tratando-se de uma das épocas mais estudadas da história da Península, é igualmente a que oferece, ao arqueólogo e ao historiador da antiguidade, os registos materiais de maior monumentalidade e diversidade. Indesmentíveis são, por outro lado, as marcas civilizacionais deixadas por estes colonizadores nos mais variados campos do saber e do agir quotidiano.

“A ocupação romana da Península Ibérica tem de entender-se no quadro das guerras chamadas púnicas que no século III a.C. opuseram Romanos e Cartagineses. Nos meados do século, estes dominavam o comércio no Mediterrâneo Ocidental, graças às suas posições na África do Norte (da Tunísia a Marrocos), na Sicília, na Sardenha e na Península Ibérica. Aqui, os cartagineses tinham feitorias e colónias, algumas convertidas em cidades-estados que senhoriavam pequenos territórios. Esta colonização era suficiente para manter relações comerciais proveitosas com os *oppida* indígenas do litoral e do interior. (..) a ocupação do Algarve e do Alentejo deve, porém, situar-se na primeira metade do século II a.C.. As operações das tropas romanas não foram, pois, contra os Cartagineses, visto que a segunda guerra púnica tinha terminado em 201 a.C., mas contra as cidades indígenas. Não há, aliás, nenhuma indicação de que estas tenham oposto significativa resistência ao novo ocupante. O domínio romano do Alentejo e do Algarve poderá ter sido fácil, conseguido mais por meio de acordos negociados do que por batalhas vencidas.” (10)

Este cenário tornar-se-ia ainda mais provável quando as localidades em questão eram terras de comércio, habituadas desde a sua fundação a uma intensa mescla de mercadores, e sempre predispostas a encarar uma mudança na oligarquia política se esta lhe parecesse, ou promettesse..., uma melhoria nas suas relações comerciais e nos seus proventos.

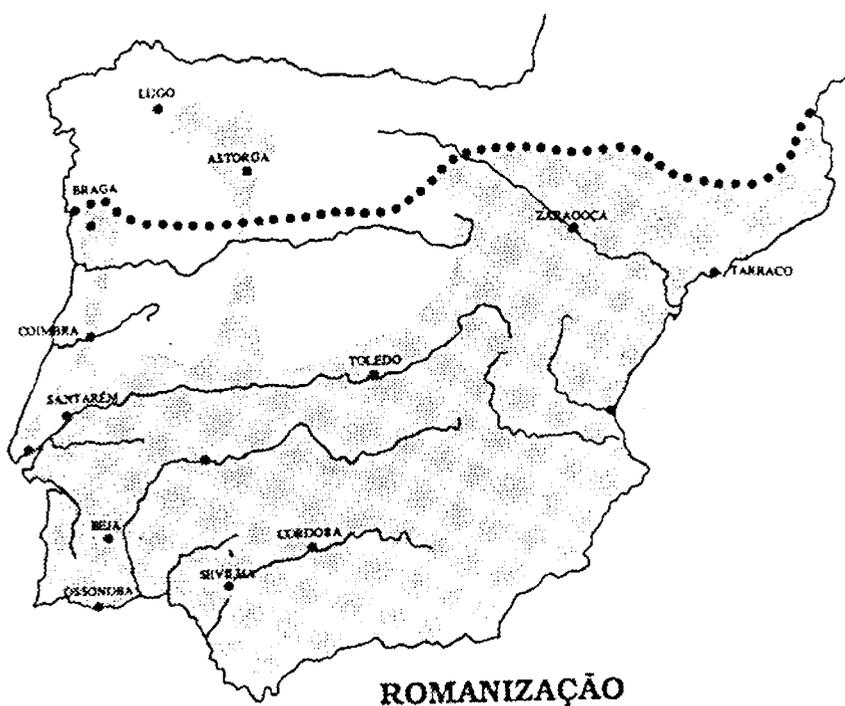
As condições geográficas dos assentamentos, e o valor estratégico daí resultante, funcionaram, desde sempre, como elementos indutores do interesse dos novos colonizadores, e, no caso dos romanos, foram definidores de uma eficaz política de colonização que permitiu a absorção dos inúmeros recursos naturais, principalmente os agrícolas e mineiros.

Situada no extremo navegável do Guadiana, Mértola despertou, naturalmente, a cobiça e o interesse dos exércitos romanos. A primeira fase, mais arcaica, da romanização, é claramente visível no seu termo, em que a lógica viária é traçada pelas necessidades de escoamento de minério e em que é sensível a preocupação de domar uma população hostil e fortificada, e que era, afinal, a detentora das chaves de acesso aos múltiplos locais de extracção mineira.

“Myrtilis (Mértola) foi possivelmente um ponto de entrada e talvez até base de operações. Ficava numa estrada que ligava a Bética aos estuários do Sado e do Tejo, onde aliás se situavam os principais *oppida* de então: Salácia (Alcácer do Sal) e Olisipo (Lisboa).” (11)

A sua situação privilegiada e as condições naturais de defesa que oferecia elevaram Mértola rapidamente à

condição de importante núcleo urbano e portuário, integrando-se no conjunto das cidades-estado então organizadas. Este sistema revelava-se de particular eficácia nas províncias de grande dimensão, pelo que veio a adaptar-se em pleno às características do Sul de Portugal, com as suas vastas planícies e com as suas linhas de água, por onde se fazia o escoamento das riquezas, fortemente defendidas por imponentes urbes alcantiladas.



À urbe de Mértola, para lá da estrada fluvial que é o Guadiana, entroncavam ainda outras rotas terrestres, em particular a grande estrada e coluna vertebral de toda esta região que ligava Beja a Mértola, por Corte Gafo - Amendoeira - Mosteiro e Salvada, onde se bifurca para Serpa. Outras vias traçadas pelo império serviam ao escoamento dos centros mineiros.

“Pax Iulia tinha ligações com Serpa, Moura e Mértola. (...) As minas de São Domingos teriam de estar ligadas a Mértola por um ramal. A navegabilidade do Guadiana parece dispensar uma estrada por terra entre Mértola e *Esuris* ou *Baesuris*; mas esta povoação ligava-se por estrada a *Balsa* e *Ossonoba* (...) É incerta a ligação de *Ossonoba* com Mértola e com Beja. Talvez uma via (...) se dirigisse à área de Almodôvar e Castro Verde, e daí à capital do *conventus pacencis* e, por outro ramal, a *Myrtilis*.” (12)

Essas ligações não eram, no entanto, as únicas a servir Mértola: outros caminhos, numa complexa rede viária local, permitiam a comunicação com múltiplos lugares do termo, circulação que era vital ao seu abastecimento quotidiano.

“Uma variante da estrada que ligava a então *Myrtilis* a *Pax Julia* ladeava a necrópole (...) serpenteando a margem do Guadiana até ao barranco de S. Brás, inflectindo neste ponto, para o interior na direcção das povoações

de Corte Gafo de Baixo (...) seguindo depois para Beja. Entre a Achada de S. Sebastião e a de S. Brás foram já identificadas outras villae e necrópoles de época romana, que parecem obedecer a uma mesma lógica de impantação: aproveitamento de solos aráveis junto à margem do rio, dele se retirando a água indispensável aos trabalhos de rega.” (13)

No que respeita à exploração dos recursos minerais do sul da Península Ibérica, os romanos optaram por um modelo diferente do que tinham utilizado os fenícios: as necessidades do Império eram massivas, implicando por isso uma exploração intensiva e em larga escala, bem como o controlo das rotas por onde se escoavam os metais preciosos.

A extracção de prata, ouro e também do cobre (essencial para satisfazer as necessidades industriais e militares), foi nesses moldes levada a cabo, nomeadamente, em Rio Tinto, Aljustrel e São Domingos, graças a um grande número de escravos e a uma tecnologia mineira para o tempo muito apurada, que nos é dada a conhecer através de achados arqueológicos.

Construíram galerias, poços, conceberam engenhosos e gigantescos sistemas hidráulicos e apetrecharam os mineiros de ferramentas e equipamentos especializados, entre os quais uma lampada de iluminação frontal feita em cerâmica.

No entanto, este tipo de exploração deixava de fora praticamente toda a teia do comércio estruturada no período fenício. Na tentativa de controlar militarmente e conseguir por via disso o monopólio do metal extraído, os romanos vão construir, ao longo desse território, um vasto conjunto de *castella*. Estas estruturas militares pontuaram daí em diante a paisagem. (14)

De acordo com a prática política romana, os territórios conquistados foram dotados de um sistema de direitos, deveres e garantias. Consolidada a unidade espacial do Império, a *civilização romana* alargou os seus domínios, trazendo às populações mais remotas os modos de vida, a língua, as instituições e o urbanismo do colonizador.

Ao longo dos séculos de ocupação romana passou-se da rudimentar bipartição entre a Hispania Citerior e Ulterior, separadas pela linha do rio Ebro, a uma bipartição mais equilibrada entre as duas províncias, e, depois, durante o Império de Augusto, cerca de 27 d.C., a uma divisão em três zonas: Bética, Lusitânia e Terraconensis constituindo-se, assim, também novos conventos (unidades judiciais). A Lusitânia, mais tarde, será dividida em unidades menores: Emeritensis (capital em Emerita / Mérida, que era também a capital da província), Scalabitanos (capital em Scalabia / Santarém) e Pacensis (capital em Pax Iulia / Beja).

Mértola, então *Myrtilis*, pertencia a esta última, possuindo as condições para se tornar o núcleo aglutinador de uma vasta região, como veio a suceder, vivendo da dupla segurança que lhe era proporcionada pela sua intensa actividade comercial e pela vantagem estratégica do local onde se encontrava implantada. Entre o século I a.C. e o II d. C., adquiriu uma importância máxima, atestada pelo foro de cidade que lhe é atribuído

(o de *Julia Myrtilis*), o direito a cunhar moeda própria e pela imponência e sumptuosidade que adquire a sua estrutura urbana.

“O que é fora de duvida, é que no tempo em que Roma estendia por toda a parte o seu domínio, era *Mirtilis* uma cidade de tal importância, que mereceu ser elevada pelos orgulhosos senhores do mundo à preeminência de município do antigo Lacio, prerrogativa que bem poucas cidades das Hespanhas puderam alcançar . Os seus moradores, talvez em sinal de gratidão por alguns favores recebidos, acrescentaram-lhe o nome de Julio Cesar, ou este para a honrar lhe deu o seu nome, com o que se ficou chamando *Mirtilis Julia*. Encontram-se muitas notícias d’esta cidade nos autores antigos, e também se tem achado nos próprios lugares muitos vestígios seus, que atestam a sua prosperidade e grandeza” (15)

No período que decorre até ao desmoronamento do aparelho imperial romano, se se enumerassem exaustivamente as convulsões, os avanços e os recuos verificados, facilmente se teria a imagem de um quadro social e político bastante mutável. Essas mutações não podem certamente ignorar-se, mas não pode exagerar-se o seu alcance. É sabido que, apesar da instabilidade reinante, a população, nos seus afazeres quotidianos, se agarrava ao solo e subsistia, comerciava e dava asas ao seu engenho de contornar as dificuldades que as alterações políticas pudessem provocar. A compreensão de tal fenómeno permite dimensionar a *relativa estabilidade funcional*, que se registou e entender a manutenção do papel histórico de Mértola, a despeito das vicissitudes políticas, sociais e económicas que irão pautar os séculos seguintes.

“Aparentemente a organização provincial instaurada por Diocleciano no fim do século III mantém uma impressionante resistência, como acontece, de resto, em todo o Ocidente Europeu, entre outras razões, porque constitui o quadro de base da organização diocesana e porque a continuidade da instituição eclesial a mantém viva.” (16)

Durante a Alta Idade Média e de certa forma acompanhando um movimento semelhante em toda a Andaluzia, sul de França e Itália, verifica-se no Alentejo meridional uma consolidação das autonomias regionais e um evidente reforço político das antigas comunidades agro-pastoris. Parece estarmos na presença de um processo de encastelamento que se generalizou a todo o Mediterrâneo ocidental, e que, na Península Ibérica, se traduz pela enorme proliferação de povoados fortificados nas zonas de predominância pecuária. Paralelamente, reanimam-se as actividades tradicionais de mineração e metalurgia que serviam de complemento à sua economia de subsistência, o que finalmente explicaria a multiplicação de pequenas explorações mineiras por todo o Baixo Alentejo.

É neste cenário que Mértola continua a manter o estatuto de pólo central, militar, político e económico, sobre uma vasta região envolvente. Continua a atrair viajantes e mercadores, que lhe emprestam novas e múltiplas influências culturais.

b) - Padrão urbano e ocupações funcionais :

É sabido que Roma introduz uma nova forma de pensar e estruturar o espaço urbano, seja ao nível da sua infraestruturação ou da concepção das construções que o padronizam. Este processo, de carácter físico, é apenas um dos aspectos da urbanização; é preciso ter-se presente que os edifícios romanos, na sua génese, transportam consigo novas funcionalidades. São erguidos de acordo com uma nova organização política do espaço-cidade, das formas de sociabilidade e do agir e mentalidade do indivíduo erguido à categoria de cidadão.

“Na cidade romana, a *função política* deu origem a um monumento ou conjunto de monumentos: o fórum, com templo, basílica, cúria e, eventualmente, *comitium*. Mas o fórum, sendo elemento essencial da cidade romana, não é elemento essencial da cidade, em absoluto. (...) O que define a cidade é a função política que nela se exerce, mais do que o edifício ou os edifícios em que se instala quem exerce tal função.” (17)

Ainda que assente nestas premissas, e se é um facto que a cidade ideal romana tinha por base uma planta hipodâmica (as ruas, cruzadas em ângulo recto, definiam quarteirões iguais entre si), na prática, a sua aplicação foi rara, porque assim o ditava a topografia do local ou por impossibilidade de ignorar-se, de todo, a estrutura urbana da ocupação anterior. De resto, pode mesmo afirmar-se que, na sua quase totalidade, “as cidades romanas correspondem a anteriores *oppida* indígenas cujo traçado não pôde ser ignorado” (18)

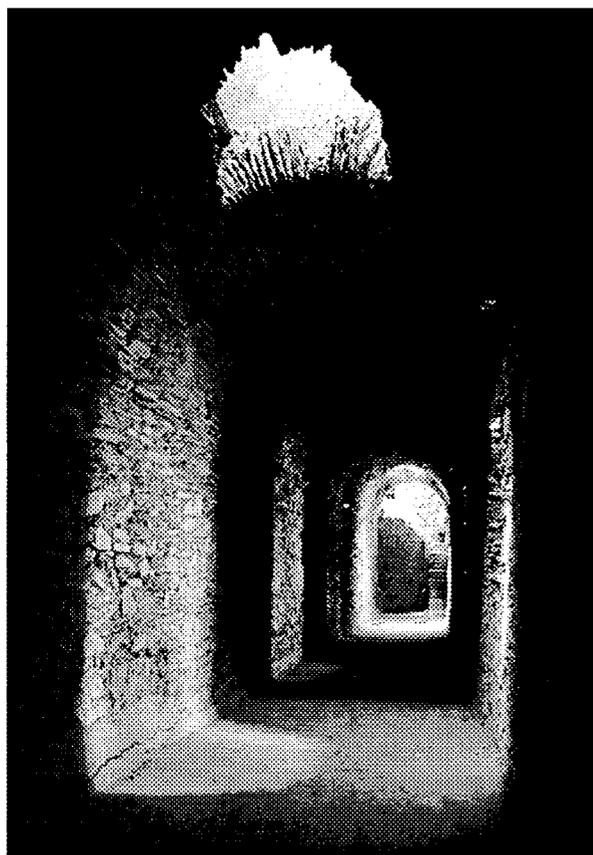
Assim, ao falar-se da cidade romana, naquilo que ela implica, obviamente que não se trata de procurar nas mesmas o cardo e o decumano que caracterizam os eixos principais de localidades nascidas dos acampamentos militares do *limes*. A lógica ocupacional é a que o terreno impõe e a que a comunidade humana vai gradualmente rasgando e aplanando, criando plataformas para edificar as suas casas, uma disputa de muitas gerações, mais ou menos acelerada consoante a pressão demográfica.

O que não obsta a que, naturalmente, em cada cidade, se formalizem processos construtivos que respondem a uma mesma linguagem urbana, a um mesmo sentido funcional e estético, padronizado no fórum, invariavelmente assente num ponto elevado e com nítida exploração cénica de toda a envolvente. A existência de padrões de ocupação funcional do espaço urbano permite o estabelecimento de paralelos, aqui ilustrado, a título de exemplo comparativo com (pesem embora, naturalmente, as diferenças de escala), o caso de Conimbriga:

“O fórum foi erguido num ponto central da cidade, exactamente escolhido pela sua centralidade e não porque fosse ali mais fácil de implantar(...). O declive do terreno exigiu a construção de um gigantesco criptopórtico, cuja estabilidade lhe garantiu a sobrevivência até aos nossos dias. Sobre esse embasamento, destinado a nivelar, com a maior segurança possível, um espaço que era, por natureza, declivoso, edificaram-se o templo principal da cidade, a basílica e, possivelmente, a cúria..” (19)

Conquanto possam ser estabelecidas, com maior ou menor aproximação, leituras comparativas, as mesmas

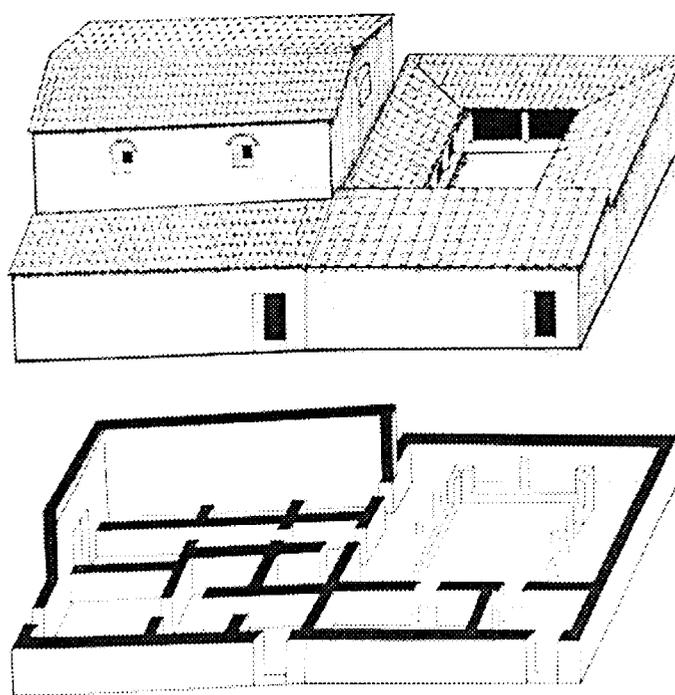
dependem, em muito, do estúdio em que se encontra a investigação histórica sobre cada urbe romana (em particular as capitais de *civitates*) e o que a arqueologia, progressivamente, revela. No caso de Mértola, apesar dos trabalhos arqueológicos se terem iniciado em 1978, os níveis de ocupação romana ainda não foram atingidos na sua totalidade. O destaque centra-se, desde já, no monumental critopórtico que sustenta a plataforma artificial do forum, na zona do balneário e na basílica. A perspectiva monumental da cidade completa-se na imponente cintura amuralhada da urbe (ainda que em alguns dos seus principais troços refeita em época almoada), na torre do rio, estrutura avançada sobre o Guadiana e que cumpria as funções de defesa da sua zona portuária e de acesso à água, e nos múltiplos elementos arquitectónicos de porte avantajado (colunas, impostas, capitéis, etc.) que se encontram dispersos por toda a vila. Da monumentalidade da *Mirtylis* romana dava conta, ainda no século X, Ahmed Arrazi, quando, ao referir ser Mértola “o mais forte castelo do termo de Beja”, diz existirem muitos “edifícios antigos |i.e. romanos|”.



No que respeita ao espaço intra-muros, naquilo que se poderá definir como área urbanizável, muitas zonas terão ficado vãs, tanto na previsão de possíveis desenvolvimentos urbanos ulteriores (nomeadamente na zona junto ao forum alcáçova), como por imposição das acentuadas curvas de nível que desenham a arquitectura natural na qual a cidade se estruturou.

Apesar da dimensão que ocupariam os edifícios públicos, que preenchiam uma parte considerável da mancha urbana, em Mértola, à imagem de outras cidades imperiais, a superfície dos edifícios domésticos seria

significativamente maior, repartida pelas apalaçadas residências dos senhores (*domus*) e pelas modestas habitações das camadas socialmente baixas da população (*insulae*). A variedade tipológica, tanto de umas como de outras, terá sido significativa, e Mértola, não foi, certamente, excepção. As únicas estruturas até hoje detectadas de construções domésticas situam-se na rua que se organiza ao longo da muralha, na parte baixa da cidade, vocacionada para desempenhar o papel de artéria viva da actividade comercial. A habitação em causa (hoje parcialmente conservada sob as caves do edifício da Câmara Municipal e que funciona como núcleo museológico) fazia parte de um conjunto urbano que se prolonga ao longo da rua (sob os edifícios contíguos ao edifício da Câmara), e conheceu dois níveis de ocupação. Estruturalmente, organiza-se a partir de um núcleo central - o *impluvium* - com o seu pórtico, à volta do qual se ordenavam os diferentes compartimentos, alguns dos quais abertos à rua principal e que serviriam, muito provavelmente, de lojas de comércio.



No que respeita ao traçado da urbe, a rua fronteira ao Guadiana era o eixo viário por excelência, por ela se movimentando as gentes e as mais variadas mercadorias, que circulavam a partir da zona portuária, à qual se acedia através de uma porta rasgada na parte baixa do burgo e que directamente imbricaria na “ponte do rio”. Seguindo ao longo da muralha era a *rua Direita* (directa entre as duas portas), a rua de todos os comércios. A meio do percurso, as casas dos grandes comerciantes ordenavam-se provavelmente em redor do espaço aberto que é hoje a praça do município. Outras artérias, ao longo das curvas de nível, se terão organizado, tendo-se certamente estruturado, numa cota mais elevada e fora dos centros vitais do comércio e da ostentação senhorial, a área reservada às *insulae*. No outro extremo da cidade, rasgava-se a porta monumental do forum, pela qual se estabelecia a ligação a Beja e aos territórios a norte, às zonas mineiras e cerealíferas.

Ao longo destas vias, conferindo uma lógica funcional e cultural que é generalizada, organizam-se as necrópoles da cidade, das quais se tem, hoje, um conhecimento razoável, destacando-se a que ocupava a superfície da

encosta rochosa do Rossio do Carmo e a da Achada de S. Sebastião.

Suscitada pelas referências feitas pelos historiadores árabes de que, pelo menos duas vezes, “terem exércitos invernado em Mértola, situação para a qual seria de todo incomportável o perímetro definido pelas muralhas do burgo, realizaram-se prospecções de terreno, em 1988, que conduziram à descoberta de um extenso amuralhamento de época romana e, ao que tudo indica, utilizável ainda em época almoada, que cerca completamente a antiga cidade entre a margem direita da ribeira de Oeiras e do Guadiana.” (20)

De uma proeminência à beira rio, esta muralha monumental de 5 metros de espessura parte de um fortim com quatro torreões de ângulo, segue uma linha de cumeada dos cerros que rodeiam a povoação e regressa, mais a norte, às margens do rio. É provável que este perímetro fortificado tenha sido construído nas primeiras campanhas militares do Império Romano, e esteja portanto relacionado com a deslocação de tropas e aquartelamentos sazonais.

Esta estrutura amuralhada, em reforço da que cintava a urbe, está de acordo, aparentemente, com o que parece ser um fenómeno generalizável às cidades do Baixo Império, que, por imperativos de defesa, se vêem envolvidas por imponentes amuralhamentos, com o conseqüente atrofiamento da vida urbana, e paulatino subverter da sua estrutura orgânica e funcional. Assiste-se, implacavelmente, à degradação e arruinamento dos edifícios públicos e senhoriais, abandonados ou adaptados a novos fins. Passaram a ser, por outro lado, fonte de aprisionamento de materiais, carreirados para novas construções, habitualmente mais pequenas e de escala mais modesta..

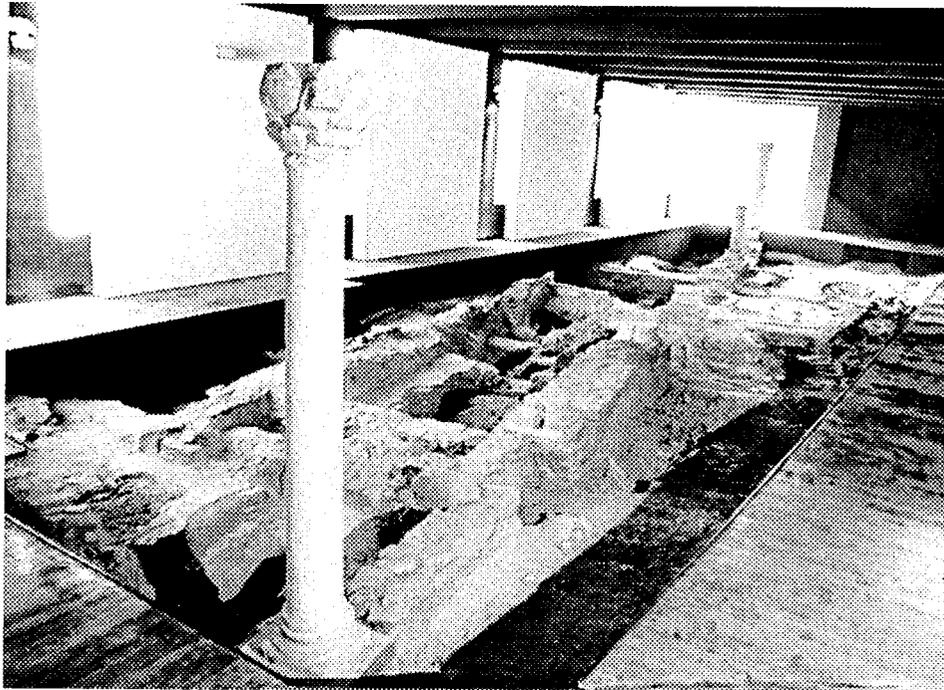
“A alteração dá-se, por um lado, em virtude da ausência de controle municipal e do abandono de antigas casas pelos seus proprietários, substituídos por famílias pobres, que não tinham qualquer noção dos modelos arquiteturais clássicos nem dos recursos volumétricos e decorativos usados para realçar o prestígio dos seus donos nas épocas áureas do Império e, por outro lado, devido ao aparecimento de construções que não estavam na tradição romana e que agora polarizam a vida religiosa da plebe cidadina, apartando-a do centro único e comum do fórum. Incluem-se neste segundo caso os mosteiros, as basílicas e os cemitérios ou os hospitais albergarias para peregrinos e doentes das mesmas cidades.” (21)

Estes novos espaços podiam situar-se fora das muralhas mas surgem, igualmente, no seu interior, como sucede com a basílica paleocristã de Mértola, protegida ainda pela muralha exterior que cercava a cidade.

“A igreja paleocristã de Mértola inclui-se, tipologicamente, no grupo das basílicas com duas ábsides contrapostas, série para a qual se admite geralmente como segura uma paternidade norte africana. Essa forma, originária da actual Tunísia, teria chegado à Península Ibérica já completamente formada, não vindo depois a evoluir. (...) A igreja deve ter sido um templo com três naves separadas por colunas, sete tramos e duas ábsides afrontadas cujo extradorso se deveria demarcar de forma evidente do corpo da igreja.” (22)

Este edifício é uma construção emblemática do período paleocristão de Mértola e, a um outro nível, como o

demonstra a colecção de lápides funerárias que se reúne no interior do actual núcleo museológico (onde se abrigam os vestígios do templo), testemunho primeiro dos contactos civilizacionais que persistem, numa dinâmica comercial e cultural que ganha novos contornos, com as mais variadas regiões mediterrânicas antes aglutinadas sob a égide da Roma imperial. Assentando provavelmente sobre uma zona cemiterial anterior, já sacralizada em *martirium*, a basílica, referente monumental de uma nova mentalidade, passou a marcar imagneticamente o espaço urbano, vincando a diferença, que paulatinamente se institui, com os modelos da cidade-cenário de época romana.



2.3. - Período islâmico

a) - Vectores históricos :

O processo histórico de islamização da Península, fenómeno que nas regiões a sul do Tejo perdurou entre quatro a seis séculos e meio, encerra duas vertentes dinâmicas, sempre presentes, de resto, nas estruturas civilizacionais de tipo imperial: a político-militar e a mercantil. Contudo, ao contrário do processo de romanização, em que há uma estratégia territorial e excluindo, no século X, a aventura centralizadora do califato de Córdoba, predominaram, durante esta época, “os movimentos de desconcentração, polarizados em vários núcleos do comércio”. Assim”, cada cidade, com as suas hortas e jardins, com o seu termo económico e cultural, vai imprimir ao al-andalus o cunho peculiar da sua civilização” (23), ainda que aproveitando, naturalmente, a herança urbana e organização territorial do mundo tardo-romano. De uma forma geral, assiste-se ao relançamento económico, político e cultural das urbes costeiras e das que se situavam em portos fluviais.



Nesta lógica, Mértola, estrategicamente situada, veio a tornar-se mais importante do que Beja. Beneficiava da navegabilidade do *Wadi-Ana* até ao seu pequeno porto, onde o acesso de navios facilitava o escoamento de produtos locais e permitia a importação de outros, funcionando como placa giratória para o resto do território interno, utilizando as vias terrestres de há muito traçadas, como a antiga estrada romana (mantida em bom estado pelos muçulmanos) que ia do seu porto, passando por Beja, até à cidade de Évora.

Inicialmente ligada ao califato de Córdoba, a muçulmana *Martula* (que se enquadrava numa região em que dividia com *Baja* - Beja - o poder sobre as povoações de *Maura* - Moura - , *Sirpa* - Serpa - e *Al-madura* -

Almodôvar -) atingiu o seu apogeu com o colapso deste regime, tornando-se então a sede de um reino *taifa* (do árabe “al-ta’ifa, partido ou bandeira). Ao apreciável desenvolvimento que então conheceu não foi estranha a sua posição privilegiada, assumindo-se como sede de uma *Kuwar* que fazia fronteira, a norte, com as de Beja e Badajoz, para oriente com as de Sevilha e Niebla, e para sul com as de Faro e Silves. Na direcção ocidental, Mértola estendia a sua influência até ao Oceano Atlântico.

“Mértola foi sede de reino *taifa* por duas vezes: Ibn Tayfur, sahid da localidade e berbere de origem, governa-a até Almutamide de Sevilha a conquistar em 1044; a sua área de dominação incluía a cidade de Beja, cuja *Kura* seria dividida com Badajoz. Depois, numa segunda fase, o seu domínio é concretizado por Ibn Cací, tornando-se o centro de revolta contra os Almoravidas, a cidade onde se estabelece o profeta da nova seita dos Muríðines.” (24)

A entrada e domínio integral da Península Ibérica por parte dos Almorávidas pôs fim aos reinos *taifa*, impondo um novo fervor místico, uma intransigência geradora de conflitos nos quais Mértola viria a ter papel de relevo, quando, em 1144, se revolta contra esse domínio, movimento que é liderado pelo sufi Abu-Kasim al-Husyn B. Kasi, natural de Silves, que se torna o novo senhor de Mértola independente. O seu apelo à revolta foi seguido não só em Mértola, onde era governador, mas também em Silves e em Beja, cidades que se submetem à autoridade de Ibn Qasi, passando Mértola a funcionar como centro dirigente dos três *Kuwar* (*Kura* e *Kuwar* são unidades administrativas, de âmbito mais alargado a primeira e mais restrita a segunda). Numa moeda encontrada em Mértola, a inscrição do anverso é a prova desse mesmo poder de que chegou a dispôr: “*Aquele que sustenta a ordem de Deus, Ahmad Ibn Kasi’Abd-Allah*”.

Estas revoltas, assim como outras que rapidamente se sucederam e se estenderam a outros territórios do ocidente, num quadro político-militar de grande instabilidade, fizeram com que o Garb, ainda que por poucos anos, se assumisse como território soberano.

O período final da presença islâmica é marcado pela entrada em cena dos Almorávidas, que transportam consigo pretensões hegemónicas sobre o vasto Al-Andalus, e que irão travar com os cristãos o combate decisivo pelo domínio do Ocidente Ibérico. Combates igualmente traçados num mapa político retalhado pelos conflitos que opunham os diversos reinos cristãos da Península, e de alianças feitos ao sabor de mil conveniências, impulsionadas pelas pretensões desmedidas de príncipes sequiosos de poder e de engrandecimento. Exemplo notável é a aliança entre al-Mansur e o rei de Leão, contra Afonso III de Castela, que é vencido na batalha de Alarcos (1195), episódio que iria retardar, por algumas dezenas de anos, o processo de Reconquista cristã e, conseqüentemente, uma relativa consolidação do domínio almoada.

Neste contexto, Mértola interpreta um papel nuclear na máquina de guerra almoada, assumindo-se como uma das suas principais praças-fortes, considerada por alguns autores de inexpugnável, e como entreposto comercial de primeira importância, via Guadiana, com toda a Andaluzia.

Ainda que retardado, o movimento de Reconquista, alicerçado na proeminente intervenção das ordens

religiosas militares, com os cavaleiros de Santiago à cabeça, acabaria por se estender às fronteiras do Garb. De forma irreversível, e em ritmo cadenciado, as praças-fortes almoadas a sul do Tejo caem em mãos de cristãos, soçobrando Mértola em 1238.

“Com o avanço da Reconquista, entre finais do século XI até à 2ª metade do século XIII, a guerra está (...) omnipresente no território português. Perante a investida dos exércitos cristãos, a necessidade de defesa levou à reconstrução de antigas muralhas urbanas e à construção de novos sistemas defensivos traduzidos em torres de atalaia e fortalezas de carácter regional que abrigavam, ainda que temporariamente, as populações mais próximas. (...) Nota-se assim que a última fase de avanços e recuos da Reconquista em território do Garb al-Andalus, primeiro nas últimas décadas do século XII e, finalmente, nos finais da 1ª metade do século XIII, terá sido marcada pela violência seguida de depauperamento populacional, ou mesmo de abandono total em certos castelos e povoados rurais. No Algarve, tal como em toda a região a sul do Tejo, a Reconquista viria a introduzir uma certa ruptura em relação ao período muçulmano.” (25)

b) - Padrão urbano e ocupações funcionais:

A história do Portugal islâmico tem sido traçada a partir de um momento referencial: a da invasão de 711, data tomada como emergência do que teria sido, séculos a fio, um tempo obscuro, algo terrificante e de profunda ruptura civilizacional com o soçobrante mundo paleocristão. A conquista islâmica e a sequente reconquista cristã foram tomadas como balizas de um período histórico que os cronistas medievais quase ignoraram e que os historiadores modernos tardaram em reavaliar, mitificando-se, ao invés, os intérpretes e os episódios que conduziram à gesta do nosso estado-nação. Se a historiografia contemporânea foi progressivamente ultrapassando o limite estreito dessa leitura e ressuscitou, à luz dos novos pressupostos da metodologia histórica, a presença árabe do nosso território, tem cabido à arqueologia, contudo, o papel maior na construção de um *novo olhar* sobre o mesmo. A arqueologia fornece-nos, de facto, uma visão histórica que a ausência de fontes escritas, por um lado, e a dificuldade do historiador em as colmatar, por outro, longamente suscitaram.

Ponto principal de reflexão que proporcionou foi, sobretudo, pois do mesmo decorrem múltiplas implicações, o da ruptura civilizacional entre o mundo cristão e o islâmico. É que, ao nível arqueológico, o *antes* e o *depois* não se evidenciam. Pelo contrário, identificam-se continuidades, não se tendo verificado, por exemplo, destruições de cidades ou inversões profundas do viver quotidiano, exclusão feita àquelas que irão emergir de uma nova concepção filosófico-religiosa.

Na sequência da cidade romana, ou melhor dizendo, na tradição das cidades comerciais mediterrânicas, a urbe islâmica assenta num conjunto de equipamentos estruturantes que definem as principais zonas, de acordo com funcionalidades distintas, traçando, em cada uma, uma determinada malha que organiza os percursos de circulação e divide os grupos sociais.

Porém, se as cidades islâmicas, quase sem excepção, eram de velha tradição, desenvolvendo soluções de continuidade plasmadas desde o domínio imperial romano, o postulado religioso de Maomé introduziu, naturalmente, uma nova *praxis*, com inevitáveis consequências na estruturação da urbe. E aquela só se satisfazia num ambiente urbano, já que só aí o crente podia dispôr de todas as estruturas necessárias a uma prática quotidiana dos rituais de acordo com todo o preceituado. Os banhos, a oração colectiva, entre outras práticas, conduziram a transformações na orgânica e funcionalidades dos espaços urbanos. O próprio Corão dedicava atenção ao urbanismo, e aí podem ser encontrados regulamentos sobre aspectos da edificação.

Por outro lado, sobretudo a partir da época dos reinos taifas e sob o domínio almorávida e almoada, o mundo urbano floresce, disfrutando do desenvolvimento agrícola, industrial, mercantil e cultural de uma sociedade pujante. As cidades, enriquecidas e densamente povoadas, são os centros de uma civilização avançada, albergando, no perímetro desenhado pelas muralhas que as defendiam, um casario denso e apertado, fortes alcáçovas, altaneiras e por vezes com luxuriantes alcáceres, e as febris áreas do mercadejar e dos múltiplos mesteres que proviam a vida urbana. E, claro está, as mesquitas, os espaço-símbolo da cidade islâmica.

“Las más importantes ciudades hispanomusulmanas estaban formadas por un núcleo central rodeado de muros, llamado *meaina* - medina en castellano (...) -, en el que se halaban la mezquita mayor, la alcaicería y el comercio principal (...). En otros lugares, el relieve del suelo y el emplazamiento de la medina condicionaban el aumento urbano. (...) Atraída por la asistencia de los fieles a la mezquita principal, en sus cercanías desarrollábase la vida comercial de mayor importancia e intensidad, en tiendas situadas en las calles inmediatas, en la alcaicería, en las alhóndigas o *fanadiq* y en los zocos. En torno a ese oratorio se agrupaban también los postos provisionales de los comerciantes modestos, con sus toldos y mostradores portátiles, y circulaban los vendedores ambulantes ofreciendo a gritos su mercancía” (26)

As mesquitas, ao longo de toda a história do Andalus, são um dos elementos de maior importância no ordenamento da cidade, introduzindo nos cascos antigos uma nova dinâmica polarizadora do espaço e, por outro lado, devido aos preceitos construtivos a que obedecem, surgiam como o referente primeiro da linguagem arquitectónica da urbe.

Se este conjunto de indicadores traça, em linhas gerais, uma identificação da cidade islâmica, é óbvio que, cada uma se organiza de acordo com a sua escala de importância (política, comercial e militar) e em função da matriz urbana herdada. A Mértola islâmica não foi, obviamente, excepção.

São poucos os dados que se possuem para uma caracterização histórica de Mértola dos séculos VIII a XI e, por extensão, sobre a cidade e a estruturação do seu espaço urbano. Esta quase ausência de elementos informativos, nomeadamente arqueológicos, não obstante ser seguro que manteve a importância estratégica que se lhe reconhecia e de ter mantido viva a sua participação na rede comercial do vasto Andalus, decorrerá, por certo, do papel aparentemente discreto que interpretou no mapa político dos citados séculos. Situação que se inverteria no período das taifas e na época almorávida-almoada.

“A partir do século XI, com a crescente importância de Évora e principalmente com a pulverização política dos reinos de “taifas”, a decadência de Beja acentua-se, não sendo de estranhar que a capital regional seja assumida, esporadicamente, pela bem fortificada Mértola. Além da importância e celebridade das suas muralhas, e portanto do seu papel militar atestado na maioria das fontes árabes e cristãs, a velha cidade do Guadiana congregava também uma população não muito inferior às outras cidades do Garb al-Andaluz (...)” (27)

Mértola ocupa, pois, no período da instabilidade política militar dos séculos XII a XIII, até ao avanço irreversível do movimento da Reconquista, um lugar de destaque na máquina de guerra muçulmana. As suas imponentes muralhas, em 1179, em pleno domínio almoada e sob o patrocínio do califa Abu Yaqub Yusuf, são reparadas e reforçadas com a construção de uma torre.

A par destas obras, levantou-se, no ponto elevado da alcáçova, um castelejo, sobre as estruturas do antigo *castellum* romano. Indício único, até ao momento, dessa construção, é o que resta da sua porta principal, reaproveitada na edificação do castelo cristão, em finais do século XIII.

As portas que se abriam nos panos de muralha seriam as que ainda hoje se identificam, pesem embora as transformações e reorganizações a que foram sujeitas no período medieval cristão: a que se rasgava a norte, e que facultava o principal acesso à cidade e dava saída à via que se dirigia a Beja e a caminhos secundários; a que, na parte baixa do burgo, dava serventia ao porto e a que se virava à ribeira de Oeiras, a de menor porte e de utilização secundária.

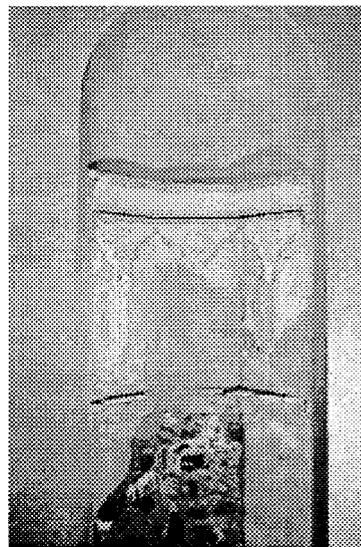
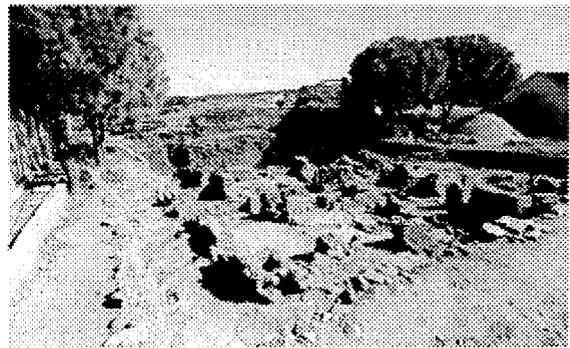
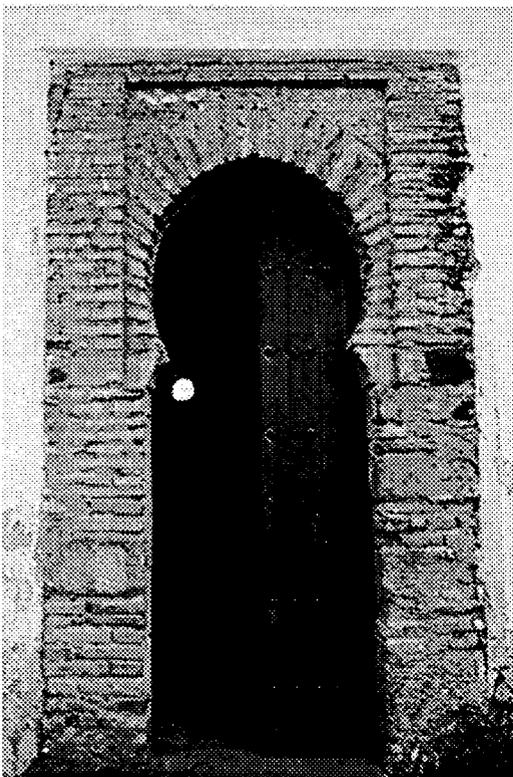
A cidade intra-muros possuía cerca de 60.000 m², área aproximada à que apresentavam outras urbes do Garb, como Silves e Évora, com efectivos populacionais que poderiam andar entre os 1000 e os 2000 habitantes. A sua organização urbana assentaria, sobretudo, em três áreas complementares: a alcáçova, a medina e o arrabalde. Sobre a segunda, que se organizaria ao longo das escalonadas plataformas que se desenvolvem ao sabor das acentuadas curvas de nível do casco, pouco se sabe. A lógica portuária obrigava, por certo, a uma concentração dos espaços residenciais e mercantis na área adjacente ao mesmo, ainda que, de acordo com soluções tradicionais desenvolvidas em muitas cidades hispano-muçulmanas, uma outra zona mercantil se organizasse junto à mesquita.

No arrabalde da cidade, junto ao troço de muralha a Sudeste, e junto a uma das suas portas, desenvolveu-se, ao que tudo indica, uma área habitacional de pequenas dimensões, como aparentemente o faz supôr a tipologia das suas construções, em tudo semelhantes às já escavadas na zona da alcáçova.

A zona residencial mais importante implantou-se, naturalmente, na acrópole, ocupando parte do antigo forum romano. As estruturas já identificadas desenhavam um bairro de pequenas dimensões, com algumas dezenas de habitações, que estão longe de corresponder à imagem de moradias apalaçadas, embora se detectem pormenores construtivos com algum refinamento. As casas, que variam em área de acordo com as suas funções e o diferente estatuto dos seus proprietários, seguem de perto o mesmo modelo orgânico: viram-se para o seu

interior, com um pátio central que joga papel determinante na circulação interna e vivência quotidiana, com pequenas dependências organizadas em seu torno e poucas aberturas para o exterior, numa combinação vocacionada para preservar a intimidade dos seus moradores.

Este conjunto urbano, como o denuncia o seu traçado regular, os arruamentos e o apurado sistema de saneamento, foi concebido de raiz, de acordo com um programa construtivo impulsionado por uma oligarquia político-militar que detinha suficiente poder para o determinar. Programa construtivo que se complementou com a construção de uma mesquita, situada nas imediações do bairro da alcáçova, certamente levada a cabo em finais do século XII. Era um edifício de cinco naves, individualmente cobertas por telhados de duas águas, conservando-se ainda hoje dessa construção primitiva, para lá do que se reconhece da sua volumetria e estrutura, quatro portas de arco em ferradura, o mirhab e o pequeno compartimento do mimbar.



Com a chegada dos cavaleiros cristãos de Santiago, em 1238, a alcáçova de Mértola é parcialmente subvertida na sua lógica funcional e urbana. O bairro residencial almoada é abandonado, vindo a transformar-se num imenso campo cemiterial (até ao século XVI). Ao castelejo sucede um castelo de feição gótica e a mesquita é sagrada em igreja de Santa Maria, ainda que, aqui, as imposições do novo ritual não tenham imposto, acto imediato, significativas mudanças estruturais.

2.4. - Período medieval

a) - Vectores históricos :

Em meados do século XIII, com a participação determinante das ordens militares, as fronteiras do Reino de Portugal, salvo insignificantes acertos mais tardios, encontravam-se razoavelmente definidas.

A cidade almoada de Mértola, ponto estratégico da máquina de guerra muçulmana do Garb, capitula em 1238. Os cavaleiros de Santiago, seus conquistadores, instalam-se na sua imponente praça-forte, elegendo-a, não muitos anos volvidos, como sede nacional da Ordem, estatuto que conservará até ao ano de 1316. Um ano após a sua conquista, em troca dos favores prestados, D. Sancho II doa o castelo e todo o vasto termo da cidade aos espatários.



“Com a chegada destes novos senhores terratenentes instala-se uma ordem vincadamente feudalizante. A intensa actividade mercantil, que fizera de Mértola, séculos a fio, ponto de encontro de circuitos vários de gentes e produtos da bacia do Mediterrâneo e placa giratória para um vasto território interior, perde abruptamente o seu brilho. É claro que a estrada fluvial que era o Guadiana continuará a ser sulcada por barcos guiados por mãos adestradas na arte de marear, mas as mercadorias, essas, partem de novos portos e cruzam agora, tão só, em ritmo sazonal, as costeiras águas atlânticas. De igual modo, manter-se-ão activadas as ligações aos circuitos regionais de comércio terrestre. A rede de vias de há muito traçada, em particular as comunicações com Beja, Serpa, Castro Verde e Almodôvar, continuaram a ser calcorreadas pelos almocreves e muares, garantindo a distribuição das mercadorias transbordadas no porto de Mértola e das que deste rumavam aos portos algarvios ou à grande Lisboa.” (28)

Com o fim das guerras da Reconquista e a fixação das novas linhas de fronteira, os senhores terratenentes, quer a fidalguia quer ordens militares e eclesiásticas, vêm transformar-se algumas das suas tradicionais formas de subsistência: na nova sociedade emergente definem-se novas relações económico-sociais e, no aparelho produtivo, tende a desaparecer a condição de servidão - mesmo se alguns costumes como as manarias e as geiras, persistam durante muito tempo.

É neste contexto que toma forma uma nova estrutura de povoamento, assente na repartição de terras, de que a diversidade antropológica Trecentista e Quatrocentista claramente denuncia. Por outro lado, com as alterações operadas, muitas rotas e povoados mineiros, como a investigação arqueológica tem vindo a provar, conhecem então o seu fim.

A institucionalização das novas condições processa-se quer através da prática consuetudinária, quer através dos forais concedidos pelos monarcas, entidades religiosas ou nobreza terratenente, exercendo essa prática no limite dos seus domínios, atribuindo algum poder às instituições locais.

Já em 1254, D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, havia concedido a Mértola, para os séculos vindouros e apesar da referência ao termo com sendo *ermo*, o estatuto de sede desta zona rural, de pescadores e pastores, e dos comerciantes que ali vêm mercadejar. No mesmo se dão indicações sobre o tráfico no Guadiana mencionando a lenha, o carvão, o trigo, o junco, o alho, as cebolas e o vinho como mercadorias usuais.

É, contudo, “(...) em torno da terra e da pastorícia serranha, e dos produtos que originam, que se estreitam e desenham as cadeias do poder e se estrutura o aparelho produtivo. Complementa-o a ancestral actividade piscícola, sobre a qual recai o peso da dízima. De resto, à Ordem de Santiago ficam a pertencer boa parte dos canais e pesqueiras do Guadiana. A exploração das águas fluviais enquanto força motriz fecha o cenário: dos moinhos de água que irão pontuar a paisagem ribeirinha, em particular no Guadiana mas também no Vascão, a Ordem possui os mais importantes, retirando dos restantes significativos dividendos fiscais.” (29)

Apesar destas profundas mutações no quadro económico e social, que claramente apontam para uma ruralização da sociedade, o sul do Reino, herdeiro maior da influência islâmica, conservou os traços da vida urbana, não obstante os efeitos condicionantes suplementares, como o foram as pestes e as guerras raianas com Castela, sobretudo ao longo do século XIX, que diminuíram em muito os efectivos populacionais e fragilizou o tecido de suporte de múltiplas actividades.

“Os principais centros urbanos e os núcleos mais consideráveis de burgueses rurais encontravam-se no centro e, particularmente, no sul. Das 31 cidades e vilas que, em 1385, elegeram o Mestre de Aviz rei de Portugal, 15 ou seja cinquenta por cento ficavam situadas no Alentejo. De 98 povoações, escolhidas em Fernão Lopes, trinta e cinco ficavam no Alentejo e, evidentemente, não podiam comparar-se Évora, Elvas, Beja, Portalegre, Estremoz com qualquer outra vila transmontana, beiroa ou minhota.” (30)

No quadro particular de Mértola, o cenário histórico não é distinto. Mantem, em função do sempre instável equilíbrio das relações fronteiriças com Castela, a sua importância militar; controla um vasto território envolvente, no qual os esforços de fixação e alargamento do povoamento era uma realidade e conserva activa a vida portuária, ainda que longe do fulgor de outras épocas.

O quadro geral da economia portuguesa até finais do século XV assentava num eixo tripartido (cereais, vinho e azeite) ao qual se juntavam outras actividades como a fruticultura e, em especial no centro e no sul do país, a pecuária. Esta actividade desenvolveu-se bastante na área de Mértola, zona de solos pobres para a agricultura, gerando actividades subsidiárias como as rouparias (do queijo), que com a caça e a pesca forneciam a base alimentar, à qual se somava, inevitavelmente, o pão produzido do cereal alentejano.

Apesar de incorporada no quadro das principais vilas e cidades acasteladas do Alentejo, tudo aponta para que Mértola tenha perdido um número significativo de habitantes, em finais do século XIV / inícios do século XV, justificando a iniciativa régia de a eleger como couto de homiziados.

“Mértola 1420 - na carta régia de 21 de Dezembro de 1420 refere D. João I que o seu filho, o infante D. João, «nos dise que a sua villa de Mertolla he muy despobrada per razam das guerras pasadas». Em atenção a este facto o rei ordena que cinquenta homiziados «e mais nom», povoem esta vila e contribuam para a sua defesa. Estes homens não podiam em princípio sair deste lugar e seu termo; mas se o quisessem fazer, com o fim de obterem alimentos, necessitariam duma autorização passada por D. Diogo Pereira, comendador-mor da Ordem de Santiago e alcaide do castelo de Mértola, cuja validade não podia ultrapassar os três meses.” (31)

A recuperação demográfica processou-se gradualmente ao longo do século XV, desenhando-se, a partir de finais de mesma centúria, o início de uma fase de inegável crescimento económico, prolongada pela época de Quinhentos, e na qual o rio Guadiana e a posição estratégica de Mértola foram determinantes. Este crescimento está intimamente ligado às campanhas do Norte de África e reanimação comercial que lhes é associada, conhecendo a vila reflexos notórios em função do novo contexto económico e social que a região baixo-alentejana e o Algarve então registam.

“Com a expansão quatrocentista, as diversas fases do ciclo estão ligadas ao apogeu e decadência das praças africanas. Portugueses e andaluzes são na época “des voisins sans hostilités”, unidos nos mesmos objectivos económicos, na conservação do estreito limpo do curso árabe, Há uma alternância na direcção do comércio entre as duas costas: o trigo chega a Portugal quando os anos agrícolas são bons e a paz impera no Magreb; recorre-se ao Algarve, à Andaluzia e ilhas atlânticas quando perigam em segurança e sustento os baluartes da costa de África “ (32)

b) - padrão urbano e ocupações funcionais :

A partir de inícios do século XIV, Mértola, a velha urbe, perde parcialmente a importância que detivera. O definhamento da actividade mercantil, o processo de senhorialização, a secundarização da sua praça-forte na estratégia defensiva do Reino e a mudança da sede da ordem de Santiago para Alcácer do Sal foram os factores determinantes. Tudo aponta, em consequência, para uma diminuição dos efectivos populacionais concentrados dentro das suas muralhas e do inevitável enfraquecimento da sua vida urbana. É um facto revelador a determinação protagonizada por D. Afonso V de conceder a Mértola o estatuto de couto de homiziados, acto extremo que conheceram as regiões fronteiriças mais despovoadas, fosse por questões de defesa ou como recurso artificial para fixar mais gentes.

Entre meados do século XIII e inícios do século XVI, as modificações no tecido urbano da vila de Mértola não poderiam deixar de ser significativas. As principais ocorrem, naturalmente, na zona da alcaçova. Em substituição do castelejo islâmico, na plataforma superior do esporão do casco, erguem-se novos amuralhamentos e uma torre de menagem, concluída em 1292, que passam a dominar a vila. Em toda a sua organização, desenha-se o recorte característico dum fortificação medieval cristã, de feição gótica.

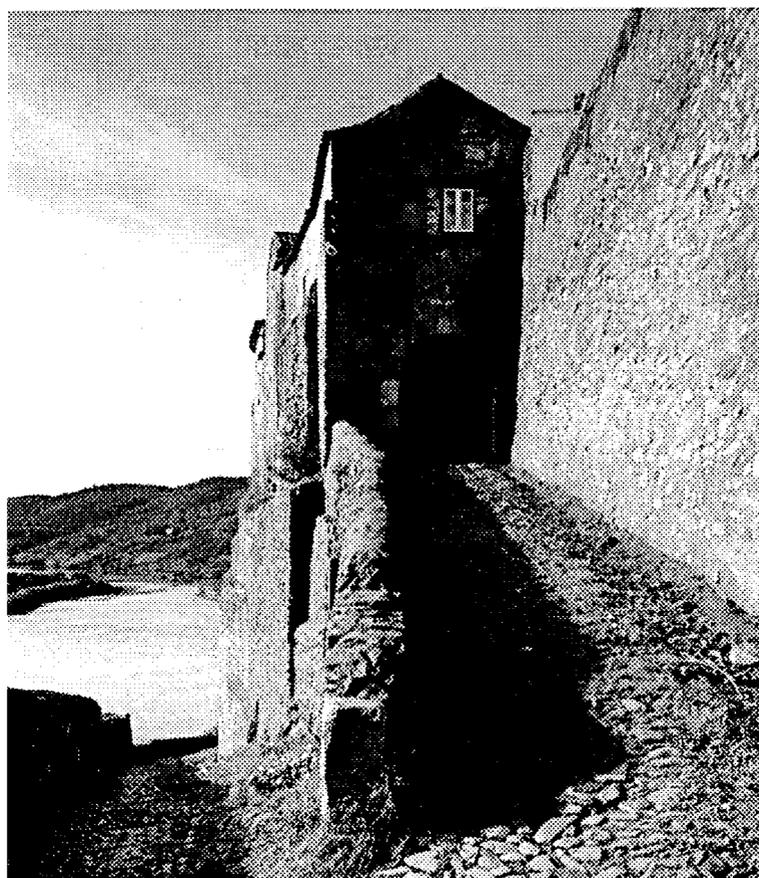
No interior do castelo levantam-se as estruturas indispensáveis ao alojamento dos cavaleiros de Santiago e ao corpo de tropas que os acompanhava, assim como uma capela dedicada a Santiago, situada junto à porta da fortaleza. Numa das torres que é erguida, a postada sobre a ribeira de Oeiras, fica a funcionar a cadeia e, na virada a nascente, instala-se o alcaide pequeno. A torre de menagem, com os seus dois andares, representação imagética do poder senhorial e militar, é destinada ao alcaide-mor/comendador. Uma cisterna e os edifícios destinados ao aquartelamento de tropas e cavaliarias completavam a organização funcional do castelo. No século XV, no pano de muralhas voltado a nascente, recortam-se novas ameias, adaptando-as ao tiro rasante das bestas.

“A obra mais significativa levada a cabo em época tardo-medieval foi a edificação, no recinto do castelo, das *casas da alcaidaria*. Ajustadas à importância e dignidade do cargo de alcaide, era uma construção senhorial de dois pisos, organizada entre a torre de menagem e o torreão flanqueante levantado sobre a ribeira de Oeiras. Compunha-se de diversas divisões, distribuindo-se no piso superior várias dependências: dois aposentos sobradados, recolhidos e com lareira; um salão central, igualmente com lareira; uma cozinha e um outro aposento. O acesso fazia-se por uma ampla escadaria, que arrancava junto à cisterna. No piso inferior, com uma divisão espacial aproximada à do superior, evoluíam compartimentos vários de apoio e arrecadações. A par deste edifício, levantado no decurso da última década de Quatrocentos, ergueram-se outras instalações: aquartelamentos, cozinha e casa de morada do alcaide pequeno, igualmente de dois pisos, sendo o superior sobradado, com lareira e ligação interna ao torreão do castelo voltado à Vila.” (33)

A área residencial almoada, situada fora das muralhas do castelo cristão, é abandonada após a Reconquista, transformando-se, a partir de inícios do século XIV e até ao século XVI, em cemitério e posteriormente em

ferregial. Na encosta poente do castelo organiza-se o curral do concelho (onde se localiza o actual cemitério), que permanecerá neste local até ao século XVI, transferindo-se de seguida para fora de portas, junto à zona do Rossio.

As muralhas da vila, herdadas de época almoadada, não registam alterações significativas. Nalguns pontos erguem-se novos torreões, tendo sido refeitas, provavelmente em finais do século XIII / inícios do século XIV, as portas da vila. A par destas obras, outras se verificaram, em particular a construção de dois edifícios religiosos.

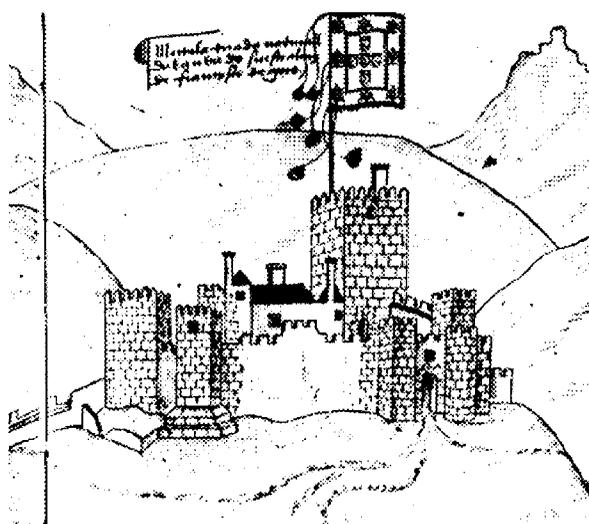


“Junto à *porta da ribeira* é construída, na mesma época, uma ermida dedicada a Santiago, que aí permaneceria até meados do século XVI. Nas proximidades da porta da vila, chamada de Beja, é construída uma outra igreja, dedicada ao divino Espírito Santo, assegurando a confraria do mesmo nome o funcionamento de um pequeno hospital, que prestava assistência a doentes, desvalidos e viandantes de várias paragens.” (34)

A antiga mesquita almoadada, erguida em finais do século XII e situada junto à zona palatina, é adaptada ao culto cristão, sendo sacralizada em igreja de Santa Maria. Pelo que as fontes documentais revelam e a análise arquitectónica e arqueológica do edifício deixa perceber, não se introduziram, acto imediato, mudanças estruturais. De notar que, ainda em inícios do século XVI, como o atesta a representação de Duarte d’Armas, o edifício mantinha a organização dos cinco telhados de duas águas, assim como o minarete, revelando

claramente que se mantinha a volumetria e disposição espacial da velha mesquita. É na organização do espaço interior que a mão reformadora se fez sobretudo sentir, particularmente através do entaipamento de portas e do *mirbab*, assim como na mudança do altar-mor para a parede norte.

A representação iconográfica de Duarte d'Armas, dada a fidelidade e riqueza de pormenores que se lhe reconhece, permite avaliar a dimensão e distribuição da mancha urbana que à época ocupava a vila de Mértola, que não diferiria em muito da que se observaria ao longo do século XV.



Em síntese, verifica-se que o casario se organizava exclusivamente na parte baixa da vila, virada ao rio, em função de dois eixos longitudinais, e que a densificação urbana ocorre junto à porta da Ribeira, denunciando a importância da vida portuária e do Guadiana como grande estrada de comunicações. Na parte alta da vila, sem qualquer ocupação de cariz habitacional, recortavam-se apenas a igreja matriz e o castelo, ao qual se acedia por dois caminhos (a exploração de dados a partir da representação de Duarte d'Armas será feita no subcapítulo seguinte).

2.5. - Período moderno

a) - Vectores históricos :

Do mundo tardo-medieval ao ocaso do Antigo Regime, Mértola de forma alguma alterou o seu estatuto de pequena sede de um concelho de interior, predominantemente rural e de recursos pouco diversificados, e que viria a perder, irreversivelmente, uma das funções que durante séculos a catapultaram para uma posição interventora e de relativa projecção histórica: a de ser uma imponente praça-forte, sentinela altaneira e vigilante sobre um vasto território que militarmente dominava. Os tempos da modernidade retiraram-lhe esse papel, e pertencendo a um passado longínquo a miragem das riquezas arrancadas às entranhas da terra, restava-lhe, tão só, os favores do Guadiana e da sua navegabilidade, o aproveitamento dos solos aráveis, a pastorícia e a exploração dos produtos da serra. Se este é, em traços largos, o pano de fundo do seu cenário histórico, ela conheceu, claro está, períodos de maior ou menor florescimento, de acordo com a disposição dos deuses que protegiam as suas searas e gados e a dinâmica histórica regional e nacional.

A partir de finais do século XV e até ao terceiro quartel do século XVI, a vila de Mértola e o seu termo participam no crescimento económico do Reino. No contexto regional, o centro da mesma está intimamente ligado à produção e comercialização cerealífera e, claro está, à subida de preços verificada. Mértola e o seu porto revigoram. As ligações comerciais à costa algarvia e norte africana e à cidade de Lisboa intensificam-se.

“Com a expansão quatrocentista, as diversas fases do ciclo estão ligadas ao apogeu e decadência das praças africanas. Portugueses e andaluzes são na época “des voisins sans hostilités”, unidos nos mesmos objectivos económicos, na conservação do estreito limpo do curso árabe, Há uma alternância na direcção do comércio entre as duas costas: o trigo chega a Portugal quando os anos agrícolas são bons e a paz impera no Magreb; recorre-se ao Algarve, à Andaluzia e ilhas atlânticas quando perigam em segurança e sustento os baluartes da costa de África “ (35)

Ao servir de entreposto de escoamento cerealífero e de rectaguarda à preparação de acções bélicas nos territórios do norte de África (o invernio de cavalos a ser utilizados nas campanhas africanas e a criação do lugar de coudel-mor de Mértola integram-se nesta lógica), Mértola conheceu, inegavelmente, um repentino crescimento. É neste período que se regista um relativo aumento demográfico, a expansão da ocupação urbana e se levam a cabo algumas importantes obras, sendo a completa remodelação / transformação da antiga igreja matriz a mais emblemática, intervenção patrocinada pelo então comendador-mor D. João de Mascarenhas, nobre vindo, precisamente, das campanhas norte-africanas e que chegou a capitanear a praça de Azamor.

A este relançamento económico não é estranho, por outro lado, o papel mais activo interpretado pela Ordem de Santiago, sujeita em inícios do século XVI a uma profunda reforma na sua organização, nomeadamente nos processos de gestão do seu património e de controlo sobre múltiplas actividades produtivas, bem como sobre a administração municipal e o exercício das funções judicial e militar.

A comenda de Mértola, nesta época, transforma-se na mais apetecida das que a Ordem de Santiago possui. Dado significativo: dentro do que foram os seus limites primitivos, organiza-se uma nova comenda, tendo por cabeça a aldeia de Alcaria Ruiva, em torno da qual se distribuem, precisamente, as terras de melhores potencialidades cerealíferas.

Em finais de Quinhentos, porém, a situação iria inverter-se, uma vez mais em função da conjuntura económica do Reino, que conhece uma profunda recessão. Dependendo umbilicalmente da questão cerealífera e do movimento portuário, Mértola conhecerá um novo ciclo letárgico, do qual emergirá, apenas, a partir do início do século XVIII.

O abandono das praças norte africanas foi determinante, ao que tudo indica, no evoluir dos acontecimentos à escala local. A retracção da actividade portuária, por um lado, e o esvaziar da sua função enquanto entreposto de ligação ao interior, por outro, produziram efeitos regressivos e que terão tocado, fundamentalmente, todos os que do mercadejar faziam a sua prática quotidiana.

Por outro lado, a partir de meados do século XVI, a velha praça-forte de Mértola, com o seu alcantilado castelo, perde definitivamente a sua importância bélica, dado o rápido evoluir da pirobalística e da arte de fortificação. Votada ao abandono e perdida a sua função primeira, ainda que pontualmente venha a ser utilizada, nomeadamente no contexto das guerras da Restauração, deixou de justificar a permanência de efectivos militares (reduzido a um número mínimo, e que cumprem apenas funções de vigilância), desarticulando-se todo o quadro social a que dava cobertura e suas indispensáveis ramificações.

Não são de negligenciar, ainda, os efeitos produzidos pela decisão régia da ligar à coroa as ordens militares, nomeadamente quanto ao relaxamento a que conduziu no controlo directo das diferentes actividades económicas do concelho (cobrança fiscal) e dos rendimentos antes afectos à Ordem de Santiago.

Para o século XVII não se possuem dados que permitam caracterizar, com a aproximação desejável, a evolução histórica da vila de Mértola e do seu termo. A avaliação das implicações decorrentes do domínio filipino bem como do processo da Restauração esbarra com a quase ausência de fontes documentais. Parece claro, não obstante, que a instabilidade político-militar que perpassa as décadas seguintes ao movimento restaurador terão motivado uma natural retracção do investimento nas esferas produtivas tradicionais, a agrícola e a pastoril, bem como retirado efectivos aos trabalhos correntes às mesmas associados, dado o forçado recrutamento a que foram sujeitos os varões de todo o termo para engrossar as fileiras dos exércitos que defendiam a fronteira. Paralelamente, e ónus acrescido, o lançamento de novos impostos (ou sua reorganização), como a Décima, destinados a suportar os encargos da guerra, limitaram certamente a criação de excedentes e sua aplicação nos mecanismos de reprodução dos meios de produção.

Em finais do século XVII, no entanto, estas limitadoras circunstâncias estariam esbatidas. Por outro lado, como o denunciam diferentes fontes históricas Setecentistas, e de acordo com a tendência que conheceram os municípios portugueses, a administração municipal estaria consolidadamente dominada por uma oligarquia

local constituída pelos principais lavradores da região e pelos detentores dos cargos públicos, entre os quais se estabelecia um amplo jogo de conviências. Esta situação deve ter-se presente não só quanto à percepção dos fenómenos político-económicos mas, também, vertente cujas implicações do momento importam registar, quanto às inevitáveis representações imagéticas dessas mesmas oligarquias locais (a casa senhorial, as habitações ligadas à sua actividade primacial - celeiros, armazéns, etc.), bem como quanto à definição das regras urbanísticas, apropriação do solo urbano e construção de edifícios públicos.

No século XVIII, o dinamismo económico do concelho é sustentado pelos mesmos eixos produtivos, ainda que, paulatinamente, sejam perceptíveis iniciativas de cariz industrial, de pequena escala. É um dado adquirido, por outro lado, o revigoramento da actividade portuária, organizando-se um trânsito regular com os portos algarvios e a capital do Reino, apoiado na diversificação dos consumos e das actividades, satisfação das necessidades de uma população local que registou um acréscimo demográfico relevante e, obviamente, nos excedentes produtivos, em particular os cerealíferos, não obstante a existência de cíclicos anos de carestia.

Apesar do crescimento urbano de Mértola no século XVIII, durante o qual se estruturou a malha urbana que hoje razoavelmente se reconhece (não obstante as inevitáveis reconstruções, recomposição do solo urbano e mudança de funções de muitos dos edifícios, os arruamentos e a mancha urbana de então são, com relativa aproximação, os hoje existentes, a visão que oferecia a um visitante de finais do século XVIII estava longe de ser grandiosa ou convidativa:

“Não é uma localidade importante. Calcula-se o número das suas casas em 620 e os seus habitantes parecem pobres. Ergue-se sobre o Guadiana, assente em placas de ardósia tão escarpadas na direcção do rio que um simples muro impede a escalada. (...) O velho castelo, para o qual foi nomeado um alcaide, podia alojar outrora umas boas centenas de homens, mas agora encontra-se degradado e as suas velhas muralhas estão quase todas em ruínas. Serve para defender a travessia do Guadiana, pois as pessoas podem ir até à margem sob a sua protecção.” (36)

b) - Padrão urbanístico e ocupações funcionais :

Entre inícios do século XVI e finais do século XVIII, a organização urbana, a modelação do edificado, as manchas de ocupação do solo e a definição dos eixos viários evoluiu, como seria de esperar, de forma considerável, de acordo com a dinâmica histórica local, nas vertentes económica e social, militar, estruturação e hierarquias dos poderes públicos e, claro está, da pressão demográfica.

Para inícios da centúria de Quinhentos, a imagem que a vila oferecia é superiormente retratada pelo olhar cuidado e minucioso de Duarte d'Armas, engenheiro incumbido de fazer o levantamento das praças fortes da raia.

O burgo organizava-se, sobretudo, ao longo de dois arruamentos que cortavam longitudinalmente o casco urbano, e evoluíam ao sabor das curvas de nível. O casario, de um e dois pisos, serpenteava ao longo dos mesmos, comprimindo-se num alinhamento duplo virado ao rio. Em torno da porta da Ribeira, a concentração do espaço edificado era nitidamente superior ao que se organizava junto à porta de Beja, em função da força polarizadora exercida pelo porto e actividades associadas ao mesmo.



Na alcáçova, emergia imponente o castelo, com a sua torre de menagem a dominar a vila e o território circundante. De encontro à mesma e ao longo da sua muralha poente evoluíam as casas da alcaidaria, morada do comendador e única construção solarenga do burgo.

Numa plataforma adjacente, encontrava-se a igreja matriz, que ainda conserva a volumetria herdada da antiga mesquita almoada, com as cinco naves cobertas por telhados de duas águas e um minarete a cortar verticalmente o edifício. Dos outros dois espaços religiosos que a vila possuía, a igreja e hospital anexo do Espírito Santo, junto à porta de Beja, e a capela de Santiago, sobre o arco da porta da Ribeira, apenas esta última é individualizada e perceptível no levantamento de Duarte d'Armas.

Até meados do século XVI a imagem urbana da vila altera-se significativamente. Emblemática foi, sem dúvida, a intervenção na Igreja de Santa Maria, patrocinada pelo comendador e alcaide-mor de Mértola D. João de Mascarenhas. Às suas expensas manda abobadar o corpo da igreja, o que implicou o seu alteamento e eliminação dos cinco telhados de duas águas. Na mesma campanha de obras, levada a cabo entre 1530 e 1535, é aberto um novo portal, ao gosto renascentista. Da antiga igreja apenas irá subsistir, até final do século, o antigo minarete - torre sineira, símbolo último da antiga mesquita almoada.



Em 1558, sobre as já então ruínas da ermida de Santiago da *porta da ribeira*, é construída a igreja da Santa Casa da Misericórdia, edifício arquitetonicamente modesto mas que simboliza a revitalização urbana da vila e da capacidade gerada junto da população local de renovação dos espaços polarizadores da mesma.

Paralelamente, são feitas reparações na cintura de muralhas da vila e nas do castelo, enquadradas no plano de melhoramento das linhas de defesa do Reino. Quanto às construções particulares, embora faltem informações que o permitam afirmar taxativamente, terão igualmente conhecido em Quinhentos um acréscimo significativo. Sustenta esta asserção, fazendo fé nas informações e indicadores avançados pelos sucessivos processos visitacionais da Ordem de Santiago (entre 1515 e 1565), o crescimento demográfico então verificado.

Em finais do século XVI, acompanhando uma nova conjuntura histórica, o cenário é outro. Os anos de prosperidade eram já uma longínqua lembrança e as marcas dos novos tempos fazem-se sentir. Imagem representativa é o estado de ruína a que chegam as casas da alcaidaria-mor, que são deixadas ao abandono. De resto, a exemplo de outros locais fortificados da raia, verifica-se a mudança das alcaidarias para o coração do tecido urbano, junto às praças mais nobres. É o que sucede em Mértola, instalando-se o alcaide-mor em duas moradas de casas situadas na praça da vila, propositadamente compradas para esse fim. Acompanha-o, nesse movimento descendente, a mudança da prisão, que deixa de se situar numa das torres do castelo para passar a ocupar edifício próprio, junto à praça da vila. A este abandono corresponde, igualmente, a perda do valor castrense do velho castelo medieval.

Ao que tudo indica é contemporânea destas modificações (finais do século XVI) a construção dos paços do

concelho. Assente numa plataforma sustentada por uma estrutura arquitectónica avantajada, de dupla arcaria, que se levanta adossada à muralha da vila, era um edifício oblongo, de fachada virada à praça e em local central da mesma.

Para o século XVII não se dispõe de um corpo de informações bastante que permita traçar as transformações operadas na organização urbana e conjunto edificado. É de crêr, contudo, que se tivesse registado um crescimento moderado da vila, como o parece sugerir o início da expansão urbana para fora de portas, e a construção de novos edifícios religiosos.

No século XVII Mértola ultrapassa, de facto, os limites da sua barbacã. No arrabalde as casas comprimiam-se à saída da porta da vila por três vias divergentes: a rua que levava à ermida da Sr^a das Neves; a que dava acesso à via para Beja e um caminho que seguindo em direcção à ermida de Santo António (onde hoje está o cine-teatro Marques Duque) prosseguia depois junto à beira rio até à Achada de S. Sebastião e, mais a montante, às terras férteis da Achada de S. Brás. Foi a partir destes núcleos originais que se desenvolveram, numa primeira fase, até inícios do século XIX, os quarteirões primitivos do arrabalde, e que deram início à caminhada extra-muros que orientaria todo o crescimento contemporâneo de Mértola.



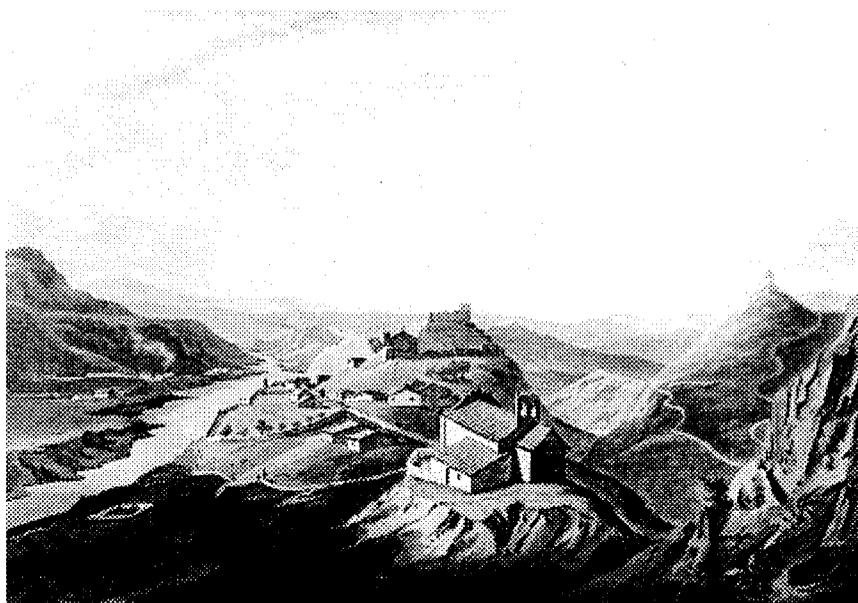
Na vila intra-muros, a densificação da malha urbana acentuou-se significativamente no decurso das últimas décadas do século XVII e ao longo da centúria de Setecentos. A mancha do edificado ocupou progressivamente as áreas livres, numa primeira fase paralelamente aos arruamentos virados ao rio, definindo novos eixos longitudinais e, numa segunda fase, na zona poente do casco, de forte declive e em que a extrema compartimentação do solo urbano será a nota dominante, indiciando, claramente, a sua ocupação pelos estratos mais desfavorecidos da população. Os mais abastados continuam a disputar as casas dispostas ao longo das duas ruas principais (a rua Direita, junto à muralha, e a rua do Espírito Santo, paralela àquela); das situadas

na zona envolvente da praça do município e das que se apinhavam junto à porta da Ribeira, adaptando-as, com melhor ou menor arranjo arquitectónico, à imagem senhorial do seu estatuto e dos cabedais de que dispunham. A maior concentração de construções enobrecidas verificava-se na zona da praça do município e da Porta da Ribeira, junto à qual se dispunham, igualmente, edifícios funcionalmente ligados à actividade mercantil, como os Celeiros da Casa de Bragança (fronteiros à igreja da Misericórdia) e os amplos pisos térreos de um conjunto variado de moradas de casas das proximidades, que funcionavam como armazéns e depósitos de materiais diversos.

Os espaços devotivos da urbe haviam-se fixado, durante a idade média em três pontos nucleares: a igreja matriz, na alcáçova, a igreja do Espírito Santo, junto à porta de Beja, e a capela de Santiago, sobre a plataforma da porta da Ribeira. O crescimento demográfico e o alargamento das necessidades de satisfação espiritual dos crentes irão impor, porém, a partir de inícios do século XVI, a construção de novos edifícios religiosos, no perímetro da vila e do seu arrabalde.

Embora, no seu conjunto, não apresentem complexos programas construtivos, atestam uma maior disponibilidade económica da comunidade, elevando-se como referentes visuais da urbe e edifícios marcantes no definir da sua fisionomia histórica.

As duas construções mais arrojadas ocorreram fora de portas, sendo ambas de inícios do século XVII. A igreja de Nossa Senhora do Carmo é erguida no extremo norte da plataforma aplanada sobranceira ao arrabalde que então timidamente se organizava, junto às fundações da antiga basílica paleocristã, resacralizando um local que terá permanecido sempre vivo no subconsciente colectivo. Na elevação fronteira ao casco urbano, sobre a ribeira de Oeiras, por iniciativa dos religiosos da Ordem Terceira Franciscana, foi construído um pequeno convento, com a sua igreja, nove celas e uma ampla cerca, e que passou a marcar, desde então, o extremo sul da paisagem urbana de Mértola.



Os três templos erguidos no recinto do casco urbano eram nitidamente mais modestos. A Igreja da Misericórdia, sagrada no ano de 1558, foi construída sobre as ruínas da antiga capela de Santiago, ocupando sensivelmente o mesmo espaço. Apenas em meados do século XVIII, numa ampla campanha de obras que a reformou substancialmente, veria acrescentado ao seu núcleo primitivo uma sacristia, que ocupa a área livre de circulação do antigo adarve da muralha, então já nitidamente obsoleto.

A capela do Calvário, construção de reduzidas dimensões e de planta cúbica, foi edificada em meados do século XVII, nas proximidades do adro da igreja matriz, adquirindo o culto que promoveu uma receptividade notória do imaginário local e que permaneceria vivo até aos nossos dias. A igreja de N^a Sr^a da Conceição é igualmente um edifício modesto, de uma só nave, levantada em inícios do século XVIII, na rectaguarda da massa edificada virada à praça do município. Foi de instituição particular, não tendo despertado particular devoção junto dos fiéis e quase se dissimulando entre as construções que, apertadamente, contra as suas paredes se alinhavam.

No que respeita a edifícios públicos, nomeadamente quanto à sua diversidade e localização no espaço urbano, não se possuem informações muito precisas. O imóvel de carácter gregário e funcionalmente mais distinto continuou a ser, naturalmente, os paços do concelho. Erguidos, como se deixou referido, em finais do século XVI, viriam a ser objecto de obras de remodelação no terceiro quartel do século XVIII, emprestando-lhe a volumetria e o traçado que razoavelmente ainda hoje se reconhece (onde actualmente se encontra o tribunal da comarca). Ladearam-no, no casario que se dispunha na parte norte da praça do município, as casas da almotaçaria, dos escrivães do judicial e notas e o edifício da prisão.

É de inícios do século XVII, com transformações profundas introduzidas em meados de Setecentos, a esbelta torre do Relógio da vila, implantada no início da íngreme calçada que, partindo da praça do município conduzia à porta de Beja. Erguendo-se de encontro à muralha e aproveitando a plataforma de um antigo torreão da mesma, passou a marcar, desde então, a zona da urbe de Mértola que se debruça sobre o rio. Mas não só. Durante mais de dois séculos pautou o quotidiano dos seus moradores, regulando a vivência social com o meio e o funcionamento de determinadas tarefas e serviços.

Registe-se, por último, uma outra transformação funcional na organização interna da malha urbana. Desde finais do século XIII, de acordo com uma prática generalizada nas cidades e vilas medievais, que o hospital/albergaria de Mértola funcionou junto da porta de Beja, dando apoio e guarida a viajantes, doentes e desprotegidos de vária sorte. Em princípio do século XVIII, ao que tudo indica, é erguido um novo espaço hospitalar, administrativamente afecto à Santa Casa da Misericórdia, e que viria a situar-se na encosta da Afreita, nas proximidades do que ainda hoje subsiste (embora com funções habitacionais),

2.6. - Período contemporâneo

a) - Vectores históricos :

Na passagem para o mundo contemporâneo, Mértola absorveu, com profundidade ajustada à escala dos seus recursos, as profundas transformações operadas na sociedade portuguesa ao nível político, económico e social. Não ficou à margem, pois, das implicações ditadas pela Revolução Liberal e afirmação dos ideais de modernidade que a mesma sustentou (em particular no que toca ao desenvolvimento industrial, de melhoramento das acessibilidades e modernização da agricultura), nem, tão pouco, trazendo as balizas históricas de referência até aos nossos tempos, dos impactos estruturais provocados pelo modelo de desenvolvimento actual, como a vincada interioridade do seu território, a desertificação e a incapacidade de potenciar os recursos endógenos face aos padrões que guiam a competitividade económica dos dias de hoje.

Equacionar as transformações ocorridas em Mértola e seu termo nos dois últimos séculos passa, precisamente, pela avaliação da gestão dos recursos que, desde sempre, pontuaram a sua evolução histórica: a privilegiada situação que ocupava; a mineração; a agro-pastorícia e a navegabilidade do Guadiana. Perdida, com o evoluir dos tempos, a importância que decorria da sua localização (controlo de um vasto território de fronteira e valor militar), e ainda que não seja de forma alguma negligenciável a exploração dos recursos agrícolas e da pastorícia (concentraram, como seria de esperar, a actividade da maioria da população, fosse numa lógica de subsistência ou de geradora de excedentes que faziam a riqueza de um punhado de lavradores, elevados à categoria de notáveis da terra e que dominaram os mecanismos da administração municipal), foi na reactivação da mineração e no aproveitamento do Guadiana como via de comunicação que Mértola veio a conhecer o seu último grande ciclo de crescimento.

A modernidade do ideário liberal passava, em grande medida, pelo accionar de mecanismos que conduzissem ao progresso industrial. A partir de 1850, todo o aparelho económico nacional se agita sob a batuta de Fontes Pereira de Melo e de outros continuadores do *fontismo*. A procura de uma industrialização “à inglesa” e o esforço feito na modernização do sistema viário e, em particular, ferroviário, começam em toda a parte a provocar alterações de monta, lançando as sementes do Portugal contemporâneo.

No afã do progresso, de desejo de uma rápida recuperação do nosso endémico atraso industrial, os governos liberais abriram as portas do país aos investidores estrangeiros, e logo as principais companhias mineiras europeias enviaram os seus prospectores em busca de jazidas subterrâneas.

Foi assim que Nicolau Biava - contratado pelas companhias financeiras estrangeiras interessados em investir na exploração dos recursos mineiros nacionais - (re)encontrou o lugar de São Domingos, a partir dos vestígios e imensos escoriais das lavras de época romana.

“No século XIX, no cenário fontista de avanço da economia agrícola de mercado (que no Alentejo se expressou

pelo desenvolvimento do latifúndio), de expansão dos sistemas de transporte e comunicações modernas (caminhos de ferro, estradas, telégrafos), num momento histórico de agitação do ideal do progresso, terá grande relevo na zona, e durante um século, a exploração das minas de São Domingos (situadas a 17 km de Mértola), exploração de carácter industrial feita através de capitais estrangeiros colocados ao dispôr do britânico James Mason. A firma Mason & Barry construiu uma aldeia, deu-lhe luz eléctrica, trouxe a linha do caminho de ferro, para efectuar a ligação com o porto fluvial do Pomarão, para transporte do minério em grandes cargueiros. Empregando mais de 1500 postos de trabalho (a aldeia chegou a ter 5000 moradores (entre os quais cerca de 3000 mineiros no período áureo da mineração), esta exploração alterou bruscamente o equilíbrio demográfico e económico em que a região vivia havia já alguns séculos.” (37)

Enquadrando uma mão de obra imensa, as dinâmicas demográficas e comerciais que gerou não podiam ter deixado de ter reflexos na sede do concelho. Algumas localidades adquiriram uma inesperada grandeza e importância, nomeadamente Corte do Pinto, S. Domingos e Pomarão, alargando-se a área de influência da animação económica e comercial a muitas outras pequenas localidades.

É evidente que a exploração dos recursos mineiros não teria sido possível, pela inviabilidade do seu oneroso transporte, não fosse a disponibilidade de uma via de fácil trânsito: o rio Guadiana, cujo caudal, até ao Pomarão, permite navegação a barcos de grande calado. Assim, durante décadas a fio, barcos de grande tonelagem, movidos a vapor, circularam num “vai-vem” constante pelo Guadiana, carregando nos seus porões toneladas de minério que de seguida conduziam para os principais portos ingleses.

Complementarmente a este intenso movimento, na razão directa do crescimento e animação económica que se estende a todo o concelho, assiste-se ao revigoramento do porto de Mértola, ainda que ao mesmo apenas chegassem navios de pequeno porte, a vapor ou à vela. Mas não foi apenas em função do escoamento dos produtos locais e de provimento das necessidades de uma população que conheceu um assinalável crescimento (refira-se, a título de exemplo, que na década de trinta do presente século, o concelho de Mértola contava como efectivo populacional cerca de 40.000 habitantes, contra os actuais 10.000 !) que é reanimada a actividade portuária. As ligações com o interior, desde sempre presentes, ganham nova dimensão, funcionando o porto de Mértola como ponto obrigatório de passagem às comunicações do Alentejo com o Algarve e a costa ocidental.

Com o encerramento das minas de S. Domingos em inícios da década de sessenta, culminando um processo de decadência que se vinha desenhando desde os anos trinta, e o esvaziamento da função do Guadiana enquanto estrada comercial de primeira grandeza face ao desenvolvimento dos transportes terrestres, fecha-se nitidamente um ciclo da história contemporânea de Mértola, durante o qual jogou um papel de relativa importância a nível regional. Completa o cenário, a progressiva desarticulação da agricultura extensiva de cereais e dos modos tradicionais de produção, num evidente fracasso da tentativa de industrialização da terra, progressivamente esgotada pelas práticas da monocultura, de que as “campanhas do trigo” de Salazar foram o mais triste exemplo.

Neste quadro, e sem perspectivas de desenvolvimento criadas, acentuou-se o processo migratório, em direcção a Lisboa e à sua cintura industrial, bem como em sazonais deslocações aos países ricos do centro e norte da Europa. O decréscimo populacional é gritante: 40.000 habitantes nos anos trinta, vinte mil nos anos sessenta, 10.000 em inícios dos anos noventa. Aparentemente estagnada a sangria, nem por isso se desenha um horizonte de perspectivas de desenvolvimento que permitam, eficazmente, inverter a tendência. O estigma da interioridade é factor marcante à inviabilização de possíveis iniciativas de investimento em áreas produtivas eventualmente concorrenciais no quadro das leis do mercado, como provoca, a nível local, reacções de repulsa mental e culturalmente parametrizadas pela difusão dos valores da civilização urbana, em tudo o que a mesma actualmente representa.

À desertificação humana sucede a desertificação do espaço. A um ritmo crescente, despovoam-se montes e pequenos lugares, antes cúmplices e participantes numa antiga teia de ocupação do território que perdeu, em larga escala, a sua razão de existir. Num paradoxo que é apenas aparente, assiste-se ao crescimento urbano de algumas sedes de freguesia e principalmente da vila de Mértola, que absorveu parte dessas micro-migrações. No caso desta última, o fenómeno conhece, obviamente, outros contornos.

Se os efeitos da terceirização são um factor paralelo, outro, de diferente carácter e de implicações mais profundas se evidencia: o de um relativo esvaziamento da vila intra-muros, em favor dos bairros modernos do seu arrabalde, fenómeno que é comum às vilas e cidades históricas. No caso de Mértola, essa tendência tem vindo progressivamente a ser suavizada por efeito de um projecto cultural que tem revitalizado o casco antigo, do qual as importantes escavações arqueológicas já levadas a cabo e a abertura de núcleos museológicos são a sua face mais evidente, e da aplicação de directivas autárquicas quanto à manutenção das principais funções administrativas em edifícios da vila velha e, por outro lado, de desenvolvimento de um amplo programa de reabilitação do parque habitacional da mesma, dotando-o das condições que os tempos modernos exigem.

b) - Padrão urbano e ocupações funcionais :

De acordo com os vectores históricos que pontuaram a evolução contemporânea da vila de Mértola, foram múltiplas as transformações operadas na sua malha urbana e organização funcional dos seus espaços.

Em inícios do século XIX, a imagem que de Mértola retém um visitante anónimo, ao qual inevitavelmente terão de ser concedidas as reservas que impõe o discurso de quem transporta na bagagem uma formação erudita e um olhar viciado sobre a escala de grandeza que se toma por referência, não era de forma algum grandiosa: “Depois de três dias de viagem particularmente penosos, chegámos finalmente à miserável vilzinha de Mértola (...) os desertos da Arábia não podem ser mais tristes (...)”

De igual modo, já Link, um outro viajante que percorreu Portugal entre 1797 e 1799 dizia que, de Serpa a Mértola, só encontrara o deserto contrastando a riqueza da primeira com a visível pobreza de Mértola, pequena vila perdida dentro de grandes muralhas no coração de uma região selvagem.”

Convenhamos que, se um qualquer viajante da actualidade, despido de sensibilidade estética ou formação mínima quanto às questões do património histórico se sentisse tentado a descrever a parte velha da vila, decerto não reproduziria uma imagem muito diferente da que foi feita pelos supracitados viajantes de antanho.

À escala que importa ser aferida, impõe-se, sobretudo, entender e parametrizar os momentos que enquadram os principais flutuações na organização urbana, a matriz das ocupações funcionais do edificado e a caracterização dos imóveis mais emblemáticos da imagem arquitectural que a vila oferece (e ofereceu).

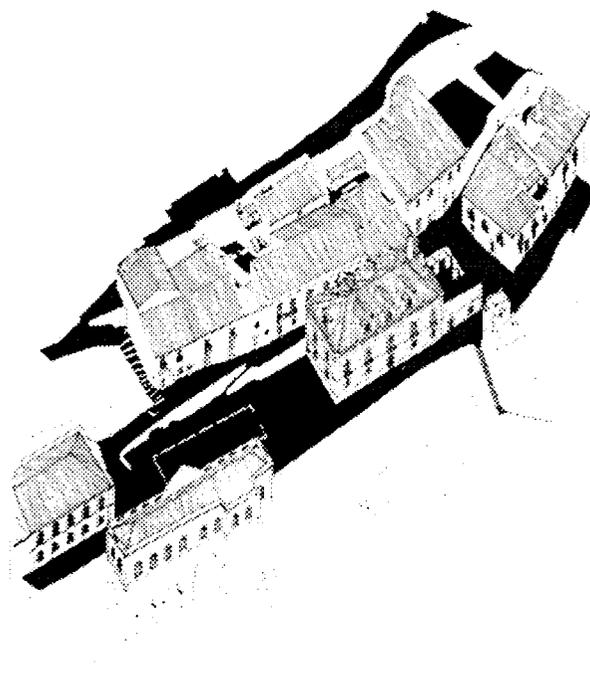
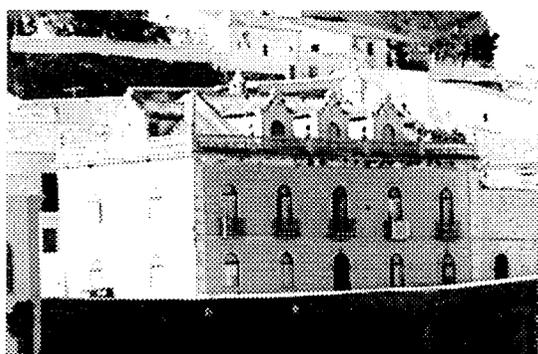
Em desacordo com o pauperismo identificado por aquelas viajantes, conheceu a vila, em inícios do século XIX, uma série de novas construções, de carácter privado, que passaram a distinguir-se na urbe, simbolizados nas chamadas *Casa Amarela* e *do Lanternim*, de raiz senhorial e de inegável valor arquitectónico no quadro do edificado local.

Contudo, as principais modificações irão surgir em finais do século XIX e primeiras décadas do presente século, impulsionados pelo surto económico e demográfico do concelho e pelas reformas introduzidas de acordo com o ideário republicano.

Atendendo a estas premissas, verificou-se nas referidas épocas uma pressão acrescida sobre o solo urbano, multiplicando-se a construção ou ampliação de casas de dois pisos, ao mesmo tempo que foram diminuindo as fatias não urbanizadas, tendo praticamente desaparecido as áreas de logradouro de maior amplitude, e diminuído os espaços de ajardinamento / quintais, agora apenas adstritos aos edifícios pertencentes às famílias mais abastadas.



A transformação de maior envergadura, e de inegável carga simbólica foi, sem dúvida, a levada a cabo na praça do Município. Assim, entre 1894 e 1896 é construído um novo edifício dos Paços do concelho, virado agora a norte sobre o recinto da praça; são adaptados os antigos paços a *domus justitiae* (1896-1897) e, contemporânea destas obras, edificada uma ampla moradia apalaçada (a maior de todo espaço urbano) tipologicamente enquadrável naquilo a que se convencionou chamar *casa de brasileiro*. Esta, ocupando uma ampla fatia da plataforma da praça, sobrepôs-se ao antigo espaço em que se concentravam alguns edifícios em que, com maior ou menor transformação introduzidas desde finais do século XVI, tinham funcionado as casas da almotaçaria, de recebedorias, de escritvães e a prisão. Este última havia sido deslocada para junto da porta de Beja nos anos vinte do século XIX, construindo-se, para o efeito, um edifício de proporções relativamente avantajadas (1821-1823), hoje funcionalmente adaptado a Biblioteca Municipal.



A tendência, já anteriormente verificada, de algumas das casas dispostas ao longo da rua Direita da que lhe ficava paralela, nos troços próximas à porta da Ribeira, terem amplos pisos térreos, acentuou-se consideravelmente. O traçado e fisionomia que ainda hoje se observa nessa zona da vila é claramente herdada do último quartel do século XIX, durante o qual se verificou uma notável reanimação da vida portuária e mercantil de Mértola.

Fora de portas, o crescimento urbano processou-se a um ritmo galopante. Durante largo tempo, a fronteira do arrabalde tinha tido por referente a Igreja de Santo António, na saída da estrada que conduzia a Beja, construída no reinado de D. José. Esta fronteira é transposta no decurso da segunda metade do século XIX, tendo-se fixado, já em período republicano, nas imediações onde se organizam pequenos conjuntos de moradias, térreas e desprovidas de qualquer requinte arquitectónico. Se alguns dos novos espaços se destinavam a habitações, foi nesta nova língua urbana que se sediaram edifícios comerciais e de serviços de variada função, nomeadamente uma tipografia e empresas de transportes terrestres, que a partir da segunda década do presente século passaram a disputar a primazia desde sempre dada ao Guadiana.

A seguir à República, a causa municipal é trazida para um plano elevado da discussão política e introduzem-se reformas que tiveram implicações na organização dos cascos urbanos. É o caso, nomeadamente, dos edifícios religiosos, que durante séculos marcaram imgeticamente a urbe, e o emergir de novas funções caras aos princípios republicanos, como a construção de escolas e equipamentos sociais. Na maioria das localidades do país, a laicização do Estado (proclamada na Lei de Separação do Estado e da Igreja, em 1911), conduziu à apropriação de inúmeros imóveis religiosos, e sua adaptação a novos fins e, em situações extremas, à sua demolição.

No caso de Mértola observou-se esta dupla circunstância. Assim, a igreja de N^a Sr^a do Carmo, fronteira ao rossio da vila (ainda hoje denominado Rossio do Carmo), num processo que se arrastou entre 1914 e 1918, viria a ser demolida para, em seu lugar, surgir um edifício escolar. A igreja de Santo António conheceu inicialmente uma melhor sorte; adaptada a cantina escolar, em 1918 (a cantina escolar Marques Duque, benemérito local), viria posteriormente a funcionar como teatro, vocação que se estendeu até aos nossos dias (o actual cine-teatro). As modificações operadas no edifício ao longo das suas renovadas funções foram de monta e, hoje, da velha igreja setecentista nada resta. O edifício que a substituiu, no entanto, é actualmente uma imagem paradigmática da arquitectura local, que urge conservar, tanto no que respeita à sua fisionomia e volumetria, como na organização dos seus interiores (um dos poucos espaços teatrais de província que restam no país).

Quanto à ermida de N^a Sr^a das Neves, capela do Calvário e Igreja de N^a Sr^a da Conceição, uma vez dessacralizadas passaram a funcionar como residências particulares (até aos anos cinquenta), sucessivamente ocupadas por famílias pobres e indigentes, às quais os reduzidos espaços dos citados templos ofereciam uma guarida com condições mínimas de habitabilidade.

Registe-se que, já antes da República, tinham ocorrido transformações que importa reter. Em consequência da extinção e confiscação dos bens das ordens religiosas, decretada em 1834, o pequeno convento franciscano de Mértola foi abandonado, assim permanecendo até à década de setenta do presente século, altura em que foi adquirido por particulares, que lhe restituíram parte da dignidade perdida, não obstante as adaptações a que foi sujeito, nomeadamente na zona das celas dos monges. Quanto à igreja da Misericórdia, dada a forçada dessacralização a que foram submetidas estas instituições, perdeu a sua função a partir de finais dos anos trinta do século XIX, embora se tenha conservado o edifício, que permaneceu sem alterações até à actualidade (onde irá ser instalado, proximamente, o museu da Porta da Ribeira / Arte Sacra de Mértola).

A pressão crescente exercida pelo arrabalde sobre a *vila velha*, no que particularmente toca à organização dos seus eixos de comunicação, obrigou ao dismantelamento da porta de Beja, por forma a alargar-se a via intercomunicante entre essas bem demarcadas áreas urbanas. Curiosamente, esta separação perdurou no imaginário local muito para lá do tempo, relativamente curto (algumas dezenas de anos), em que o arrabalde adquiriu expressão e dinâmica urbanas. Assim, como o constatou um autor de inícios do século (1913), Mértola “tem ainda costumes primitivos, entre os quaes o do sino da torre municipal tocar a recolher às 22 horas no verão e às 21 no inverno, e dar o alarme não só de incêndios como para anunciar factos de menor importância, como a chegada de um barco de peixe, a venda de um porco, etc.”(38). Acrescente-se a esta

informação uma outra, como a memória local a conservou: a de os sinos tocarem o recolher, a que se seguia o fecho das portadas da porta de Beja, cortando a contacto entre a vila e o seu arrabalde.

O desmantelamento da porta de Beja conheceu dois momentos. Um primeiro corresponde à destruição do torreão nascente, por forma a obter-se a área indispensável à construção do Mercado Municipal, edifício levantado entre 1916 e 1917 (e que ainda hoje se conserva) e que obrigou à reorganização do espaço urbano adjacente, tendo então surgido um pequeno largo (o largo Alonso Gomes, hoje de diminutas dimensões face ao galgar de alguns edifícios confrontantes). Num segundo momento, verificou-se o completo desmembrar do torreão poente, intervenção registada nos anos cinquenta.

O capítulo recente da evolução histórica do casco urbano de Mértola cruza-se com as alterações de diferente ordem verificadas nas últimas duas décadas. Por razões estruturantes, como sejam as dificuldades inerentes à intervenção em centros históricos (o saneamento, a acessibilidade, etc.), a onerosidade das obras, e a antiguidade do edificado, bem como as de raiz mental e cultural (o suposto estatuto de minoridade social e económica - do habitante intra-muros), conduziram a um relativo esvaziamento da *vila velha* (hoje ocupada em cerca de 60% do seu parque habitacional).

O inverter desta situação, necessariamente moroso, tem vindo a ser gisado nos últimos anos, por força do impacto interno e externo que tem obtido o projecto arqueológico e museológico, condutor de um processo de dignificação da memória histórica local e do estatuto do residente nesta zona, bem como da reanimação social e de atracção sobre forasteiros e viajantes de diferentes paragens (Mértola é hoje, inegavelmente, um dos centros polarizadores da fruição turística do Alentejo). Por outro lado, e não menos importante, todo o trabalho autárquico em torno da recuperação e reabilitação do edificado, processo ainda numa primeira fase. Destaque-se, até ao momento, a integral substituição da rede de esgotos e de electrificação; a recuperação das muralhas da vila e do castelo; a reabilitação de alguns imóveis com o dotar das indispensáveis condições que os tempos modernos exigem e que tem permitido a fixação de moradores e a atracção sobre outros.



PERÍODO PRÉ-ROMANO

- (1) - ALARCÃO, Jorge de - Portugal, das origens à romanização, in Nova História de Portugal, Vol. I, Ed. Presença, 1990, p. 41.
- (2) - JORGE, Susana Oliveira - "Desenvolvimento da Hierarquização Social e da Metalurgia", in Nova História de Portugal, Vol. I, Ed. Presença, 1990, p. 164.
- (3) - Idem, ibidem.
- (4) - REGO, Miguel Luis Vieira e PÉREZ MACIAS, Juan Aurélio - *Um Povoado Calcolítico perto de Mértola (Baixo Alentejo - Portugal)* in Arqueologia en el Entorno del Bajo Guadiana, Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste, Huelva, 1984, p.151. No que respeita à ocupação em época pré-romana (ou proto histórica), para lá deste assentamento arqueológico localizado na margem esquerdam existe a referência de Estácio da Veiga, nas "Memórias...", a uma zona de enterramentos do mesmo período, no Cero do Benfica, na zona posterior e na barreira lateral em relação ao actual Rossio do Carmo, o que indicia uma continuidade muito maior nesta zona de enterramentos, que se prolongará até época islâmica; a sua descrição é a seguinte: "EPOCHA PRE-ROMANA. MERTOLA. 1. Fragmentos de ossos humanos, achados na terra das sepulturas excavadas nos schistos da rampa contigua ao Rocio do Carmo, mostrando assim terem aquellas sepulturas sido invadidas por nacionalidades que ocuparam posteriormente a região myrtilense."
- (5) - TORRES, Cláudio - *Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica*, in Arqueologia Medieval, nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992, pp. 190-191.
- (6) - SILVA, Armando Coelho Ferreira da - "A Segunda Idade do Ferro em Portugal", in Nova História de Portugal, Vol. I, Ed. Presença, 1990, p. 289.
- (7) - Barbosa, Inácio Vilhena de, As cidades e vilas da monarchia portuguesa, vol II, p.61
- (8) - Este texto, na realidade, refere-se ao povoado do Cerro dos Castelos em S. Brás (Serpa). Da autoria de Rui Parreira, utilizámo-lo aqui precisamente para ilustrar a questão já anteriormente referida de uma concordância tipológica que caracteriza as novas ocupações habitacionais nesta época e nesta região; Rui Parreira, "O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980" in O Arqueólogo Português, 1983, série IV, vol. I, pp. 149-168.
- (9) - TORRES, Cláudio - *Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica*, in Arqueologia Medieval, nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992, pp. 197.

PERÍODO ROMANO E PALEOCRISTÃO

- (10) - ALARCÃO, Jorge de, "O Domínio Romano - A Conquista do Território", in Nova História de Portugal, Vol. I, Ed. Presença, 1990, pp. 345-346.
- (11) - Idem, ibidem, p.346.
- (12) - Idem, ibidem, pp. 100-101
- (13) - LOPES, Virgílio e BOIÇA, Joaquim - *A Necrópole e ermida da Achada de S. Sebastião de Mértola*, in Arqueologia Medieval, nº 2, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1993.
- (14) - Durante largos séculos, desde o Bronze Final até ao colapso das estruturas imperiais romanas, é a riqueza mineralífera (prata, ouro, cobre) que sobretudo regulou as estratégias de ocupação/povoamento ao longo da faixa piritosa. Com o colapso do Império Romano, o sistema montado desarticulou-se, tendo-se mantido, não obstante, até à Reconquista cristã, um animado comércio mineralífero, sobretudo a partir da continuada exploração dos abundantes chapéus de ferro.
- (15) - BARBOSA, Inácio de Vilhena - As Cidades e Vilas da monarchia portuguesa, vol. II Typographia do Panorama, Lisboa, 1860, p. 62.
- (16) - MATTOSO, José, "A decomposição do mundo romano", in História de Portugal, vol I, Antes de Portugal, Circulo de Leitores, s.l., 1992, pp. 329.
- (17) - ALARCÃO, Jorge de, "A cidade romana em Portugal", in CIDADES E HISTÓRIA, Ciclo de Conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes (Novembro), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989, p. 39.
- (18) - ALARCÃO, Jorge de, "O Domínio Romano - A Conquista do Território", in Nova História de Portugal, Vol. I, Ed. Presença, 1990, p. 462.
- (19) - Idem, ibidem, p. 465.
- (20) - TORRES, Cláudio, "Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica", in Arqueologia Medieval, nº1, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992, p.193.
- (21) - MATTOSO, José, "A decomposição do mundo romano" in História de Portugal, vol I, Antes de Portugal, Circulo de Leitores, s.l., 1992, pp. 324.
- (22) - in Basílica paleocristã / Museu de Mértola (catálogo), Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1993, pp. 34-37.

PERÍODO ISLÂMICO

- (23) - TORRES, Cláudio - *Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica*, in Arqueologia Medieval, nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992, p.193.
- (24) - GARCIA, João Carlos - Navegação e Navegabilidade no Baixo Guadiana, Centro de Estudos Geográficos INIC, Lisboa, 1982, p. 13.
- (25) - CATARINO, Helena - Fortificações do período almoadá no sul de Portugal, in Arquitecturas de Terra, Conimbriga, p. 13 - 14.
- (26) - GARCÍA Y BELLIDO, A. et alia - Resumen historico del urbanismo en España, 2ª ed. aumentada, Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid, 1968, pp. 73 -77.
- (27) - TORRES, Cláudio - *Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica*, in Arqueologia Medieval, nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992, p.193.

PERIODO MEDIEVAL

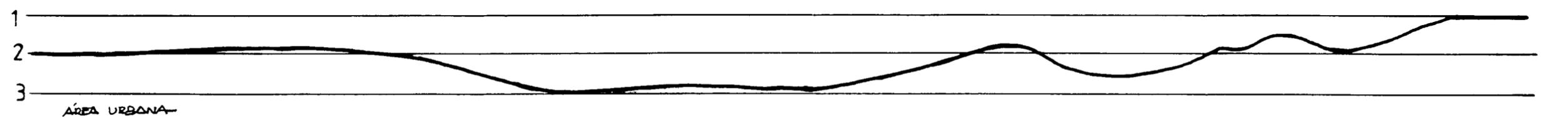
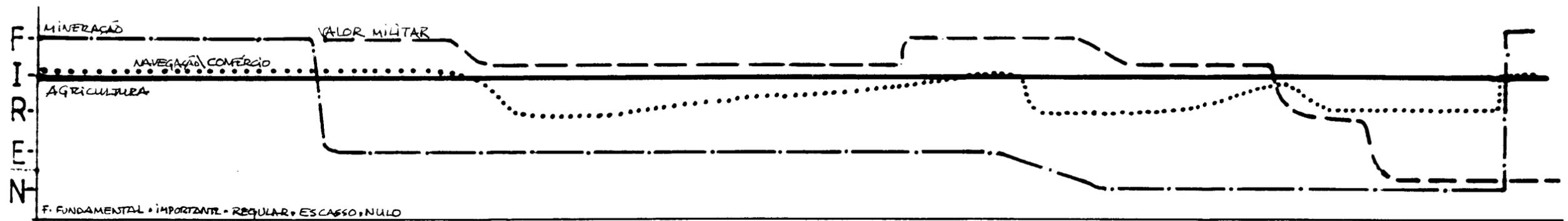
- (28) - BARBOSA, Inácio de Vilhena - As Cidades e Vilas da monarchia portuguesa, vcol. II, Typographia do Panorama, Lisboa, 1860, p. 62-63.
- (29) - GARCÍA Y BELLIDO, A. et alia - Resumen historico del urbanismo en España, 2ª ed. aumentada, Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid, 1968, p. 71.
- (30) - COELHO, António Borges - "Nova" agricultura no Portugal do século XIV, in Revista de Economia, Vol. XV, fasc. III (Setembro 1963), Lisboa, 1963.p. 149.
- (31) - MORENO, Humberto Baquero - Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI, Estudos de História, Col. Métodos 22, Editorial Presença, Lisboa, 1986, p.115.
- (32) - REIS, António Matos - Origens dos Municípios Portugueses, Col. Horizonte Histórico 36, Livros Horizonte, Lisboa, 1991, p.23.
- (33) - TORRES, Cláudio - Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica, in Arqueologia Medieval, nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992, p.195.
- (34) - ARCHIVO HIST PORT.. p. 339.

PERIODO MODERNO

- (35) - GARCIA, João Carlos - Navegação e Navegabilidade no Baixo Guadiana, Centro de Estudos Geográficos INIC, Lisboa, 1982, p. 18.
- (36) - Esta descrição do século XVIII pertence ao relato de viagem do Príncipe Valdek ao Alentejo.

PERIODO CONTEMPORÂNEO

- (37) - Estas informações são retiradas da síntese histórica que escrevi para acompanhar o Plano de Salvaguarda da Mina de São Domingos e Pomarão (documento não publicado), por iniciativa da Câmara Municipal de Mértola.
- (38) - Barbosa, Inácio Vilhena de, As cidades e vilas da monarchia portuguesa, vol II, p. 63



PERÍODO ROMANO	TARDO-ROMANO	PERÍODO ISLÂMICO	PERÍODO MEDIEVAL CRISTÃO	PERÍODO MODERNO
100 a.C.	0	100	200	300
400	500	600	700	800
900	1000	1100	1200	1300
1400	1500	1600	1700	1800
1900				
IMPERIO	ÉPOCA PALEO-CRISTÃ	ÉPOCA CALIFAL	1ª DINASTIA	2ª DINASTIA
				3ª DINASTIA

Fortim / muralhas / torre do rio

Basilica paleocristã

ro da alcáçova / castelejo / muralhas
quinta

elo / Muralhas e portas da vila
ja do Espírito Santo / Capela de Santiago

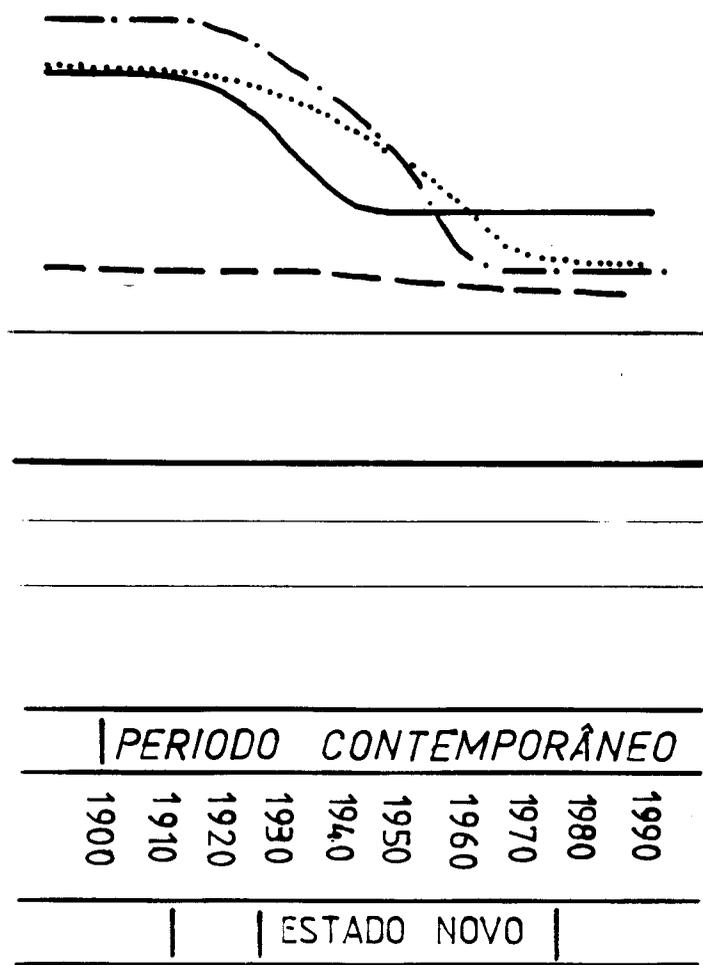
as da alcaidaria (castelo)
ja da Matriz
ja da Misericórdia
vento de S. Francisco / Paços do Concelho
liffícios judiciais

ela do Calvário
o do Relógio
ja de Santo António
ela N.ª Sr.ª da Conceição
teiros da Casa de Bragança

deja
sa do Lanternim e outras casas solarengas
sa de Brasileiro
vos Paços do Concelho / Mercado municipal

MÉRTOLA - Casco urbano

Gráfico da evolução histórica -urbana (2)



Escola Primária/Teatro

3 - O programa de intervenção e recuperação urbana e as condicionantes histórico-arqueológicas

Pretende-se aqui, em jeito de conclusão do até agora exposto sobre o território e as diferentes etapas históricas da vila de Mértola, e como que fazendo o enquadramento para os restantes capítulos desta dissertação, onde os casos apresentados não são mais do que investigações parcelares de um conjunto mais vasto, referir algumas das propostas e filosofias condutoras do Projecto Mértola Vila Museu, no qual a componente de conservação e recuperação do património edificado não é uma das suas parcelas menores ou menos importantes.

Mértola reúne condições singulares enquanto objecto de estudo. Aqui, desde há pouco mais de uma década, a intervenção arqueológica cruza-se com a investigação histórica, a valorização do património e a museologia. Sob a designação de Mértola Vila-Museu desenvolve-se um projecto que se entrecruza com a reabilitação urbana. De facto, histórica e museologicamente tão importantes como os achados arqueológicos e peças artísticas que enchem os expositores, são as ruas, a organização dos espaços públicos e de sociabilidade, a estruturação das áreas domésticas, os materiais e as técnicas de construção.

Neste contexto, o museu é a própria vila. Assim, melhor se avalia e dimensiona o princípio que tem regido o projecto de museologia local de Mértola: o da polinuclearização, isto é, o de organizar/instalar em pontos diferenciados do casco histórico da vila, espaços museológicos temáticos (sempre que possível *in situ*, recuperando as peças a musealizar e enquadrando-as no seu cenário natural). Desta forma, proporciona-se a leitura e o conhecimento de conteúdos históricos específicos, evitando-se a concentração expositiva e dos suportes informativos, ao mesmo tempo que se facilita o acesso a um percurso histórico de visita que se interpenetra com a estrutura e traçado urbano da vila, ela mesmo entendida como espaço museológico.

No que respeita ao conjunto edificado, importa naturalmente salvaguardar e preservar as características formais dos edifícios, pois tratam-se de parte representativa do património construído da vila e da multiplicidade de linguagens arquitectónicas que a compõem.

Porém, a conservação, se se quiser efectivamente assegurá-la, necessita de ser conjugada com a compreensão dos valores contemporâneos de habitabilidade e de salvaguarda do património cultural. Face a estes, poderá ser definida uma estratégia que envolva o conjunto dos habitantes, fazendo assim aumentar a consciência individual e colectiva face aos valores em questão. Valores esses que se estendem ao próprio conceito de vila *velha*, designação pela qual a parte histórica de Mértola começou a ser conhecida a partir do crescimento recente (nos anos 70/80) do arrabalde, e que uma burguesia desejosa de valorizar a sua nova vivenda de tijolo furado aproveitou para depreciar.

Neste aspecto a componente museológica acabou por directa e indirectamente beneficiar o património arquitectónico. Primeiro, pela criação ou adaptação de espaços a museus, recuperando assim alguns edifícios simbolicamente importantes (núcleo de arte sacra, na antiga Igreja da Misericórdia; a *casa romana*,

valorização de ruínas arqueológicas na cave do edifício camarário; o núcleo lapidar aproveitando a sala da torre de menagem do castelo e, ainda por executar, o núcleo islâmico nos antigos celeiros da Casa de Bragança; a estes pode acrescentar-se um edifício feito de raiz, com aplicação mista de betão armado e taipa, implantado no Rossio do Carmo sobre as ruínas da antiga basílica paleocristã, representando uma feliz conjugação de arquitectura moderna com vestígios arqueológicos). Segundo, pela significativa atracção de visitantes, que fez despertar no morador local uma revalorização do seu próprio espaço urbano. De velho passou a cultural e daí se passou do abandono ao regresso. A recuperação de casas tem vindo cadenciadamente a ser levada a cabo e o número de moradores pode, se bem que lentamente, crescer no decurso da corrente década. A própria revalorização do espaço influenciou e dinamizou algumas recuperações com vista à posterior venda dos imóveis, entretanto, como seria de esperar, a sofrer algum afã especulativo.

Uma particular sintonia entre a componente técnica e a parte política do planeamento, permitiu tornar a salvaguarda e conservação do património arqueológico e urbano como um verdadeiro agente do processo de desenvolvimento local. Com resultados notáveis sob o ponto de vista da ética da conservação, acompanhou-se o desenvolvimento dos projectos de intervenção e da reabilitação com a recuperação de tecnologias e materiais de construção tradicionais, reanimando-se indústrias artesanais (por exemplo de fabrico de telha), promovendo-se a formação profissional em técnicas e construção tradicional (o adobe, a arquitectura de terra), etc.

A autarquia, que promoveu o apoio à investigação arqueológica e histórica e à musealização de espaços, iniciada em 1978, estava ciente de que poderiam ser factores decisivos para um novo ressurgir da localidade, em termos de criar uma estratégia económica para o concelho, embora ampliando a sua terciarização, que se afigura cada vez mais inevitável face às condicionantes dos tempos actuais. Tal como antes Mértola era o local das rotas comerciais e económicas, ligando o interior com o Algarve pelo Guadiana, é hoje cada vez mais o ponto de passagem privilegiado nos trajectos culturais percorridos entre estas duas zonas, na faixa interior do país.

Desta forma, poder-se-iam definir, como princípios basilares do programa de intervenção em curso, os seguintes:

- que a investigação científica possa estar na base, não só do conhecimento histórico e arqueológico do casco, mas que também contribua para o traçar de regras e dos limites dentro do quadro de um planeamento integrado;
- que a implantação dos vários espaços museológicos ao longo da *Vila Velha* contribua para a redinamizar, dando-lhe uma valorização acrescida à que a sua beleza e monumentalidade já pressupõem; esta valorização tem vindo a permitir inverter o conceito de que habitar nesta zona é sinal de pobreza, sendo cada vez mais nítida a mudança do seu estatuto;

- que a valorização do espaço urbano, nas suas componentes patrimoniais, contribua para aumentar o número de razões que justificam a sua cada vez maior procura para uma visita. Esta estratégia, que está na base de um incentivo ao aumento dos afluxos turísticos para Mértola, permitirá alguma redinamização económica, numa zona de tão grandes potenciais patrimoniais endógenos, mas tão deprimida, como esta é;

- por último, e não menos importante, que no que respeita às intervenções arquitectónicas e urbanísticas, se consiga criar, e manter coerente, um bem estruturado plano geral de intervenção e salvaguarda, que tenha em vista proporcionar uma melhoria das condições habitacionais do conjunto edificado, e demonstrar que tal objectivo não é, de todo, incompatível com a recuperação, conservação e usufruto dos elementos patrimoniais existentes no centro histórico.

B - ESTUDO SOBRE A ARQUITECTURA TRADICIONAL

1. - Parâmetros de unidade formal

A) Habitação e tradição

Se se quiser obviar a longas e fastidiosas descrições técnicas sobre a arquitectura tradicional, nada melhor do que dar a palavra a um dos seus maiores estudiosos, que, para nosso deleite, alia à sua competência científica a elegância de uma escrita de cariz poético:

"A casa do Sul caracteriza-se tanto pela forma mais simples como pela função mais especializada: construção de um só piso, destinada apenas a habitação. (...) Se a forma geral da casa é mais simples, são mais complexos e perfeitos os dispositivos destinados a assegurar a função exclusiva de habitação. O exterior mostra as paredes rebocadas e caiadas, às vezes ornadas de barras de cores vivas; aberturas frequentes também nas traseiras, embora faltem nas fachadas laterais; um *poial* de pedra, à entrada da porta, convida ao descanso pela fresca da tarde. Nem em construções secundárias se usa outra cobertura que não seja a telha. O telhado de quatro águas não é raro. Nos edifícios de taipa, as paredes são às vezes reforçadas por contrafortes salientes de pedra. Dentro, a cal branqueia também paredes e tabiques iluminados pela claridade que as vidraças deixam passar; o chão é de terra batida ou, mais geralmente, de ladrilho, de sobrado, calcetado com pedrinhas (seixos do rio, comumente) ou coberto de lajes. Um ripado de madeira, esteiras (de cana) ou até um tecto de pranchas, isolam interiormente o telhado. A chaminé escoo o fumo, que já se não derrama pela casa, enegrecendo-a (como na casa rural do norte): nas noites frias de Inverno a família junta-se e come à lareira, em cadeiras baixas graciosamente ornamentadas de cores vivas. Este pormenor arquitectónico, | implanta-se | sobre a fachada principal (...); no aspecto mais cuidado, menos rústico, dos edifícios do Sul, nos dispositivos mais perfeitos e complexos da habitação, lê-se a influência de civilizações superiores, romana, muçulmana. Expressão de modos de vida, símbolo de formas de civilização de que é talvez a mais característica expressão material, a casa popular demarca, nos dois tipos fundamentais, a oposição entre o mundo de serranias e vales perdidos no isolamento e as planuras que a natureza e a história abriram a mais amplas influências mediterrâneas". (1)

Este texto de Orlando Ribeiro coloca em evidência o conjunto de características fundamentais de uma morfologia do habitar que tem vastos paralelos em toda a orla mediterrânica. Nesta zona, de intensa humanização da paisagem, as casas constituem-se em agrupamentos concentrados, dando forma às diversas urbes que constituem a rede fundamental de relações desta zona geográfica. O Mediterrâneo são as suas cidades.

Adaptadas ao solo de onde parecem brotar, estes lugares variam de tamanho, mas não de estrutura: "as calçadas e as escadinhas, tão mal adaptadas à circulação moderna, com que se vencem as desigualdades do relevo, a separação, às vezes muito brusca, da mancha urbana e do campo que a rodeia, são outros traços de parentesco mediterrâneo das nossas cidades". (2)

Sendo a habitação um facto cultural, para lá de todas as condicionantes que se quiseram interpretar relacionadas como meio físico, e dos materiais disponíveis, é também natural constatar-se as inúmeras variantes possíveis no que respeita a cada uma delas. Daí que elas constituam caracteres distintos dentro de uma homogeneidade relativa, que se assume mais no conjunto urbano, e na sua morfologia global. Partindo da mão individual que a levanta, cada casa é a afirmação de uma colectividade, e do sentido de pertença da cada indivíduo a esse mesmo grupo, e expressa, directa e inconscientemente, os valores de uma cultura no plano material. A casa - no sentido tradicional - é (era) uma construção colectiva, em que participam não só os membros do clã familiar, mas ainda os indivíduos a quem se estendessem as relações sociais mais próximas. Cada um destes agentes participantes no processo edificador trazia o seu conhecimento dos processos construtivos que lhe havia sido passado pelas gerações anteriores, e neste imbricado, se ia fazendo, regularmente, a síntese deste mesmo processo.

Este processo passa então por duas alterações significativas: primeiro, como diz Jean-Pierre Raison "embora a casa, a certo nível de evolução técnica e económica, se torne essencialmente obra de operários especializados, estes ficam no entanto depositários das tradições do grupo (estatuto que pode mesmo ser-lhes reconhecido embora de maneira ritual) e velam pela sua conservação. Mesmo hoje em dia, é muito difícil mandar fazer a um artesão rural, que ainda não tenha aceite os estereótipos modernos, qualquer coisa diferente daquilo que sempre fez na região." (3)

Em segundo lugar, e pegando na mesma expressão, a difusão e penetração dos estereótipos modernos *corrompeu* profundamente a memória de um grande número desses artesãos, fazendo perder, na mesma sequência de abandono, o uso e os gestos capazes de os repôr, mesmo se ocasionalmente. Daí que, mesmo com incentivos a uma aprendizagem de técnicas tradicionais de construir por parte de novas gerações, seja muitas vezes difícil encontrar ainda quem consiga reproduzir todos os passos, de modo a ensiná-los, sem qualquer infiltração de materiais e equipamentos modernos. A aparente simplificação do processo construtivo que estes representam (dado tratarem-se de materiais padronizados, que *encaixam* uns nos outros como se fossem jogos de criança) levaram à sistematização do seu uso.

Mas tal assumpção - se bem que verdadeira e de grande expressão - não é suficiente para explicar a rapidez com que se fez a transição entre esse saber milenar e colectivo para uma produção standardizada. Existe, subjacente a esta alteração, uma profunda mudança social e económica, à qual podemos também associar a mutação de estatuto social e cultural que a casa tradicional sofre face à casa nova, por muito que a razão dos materiais e do clima nos possa sugerir ser esta completamente inadaptada:

"A partir porém do momento em que, nos anos de 60, se inicia com incremento crescente o movimento de emigração em massa das populações rurais de todo o País para as nações altamente industrializadas ou outras onde escasseia a mão-de-obra não especializada, que é paga com salários vultosos, tudo muda subitamente e irreversivelmente. A nossa gente do campo, até aí confinada num mundo sem horizontes e numa economia qualitativa, dispondo de escasso numerário, e tendo de usar fundamentalmente os recursos locais, beneficia então da melhoria económico-social geral: pode circular com relativa facilidade, e, ao mesmo tempo que entra

em contacto com a cultura urbana, dispõe de meios para adquirir os primores da civilização, que aí conheceu, que lhe são acessíveis, que já não lhe metem medo, e que vão entrando na categoria de hábitos necessários, inabordáveis apenas pelos níveis económicos mais débeis. No que se refere à casa rural, essa mutação dá-se em primeiro lugar quanto aos materiais tradicionais locais, que são substituídos por outros de carácter industrial ou semi-industrial, e muitas vezes pré-fabricados; e em seguida e conseqüentemente, ela atinge as formas, plantas e proporções das casas, organização e apetrachamento do seu espaço interior - que tendem a uniformizar-se por toda a parte - e princípios arquitectónicos, determinados e ajustados a novas concepções e modos de viver." (4)

Passados 30 anos de um uso quase compulsivo destes materiais - pelo menos assim o foi fora dos grandes centros urbanos -, a tradição volta agora com um estatuto revalorizado, a afirmar a validade das suas soluções, particularmente no plano estético, que seduz as novas camadas urbanas que, num movimento inverso, revalorizam agora aquilo que o habitante local desejou abandonar, na procura de uma afirmação social que se pautasse pelas linhas do mundo urbano contemporâneo. De uma grande imutabilidade, que em milénios apenas afinou os processos construtivos, se passou, no prazo de uma geração, por duas reviravoltas profundas na construção da paisagem edificada em meio rural. A questão que agora se pode colocar, face às novas exigências de conforto e habitabilidade que se procuram conjugar nessas edificações é a da autenticidade dessa *arquitectura tradicional*, enquanto testemunho de processos específicos de uma qualquer comunidade humana, face às gerações vindouras. Colocando a questão de outro modo, tais modificações podem (poderão) alterar o processo edificador a um ponto tal que apenas a aparência mantenha características que se possam considerar tradicionais. Aliás, convém aqui sublinhar, muita da actual regulamentação aponta nesse sentido, ao demonstrar uma tão grande preocupação com arranjos de fachadas e metragem de cérceas e o maior desprezo pelos possíveis (des)arranjos interiores.

Assim sendo, existem ou não condições para uma reutilização sistemática dos processos e materiais tradicionais? A resposta a esta questão, na nossa perspectiva passa em primeiro lugar pelo conhecimento profundo das suas características (já não empírico, mas científico), da avaliação das suas compatibilidades com novos materiais que lhes aumentam as qualidades, sem alterar a sua função e o seu aspecto. A estrutura deste estudo reflecte já um pouco esse percurso que se considera essencial.

B) Materiais e tecnologias. As componentes básicas dos processos construtivos.

A sabedoria é já antiga. Se os materiais não fossem, em si, de qualidade, a edificação pouca duração havia de ter. Como dizia, em 1777, Mathias da Silva de Eça : "Aquelle vicio original sempre lhe serve de obstaculo invencível; e neste caso nenhum tempo, ou artificio, póde extrahir do muro o vício interior, introduzido desde os primeiros rudimentos da sua construção (...); O ponto principal está nos materiaes, de cuja bondade, e simplicidade, depende a fortaleza ainda mais, que de outro artificio algum". (pp. 3 e 4) E adianta, ainda, que a mestria do artifice é ponto importante nesta arte de construir: "não he menos importante o saber misturallos com arte."(5)

Os materiais, é óbvio, são uma das componentes mais intimamente ligadas à persistência e evolução da habitação tradicional. A morfologia, outra das componentes, é em grande medida afectada por estes e pelas suas possibilidades. A maior parte das vezes recolhidos localmente, reduzindo ao mínimo os elementos que implicam a aquisição em numerário, sempre escasso, reaproveitando de umas para outras edificações todos os materiais disponíveis e/ou em bom estado, a casa tradicional é feita de recursos locais (e submete-se, também por isso, às suas limitações).

Nesse sentido "(...) elaboraram-se, a partir de certas formas primordiais, tipos e estilos de locais diferentes, determinados por razões e condições histórico-culturais e sobretudo económico-sociais próprias das várias regiões. Como diz Rocha Peixoto << a habitação é a expressão final da convergência de motivos interdependentes, a cuja influência naturalmente se adapta - os recursos geográficos, as imposições climáticas e as necessidades e circunstâncias sociais e domésticas >>. Produto da adaptação do homem ao meio, ela reflecte não só o meio geográfico natural, mas também o meio humano, histórico e cultural." (6)

Sofrendo os materiais, se necessário, modificações mínimas antes da sua utilização em obra, têm no entanto limites estreitos de utilização, em termos de adaptação a possíveis novas funcionalidades do quotidiano, e é essa principalmente a grande condicionante da sua corrente utilização, num contexto social e cultural completamente diverso. Quase que se pode sintetisar essa dificuldade, não insuperável, numa questão: a casa tradicional, de pequeno meio urbano ou rural, encaixa-se dentro de um quotidiano cada vez mais ligado aos modelos dos grandes centros urbanos? A última década tem vivido em oscilação entre as diversas respostas a esta questão....

No entanto, as virtualidades dos materiais tradicionais são inúmeras: de custo, de adaptação climatérica, estéticas.

A tipologia construtiva da região é simples, tal a sua homogeneidade. Domina a casa térrea, pequena e singela. Característica das regiões do Ribatejo, Alentejo, Algarve e ainda cobrindo uma parte da Estremadura, tanto podem ser encontradas isoladas como, quase, amontoadas umas nas outras ao longo das ruas de uma qualquer povoação. Expressam, na sua clareza, asseio, morfologia e materiais, o caldear das diversas civilizações mediterrânicas que atravessaram e dominaram a região, com destaque para a romana e a islâmica; São "(..)

feita | s | de materiais leves e de grande plasticidade, que permitem todas as fantasias de estilo e que funcionam ao mesmo tempo como isoladores de calor, rebocadas e caiadas exterior e interiormente, com poucas janelas, muitas vezes apenas com a porta de entrada na frontaria, incluindo na sua estrutura arcos de tijolo e, por vezes mesmo, abóbadas; e com telhado de duas águas ou terraços (...) e pavimento de terra, calçoto ou, preferentemente, tijolo ou ladrilho. Como seu elemento característico fundamental, a chaminé que toma o valor de peça de luxo e que está na base do asseio característico das cozinhas." (7)

"As paredes divisórias são os elementos de suporte da cobertura, que é na generalidade de uma só pendente, cobrindo, em alguns casos, apreciáveis superfícies. Este sistema é o que melhor se adapta às condições climáticas da região, pois que, orientando o declive do telhado no sentido dos ventos chuvosos, evitam assim que as águas se infiltrem através das telhas. De tal modo esta condicionante se impõe, que o telhado, ora desce até à fachada da entrada, ora até às fachadas laterais, caracterizando notavelmente as construções desta região" (8)

Sem pretender fazer aqui uma abordagem mais detalhada, que está reservada para as descrições de materiais que se seguem a este texto, será no entanto importante fazer aqui uma pequena síntese dos materiais construtivos.

A cal é a imagem de marca destas construções, pelo que de característico dão à imagem dos conjuntos edificados. No entanto, este material desempenha também funções de consolidação estrutural, utilizado largamente nas argamassas tradicionais.



Quanto às alvenarias, o xisto desempenha um papel importante, e, mesmo quando não é utilizado sistematicamente na construção dos muros da casa, o seu papel de preenchimento dos alicerces é importante para a durabilidade dos outros sistemas construtivos clássicos: a taipa e o adobe.

A primeira destas é a que, em conjunto com o xisto, é actualmente utilizada como tecnologia de edificação das paredes exteriores; de grande qualidade térmica, na região, uma casa fresca perante os rigores do quente e seco Verão, é ajudada por uma morfologia construtiva que não privilegia as grandes aberturas, e pela caiação, ela também um bom isolante térmico. A largura das paredes edificadas com esta técnica dão-lhe a resistência para suportar a cobertura, o que não se passa com os pequenos tijolos de adobe, que são comumente utilizados para as divisórias interiores.

A madeira na região é escassa, reduzindo-se a sua utilização ao mínimo - geralmente aos paus que sustentam a cobertura. De facto, sobreiro e azinheira não fornecem bons madeiros para a edificação da estrutura, sendo por isso substituídos pelo castanho, pelo pinheiro, mais recentemente pelo eucalipto, *importados* de outras regiões.

Os materiais cerâmicos estão um pouco por todo a casa: nos ladrilhos do chão, nos tijolos das paredes, nas telhas das coberturas. Para este material, aliás, leve e moldável, as aplicações são inúmeras e presta-se a trabalhos de acabamento decorativo:

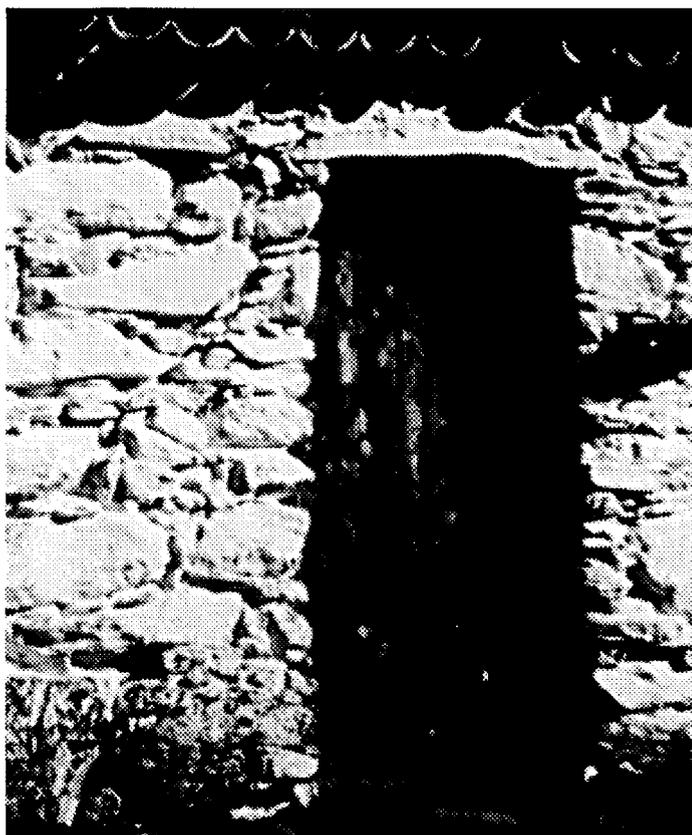
"Com o tijolo, por seu turno, que se combina com a taipa e que, como ela, oferece uma plasticidade que permite todas as fantasias, constroem-se, além de paredes, arcos e abóbadas, nichos e poiais, e sobretudo chaminés de formas ricas e variadas que aparecem como motivos e elementos normais destas casas, de belos efeitos e de um pitoresco quase cenográfico que a caiação acentua, na valorização dos planos combinados de luz e sombra."(9)

Muitos investigadores afirmam que a forma da casa é condicionada pelos materiais disponíveis para a sua edificação, No entanto, a tipologia e morfologia são também dados culturais em si, e pode-se constatar que, mesmo com a introdução de materiais modernos, existe a tendência para a persistência destes modelos. As alterações começam a verificar-se quando determinados padrões económicos e sociais se começam a alterar.. aí entram, de facto, outras motivações.

C) A importância do estudo de medidas preventivas. Recuperação da tradição construtiva.

A construção tradicional, como a moderna, arrasta consigo, não apenas a procura de adaptabilidade confortável ao clima, e a espacialidade decorrente das necessidades quotidianas, mas, também, os problemas e pericibilidades dos materiais que utiliza e uma sensibilidade específica a determinados agentes ou situações.

A valorização dos processos construtivos em questão passa, assim, também pela compreensão dum conjunto de limitações que poderemos designar por intrínsecas ao processo construtivo, isto quando é reproduzido



sem uma reflexão e propostas de soluções compatíveis que imunizem o edifício para enfrentar determinadas situações. E igualmente pelo estudo, através dos dados etnológicos e, principalmente, arqueológicos, da possibilidade de terem existido soluções eficazes que, caídas em desuso, contribuíram para acentuar as deficiências comuns a este tipo de edificação.

A recuperação da tradição construtiva, com a valorização inerente dos conjuntos edificados na região, não pode no entanto ser dissociada da compreensão fundamental das necessidades actuais de funcionalidade e conforto no espaço residência de cada um de nós. Nesta perspectiva, deve ser encontrado um ponto de

equilíbrio entre as componentes estéticas e culturais da tradição edificadora e a necessidade de reabilitação que espaços pré-existentes obrigatoriamente necessitam.

Assim, interessa também não perder de vista as possibilidades de introduzir neste processo materiais e tecnologias modernas que, de certa forma, permitam corrigir patologias (particularmente as que possuem características *crónicas*), ou melhorar o desempenho que determinados materiais possuem (como fazer estender a resistência e longevidade dos elementos em madeira pela utilização de produtos de combate aos insectos, ou a utilização de aglomerado leve de cortiça para melhorar a climatização interior em simultâneo com uma protecção do caniço, para referir apenas dois exemplos).

Os materiais tradicionais - seguindo-se o critério actual de que esses são os que foram utilizados correntemente durante séculos - tiveram, no último século, uma utilização progressivamente decrescente, mas esse abandono tem conduzido, muitas vezes, a novas soluções que se têm revelado inadequadas.

A consciência das deficiências resultantes desse facto aumentou significativamente nesta última década, e percebe-se, já hoje, que é fundamental uma adequação dos processos construtivos à região de implantação, o que supõe uma harmonia, particularmente entre os materiais empregues e as condições climáticas gerais, e também aos modelos construtivos, que refletem, inevitavelmente, as necessidades funcionais associadas à matriz de actividades quotidianas, social e economicamente consideradas.

De facto, "(...) este processo de relançar os materiais tradicionais só é possível se eles não foram esquecidos na planificação e nas compatibilidades económicas, tratando-se igualmente de uma escolha política que permita aos utentes, num contexto ético, definirem as técnicas que utilizam em relação com os materiais e as necessidades locais. (...) A resposta a estas questões é múltipla e conhecida: novos tempos, novos materiais, novas tecnologias, a conotação negativa do material |tradicional| aliada a uma ideia de pobreza, a obrigatoriedade de aprovação de um processo de licenciamento com regulamentos vários em que estas tecnologias não são aparentemente de fácil inserção, até porque os técnicos municipais as desconhecem ou não estão com ela familiarizados."(10)

É sabido que a tipologia construtiva na região do Alentejo resulta "(...) de uma longa evolução, que os séculos foram modelando, cheia de contradições e anacronismos, mas talvez mais condicionada pelas circunstâncias em que se processam a exploração da terra, a transacção dos produtos e gados, o mercado em que fez a sua colocação, os rendimentos que estes proporcionaram e a forma como se repartiam, do que por influências de carácter erudito, advindas directamente de teorias arquitectónicas ou técnicas particulares de construir." (11)

O processo edificador, tradicionalmente, prevê uma grande durabilidade da construção: a casa, extensão da família, e como tal património desta, implanta-se para servir de referente e de herança. A sucessão da ocupação, pelas diversas gerações, de um mesmo local, é um aspecto importante das componentes sociais de uma edificação.

Neste processo, em que a garantia da durabilidade é importante, a escolha dos materiais, e o grau de qualidade que possuem, é decisivo. Mas nem sempre as condições económicas - e às vezes mesmo a capacidade em termos de mão-de-obra - permitiam tal selecção, e construía-se como se podia, face às condições existentes. Disto já se queixava em 1777 Mathias da Silva de Eça: "A qualidade dos materiaes, e as proporçoens em que devem concorrer, também he como materia supposta, para que se olha pouco; e como tal, commumente se entrega aos primeiros serventes que a noticia da obra convocou. Não se inquire quaes são os materiaes melhores, e mais propios, mas sim quaes são os que estão mais perto, e donde se hão de haver com menos despeza. Nesta economia consiste o maior desvelo de quem dirige a obra. Não se examina como foi feita, e desfeita a cal; e da mesma sorte não se experimenta a arêa, para se saber se contém barro, ou terra; se he salgada, ou sem sabor; se he grossa, ou fina." (12)

Além do mais, a alguns materiais, como os que integram as argamassas, não lhes é suficiente a qualidade intrínseca, sendo relevante as proporções em que são combinados. Neste aspecto foram feitos grandes progressos, uma vez que a experimentação e certificação têm contribuído para estabelecer determinados padrões que, utilizados, não deixam de ter reflexos positivos na qualidade final da obra.



A questão torna-se mais relevante quando o conjunto de imóveis considerado apresenta características construtivas muito particulares, quer quanto aos processos de edificação quer quanto aos materiais, colocando, particularmente estes últimos, como se sabe, importantes condicionantes.

Todos estes aspectos, tanto a utilização dos materiais tradicionais, como a aplicação de soluções de melhoria das suas performances, concorrem actualmente para colocar ao dispôr dos intervenientes na recuperação de conjuntos edificados tradicionais - de carácter histórico ou não - soluções que garantem resultados seguramente mais positivos.

Assim, torna-se fundamental estudar um conjunto de medidas preventivas que possam acautelar da boa edificação e posterior uso destes edifícios e/ou da sua reabilitação. É verdade que, genericamente, existem preceitos reguladores do processo construtivo, mas cuja preocupação geral se reflecte nas condicionantes em termos de massa global edificada e na sua altura, e aspectos de arranjo exterior, principalmente incidindo sobre os materiais e na utilização da cor.

O conhecimento rigoroso dos edifícios e dos processos construtivos tradicionais não pode ser, obviamente, desligado de um conjunto de análises laboratoriais sobre a composição e o comportamento de diversos materiais, de modo a que se possam estabelecer um conjunto de parâmetros reguladores do processo edificador.

O uso de processos como a taipa e/ou a alvenaria de xisto (e mesmo a aplicação de adobes em muros divisórios não portantes) implicam também, para lá da avaliação prévia da qualidade das matérias primas, uma atenção especial à posterior conservação e/ou reabilitação.

Um aspecto importante é o da divulgação destes valores ligados à arquitectura tradicional, de uso e usufruto. Assim, seria importante poder-se estabelecer uma Carta de edificação e uso (de acordo com as regiões construtivas nacionais), sem fins de regulamento mas enunciando os princípios técnicos por que se deve reger a construção, conservação e reabilitação dos mesmos, tendo em consideração, principalmente, as condicionantes técnicas envolvidas, vantagens e desvantagens dos diversos materiais empregues, necessidades funcionais associadas ao quotidiano actual, em certa medida bastante diferente dos contextos em que a arquitectura foi evoluindo até ganhar a denominação de tradicional.

Existe assim quase um imperativo em estudar os meios e mecanismos necessários para gerar estímulos que levem a uma preferência pela utilização deste tipo de arquitectura.

Sem dúvida que, e tal como fica demonstrado pela escolha de casos-tipo deste projecto, a recuperação patrimonial e reabilitação dos edifícios com características tradicionais necessita poder dispôr de técnicas e materiais adequados. Assim sendo, a continuidade destas não é apenas a preservação de uma memória cultural, mas também a garantia da existência de técnicos, materiais e tecnologias essenciais ao processo de conservação e recuperação de edifícios, monumentos e conjuntos.

Na sequência deste processo, devem também desenvolver-se os estudos de utilizações mistas (entre os materiais tradicionais e modernos) no sentido de melhorar a performance dos primeiros a partir do recurso a soluções técnicas compatíveis, podendo a construção beneficiar em determinados aspectos, sem que se

ponha em risco o valor patrimonial dos edifícios, conjuntos e monumentos em que se realizem essas intervenções.

É importante que o resultado dos estudos científicos (dos arquivos e bibliotecas aos laboratórios) possa ter, sobre os processos edificadores, um papel de estímulo concreto à sua (re)utilização numa escala tão alargada quanto possível.

"Como disse Jorge Dias, << o progresso técnico tem de prosseguir a sua marcha, porque ele é uma das características da adaptação activa do Homem à Natureza. Mas é evidente que será errado pensar que progredir tecnicamente significa sacrificar (necessariamente) tudo aquilo que pode dar beleza e alegria aos homens >>. Sucede incluso que, em todo o mundo, à medida que o povo esquece essas outras formas da sua cultura material tradicional, as classes citadinas buscam um neo-regionalismo ou neo-rusticismo (que utilizam alguns dos seus aspectos em versões de luxo), um regresso nostálgico a esse aparente << paraíso perdido >> do mundo rural que se extingue.

Mas, para lá de outras considerações racionais, o desaparecimento das casas regionais, se é um passo para uma melhoria de habitação do povo, é também mais um aspecto desse movimento geral de nivelamento que caracteriza a nossa época, corolário fatal da industrialização, que marca o apagar de valores afectivos essenciais e da fascinante diversidade do mundo - o fim dum humanismo que foi uma filosofia de vida, com seus graves defeitos e extraordinárias virtudes."(13)

A recuperação da arquitectura tradicional, particularmente no que respeita às zonas históricas a conservar e proteger, garante a manutenção da sua harmonia formal e estética, em paralelo com a manutenção das suas qualidades em termos sociais, que urge, sem sombra de dúvida, preservar.

2. COMPONENTES TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS

(1 - Materiais argilosos naturais / Terra)

A TAIPA

1.- ZONA GEOGRÁFICA DE USO E TRADIÇÃO HISTÓRICA

Se se quiser abreviar a definição da zona geográfica de uso desta técnica, em termos daquilo que é para Portugal culturalmente relevante, podemos dizer que esta técnica é comum em toda a bacia mediterrânica, aqui se tendo difundido largamente.

As condições geológicas e geográficas, no seu conjunto, facilitaram a descoberta e o progresso dessa tecnologia, na mais directa continuidade com a casa redonda de muros feitos de argila amassada à mão. “Ce problème des origines d’une technique multimillénaire est sans doute insoluble, tant en raison de son ancienneté, quen raison aussi de sa simplicité de mise en oeuvre. (...) On n’a recours à la terre qu’a partir du moment où une sédentarisation quasi complète permet de mieux ancrer au sol la maison: la fosse que l’on creuse - et que l’archéologue retrouve sous la forme de “fonds de cabane” - fournit un matériau que l’on est tenté d’utiliser, d’une façon simple (boulettes de terre puis *adobe*) ou plus élaborée (brique cuite et *tâbiya*).” (14)

Trata-se, então, mais do que discutir a sua origem, de compreender as suas fases evolutivas e aquelas em que, historicamente, se difundiram modelos gerais, por via da acção dos grandes impérios mediterrânicos, ou aquelas em que, por via de um maior isolamento regional, se desenvolveram pequenas variantes locais.

É interessante também a existência de uma medida padrão (antropomorfizada), que facilita também a difusão da tecnologia na sua fase inicial, dando garantias de estabilidade e resistência a quem utilizava, com base na manutenção da medida: “(...) A utilização do côvado como medida das cofragens verifica-se tanto nas paredes de edifícios de taipa como nas construções de muralhas.” (15)

Durante bastante tempo se julgou, no entanto, que esta técnica apenas em época islâmica tinha atingido maior difusão e expressão arquitectónica; Orlando Ribeiro, em “A civilização do barro”, refere que a eles se devia a sua maior difusão e generalização, em termos de utilizações mais conformes com as suas potencialidades.

Sabe-se hoje, no entanto, que essa apreciação é motivada por uma distorção na recolha dos dados das civilizações antigas. Os trabalhos arqueológicos privilegiaram o estudo das sólidas e bem argamassadas

construções em alvenaria, julgando a sua utilização, mais do extensiva, quase exclusiva, o que não autorizou muitas vezes reparar que já na Antiguidade tardia, e certamente muito antes, as técnicas de terra crua como o adobe e a taipa, não só eram correntes como rivalizavam com as demais, ainda que confinadas aos edifícios rústicos.

“Já nos bairro pobres ou nas casas camponesas, a terra crua cumpria certamente um papel de maior relevo. (...) Com a extinção dos programas imperiais (...) generalizaram-se naturalmente as técnicas pobres, à medida das comunidades urbanas ou rurais cada vez mais entregues a si próprias e dependentes de materiais de construção mais acessíveis. Primeiro, por razões económicas evidentes e, depois, assumidos culturalmente, a taipa e o adobe desempenharam um papel de relevo em toda a arquitectura andalusa, não só por influência directa de novos modelos trazidos durante a islamização - do Egipto, da Síria e da Ifríquia - como também pela evolução natural das técnicas autóctenes.”(16)

Dessa tradição seriam também originárias as actuais designações: “A origem das palavras utilizadas parece ser “*tâb*” ou “*tob*” árabe, que teria evoluído para taipa e adobe.”(17)

No entanto, é importante referi-lo, o que está verdadeiramente aqui em questão não é a maior ou menor difusão e conhecimento de uma técnica que existia já alguns milénios antes da formação destes impérios, mas a sua conotação cultural (e não estritamente militar), o que fazia com que, em período romano, ela fosse desconsiderada pelas classes superiores, e em época islâmica, isso não acontecesse. Daí parecer que a dimensão do seu uso é proporcional aos monumentos com elas edificados e que sobreviveram, deixando para os romanos a pedra, aos árabes a taipa.

Para a população em geral, a terra, barata e disponível, foi sempre, na bacia do mar interior, um recurso primordial. A arqueologia medieval, mais atenta a estas mutações tem, em muito, contribuído para o conhecimento da continuidade técnica e formal do seu uso.

No bairro islâmico de Mértola, as casas aí edificadas possuíam um embasamento em alvenaria com cerca de 70 cm, e depois a parede feita em taipa. Era sempre utilizada a mesma bitola: a largura da parede é sempre a mesma e aproxima-se dos 50 cm. Isso é válido tanto em época islâmica como ainda hoje, quando se faz uma taipa.

A taipa militar, cuja tipologia e, em grande medida, a argamassa, são bastante diferentes da taipa comum, conhece grande desenvolvimento na Península durante o período da designada Reconquista. Até à 2ª metade do século XIII, e devido às necessidades de defesa face aos ataques das tropas cristãs, as fortalezas da zona islâmica, principalmente em período almoadá, vão ser ampliadas e reforçadas com grossas cortinas defensivas edificadas em taipa militar. (v. características do material).

A violência desta guerra, expressão do estremo das clivagens entre os dois grupos, provocou de facto uma ruptura a nível dos poderes instituídos: “O acastelamento português (...) estabeleceu-se num contexto

particular, o da Reconquista, marcado por duas características essenciais: objectivo de estratégia e iniciativa pública, operando-se, a seguir, uma redistribuição, importante e decisiva, do espaço territorial. Com a formação dos concelhos e a doação de cartas de foral, onde se evidencia um incentivo ao povoamento, verifica-se que os principais castelos, então construídos ou apenas remodelados, se tornam os novos centros dinamizadores nos territórios recém-formados.” (18)

Mas essa alteração, tal como em tantas outras actividades do quotidiano, não provocou alterações de vulto nos processos construtivos, uma vez que os recursos disponíveis, em termos de materiais construtivos, e as condições geoclimáticas também não. E assim a arquitectura doméstica continuou seguindo a sua linha tradicional, afinando lentamente alguns pormenores:“(…) na região, o uso da taipa parece estar mais ligado à ausência de pedra e a um sistema construtivo de menores custos, aliado à presença da terra com a granulometria adequada para a construção, do que às qualidades intrínsecas do material.” (19) No entanto, há que ressalvá-lo aqui, as qualidades específicas do material são grandes, no sentido em que estão perfeitamente adaptadas a todas as condicionantes da região.

Deste modo a taipa veio a ser utilizada, numa expressão de continuidade, até aos nossos dias, e apenas os materiais industriais, associados a uma melhoria das condições económicas, vieram colocar em questão a continuidade para o futuro desta forma de edificar. No entanto, e se forem resolvidas algumas das suas condicionantes (v. **Condicionantes do Uso**), esta técnica, e o uso da terra como matéria prima, certamente perdurarão ainda durante bastante tempo.

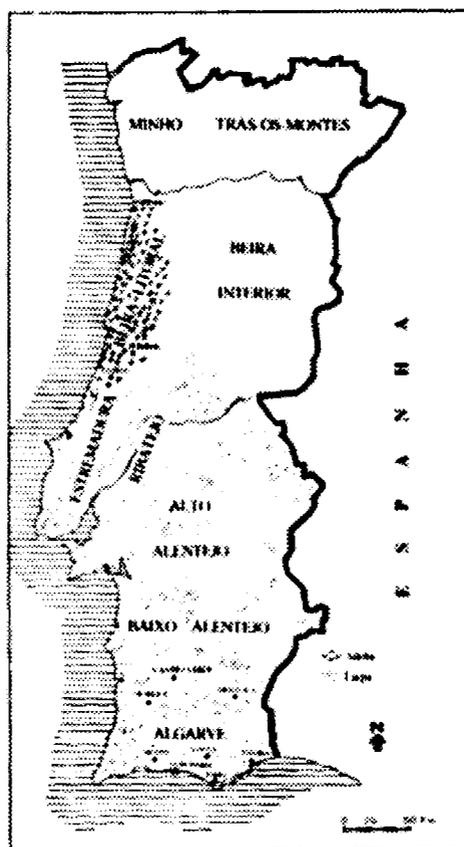
2. - ZONAS E FORMAS DE OBTENÇÃO

No que particularmente se refere à questão da obtenção da matéria-prima devem ser distinguidas duas situações:

- pode tratar-se de uma reutilização de materiais resultantes de demolições (espontâneas ou provocadas) de outras habitações;
- ou, ao invés, tratar-se de facto de matéria prima virgem, sem qualquer prévia utilização para fins de edificação.

Esta, que como se sabe deve ser recolhida em zonas de solos não agrícolas, é fácil de encontrar em toda a região de Mértola, onde existem inúmeras bolsas de terreno com condições de fornecer um material de construção de qualidade, e com a percentagem correcta de componentes argilosos.

No primeiro caso, muito comum nas zonas urbanas mais densas, como é o caso da vila de Mértola, ele é, como processo de obtenção de matéria prima, o mais fácil, dispensando muitas fadigas e transportes onerosos. No entanto, esse reaproveitamento tinha (tem) como reverso o gerar, muitas das vezes, processos *cancerosos* nas novas edificações, que, a breve trecho, começam a indiciar grandes deficiências e problemas de durabilidade (v. **Patologias Principais**).



3. - CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL (performance corrente em uso tradicional)

A utilização da terra como material de construção deve-se sobretudo à existência de partículas de argila na sua constituição. Essa componente é fundamental para transformar este material natural num material construtivo, graças às características de adesividade que possui, fundamentais para a sua coesão. De igual, as mesmas partículas apresentam predisposição para se agruparem em camadas horizontais, o que confere aos muros com elas realizados grande estabilidade horizontal: “Como é sabido, as argilas são silicatos com uma estrutura de folhas, à maneira das micas. Daqui que o apisoamento da taipa tenda a colocá-las numa posição perpendicular às pressões exercidas pelo maço de pisar, isto é, horizontalmente. Esta disposição é importante para a resistência aos esforços compressivos exercidos verticalmente, o que não se verifica nas argamassas.” (20)

A taipa apresenta, de local para local, algumas diferenças de composição que podem revelar técnicas construtivas próprias de cada região ou, talvez, momentos cronológicos diferentes. Existem dois tipos de taipa, com características algo diferentes. Se bem que, no quadro desta dissertação, nos importe mais a taipa comum, damos também alguns traços das características da taipa militar, de modo a facilitar a percepção das suas diferenças e posterior identificação.

A taipa comum é de facto a técnica de edificação mais difundida em toda a região do Alentejo, pelo baixo custo e simplicidade do seu processo, assim como devido a uma perfeita adaptação às condições ambientais.

A sua matéria prima é, tão simplesmente, uma terra húmida comprimida a golpes de maço no interior de um caixote de paredes amovíveis, que poderemos designar por molde. Apenas concluído cada bloco, os taipais deslocam-se lateralmente ou na vertical - consoante a posição em que estiverem na parede - para proceder ao enchimento do seguinte. Este material pode ter que conter intromissões de outros componentes, que lhe aumentam a resistência interna e que podem ir desde material vegetal a pequenas pedras, sem esquecer a utilização de pequenos fragmentos de cerâmica (na zona, devido à sua abundância, este papel é geralmente representado pela cascalho xistoso).

Por sua vez, a taipa militar é uma espécie de argamassa de cal e areia feita numa cofragem, um enchimento que não tem nada a ver com terra simples que é utilizada na construção civil; é, ao invés, quase um cimento - uma espécie de *opus caementicium* romano - em que a cal e as pedras fazem um todo duríssimo e de grande eficácia. Muitas destas obras em taipa militar são mais resistentes do que se fossem silhares soltos sobrepostos, como acontecia, por exemplo, em época grega. Apesar de levantada com recurso a um sistema de cofragem, mantinha-se ainda a tradição que a muralha devia ser de pedra, por ser supostamente mais sólida. A importância, como imagem simbólica, da solidez da pedra, fazia com que estes muros fossem depois pintados, imitando, por cima desta argamassa, grandes silhares de pedra (numa época intermédia recorreu-se ainda à utilização da pedra, mas em placagem, colocada sobre muros de alvenaria, procurando manter a relação simbólica com o edifício clássico).

Em relação às características da taipa comum, ressalta a sua qualidade de isolador térmico - utilíssima no clima de tipo continental característico do Alentejo - superando com a maior facilidade quer as agruras do tórrido Verão, quer o frio do Inverno, proporcionando aos utilizadores um conforto térmico considerável, precisamente pela inversão que faz das condições térmicas do exterior; de facto, a casa é fresca de Verão e quente no Inverno.

No entanto, a construção em taipa apresenta características de baixa resistência a determinado tipo de esforços, o que faz com que, caracteristicamente, as casas em taipa - construídas isoladamente ou em situações de menor apoio lateral a esforços - sejam normalmente reforçadas por elementos de pedra: "A resistência da taipa é fraca em relação aos impulsos laterais motivados pelo peso do telhado ou ainda quando as paredes servem de apoio a arcos ou abobadilhas, exigindo a aposição de pesadas massas de alvenaria nas paredes exteriores, os gigantes, que estão de acordo com as exigências estáticas. Dentro de um sistema lógico, estes são frequentemente em pedra já que assim apresentam maior inércia, assim em zonas onde a pedra não abundava, nomeadamente nos famosos barros de Beja, o uso restritivo desta era feito nas fundações e gigantes." (21)

4. - FORMAS DE PREPARAÇÃO PARA USO EM OBRA

Após obtida a matéria, é necessário proceder à sua preparação e mistura. Este processo no entanto tem uma grande base empírica e depende muito da experiência dos mestres pedreiros.

5. - FORMAS DE UTILIZAÇÃO EM OBRA

O processo consiste em bater com o *malbo*, dentro de uma espécie de caixa de madeira, sem fundo, designada *taipal*, uma mistura de barro com pedriça, ou pequenos fragmentos cerâmicos. Deslocando lateralmente o taipal, obtem-se uma faixa a todo o comprimento do muro que se deseja; uma vez levantada, deixa-se endurecer a ponto de servir de apoio ao taipal e vai-se assim sucessivamente erguendo o muro, desencontrando as juntas verticais para se obter travação. A execução da primeira fiada é feita sobre um alicerce de alvenaria de pedra.

Como regra geral, numa construção em taipa, os alicerces em alvenaria de barro ou cal elevam-se cerca de 70 cm acima do nível do solo para evitar os fenómenos de capilaridade, e a parede de terra não vai, habitualmente, na região, mais acima de um só piso, embora existam alguns edifícios com altura de vários pisos integralmente edificadas em taipa. A nível local é no entanto fácil de encontrar taipa ao nível de um 1º andar se todo o rés-do-chão é em alvenaria de pedra.



Os taipais utilizados neste sistema construtivo são feitos de madeira, em pranchas com pegas, tendo as medidas aproximadas de 2,00 x 0,50m, sendo colocados um do outro a uma distância que pode variar entre os 45 e os 70 centímetros, consoante o comprimento das agulhas e o desejo do dono da obra.

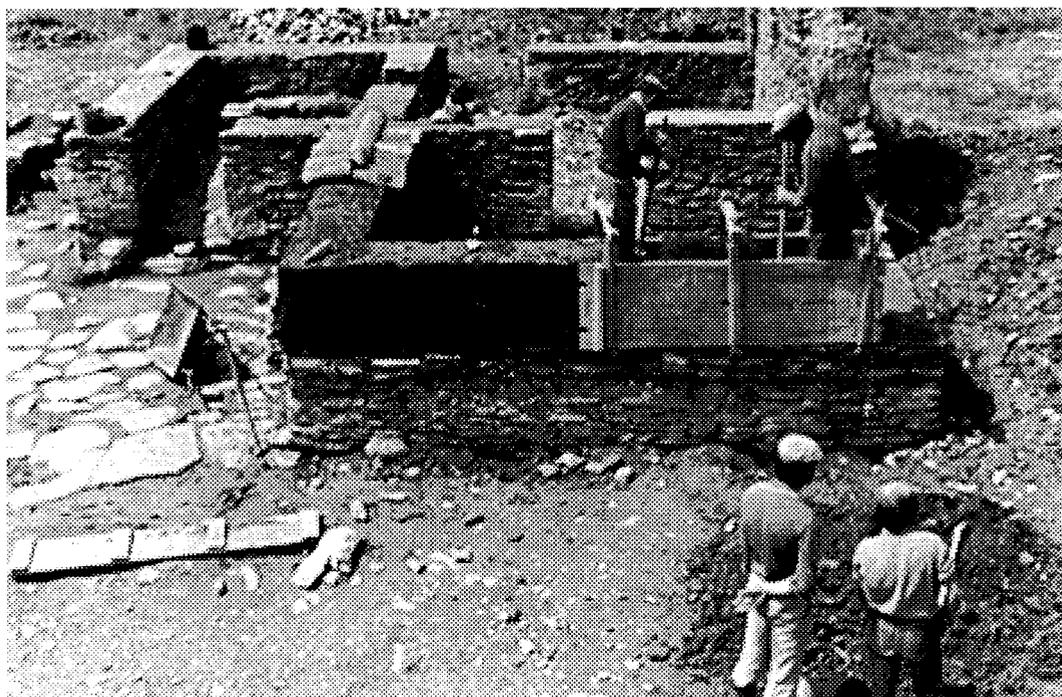
Para acelerar o processo, muitas vezes as paredes são construídas continuamente e os vãos abertos apenas posteriormente (quer portas quer janelas).

6. - CUIDADOS ESPECIAIS DE ACABAMENTO

Para durarem, os muros de taipa devem de ser preservados da humidade; as casas, para além de deverem assentar sobre um alicerce de alvenaria com altura variável entre os 50 e os 70 centímetros, devem ser rebocadas, caiadas e a fachada e o tardo protegidos pelo beiral saliente do telhado.

Outro dos aspectos importantes é ter a noção de que os diferentes níveis de taipa - blocos - não estão unidos entre si estruturalmente, excepto pela camada de argamassa de cal que, eventualmente possa ter sido colocada na sua junção. Assim, o reboco executado em boas condições e com uma argamassa convenientemente preparada desempenha um papel de consolidação estrutural que não é desprezível. Esta função sairá reforçada sempre que existirem as referidas juntas salientes, que assim ficam consolidadas conjuntamente, aumentando a segurança e estabilidade do edifício. A caição de acabamento e a sua frequência protege naturalmente toda a obra.

Também de destacar a necessidade dos acabamentos interiores, a nível de rebocos, sendo que esses, para além de uma função estritamente associada ao conforto, podem ter também elementos decorativos, denotando preocupação de carácter estético: “Todas as paredes de alvenaria, taipa ou adobe, eram rebocadas directamente com um barro mais fino no qual, depois de seco era aplicado um revestimento de cal e areia fina. Esta primeira camada, golpeada à colher, com pequenos sulcos oblíquos, servia de suporte à última película de revestimento



com uma espessura de 4mm em média, constituída por cal e gesso. Este estuque macio era, por vezes, pintado com uma aguada vermelha de almagre segundo motivos rectilíneos ao longo do roda-pé, e noutras ocasiões, com um programa decorativo mais complexo.” (23)

Outro aspecto de grande importância é o reforço dos vãos e dos ângulos. Os guarnecimentos dos vãos são tratados com alvenaria de tijolo ou com vergas de madeira.

Na arquitectura militar de taipa, “(...) a alvenaria de pedra dos cunhais ou do revestimento /é/ um prolongamento do embasamento quase sempre feito neste material. Prevenia-se assim a infiltração e a erosão provocada pelas águas no solo. (...). Na arquitectura civil, é contudo menos frequente o reforço com pedra. Se o embasamento é geralmente um enrocamento (sendo a pedra aparelhada ou não na face externa), já nos cunhais nem sempre aparece este material.” (24)

As paredes devem ser totalmente rebocadas ou simplesmente caiadas, mas em qualquer dos casos apenas depois de ter passado um Inverno, para que a água das chuvas lave a taipa e dê aos blocos tempo de se contraírem, para evitar que o reboco se venha a destacar da parede. É importante também ter em atenção que as argamassas de reboco devem apresentar elevada compatibilidade com os muros, devendo conter barro e/ou cal, de modo a favorecer as suas qualidades de aderência.

7. - CONDICIONANTES DO USO

As principais condicionantes (actuais) do uso de taipa são as seguintes:

- a existência de locais de implantação com condições mínimas de humidade capilar, ou com possibilidade de implantação de alicerces em alvenaria de pedra que, evitando o contacto directo das fiadas de taipa com o solo, diminuam a capacidade ascensional da água capilar;

- “É também evidente que a secagem da taipa necessita de melhores condições de temperatura e arejamento, e maior tempo de secagem que os adobes, o que justificará que no Sul, nomeadamente no Alentejo, a taipa seja profusamente utilizada sobretudo nos paramentos exteriores, encontrando-se eventualmente adobes nas divisórias interiores(...).” (25)

- as limitações de ordem estrutural para a execução de determinados projectos (que, no entanto, podem ser parcialmente ultrapassadas pela conjugação com outras técnicas, aproveitando da taipa as suas melhores qualidades, particularmente nos domínios do isolamento térmico e das qualidades plásticas /estéticas);

- o custo económico quando comparado com o dos materiais correntes, particularmente em termos da generalizada acessibilidade às matérias primas e instrumental para a sua execução (não esquecer que toda a sua produção parte da experiência dos executantes, e a receita do material assenta em conhecimentos empíricos) e a avaliação do custo da mão-de-obra em termos de *produção X dia de trabalho*;

- a dificuldade de instalação das actuais instalações técnicas, exigidas pela regulamentação e de difícil compatibilização com a construção de paredes em taipa. Tal como é referido no item respeitante às patologias, a consolidação de rasgos, em paredes deste tipo, são bastante complexas; imagine-se agora o corte de roços

para instalação de todas as secções técnicas. Como consolidar estas zonas convenientemente depois? Há, de facto, necessidade de adequar os regulamentos a este tipo de construção particularmente em áreas históricas a preservar, evitando assim contradições entre os Regulamentos Gerais de Edificação e Planos de Salvaguarda e os pressupostos específicos para instalação das secções técnicas

8. - PATOLOGIAS PRINCIPAIS

As principais patologias que a taipa pode apresentar são as seguintes:

- a fácil desagregação em resultado de a terra utilizada ser já bastante orgânica: “Ao contrário das pequenas povoações rurais onde a taipa é, quase sempre, de muito boa qualidade, no interior dos cascos urbanos e bairros de longa estratificação histórica, a construção em taipa recupera e aproveita terra dos quintais, com uma enorme percentagem orgânica, o que provoca a má qualidade e mesmo a frequente derrocada de muitas das casas.” (26)



Assim, pode afirmar-se que a causa principal das patologias é a escolha inicial da matéria prima, à qual se deve acrescentar:

- a humidade capilar. “A fina porosidade dos materiais de construção é responsável pela subida das águas do solo e das acumulações superficiais pelas paredes acima. Quanto maior for o diâmetro dos poros, menor é a pressão capilar e menor a altura a que a água sobe. É o caso da taipa, cuja porosidade grosseira só consegue

aspirar a água até à altura de cerca de 40 cm. Mas até onde sobe provoca grandes estragos, nomeadamente escavações na base das paredes, que chegam a constituir um dos aspectos característicos dos monumetos de taipa. Não se pode atribuir à água ascendente a responsabilidade única deste mal; há casos em que a água proveniente das chuvas chega a formar poças em pavimentos ou depressões existentes no edifício, se infiltra nas paredes, se acumula nas suas bases e vai igualmente provocar tais escavações.” (27);

- também nas zonas de costuras, que unem os diversos blocos de taipa, podem surgir problemas, em particular se as paredes não estão rebocadas;

- a pintura das paredes, se feita à base de materiais sintéticos, com componentes plásticos, pode criar inúmeros problemas em virtude de impedir a parede de “respirar” convenientemente e por aumentar também a sua densidade relativa, facilitando assim o trabalho de corrosão provocado pela humidade capilar. Em muitos casos, se a tinta é suficientemente plástica, aguenta-se sob a forma de uma pele, que uma vez destruída, revela normalmente grandes problemas de degenerescência nos muros de taipa.

Como facilmente se verifica o principal inimigo destas construções é a água, por provocar a sua desagregação, criando instabilidade no material construtivo. Deve aliás salientar-se que determinados rebocos, particularmente utilizando elevadas quantidades de cimento tipo Portland, exercem o mesmo efeito de facilitar o caminho degradador da humidade.

9. - FORMAS DE ELIMINAÇÃO DE PATOLOGIAS. (SOLUÇÕES TRADICIONAIS E COMBINAÇÃO DE NOVOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS)

Dadas as suas características intrínsecas, a taipa é um material sobre o qual é muito difícil agir em termos de conservação ou recuperação. Correntemente, esses problemas são resolvidos pela substituição integral desses panos. Algumas soluções no entanto podem ser utilizadas na tentativa de obviar ou resolver algumas patologias deste material:

- A consolidação e/ou preenchimento de lacunas é consideravelmente difícil: “A aderência à taipa antiga é muito difícil de conseguir. (...) as argamassas contraem à medida que secam separando-se das paredes dos buracos onde foram aplicadas. O seu bordo superior fende-se com muita facilidade, parte-se e destaca-se da parede (...). Quanto à função estrutural, a argamassa não resiste a esforços de compressão. Não foi pisada e, portanto, não possui uma disposição preferencial em camadas horizontais (...). (28)

Como se vê, a nível estrutural podem verificar-se deficiências por desagregação de pedaços, motivada por insuficiência de partículas argilosas. Esta patologia é particularmente complexa de resolver, uma vez que a adesão de ligantes hidráulicos não só é difícil, como desaconselhável, uma vez que podem contribuir para aumentar o problema que se pretende resolver. As argamassas bastardas são apenas razoavelmente eficientes. A solução proposta por António Freitas Tavares (v. ref^a acima), de corte do bloco de taipa até produzir uma cavidade paralelepípedica para a preencher com adobes produzidos para preencher esse vão, sendo a ligação

feita por uma argamassa de argila ou cal, parece ser a mais eficiente, principalmente por devolver a resistência aos esforços verticais a que a parede está sujeita.

Dadas as dificuldades para resolver as deficiências estruturais, e de reposição das zonas degradadas por acção das humidades capilares ou das águas pluviais, factores que provocam a desagregação da matéria constituinte dos muros, a acção por antecipação é a melhor solução. Assim, terão grande importância para a execução de uma boa taipa, as actuais capacidades de análise a nível da granulometria e dos elementos constituintes dos solos a utilizar, que podem permitir equilibrar eficazmente essa matéria prima, garantindo resultados melhores em termos de durabilidade.

Eficaz seria, também, dedicar uma maior atenção à execução dos alicerces em alvenaria, uma vez que, se se conseguir diminuir a sua capacidade de transmissão capilar das humidades, se conseguiriam melhores resultados em termos de evitar a degradação das paredes que sobre estes assentam. De igual modo, garantir o eficaz funcionamento das características de isolamento que a cobertura deve assegurar, fazendo-se para isso a sua regular manutenção.



(1 - Materiais argilosos naturais / Terra)

O ADOBE

1.- ZONA GEOGRÁFICA DE USO E TRADIÇÃO HISTÓRICA

Disponível por toda a parte, a terra foi depressa eleita como um material construtivo de eleição. As mais antigas civilizações utilizavam a terra crua na construção das suas casas e monumentos. No Egipto, na Assíria, na Pérsia, na Babilónia, na China, no Perú, no México, vestígios imensos de cidades construídas com esta técnica são o testemunho da dimensão e eficácia da sua utilização. A terra argilosa, o barro com que se produzia as cerâmicas, serviu igualmente para a construção das casas, modelando-se paredes à mão sobre suportes de varas, vimes ou caniçados.

As grandes civilizações acima referidas ocuparam zonas de clima seco e temperado nas planícies e nos planaltos. Estas zonas situam-se abaixo e acima da zona equatorial, caracterizada por um clima húmido e quente com um grande período de chuvas. Possuíam solos agrícolas de natureza areno-argilosa, com muita matéria orgânica, fáceis de trabalhar. Estes solos são, de um modo geral, os mais próprios para a construção em terra crua, logo que sejam extraídos abaixo da camada de solo fértil.

Essa matéria prima, fácil de trabalhar, de peso moderado, logo de fácil transporte, depressa se transformou de simples amontoado de matéria informe ou apenas comprimida com as mãos, num paralelepípedo que denuncia a sua compactação dentro de uma forma. A tradição de utilização deste tijolo - que depressa ganhou consistência com a adição de materiais vegetais - abrange também a arquitectura popular; ainda hoje se utilizam, embora só nas paredes interiores onde, por não serem portantes, é possível a sua utilização que resulta num paramento mais fino.

Só muito recentemente caíram em desuso por força da *pressão* exercida pelo tijolo furado industrial. (v. também a ficha respeitante à taipa)

2. - ZONAS E FORMAS DE OBTENÇÃO

Como se referiu no número anterior, os solos adequados à produção deste tipo de material construtivo estão dessiminados por largas faixas do nosso território. No Alentejo o cenário é idêntico.

Em relação à sua extração, deve ser feita no designado horizonte B: “Quando furamos o solo até à rocha-mãe, distinguimos três níveis diferentes a que chamamos horizontes. Ao horizonte A corresponde a terra superficial, com mais ou menos matéria orgânica. É a terra vegetal ou agrícola. No horizonte B, intermédio, encontramos a rocha-mãe muito alterada e a ausência de matéria orgânica. No horizonte C, existe a rocha-mãe, pouco ou nada alterado.” (29)

3. - CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL (performance corrente em uso tradicional)

Para uma melhor utilização da terra como material construtivo é fundamental a identificação correcta dos tipos de solo, de modo a conhecer as possibilidades de utilização que as suas características viabilizam. Reproduzimos aqui a tabela publicada pelos Cadernos TBARN:

“Identificação dos tipos de solo

Chamamos Granulometria à medida dos granulos ou grãos dos diferentes materiais que entram na composição do solo. Num bom solo agrícola (muito solto, homogêneo, rico de matéria orgânica, isento de cascalhos) a granulometria é muito diversa da de um solo bom para construção. Neste, para que seja muito coeso, deve existir uma granulometria variada de componente para componente e ausência de matéria orgânica. | Existem 6 tipos de solo com diversa aptidão. Só o solo agrícola tem húmus. Os solos de construção estão isentos de húmus. O solo para taipa de adobo tem 5% de cascalho grosso, 20% de cascalho médio e fino, 50% de areões e areias, 5% de lodos e 20% de argilas. Vemos que todas as proporções dos componetes variam consoante a técnica usada. Logo a granulometria das misturas variam igualmente. A técnica do tijolo cozido, apresentada apenas para exemplo, utiliza solos muito argilosos e sem cascalhos.” (30)

Os blocos assim produzidos apresentam algumas características que lhes dão vantagens em termos construtivos, quando comparados com um muro construído, *in situ*, com o mesmo material, mas que vai sendo compactado à medida que se vai levantando a parede: “O tijolo cru ou adobe em unidades estampadas à mão em formas de madeira sem fundo e cozido ao sol está aliado à técnica construtiva que permite usar as melhores características do material em análise, já que cada tijolo realiza a sua própria retracção. Estes tijolos, assemblados no seu conjunto com argamassa de terra, permitem que o muro no seu conjunto sofra muito menos movimentos. Com efeito, os adobes assemblados com argamassa de terra, ainda que sem adição de fibras, podem constituir construções de notável grandeza.” (31)

4. - FORMAS DE PREPARAÇÃO PARA USO EM OBRA

Das inúmeras formas construtivas possíveis de utilizar terra, a designação corrente de adobe refere-se à terra compactada dentro de um molde produzindo uns paralelepípedos compactos que são depois empilhados e argamassados, com eles se constituindo os muros das edificações. Ao contrário da taipa, que é feita no próprio local, uma vez que é a própria parede, o adobe é feito ao lado da obra.

A mistura para colocar nas formas é geralmente feita do seguinte modo: a terra, com características argilosas, é amassada, com os pés ou à enxada, à qual progressivamente se acrescenta o areão, ou cascalho miúdo, ou palha cortada, até formar uma mistura razoavelmente compacta. Com ela se preenchem as formas; desenformados os tijolos, são depois secos ao sol. A diferença dos materiais e de mistura fazem com que estes tijolos apresentem grande variação entre si, particularmente em termos de qualidade (resistência e porosidade) e de aspecto.



Apesar disso, e como as casas feitas com estes material são correntemente rebocadas, é mais importante a sua resistência do que a sua feição.

5. - FORMAS DE UTILIZAÇÃO EM OBRA

Usa-se na construção (de muros e paredes) sobreposto em fiadas com as juntas verticais desencontradas, e deve preferencialmente ser argamassado com barro ou com uma argamassa bastarda que inclua cal aérea.

6. - CUIDADOS ESPECIAIS DE ACABAMENTO

Dadas as características do material - que, recorde-se, não foi cozido -, revela-se sensível se utilizado nos parementos exteriores, face à humidade e à chuva. Por isso, para uma boa conservação das paredes, devem ser as mesmas rebocadas e caiadas, de modo a ganharem alguma impermeabilização.

7. - CONDICIONANTES DO USO

Este material deve ser utilizado, nomeadamente, para divisórias interiores, também por razões de insuficiente resistência portante em relação à cobertura, e pelas já referidas, face às águas pluviais. Em função desta mesma reação à água devem também ser assentes sobre um embasamento de alvenaria de pedra.

Os ligantes hidráulicos devem ser evitados uma vez que a sua compatibilidade e reação à humidade são completamente distintos, podendo colocar em causa o bom estado da edificação.

8. - PATOLOGIAS PRINCIPAIS

Como já foi referido, nos nº 2 e 3, a qualidade deste material depende da correcta escolha do tipo de solo. Assim, as patologias que o podem afectar são, em geral, relacionadas com esse factor: desagregação por insuficiência de matérias argilosas que funcionem como aglutinante, uma terra excessivamente humosa que começa a libertar-se do bloco.

Também o processo de fabrico pode ter alguma influência. Assim, duma má distribuição da matéria vegetal, ou da sua insuficiência, resultará, inevitavelmente, uma menor resistência do bloco. O excesso de materiais pétreos também, por outro lado, terá as mesmas consequências. Em qualquer destas situações o bloco desagrega-se ou racha, afectando a solidez dos muros e, logo, da edificação.

9. - FORMAS DE ELIMINAÇÃO DE PATOLOGIAS. (SOLUÇÕES TRADICIONAIS E COMBINAÇÃO DE NOVOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS)

Face a esta análise, uma reutilização actual destas técnicas pode ser melhorada uma vez que é possível, por introdução dos elementos em falta ou escassos, melhorar as aptidões construtivas de um qualquer tipo de solo (não se considerando, evidentemente, aqueles de pura vocação agrícola), ou por acrescento de outro solo ou por variação da sua granulometria. Assim, a produção destes blocos, em condições ideais de proporção dos materiais e com uma mistura homogénea, pode garantir resultados muito superiores aos do fabrico tradicional.

Como é sabido estas experiências têm sido realizadas um pouco por todo o mundo, onde as características culturais e geológicas favorecem a continuidade do seu uso, e têm sido regulares as conferências internacionais sobre a arquitectura de terra, que pretende assumir cada vez mais a sua vertente de alternativa - ou complementaridade - aos materiais industriais.



(2 - Materiais pétricos)

O XISTO

1.- ZONA GEOGRÁFICA DE USO E TRADIÇÃO HISTÓRICA

As cadeias de relevos antigos, desgastados pela erosão, cruzam as partes mais antigas dos continentes em todas as direcções, pelo que as rochas metamórficas (como o xisto) têm uma ampla área de distribuição. Durante o processo de metamorfismo, as argilas tornam-se xistos. Nessas transformações dá-se uma recristalização e o aparecimento de novos minerais a partir dos que compõem as rochas primitivas que lhe deram origem.

A zona de Mértola assenta sob a zona sul do Maciço Antigo, que faz parte do antigo soco ibérico - o Maciço Hespérico - que é constituído essencialmente por terrenos Precâmbrios e Paleozóicos. Esta zona - Zona Sul Portuguesa - é constituída por uma espessa série xisto-grauváquica intercalada com vulcanitos ácidos e básicos.



Deste facto geológico resulta que toda a área do concelho dispõe desta rocha com abundância, se bem que com graus de dureza e de utilidade, em termos construtivos, bastante diferentes. Assim, é natural o uso sistemático que foi feito desta rocha ao longo de milénios (com ela foi feita uma lápide de sepultura da Idade do Ferro, recentemente encontrada em Mértola...), para não recuarmos mais. Particularmente na zona sul do concelho, já nas fraldas da serra algarvia, a tradição das casas integralmente construídas com este material foi mais intensa do que na região norte, como se pode facilmente observar.

2. - ZONAS E FORMAS DE OBTENÇÃO

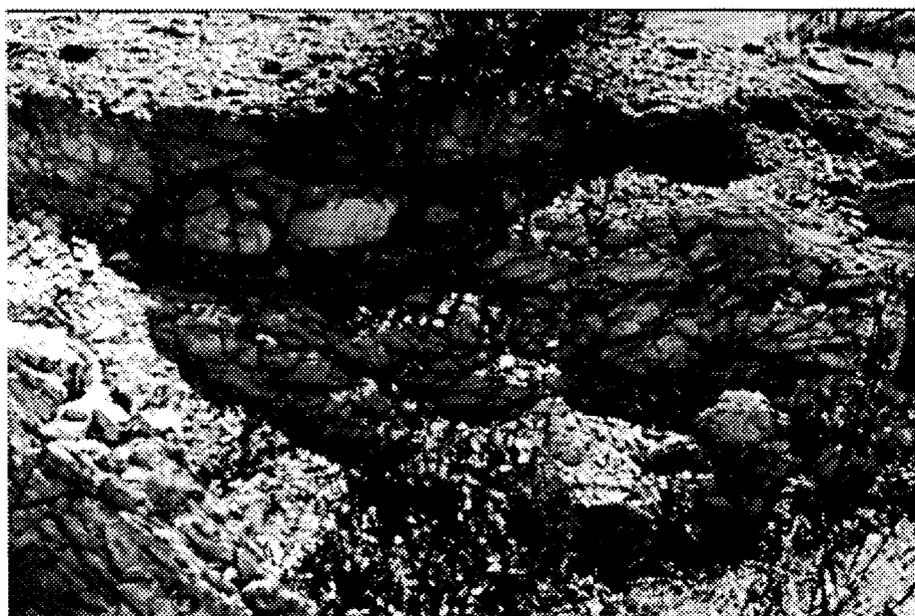
Existe uma grande variedade de xistos no país, que são em toda a parte empregados como pedra de alvenaria e de cantaria.

“Em Mértola, os xistos e grauvaques, com conglomerados intercalados, pertencem a outro sistema, o Carbónico. As formações depositaram-se em bacia geossinclinal, subsidente, com episódios vulcano-eruptivos sucessivos. Estes leitos de xistos siliciosos, às vezes muito delgados, repetem-se de espaço a espaço (...). Na mesma região existem formações de calcários lenticulares. Estes calcários encontram-se e localizam-se no topo da formação xisto-quartzítica dos arredores da vila citada; constituem diversos níveis de calcários nodulares (nódulos de dimensões variadas) intercalados em xistos cinzentos.” (32)

Este material obtém-se por extração, em pedreiras a céu aberto, e a sua natureza permite sucessivos reaproveitamentos, do que resulta que qualquer demolição disponibiliza, de imediato, matéria-prima para novas construções. Em contexto urbano, esta deve ser, como aliás sucede com a terra para a taipa, uma solução muito comum.

3. - CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL (performance corrente em uso tradicional)

São pedras duras, resistentes, de estrutura lamelar, podendo separar-se em folhas mais ou menos facilmente e resistem, em geral bem, aos agentes atmosféricos, sobretudo se na sua composição não entrar óxido de ferro. O tipo mais importante deste grupo é a lousa ou ardósia. O xisto é bastante utilizado se o seu lascado é suficientemente largo para dar bom *lancil* (assim se designada a capacidade de permitir a extração de rochas de boa largura, não muito grossas, mas resistentes).



O xisto da região não é tão duro quanto a ardósia, mas ainda assim existem suficientes variedades e grande quantidade de modo a poderem ser escolhidas as pedreiras, e as pedras melhores.

A diversidade existente dentro deste grupo de rochas torna difícil a generalização em relação a todas as suas características. Como se diz num relatório do LNEC, já com 10 anos, “O termo xisto tem sido usado em língua portuguesa de uma forma pouco precisa, aplicando-se a todas as rochas de grão fino que exibem acentuada foliação. Esta falta de precisão origina algumas confusões na literatura técnica e, nomeadamente, quando ela serve para tradução de numerosos termos de línguas estrangeiras, como sejam: shale, slate, phyllite e schist.” (33)

4. - FORMAS DE PREPARAÇÃO PARA USO EM OBRA

Não existem quaisquer cuidados particulares, para lá da escolha de matéria prima. Como se diz anteriormente, é conveniente escolher rochas com grau de dureza suficiente para o fim em vista. No entanto, e como a tradição e mostra, este material, se tal for necessário, pode inclusivé servir para blocos cortados com esquadria razoável, mesmo aqui na zona (se bem que se encontra apenas em cunhais de casas de maior dimensão, demonstrano por isso outra capacidade económica por parte dos seus proprietários).



5. - FORMAS DE UTILIZAÇÃO EM OBRA

No geral este material é utilizado no fabrico de alvenaria, argamassado, servindo normalmente para a construção das paredes exteriores, face à sua grande resistência. No entanto, pode também ser utilizado para a construção de elementos de menor dimensão, como degraus de soleira, poiais e mesmo em pavimentos.

De igual modo se encontra, correntemente, em alvenaria seca, em particular na construção de muros e cercas das pequenas courelas, ou, em menor quantidade, em edificações destinadas a habitação, mas que nestes casos

são rebocadas integralmente no interior.

6. - CUIDADOS ESPECIAIS DE ACABAMENTO

Uma vez que se trata de um material irregular, a sua utilização em alvenaria implica normalmente uma cuidada consolidação das juntas (particularmente se foi utilizado para edificar um edifício de habitação), e posterior caição, isto se não se optar por um reboco integral, o que sucede normalmente nas casas de Mértola que utilizam este tipo de alvenaria.

7. - CONDICIONANTES DO USO

Na utilização das rochas xistosas como materiais de enrocamento, é necessário seleccionar aquelas que apresentam características de grande resistência mecânica, quando sãs, evitando utilizar nesta função aquelas rochas que apresentam já sintomas de alteração química, correntemente designado por *apodrecimento*, que termina com a formação de verdadeiros solos, logo sem quaisquer garantias de resistência duradoura quanto utilizados em construção.



Actualmente são já fabricados ladrilhos com este material, para serem utilizados como decoração no exterior das casas ou como pavimento. Neste último caso, deve haver o cuidado de seleccionar bem as referidas placas uma vez que algumas podem ter tendência a largar lascas superficiais, o que pode degradar rapidamente um pavimento feito com este material.

8. - PATOLOGIAS PRINCIPAIS

A engenharia em geral considera as rochas xistosas, particularmente as menos consolidadas, como um mau material de construção. Sobre os seus mecanismos de alteração afirma Delgado Rodrigues: “À l’exception de la biotite, les minéraux présents dans ces roches sont assez stables du point de vue chimique. C’est-à-dire, leur

transformation en d'autres minéraux se produit lentement ou meme très lentement. Pour ce motif et encore parce que la texture de ces roches est favorable (surtout à cause de plans de grand faiblesse), les mécanismes de nature essentiellement physique sont ceus qui importent davantage dans ces zones. (...) on observe, souvent, une désagrégation des blocs schisteux dans des fragments anguleux dont les dimensions sont très inférieurs à celles du bloc initial." (34)

Uma das alterações mais significativas, pela rapidez com que corroi a rocha é a existência de elevados teores de sulfuretos (pirite e pirropirite, e que na zona de Mértola e, particularmente em São Domingos, podem facilmente ser encontrados em combinação com o xisto).

Outras das principais patologias é a esfoliação, "mecanismo segundo o qual o material se separa em finos fragmentos sem modificações químicas da rocha. É um típico mecanismo de natureza física, onde as variações frequentes dos teores em água parecem desempenhar o papel fundamental, potenciado, certamente, pela relaxação das tensões de confinamento que se verifica uma vez a rocha extraída do maciço rochoso." (35)

9. - FORMAS DE ELIMINAÇÃO DE PATOLOGIAS. (SOLUÇÕES TRADICIONAIS E COMBINAÇÃO DE NOVOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS)

Uma vez mais impera aqui a cuidada escolha dos materiais antes do seu uso em obra. No entanto, e para os casos de rochas que estejam já colocadas em muros, e que se pretendem conservar, a solução será tentar extrair ao máximo os materiais já decompostos, consolidando-se de seguida os vazios e revestindo todo o paramento com uma argamassa que se mostre suficientemente estável, particularmente face à humidade, de modo a tentar estabilizar o decaimento das rochas no seu interior.

No caso das utilizações em pavimentos, a utilização de alguns vernizes, de tipo mate, pode auxiliar à consolidação superficial dos ladrilhos (se bem que o resultado, do ponto de vista estético, não seja, normalmente, o melhor).



(2 - Materiais pétricos)

MÁRMORES E CALCÁRIOS

1.- ZONA GEOGRÁFICA DE USO E TRADIÇÃO HISTÓRICA

A construção com pedra talhada remonta à antiguidade do Homem. Nas grandes construções desse período não se recorria à argamassagem, embora muitas vezes se utilizasse uma argamassa de cal, gorda e pastosa, mas para servir de lubrificante para facilitar o assentamento dos blocos de grandes dimensões então muitas vezes utilizados. Na zona sul do actual Portugal quer o mármore quer o calcário possuem grandes jazidas.

A exploração intensiva destes locais, data, pelo menos, do período romano imperial. A sua arquitectura, tal como a pré-imperial ou a grega, assentava no entalhe do silhar, que era cortado e picado, um trabalho feito por milhares de homens, que preparavam esse material de construção: “Os Romanos utilizaram a pedra nos seus principais monumentos. Sabe-se como Augusto deixou de mármore uma cidade que encontrara de tijolo. O prestígio da urbe imperial e o desejo de levantar em lugares distantes do mundo romano monumentos perduráveis explicam a preferência da pedra como material de construção (...)” (36)

Numa segunda fase, no período tardo-romano, perde-se essa dinâmica do corte da pedra, por várias razões, nomeadamente pela escassez de mão-de-obra e pelo encarecimento da construção. Cada vez mais se utiliza alvenaria, pedra não cortada embebida em argamassa. É isso que vai caracterizar a arquitectura romana do século III e, sobretudo, do século IV. Cada vez mais se começa a utilizar essa argamassa, um *opus durissimo* para preencher integralmente todo o paramento, só se utilizando a pedra, numa primeira fase, em placagem, simulando a existência de uma parede integralmente feita de pedra e, posteriormente, nem isso, sendo esse efeito feito por pintura, simulando a existência dos silhares. Tal situação ocorre já em época muçulmana. Não é preciso um discurso tão grandiloquente como era necessário na fase final do Império. O estatuto da casa de taipa, face à de pedra, conhece uma revalorização.

No mundo islâmico só se mantém a tradição do corte da pedra no período antigo, por influência do mundo bizantino. Em Portugal, isso é visível, por exemplo, nos embasamentos das muralhas da cidade de Évora, construída com grandes silhares bem cortados e que está perfeitamente datada.

No sul do país, a pedra conhece nova valorização a partir da Reconquista, primeiro na edificação dos castelos medievais e edifícios monásticos depois nos grandes monumentos e palácios que a partir do século XVI se começam a construir.

Mas mais importante do que este facto, em si evidente, é o estatuto que a pedra possui face ao edifício. Mesmo em construções feitas de alvenaria de pedra, ou mista, a utilização de elementos em pedra, mesmo se reduzidos

às soleiras da porta, balcões de janela e cunhais de ângulo, dão de imediato ao edifício um estatuto de grandeza face ao comum da arquitectura popular, onde estes raramente entram e se o fazem é apenas por reaproveitamento de materiais deixados ao abandono em edifícios arruinados. Qualquer destas situações se verifica pontualmente em Mértola, mais a primeira do que a segunda.

2. - ZONAS E FORMAS DE OBTENÇÃO

Na constituição geológica de Portugal o calcário é uma rocha com alguma relevância. Dos quatro tipos existentes, de Faro até Leiria, pertencem ao Alentejo os de tipo cristalino (microcristalino, na região de Lisboa, designado por Lióz; as brechas, na de Faro e os sedimentares, com ocorrências em diversas zonas).

Quanto ao mármore, e no que respeita ao Alentejo, é abundante em Estremoz, Borba e Viana, sendo três os tipos mais correntes: brancos, muito cristalinos e sacaróides, de textura alternando entre o granular e o lamelar. Por vezes, estas pedras apresentam crovos siliciosos e veios de pirite de ferro, que destroem a homogeneidade da massa. São, em geral, de grande dureza. Na região existem ainda diversas pedreiras de mármore bardilhos (mármore situados na transição entre o mármore negro e o branco e que apresentam algumas variedades).

Quanto à utilização destes dois tipos de pedras em Mértola que, como já se disse, teve utilização intensiva em período romano, na construção do *forum* e muralhas depois daí apenas em alguns edifícios simbólicos, como a igreja matriz e pouco mais (e muito deste material resultando de reaproveitamentos), coloca-se, numa perspectiva de interpretação histórica, a questão essencial do seu transporte, uma vez que as zonas de possível obtenção não são próximas.

Os paralelos com outras localidades permite, ao menos, colocar algumas hipóteses sobre esta importante questão. Em sítios arqueológicos de Portugal, Espanha, do Norte de África e mesmo do Sul de França é difícil determinar quais são os materiais e as produções autóctones devido à fácil e rápida circulação, por via marítima, entre estes locais.

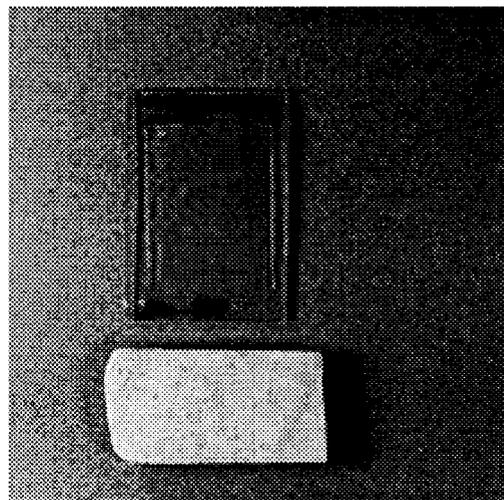
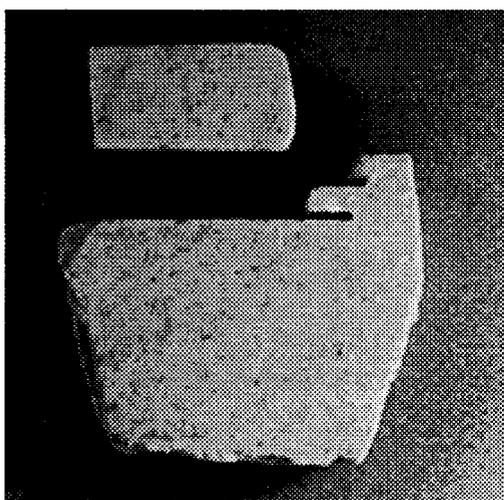
Em função desta dúvida, e tentando encontrar mais dados que permitissem uma cabal afirmação de proveniência para alguns dos mármore encontrados nas escavações arqueológicas de Mértola, recolhi duas amostras de tonalidades diferentes, às quais, com a gentil colaboração da Prof.^a Dr.^a Zenaide Carvalho Gonçalves da Silva, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, foram feitas lâminas delgadas para com elas se proceder a uma análise petrográfica.

Os resultados dessa análise foram os seguintes:

- mármore cinzento (amostra M/85/4E/D/1000); composto de calcite, com textura granoblástica, eterogénea, com grãos variáveis entre 0,01 e 0,35 mm. É um mármore grosseiro, que apresenta algumas impurezas, provavelmente carvão.

- mármore branco (amostra M785/7B/1C); composto de calcite, com textura granoblástica, heterogénea, com grãos variáveis entre 0,25 e 0,1 mm. É um mármore fino, com características semelhantes ao branco de Estremoz, que apresenta esporádicos vestígios de quartzo, ocorrência rara neste tipo de rocha..

O mármore, sendo uma rocha metamórfica, não permite uma caracterização específica, a partir dos seus componentes, que permita rastrear a origem da pedra, associando-a a uma qualquer jazida particular. No entanto, poderia surgir qualquer pista (era pelo menos um caminho que não havia sido nunca testado) que permitisse resolver uma eterna questão respeitante aos materiais de construção marmóreos encontrados em Mértola: sendo exógenos, o seu transporte seria feito por via terrestre ou, como tudo poderia sugerir pela facilidade, por via marítima/fluvial? A afirmação desta última premissa parece ser incontestável, mas uma das amostras (a branca) apresenta uma coloração e um grão em tudo idênticos ao que se convencionou chamar, em Portugal, “branco de Estremoz”.



Há já uns anos, um grupo de técnicos que se deslocou a Mértola classificou os mármore ali existentes pelos sítios geológicos do sul do País. Isso não exclui, no entanto, a possibilidade deles terem vindo do Sul de Espanha, da Itália ou da Tunísia. Chegamos facilmente à conclusão que um navio antigo, vindo pelo rio, traz facilmente várias toneladas de mármore com muito maior rapidez (um barco transporta o equivalente a uma grande quantidade de mulas). São cerca de cinco ou seis dias de Tunísia a Mértola, o que embaratecia muito os materiais, pela grande quantidade que era possível transportar.

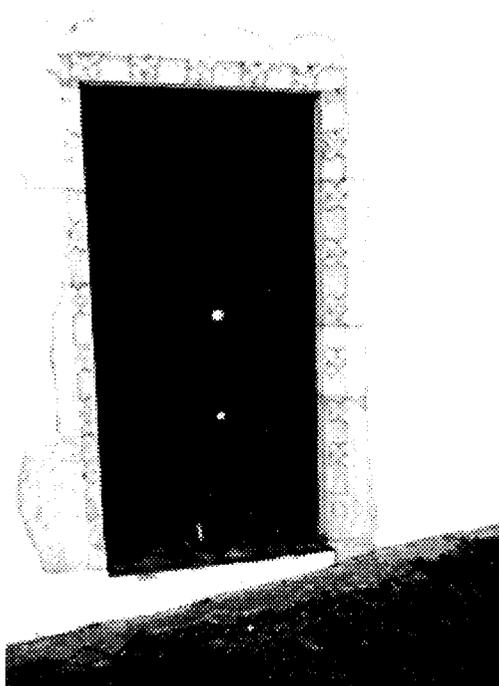
A similitude do material pode de facto induzir em erro, uma vez que as pedras podem ser originárias de diversos locais. Por exemplo “os mármore de Estremoz, que nas suas variedades de branco corrente e branco estatuária se aproximam dos mármore de Luna “ (37)

Mas tal facilidade eliminará completamente o seu transporte por via terrestre? Creio que esta questão continuará sem uma resposta cabal, ao menos no que respeita à determinação rigorosa da sua proveniência.

3. - CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL (performance corrente em uso tradicional)

O calcário (designação que abrange as rochas que possuem maioritariamente carbonato de cálcio, também designada calcite) provém, na sua maioria, de seres vivos e forma-se em grandes massas por deposição no fundo dos mares. O calor e a pressão dão-lhe a consistência relativamente homogénea que, no geral, apresentam. Na sua estrutura pode ser amorfo ou cristalizado, situação em que o designamos por mármore (v. a seguir). Para além do seu uso em construção sob a forma de blocos, é também um material importantíssimo porque dele se fabrica, por queima, a cal (v. ficha de argamassas), que foi, durante milénios, o principal constituinte adesivo das argamassas.

Os mármore existem no nosso país em muitas variedades e são correntemente utilizados como rocha ornamental. Na sua composição podem entrar outros elementos, particularmente óxidos metálicos que lhe dão cores. Podem ser unicolores ou raiados (venados), podendo apresentar tons verde, rosa, azulado, para lá de preto, branco e um largo leque de tons cinzentos.



Material correntemente utilizado em construção, a generalidade das pedras possui a solidez e resistência que se pretende dar às habitações com elas edificadas. Sobre a qualidade da pedra é deveras interessante uma referência, extraída do jornal “A Construção”, editado em finais do século XIX, onde se apresenta um protesto sobre o desrespeito do caderno de encargos que estipula condições que não foram cumpridas; escrevia, em denúncia, um contratador de obra que “A condição 8º dos encargos, exige que a alvenaria das paredes e alicerces seja construída com pedra rija, porosa, limpa, convenientemente humedecida, mas não salgadiça, com enleamento por fiadas, travamento nas juntas e macissamento perfeito. Contra o disposto n’esta condição, a pedra das alvenarias é *marnel*, barrenta, areosa e de qualidade muito inferior, e por isso mesmo imprópria para executar o enleamento por fiadas com entravamento nas juntas como se dispunha no caderno

de encargos.” (38)

Já em 1777, Mathias de Eça chamava a atenção, na sua obra “De Architectura Civil” (v. Bibliog.), que “as pedras molles não são as que convém ao architecto; porque ainda não são pedras, hão de ser (...) porque em não sendo assim, mal podem, sem quebrar, sustentar qualquer pezo sobreposto. (...) se a agua chega a penetrar os intersticios da pedra, facilmente a desfaz, como por uma especie de dissolução; (...) outras desfazem-se ao primeiro toque, outras já se achão desfeitas, deixando concavo ou vazio, o lugar em que estiverão; (...) porque na parte de onde cahe o emboço, ou reboço, que servia de defesa ás pedras, tendo nestas o ar hum accésso immediato, e livre, em menos annos as penetra, e as reduz em pó grosseiro, deixando disformes, e carcomidas as paredes” (39)

Assim devem existir cuidados na escolha do material adequado para servir a determinados fins, em função da sua resitência química, física ou mecânica.

4. - FORMAS DE PREPARAÇÃO PARA USO EM OBRA

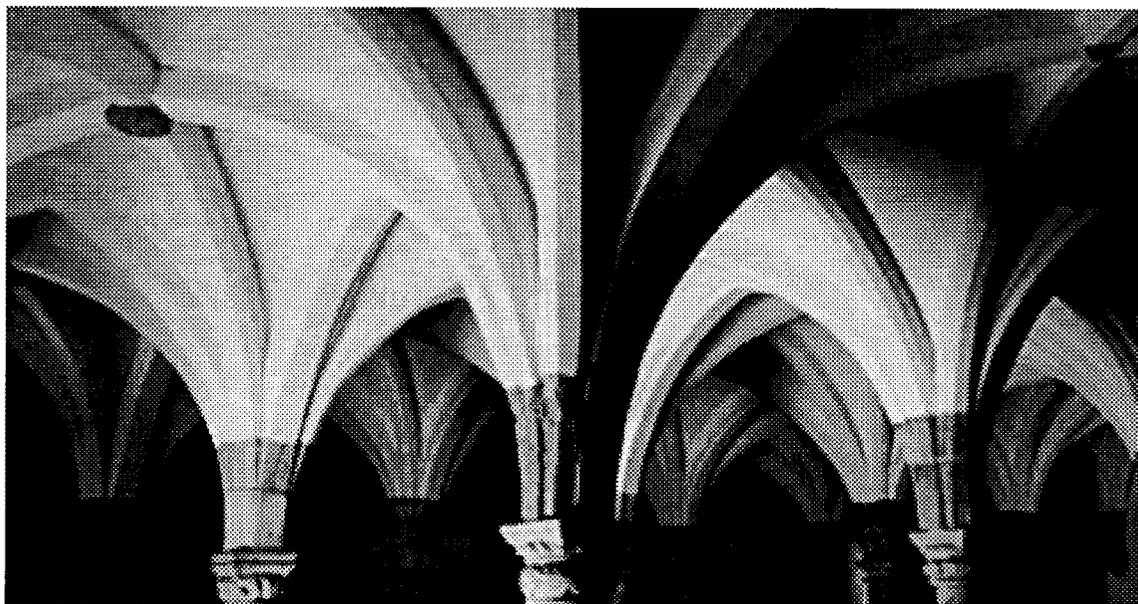
No caso de se tratar de alvenaria seca, como é corrente no caso dos silhares, obviamente que as pedras são talhadas para ser utilizadas. O seu corte pode ser feito a martelo e escopro ou com serra (de destacar o imenso esforço que representa o conjunto de edificios construídos, em todo o mundo, desta forma, até à introdução da mecanização do corte, uma vez que até então e mesmo com o uso de serra, toda a força era braçal!). Neste sistema, e se a obra for de grande dimensão, como acontecia no mundo greco-romano, as pedras eram travadas entre si com um elemento metálico aplicado líquido numa concavidade aberta na face superior da pedra (o que hoje foi e continua a ser designado de gatos; o domínio desta tecnologia era tão apurados que os elementos de ferro fundido utilizados pela sua resistência eram depois cobertos com chumbo de modo a evitar a sua corrosão).

Se a pedra for para utilizar argamassada, pode ser de feição irregular; aliás, era corrente a pedra ser apenas perfeitamente aparelhada numa das faces, a que ficava exposta, de modo a simplificar o trabalho de corte (v. item 1 desta ficha)

5. - FORMAS DE UTILIZAÇÃO EM OBRA

Deve ressaltar-se que estes materiais não são utilizados correntemente em construção nesta zona. Os casos existentes em Mértola restringem-se aos amuralhamentos de época romana; às construções do *forum*, à igreja-mesquita e outros edificios religiosos (em componentes isolados -portais e colunas) e ao castelo medieval cristão, em particular na torre de menagem. Observa-se, naturalmente, o reaproveitamento de materiais, seja em edificios da localidade, nomeadamente num portal do século XVI, em brasões de armas esculpidos a partir de antigas estátuas, em jambas diversas e mesmo em soleiras de janela, etc.. Concretamente, apresentam-se sob a forma de blocos paralelepípedicos, sobrepostos com as fiadas dispostas desencontradas, quando na construção de paramentos.

No entanto, em função do valor simbólico que a pedra - e em particular o mármore - dispuseram, em termos do seu uso arquitectónico, como símbolos de solidez e de poder, numa aproximação à eternidade, muitos elementos decorativos e escultóricos eram nela lavrados para serem depois aplicados, por argamassagem ou grampados, em obra.



6. - CUIDADOS ESPECIAIS DE ACABAMENTO

A utilização dos mármore em obra significa, normalmente, que a sua superfície (ou pelo menos uma face) vai ficar exposta às variantes climatéricas e/ou ao desgaste. Normalmente essa superfície é polida de modo a tornar essa superfície mais resistente, ao clima e à abrasão.

7. - CONDICIONANTES DO USO

As condicionantes do uso das rochas estão directamente ligadas a função a que se destinam. Assim, é de ter em atenção que determinadas rochas não têm as características de resistência desejadas, ou que, apresentam propensão a determinada patologia, química ou física, sendo por isso, em qualquer das situações, de as evitar.

8. - PATOLOGIAS PRINCIPAIS

As rochas podem apresentar fracturas, na sequência de falhas que já possuíam ou em resultados de esforços excessivos sobre elas, dependendo da sua colocação em obra. A sua patologia principal é, no entanto, o decaimento, que vai desgastando a pedra, mais ou menos lentamente consoante está sujeita a factores como o ambiente (que pode ir desde a poluição atmosférica, à vibração, à humidade), às variações que incidem sobre a zona onde é utilizada (como sejam a sua exposição solar), a configuração da superfície exposta (se o estiver,

que pode ser rugosa, lisa, lavrada, etc.). Esta patologia dá-se por corrosão física e química da pedra, podendo, em situações extremas, causar anomalias graves

9. - FORMAS DE ELIMINAÇÃO DE PATOLOGIAS. (SOLUÇÕES TRADICIONAIS E COMBINAÇÃO DE NOVOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS)

Algumas patologias podem ser eliminadas por limpeza, da simples lavagem à abrasão. Esta última, como é sabido tem sido envolvida por alguma polémica por haver acusações de que desgasta a pedra, *comendo* parte da sua superfície, o que pode causar mais danos, em especial em monumentos históricos, do que a manutenção da superfície agredida pela patologia, uma vez que esta pode entretanto, por saturação, ter ganho alguma imunidade à sua progressão. No entanto, nestas situações, impera geralmente um critério estético - muito contemporâneo - de limpeza, procurando um *aggionamento* dos monumentos e edifícios pelo ar novo das suas fachadas. Esta situação deve ser avaliada e ponderada com muita atenção, uma vez que, de facto, a persistente limpeza pode trazer danos irreparáveis. E, normalmente, a solução passa mais - em particular nos meios urbanos onde tal situação muito se faz sentir - pela diminuição ou eliminação das fontes de origem das patologias, em muitos casos perfeitamente definidas.

Outras podem ser evitadas pela utilização de agentes impregnadores (se a pedra tiver características de absorção) que impeçam a formação de determinadas reacções químicas ou físicas que desgastem a pedra.

Em Mértola, como é óbvio, pelas características climatéricas e pela ausência de um largo número de possíveis agentes indutores de patologias, os monumentos e elementos de material calcário apresentam-se em boas condições de conservação.

(3 - Materiais vegetais)

A MADEIRA

1.- ZONA GEOGRÁFICA DE USO E TRADIÇÃO HISTÓRICA

No que diz respeito a este material, a tradição da sua utilização resulta do próprio processo de sedentarização do Homem: "(...) o homem primitivo não tinha outro elemento além da vara ou do tronco da árvore que lhe pudesse sugerir a possibilidade (...) de cobrir espaços (...). Só a madeira, que era abundante, leve, resistente e fácil de trabalhar, que aparecia naturalmente com os mais variados diâmetros e comprimentos, continha em si própria a sugestão, (...) da possibilidade de construir espaços amplos e cobertos. Surgiu assim primeiro abrigo diferente da furna, da caverna, da gruta (...) Como estrutura de madeira propriamente dita surge a mais elementar de todas: dois paus cravados no solo e inclinados por forma a cruzarem-se nas extremidades superiores onde se ligam entre si (...). O telhado de duas águas, que ainda hoje é tão frequente, tem a sua origem nestas duas varas cruzadas." (40)

Quanto à distribuição geográfica de uso, corresponde, naturalmente, à divisão por espécies, sendo umas mais apropriadas do que outras para os diversos fins da edificação. Daí resultam algumas restrições quanto ao uso da madeira na região do Alentejo, uma vez que as melhores espécies para esse fim não abundam na região. Esse facto impunha algumas restrições: "O gasto de madeira reduz-se ao mínimo; as portas inferiores são escassas, e para a cozinha e a sala entra-se por arcos abertos; o soalho é raro; pavimentos e degraus são as mais das vezes de tijolo; quando existe um piso alto, apenas o travejamento é de madeira: mesmo aí, o pavimento é de tijolo, ora pousado simplesmente sobre as traves, no sistema chamado <<de dormentes>>, ficando à vista no térreo, ora assente sobre abobadilhas também de tijolo, sem qualquer madeiramento. E, formando a armação do telhado, usa-se muitas vezes um revestimento de canas - o caniçado -, que funciona também como um isolante, e é de belo efeito decorativo." (41)

2. - ZONAS E FORMAS DE OBTENÇÃO

As informações respeitantes à proveniência das madeiras encontram-se no item 3, mas para não desmembrar a ficha informativa mantiveram-se aí. Fica aqui a ressalva.

A obtenção dessas madeiras representava até pouco tempo a maior dificuldade e a maior despesa da construção ou ampliação de qualquer casa. Segundo informações recolhidas junto de alguns mestres pedreiros, era necessário ir até ao depósito junto do ramal do comboio para os obter, uma vez que os paus de pinho vinham do norte do país.

É evidente que em tempos de funcionamento da carreira fluvial algum desse material viria até Mértola por esse meio. Particularmente as madeiras de origem estrangeira que se pode encontrar, nas casas de maior dimensão

e requinte edificadas no século passado, quer nos sobrados quer na cobertura, terão vindo dessa forma. Inclusivé é possível encontrar (como já sucedeu em dois casos, na casa do lanternim e numa outra casa, entretanto demolida) antigos mastros de embarcações a desempenhar funções de viga estruturante, segurando centralmente duas fiadas de madeiramentos, permitindo criar maiores vãos nesses compartimentos (veja-se, a título de exemplo, a foto da cozinha da referida Casa do Lanternim, parte D, nº2, desta dissertação).

Hoje em dia, está mais dessiminada a utilização de troncos de eucalipto, que, assemelhando-se a um qualquer material industrial, são fáceis de obter, sendo comercializados em algumas localidades próximas (particularmente em Vila Nova de São Bento, para referir o local de onde são actualmente encomendados).



3. - CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL (performance corrente em uso tradicional)

As características do material dependem um pouco da sua utilização, conforme se trate de troncos para fazer o *barrotado*, ou de pranchas para o tabuado da cobertura, ou ainda de madeiras para guarnecer os vãos: “O madeiramento dos telhados pode ser de pinho, spruce, casquinha ou pitch-pine. Nas localidades em que abunda o castanho emprega-se este para vâredo e ripado. O guarda-pó é geralmente de tábuas de pinho, sendo igualmente de pinho as ripas cobre-juntas” (42)

Normalmente, em construção, a classe de madeiras utilizada são as designadas rijas. Aqui se listam algumas dessas, que foram tradicionalmente as mais utilizadas, mais consoante o que se encontrava disponível (e era mais barato) do que por critérios de escolha muito exigentes (informações recolhidas do *Manual Terminologia de Madeiras*, do LNEC - 1954).

CASTANHO

Madeira de Folhosa, pálida ou castanha, de cerne distinto, poro em anel, textura grosseira e não uniforme, desenho venado e por vezes ondulado, dura, leve, fácil de trabalhar e muito durável.

Espécie florestal: *Castanea sativa* Mill.

Madeira de excelente qualidade, semelhante à do carvalho. Conserva-se melhor dentro de água do que exposto ao ar, não resitando bem se exposto a intempéries, pela variabilidade das condições a que está assim sujeito. É atacado pelo caruncho. Tem larga aplicação nas construções.

EUCALIPTO

Madeira de Folhosa, amarelada ou castanho-avermelhada, de cerne distinto, poro difuso, textura uniforme, dura, pesada e difícil de trabalhar; empena e fende com facilidade ao secar

Espécie típica comercial: *Eucalyptus globulus* Labill.

Madeira dura, elástica, resistente, compacta, mas susceptível de fender. Não é atacado por parasitas e conserva-se bem. A sua utilização na construção tradicional, em vez do castanho, casquinha ou pitch-pine é hoje cada vez maior (*se bem que os resultados actualmente obtidos não tenham a eficácia de outros tempos, em que se utilizavam espécies autóctones, de melhor qualidade, e com maiores resistências aos ataques de xilófagos, do que as manifestadas pelos actuais eucaliptos, no geral mais adequados ao fabrico de pasta de papel - nota nossa*)

PINHEIRO SILVESTRE (apresenta diversas variedades)

CASQUINHA

Madeira de resinosa, pálida, de desenho venado, branda, leve, muito fácil de trabalhar e durável.

Espécie florestal: *Pinus silvestris* L.

Proveniência: Escandinávia

PITCH-PINE / ou PITESPAINÉ

Madeira de resinosa, creme com veios acastanhados, desenho venado, dura, pesada, fácil de trabalhar e durável.

Espécie típica comercial: *Pinus palustris* Mill.

Proveniência: Estados Unidos

Madeiras leves, elásticas, duradouras, de cor clara. Muito própria para as construções.

PINHO

Madeira de resinosa, pálida ou castanho-avermelhado, de cerne distinto, textura grosseira, moderadamente dura e pesada, fácil de trabalhar, pouco durável e moderadamente retráctil (a variedade pinheiro manso é idêntica mas é mais nodosa).

Espécie florestal: *Pinus Pinaster* (Sol. in) Ait

Pelo interesse que revela para o conhecimento do caso português apresentamos de seguida as descrições retiradas de um jornal do final do século XIX - "A construção" (1890) -, que merece o destaque dos comentários

do redactor, com certeza um especialista da época:

“A duração d’algumas qualidades de pinho nacional é incalculável. Na demolição d’algumas construções antigas tem-se encontrado peças d’essa madeira admiravelmente conservadas.(..)

As madeiras resinosas, actualmente empregadas em maior quantidade, são:

(...) Larix ou lariço, madeiramento resinoso, de fibra ou medula branca, que exposta ao tempo escurece rapidamente.

Pinho da Russia ou riga, madeira que poucas vezes se emprega na construção; não pela sua má qualidade, pois é das melhores, mas pelo seu elevado preço. É quasi exclusivamente applicada na mastreação dos navios; comtudo, ainda depois de servida durante muitos annos n’essa applicação, é serrada e empregada em construções, nas quaes tem dado prova da maior duração. A riga é uma das arvores que se eleva a maior altura, a mais direita e a que apresenta menos vergadas.

Pitch-pine é a que mais se lhe aproxima no comprimento não attinge a sua altura.

Pinho da Noruega. É conhecido no mercado por pinho da Flandres em rasão da sua procedencia. Esta madeira é pouco usada em Portugal onde foi suplantada pela casquinha, outra qualidade de pinho também estrangeiro e como o pitch-pine procedente do norte do continente americano.

No nosso paiz tambem possuímos duas qualidades de madeira resinosa. O pinho bravo e o pinho manso.

Pinho bravo. D’esta qualidade possuímos madeiras rasoaveis e até algumas de superior qualidade, resistencia e duração.

Os pinhaes de Vieira ou Vianna fornecem magnificas madeiras para diversos usos, taes como soalhos, escadarias, etc; e as do pinhal de Leiria prestam-se à mesma applicação e ainda a madeiramentos. Existem outros pinhaes no paiz cuja madeira é bastante inferior e que por isso mesmo só é applicado nas localidades nas immediações d’esses pinhaes. (...) /Assina/ C. Rocha” (43)

PITCH-PINE (do mesmo jornal e autor)

“Não é de ha muito que esta qualidade de pinho resinoso (...) foi introduzido no nosso paiz e mesmo em toda a Europa: foi aproximadamente em 1870 que esta importação começou.

A palavra pitch-pine, quer dizer simplesmente pinho para resina ou pinho resinoso. Não é empregado na América, paiz da sua origem onde lhe chamam hard pine pinho rijo ou yellow pine, pinho amarelo. (...)

Sendo o pitch-pine uma madeira resinosa, tem todas as qualidades das madeiras d’essa natureza; não se deixa atacar pelo caruncho com facilidade; durando bastante em logares humidos, mas onde não haja mudanças de temperatura (...) assim como, quando metida em paredes que sejam humidas, mais rapida é a sua queima ou podridão. Chamamos-lhe queima, porque praticamente se chama ardido a toda a parte da madeira que se apresenta com côr de rosa ou avinhada ou mesmo encarnado vivo, é quasi essa côr que o pitch-pine toma quando permanece nas paredes.

Geralmente esta madeira tem poucos nós, pois encontram-se paus de 15 e 20 metros sem elles. (...) offerecem resistencia quasi igual ao carvalho; mas não se pode ter confiança na sua flexibilidade, porquanto a temos visto quebrar quasi de topo. (...)” (44)

Sem dúvida que este conjunto de informações contribui para se ter uma ideia mais correcta do tipo de madeiras

usadas em edificação tradicional, e das suas características principais.

4. - FORMAS DE PREPARAÇÃO PARA USO EM OBRA

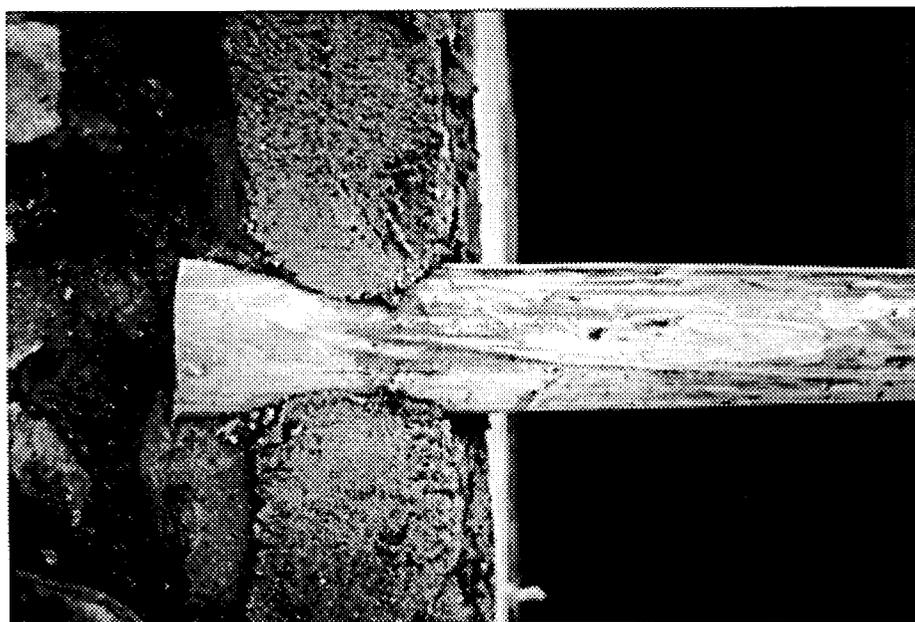
Correntemente as madeiras chegam ao local da obra preparadas para utilização (em termos tradicionais, se bem que actualmente possam ser alvo de preparação adicional, ver o item 9); quer isto dizer que os paus se apresentam limpos, sem casca, e com os topos cortados. O seu comprimento tem no entanto que ser adaptado em função do vão a vencer.

5. - FORMAS DE UTILIZAÇÃO EM OBRA

Os madeiramentos são colocados, assentes nas paredes portantes, no sentido longitudinal, seguindo paralelamente a empena; a sua inclinação é condicionada pela telha (com telha de canudo, a mais correntemente utilizada, a inclinação não deve exceder os 27°).

A zona de apoio nas paredes - que recebe o nome de entrega - não deve ser inferior a 20 / 30 centímetros (as paredes têm comumente, como se sabe, 50 cm), podendo ser um pouco maior, se isso evitar o trabalho do corte dos madeiros.

A sua colocação é feita de modo a que o vão entre eles não seja muito largo (normalmente não se deixam mais de 50 cm de distância, se a forra for em tabuado, menos um pouco de for feita de caniço), apresentando assim resistência suficiente para suportar o peso das telhas.



Se os madeiramentos forem mantidos em boas condições, particularmente ao nível das entregas (v. item seguinte) deve ter-se o cuidado de, nas obras maiores em que se substitui o caniço e ou o tabuado, os rodar,

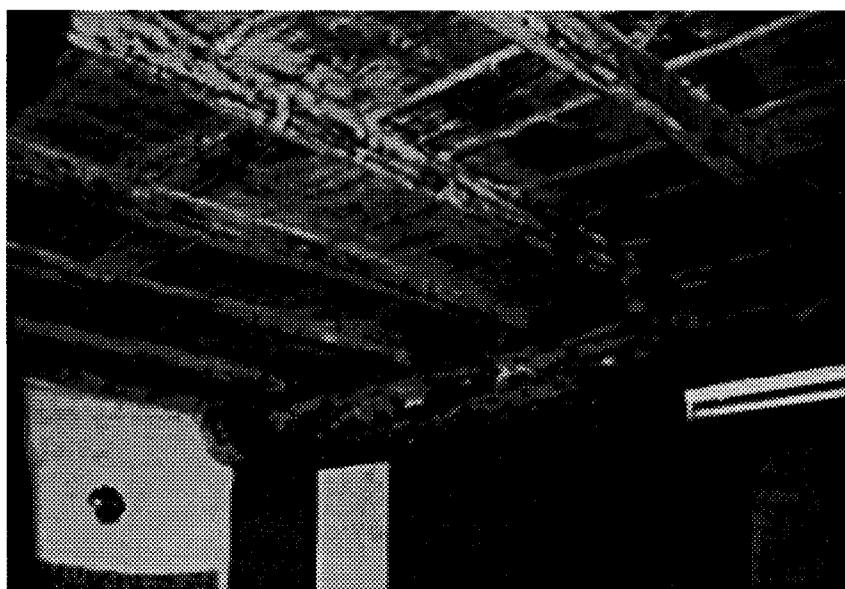
uma vez que vão empenando lentamente. Dessa forma a sua resistência vai-se mantendo próximo dos níveis originais.



6. - CUIDADOS ESPECIAIS DE ACABAMENTO

Sendo os madeiramentos o elemento exógeno por excelência deste tipo de construção, a sua durabilidade é, obviamente, a preocupação principal em termos de cuidados de manutenção. Daí as regulares limpeza e recolocação das telhas, que resguardam estes elementos da água pluvial.

Particularmente sensíveis são as zonas do rincão e a do beirado, uma vez que aí, onde se situam as entregas, o pau está parcial ou totalmente envolvido em argamassa, logo, em condições de menor oxigenação. A entrada de água nessas zonas, humedecendo a parede, e depois sendo de difícil evaporação, contribui enormemente para a degradação das ditas entregas; a “invisibilidade” desta patologia na sua fase inicial (todo o processo



decorre dentro da parede) impede o alerta que só posteriormente as manchas acastanhadas na parede vêm a revelar, tornando-se obrigatória a substituição dos madeiramentos (v. podridão nas Patologias). Assim, para lá dos cuidados correntes com o telhado, deve ser dada especial atenção a estas duas zonas, verificando sempre a colocação dos elementos cerâmicos ou as necessidades de renovação das argamassas de assentamento.

7. - CONDICIONANTES DO USO

Nesta arquitectura, e com este tipo de madeira -troncos de secção circular - não se utilizam empalmos, Quando existe necessidade de vencer vãos de dimensão superior aos comprimentos disponíveis existem dois recursos possíveis:

- ou a utilização de um tronco de maiores dimensões (v. descrição da Casa do Lanternim) que faz o papel de viga estrutural central, apoiada não nos alçados principais, mas nas empenas; nos casos observados, estes madeiros têm pelo menos o dobro de secção dos outros, entre os 35 e os 40 cm;
- uma solução que pretende o mesmo efeito, mas que utiliza outro material: a construção de um arco de alvenaria sobre o qual se fazem as entregas de uma das extremidades de todos os barrotes. Muito corrente na região, esta solução é empregue nas habitações de maior dimensão, permitindo uma sala ou cozinha de maiores áreas.

8. - PATOLOGIAS PRINCIPAIS

A madeira é um dos materiais que mais facilmente sofre ataques de diversos agentes, uma vez que, sendo uma matéria vegetal, contém componentes orgânicos que favorecem ou alimentam diversas classes de agentes patológicos.

“A degradação física actuando de uma forma pura, tem principalmente lugar na primeira fase da vida dos elementos de madeira em obra, sobretudo pela ocorrência de retracções do material (...). Tal facto origina frequentemente a abertura de fendas, as quais, sendo em si mesmas um factor degradativo do material, passam a constituir também acessos facilitados a todos os outros tipos de degradação. (...) o tipo mais geral de degradação é o de origem biológica. Os agentes deste tipo de deterioração agrupam-se em duas categorias principais, a dos fungos e a dos insectos xilófagos (...).” (45) Sem pretendermos ser exaustivos deixamos aqui algumas referências a alguns desses agentes:

INSECTOS XILÓFAGOS

Entre os insectos que atacam mais frequentemente as madeiras das construções encontram-se : o *capricórnio das casas* (*Hylotrupes bajulus*), a *formiga branca* (*Reticulitermes lucifungus*), os *lyctos* (*Lyctus linearis* e *Lyctus brunneus*) e o *anobio* (*Anobium punctatum*), na designação corrente o caruncho (ou *carunchos pequenos*). De pequena dimensão - 2 e 4 mm de comprimento -, os Coleópteros, apresentam formatos variados, desde o subcilíndrico ao ovóide e ao subglobular e igualmente antenas diversas.

Na fisiologia da nutrição, os Anobiídeos segregam enzimas que lhes permitem digerir e absorver, não apenas

o amido e os açúcares, mas também as hemiceluloses e as celuloses simples, quando não as celuloses complexas, aproveitando, por consequência, tanto os produtos de reserva das células do lenho, como os próprios componentes da parede celular.

A maior capacidade digestiva é acrescida de uma notável insensibilidade às resinas, gorduras, taninos e outras substâncias tóxicas para a maioria dos insectos xilófagos, o que lhes permite viver no alborno e no cerne das Resinosas e das Folhosas. Eles não sofrem, portanto, as restrições xilofágicas [de outras] famílias, atacando quase todo o material lenhoso conhecido, de preferência velho ou muito velho, são ou já alterado pelas bactérias e fungos, os quais, além das vantagens digestiva e nutritiva, parece facilitarem o trabalho das mandíbulas das larvazinhas, pelo abrandamento das paredes celulares da madeira.

O ciclo de vida vai de 1 a 2 ou mais anos, consoante as condições climáticas ou nutritivas: é, por exemplo, menor nas madeiras húmidas, em decomposição, do que nas secas e sãs. Os ovos são postos dentro dos velhos orifícios de saída, nas fendas ou juntas, ou simplesmente sobre as superfícies toscas. As galerias abertas pelas larvas entrecruzam-se em todas as direcções e o resíduo que as enche é solto e granuloso ao tacto, formado por fortes bastonetes cilíndricos ou fusiformes, que à vista desarmada têm a aparência de farelo mais ou menos grosso.

FUNGOS:

Os fungos constituem uma classe à parte no reino dos vegetais; diferem das demais por serem desprovidos de raízes e da capacidade de fixar o carbono do ar, o que caracteriza as plantas superiores. Essa constituição toda especial obriga-os a viver, ou parasitando seres vivos, ou à custa de matéria orgânica fisiologicamente morta.

É dentro deste grupo que se situa a madeira, e os fungos constituem-se como os principais agentes do seu apodrecimento. O ataque à madeira processa-se em duas fases características da evolução desses organismos: a fase vegetativa e a fase reprodutiva. O micélio, que é o órgão vegetativo do fungo, desenvolve-se de acordo com as condições do meio, sendo mais vigoroso quanto mais favoráveis estas forem. As suas exigências essenciais são: material nutritivo, humidade, temperatura e oxigénio.

Quanto ao material nutritivo, os fungos retiram do material que os hospeda os elementos carbonados indispensáveis à sua subsistência. A maior ou menor quantidade de princípios aproveitáveis que a madeira pode fornecer ao fungo define a sua também maior ou menor predisposição para o ataque e, portanto, à podridão. Daí os ataques centrarem-se em geral no borne, onde se encontra a reserva nutritiva da árvore, em comparação com o cerne que, melhor lenhificado ou contendo resinas ou outras substâncias que repelem o fungo, é menos sujeito à sua infiltração.

A humidade é outro factor preponderante, uma vez que é através desta que se processam a transformação e absorção das substâncias que o fungo utiliza no seu crescimento. A grande durabilidade das madeiras empregues em lugares secos e abrigados, é a prova evidente desta condição para a evolução desta patologia.

Numa região quente como é o Alentejo, é quase redundante dizer-se que neste aspecto estão garantidas as condições que, neste particular, os fungos requerem para o seu desenvolvimento: temperatura entre os 22 e os 30º C, em que os fungos actuam com vigor. Quaisquer temperaturas superiores ou inferiores a esses limites têm influência retardadora da sua acção. (De acordo com os manuais técnicos a conjugação deste factor com a humidade são a forma mais eficaz de combate a esta patologia).

Com o oxigénio os fungos têm uma relação ambígua: não o apreciam em excesso, mas não podem passar sem ele. Assim, preferem os ambientes pouco arejados, onde se desenvolvem com mais vigor : caves, adegas, porões, etc. Se, na situação inversa, não dispuserem de oxigénio, como quando as peças de madeira estão/são imersas, o crescimento destes é impossível. O seu crescimento em ambientes pouco arejados é favorecido por estes disporem, normalmente, de pouca luminosidade.

Quando se verificam modificações adversas às condições essenciais para a normal evolução do fungo, este pode alterar também a sua morfologia, adoptando formas de resistência ou de vida latente, formando os chamados *sclerotos*, corpos formados por anastomose dos micélios (*stroma*), de cor clara ou amarelada, que aparecem na superfície da madeira endurecidos, ressequidos e que armazenam as reservas contidas no micélio. Com o retorno das condições favoráveis, podem então estes *sclerotos* emitir novas ramificações germinativas, restaurando-se a fase evolutiva, ou reprodutiva, do fungo, recomeçando um novo ciclo.

PODRIDÃO

Esta patologia tem como consequência a desestruturação das fibras da madeira, rompendo a sua coesão e provocando mesmo a ruptura de algumas pranchas. Esta patologia é de grande gravidade, uma vez que as características mecânicas da madeira, que lhe dão a resistência, são completamente destruídas.

9. - FORMAS DE ELIMINAÇÃO DE PATOLOGIAS. (SOLUÇÕES TRADICIONAIS E COMBINAÇÃO DE NOVOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS)

Um dos aspectos que mais afecta as qualidades intrínsecas da madeira é o facto de ser *sangrada*, isto é, de lhe ser retirada toda a resina. Este processo acarreta uma considerável perda de qualidades e diminui as defesas face aos agentes xilófagos. Parece assim uma contradição que a madeira seja inicialmente desprovida das suas *defesas naturais* para vir depois a ser tratada e impregnada com outros produtos, de produção artificial. Neste trajecto várias indústrias vão provavelmente florescendo...

Assim, hoje em dia utilizam-se um conjunto de produtos protectores (particularmente contra os xilófagos e contra os fungos) com os quais se impregnam as madeiras (por processo manual ou por auto-clave).

Quando se trata de deficiências estruturais e que não seja possível ou não seja desejável remover os elementos para os substituir por outros novos, existe actualmente o recurso a resinas epoxídicas, que podem ser injectadas ou utilizadas para preencher lacunas nesses madeiramentos.

“(…) Se a estes couber o desempenho de funções estruturais e tenham acentuadamente perdido a sua capacidade resistente, não se tem optado em regra pela sua recuperação mas sim na sua substituição por outros da mesma natureza ou de natureza diferente. (…) A técnica da consolidação de elementos de material lenhoso pela injeção de resinas polimerizáveis no seu interior, ou a reconstituição de zonas parcialmente degradadas desses elementos pela aplicação de argamassas daquele tipo de resinas, está sendo aplicada há cerca de uma dezena de anos em vários países com pleno sucesso (…)” (46)

No geral, tratando-se de recuperação de edifícios tradicionais, os elementos que apresentam patologias são substituídos por novos, sendo que estes são previamente tratados com as novas soluções possíveis, assim se garantindo uma maior durabilidade (v. também ficha do caniço).



(3 - Materiais vegetais)

O CANIÇO

1.- ZONA GEOGRÁFICA DE USO E TRADIÇÃO HISTÓRICA

Sendo uma das componentes fundamentais da cobertura nas construções tradicionais, alentejanas e não só, a cana (utilizemos esta designação genérica por simplificação) não mereceu até hoje grande consideração por parte dos estudiosos desta forma de arquitectura. No entanto, pode dizer-se que esta espécie vegetal tem uma presença constante em grande parte do território nacional, e com usos múltiplos. Talvez por isso tenham sido os etnólogos quem mais atenção lhe dedicou até hoje.

Dela, diz Luis Chaves, que “(...) influiu profundamente nos usos e costumes, nas tradições, no vocabulário comum e no onomástico do povo português. O mesmo aconteceu, embora em menor grau, com o caniço. Contribuíram para o efeito a quantidade (em número, extensão e densidade do território) dos canaviais e a qualidade da planta, apta, por indivíduo ou pelos maciços por ela formados, a múltiplas aplicações e proveitos. (...) Seca, endurecida, tem resistência grande, fique inteira ou seja parcelada, e dá numerosas aplicações (...) até à construção habitacional.” (47)

O aspecto que aqui mais nos interessa é aquilo a que chama *caniçado* (no Alentejo designa-se também por *caniço*): um conjunto de canas, formando uma esteira, sobre a qual é assente a telha, argamassada ou não.

A tradição do seu uso perde-se nos tempos e nas civilizações. A consulta a quaisquer fontes iconográficas do quotidiano na Antiguidade dá dela sempre conta; o seu uso como estrutura de paredes, fazendo de suporte a argamassas de barro ou de estuques diversos foi durante milénios corrente (naquilo a que se chama *atabicado*). Nos telhados, e em zonas de escassa madeira, foi sempre o elemento portante que permitiu o fecho da cobertura, colocada sobre os barrotes.

2. - ZONAS E FORMAS DE OBTENÇÃO

Trata-se de uma planta que vive nos sítios húmidos e nas margens dos rios e ribeiras. Cresce espontâneamente em maciços, e é facilmente cortada com ajuda de uma lâmina afiada.



3. - CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL (performance corrente em uso tradicional)

Designação vulgar da gramínea *Phragmites communis Trin.*, planta vivaz de rizoma comprido e rastejante, com colmos atingindo cerca de 4m, folhas linear-lanceoladas glaucescentes com a lígula formada de pelos curtos e iguais.

Se houver o cuidado de as colher na época própria (entre Dezembro e Fevereiro, no máximo), época em que a planta se cobre com um verniz próprio, apresentará, depois de seca, aquilo a que se costuma chamar o *vidrado*, ou seja, a cana ganha, de forma natural, condições de impermeabilização que lhe dão uma maior durabilidade. Este aspecto é da maior importância para a manutenção da casa (v. item patologias)

4. - FORMAS DE PREPARAÇÃO PARA USO EM OBRA

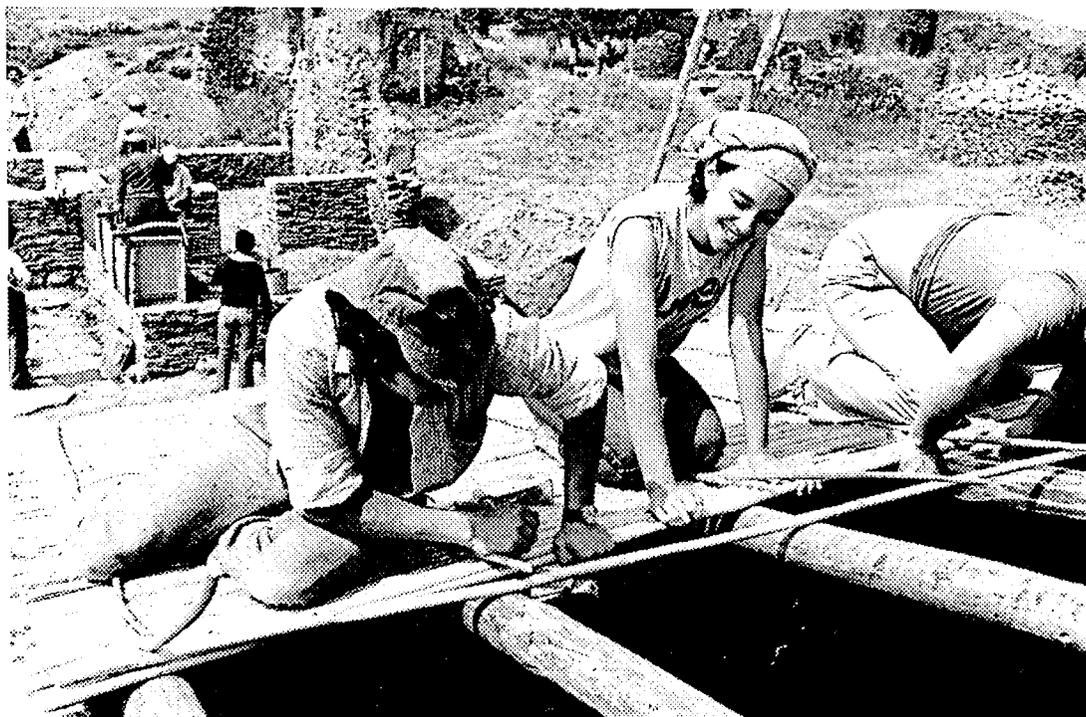
O preparo fundamental da cana é a limpeza das folhas, deixando apenas o rizoma. Também, para garantir um bom assentamento, devem ser cortadas as extremidades que apresentam grandes variações de diâmetro (as pontas, mais recentes, são sempre mais estreitas) e também a zona do caule, normalmente, além de

excessivamente grossas, também com curvas ou torções.

5. - FORMAS DE UTILIZAÇÃO EM OBRA

Para se obter um resultado satisfatório na construção desta estrutura devem ser seguidos alguns preceitos:

- as canas não são usualmente pregadas uma a uma; além do trabalho de implantação ser excessivamente demorado, e carecer de inúmeros pregos, é preciso não esquecer que estas coberturas têm, mesmo nas melhores condições, uma duração limitada, pelo que, mais tarde ou mais cedo é necessário desmontá-las para as substituir por novas. Imagine-se o trabalho da desmontagem e perceber-se-á a lógica de um tipo diferente de fixação.

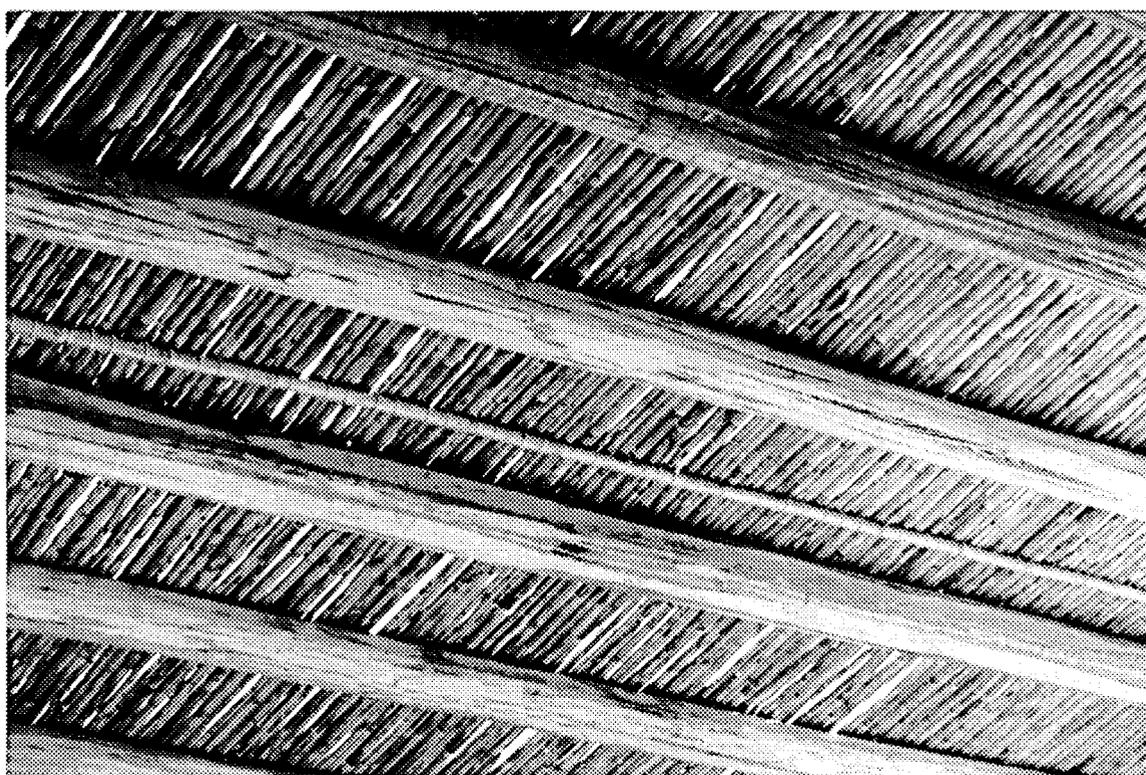


- as canas são por isso presas com o auxílio de outro material vegetal, normalmente (ao menos na região de Mértola) com varas de loendro (*Nerium Oleander Lin.*, um arbusto que cresce espontâneamente nas margens dos rios e ribeiros do Alentejo e Algarve). As varas são lascadas ao meio, com auxílio de um instrumento cortante, deixando assim uma face plana. Essa vara é depois pregada no barrote, atravessando apenas uma



cana, com a face plana para baixo; em todos os barrotes, ou de dois em dois, é realizada a mesma operação. Em seguida, um conjunto de canas, de número variável consoante a grossura destas (entre as 6 e as 10), é passado entre o loendro e o barrote sendo apertadas, à força de braço, contra a primeira. Depois, prega-se a última destas, e em todas as varas sucessivamente, fixando-se assim o conjunto. Esta operação é repetida as vezes necessárias até preencher todo o vão sobre os barrotes; deve ter-se em atenção que os conjuntos de canas vão sendo colocados com o lado mais grosso alternando à esquerda e à direita, de modo a que a cobertura progreda sem distorções, de forma uniforme. As extremidades ficam sempre apoiadas ou nos barrotes ou na empena.

Neste último caso, e uma vez que não se colocam barrotes encostados às paredes, o aperto das canas é feito com o auxílio de uma outra, que é suspensa por debaixo daquelas e à qual são atadas por uma corda que as vai laçando. A esta cana dá-se o nome de guia, e pode ser retirada posteriormente à secagem da argamassa que sustenta a colocação das telhas, argamassa que garante a sua manutenção na posição de aperto (daí o ser colocada por debaixo de modo a permitir a sua remoção, por corte da corda, feita pelo interior da habitação).



Por cima das canas colocam-se as telhas, argamassadas ou não conforme as possibilidades, funções e tipo de acabamento que se deseja. Normalmente, para fins de habitação, são argamassadas. Nesta situação, deve colocar-se papel sobre as canas, que as isolam da humidade da argamassa enquanto esta seca, e que garante, paralelamente, a defesa do interior da habitação, evitando que pequenos bocados da argamassa (normalmente pouco forte), possam cair por entre as ranhuras do caniço, uma vez que com o passar do tempo, e sujeitas às variações térmicas e higrométricas, as argamassas vão sempre lascando.

6. - CUIDADOS ESPECIAIS DE ACABAMENTO

Após a sua aplicação, as canas devem ser limpas, com um pano húmido; se possível, os compartimentos deverão ser mantidos com pouca claridade, permitindo, deste modo, que as canas adquiram uma tonalidade amarelo-dourado, que lhes dá uma qualidade plástica bastante agradável.

7. - CONDICIONANTES DO USO

Deve ter-se em atenção que a sua resistência portante vai diminuindo à medida que o vão a preencher entre os paus vai aumentando; e também à necessidade imperiosa de serem protegidas das intempéries pela parte superior. No entanto, dadas as funções que lhes são atribuídas as condições de boa aplicabilidade estão (quase) sempre garantidas.

8. - PATOLOGIAS PRINCIPAIS

O seu amarelecimento rápido, que resulta numa cor baça, tal como a utilização de canas apanhadas em época imprópria (v. itens anteriores), não são na realidade patologias estruturais, nem deficiências graves, de início. Mas do ponto de vista estético, o efeito não é muito agradável, e incluem-se aqui porque a única forma de o corrigir é colocar um caniço novo. Daí que devam ser tomados cuidados para evitar esta situação.

Patologia propriamente dita é o aparecimento de bolores que, devido à humidade, (principalmente a que repassa da argamassa) se desenvolvem nos nós do rizoma. Esta patologia tem rápida resolução através duma limpeza e, normalmente, não é recorrente uma vez a cana completamente seca.

No entanto, se a cana não tiver o seu verniz proprio (v. item 3) é muito mais sensível à humidade que, no Inverno ou em épocas de chuvas, passa através das telhas e da argamassa que as cobre. Nesta situação é muito mais sensível, e pode iniciar um processo de apodrecimento; o mesmo se passa nas zonas em que a cana assenta sobre as empenas (tal como ocorre com os barrotes) onde a não existência de arejamento pode acelerar este processo.

9. - FORMAS DE ELIMINAÇÃO DE PATOLOGIAS. (SOLUÇÕES TRADICIONAIS E COMBINAÇÃO DE NOVOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS)

Resulta do exposto no item anterior que as principais deficiências resultam da humidade que pode atravessar o sistema de cobertura colocado sobre o caniçado. Actualmente existe uma solução, que se começa a generalizar, de preparar uma argamassa de cal (por uma questão de leveza), traçada ou não com um pouco de cimento, e que é misturada (na própria betoneira) com desperdício de aglomerado negro de cortiça.

Este material é constituído por grânulos de cortiça expandidos em autoclave e aglomerados, com auxílio de uma resina fenólica, por prensagem a temperaturas elevadas (superiores a 300° C). Apresenta como boas

características o ser imputrescível, e pouco permeável ao vapor de água. Asseguram também um bom conforto térmico. Do corte dos blocos e da sua preparação aproveita-se hoje o desperdício para o fim referido acima.

Tal utilização, feita a aplicação de uma camada com aproximadamente dez centímetros (a argamassa é bastante leve), garante o desejado isolamento ao caniço, acrescentando ainda qualidades térmicas à habitação, ela já de si boa reguladora térmica face às condições exteriores. A argamassa suporta e apoia bem as telhas. A sua desvantagem está na necessidade de remoção quando se tem que proceder à substituição do sistema de cobertura, que pode ser mais morosa; no entanto, se se mantiver a utilização de um prévio revestimento com papel grosso, este funciona como uma pele que permite um mais fácil levantamento da argamassa (este processo, bem como algumas das fases descritas noutros itens, pode ser visto nas fotos que acompanham o capítulo C 3 - Um caso de recuperação de uma habitação tradicional).



(4 - Materiais cerâmicos)

TELHAS, TIJOLOS E LADRILHOS**1.- ZONA GEOGRÁFICA DE USO E TRADIÇÃO HISTÓRICA**

O sul do país, segundo a expressão feliz de Orlando Ribeiro é a zona da “civilização do barro”; segundo este autor, tem papel de grande importância a constituição geológica, uma vez que “no pormenor da distribuição, as áreas de barro ultrapassam geralmente as manchas de terrenos de tríticos onde, por falta de pedra, esta técnica de construir tem toda a justificação” (NOTA); nestas circunstâncias, é natural o domínio que este material teve sobre outros na região, e até ultrapassando os limites restritos do Alentejo. (48)

O uso dos tijolos vem de era muito remota. Do Oriente mediterrânico rapidamente se espalha em toda a bacia; os Romanos, com o seu afã construtivo, deram a este material potencialidades e formas de emprego até aí desconhecidas. Nas suas edificações, famosas hoje pela pedra remanescente, o tijolo desempenhava já, a par com as *tegulae* (telhas) e os ladrilhos, um papel cada vez mais importante e que o desenvolvimento das construções argamassadas veio auxiliar, em resultado da escassez de pedra, ou do seu custo incomportável, em determinadas zonas.

A renovação urbana, de cariz popular, longe dos poderes edificadores que viabilizaram os testemunhos arquitectónicos do regime imperial, assentava sobre estes materiais mais simples, produzidos com matérias primas de fácil obtenção local e baixo custo: “A indústria de materiais de construção estava, na sua maior parte, em mãos de particulares. (...) A produção de materiais cerâmicos de construção foi, nalguns casos (..) uma indústria municipal. Em muitas ocasiões, fornos de telha e tijolo ou de cal devem ter sido montados por particulares sem qualquer intuito comercial, mas apenas para auto-abastecimento (...) Numerosas marcas em tégulas e tijolos demostram, porém, que alguns particulares fizeram desta produção uma verdadeira indústria destinada ao mercado.” (49)

A leveza e enorme potencial plástico destes materiais levou à sua preferência por parte da civilização islâmica que encontrou neles o material ideal para expressar toda a capacidade artística da sua civilização. Uma nova mentalidade que pretendia, não a afirmação da linha recta, imperial, que a pedra tão bem expressava, mas a celebração de um pedaço de paraíso em cada domicílio; todas as técnicas do barro foram por eles largamente empregues e muitos efeitos decorativos (arco ultrapassado, torres e cúpulas, grelhas, recortes de tijolo) têm o cunho inconfundível da sua arte.

“Por cima de um fundo antigo (provavelmente pré-romano) do uso do barro, mais ou menos calcado sobre as surgências de terrenos argilo-arenosos, difundiu-se, na terra praticável da planície, uma influência de civilização superior, unindo as diversas «ilhas» numa área contínua e propagando, ao lado da pedra desdenhada, o material leve, plástico, fácil de obter e de trabalhar.” (50)

Aliada a esta abundância de barro próprio para o fabrico de materiais cerâmicos, o clima da região permitiu a solidez e longa duração das construções baseadas no emprego do tijolo, bem apoiado por argamassas também elas produzidas com boa matéria prima e de igual resistência às condições climáticas. Assim, não é de estranhar a enorme difusão de uma arquitectura que, deste material retira, não só elementos estruturais importantes (como o tijolo, o ladrilho e a telha) mas também uma multiplicidade de formas e de efeitos decorativos que dão a esta arquitectura um cunho tão especial.

2. - ZONAS E FORMAS DE OBTENÇÃO

Barreiros locais. Serra do Algarve (por Martim Longo)

3. - CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL (performance corrente em uso tradicional)

O barro é um material poroso o que, longe de ser um defeito, é uma das suas qualidades essenciais, pois que esta propriedade lhe permite absorver e rejeitar, sem prejuízos, as condensações passageiras. Esta é a explicação da propriedade, bem conhecida, do tijolo que “respira”.

A escolha da matéria prima é o aspecto fundamental da qualidade destes materiais a que depois se associa a necessidade de uma boa cozedura de modo a dar-lhes a resistência necessária para fazerem face às intempéries, às condições a que podem ser submetidos quando colocados em alvenarias e ao uso quotidiano.

Para corroborar mais esta ideia, socorro-me, uma vez mais, das palavras de Mathias da Silva de Eça, de 1777: “(...) O cozimento he indispensavel, e nelle consiste a bondade ou a perdição da obra. He necessário que a humidade seja expulsa inteiramente; porque, não o sendo, em chovendo na telha, ou no tijolo, tornão a desfazer-se em barro, e lhes succede o mesmo que succede ao homem por decreto inevitavel”. (51)

Entre os tipos mais correntes de elementos construtivos feitos em cerâmica podemos destacar:

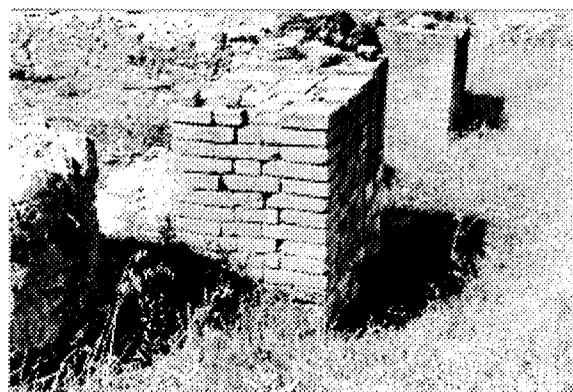
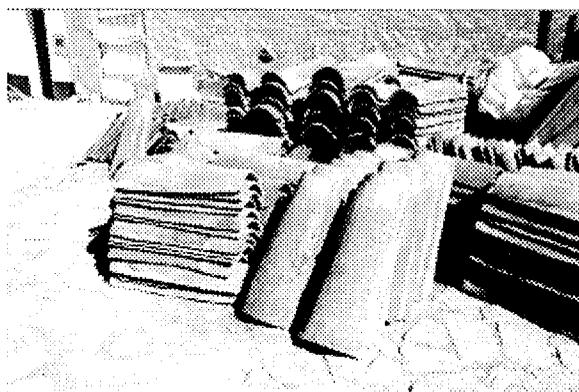
AS TELHAS

As telhas são as peças de cerâmica empregues no revestimento de cobertura dos telhados. A telha é um bloco ou chapa feita com uma mistura de terra argilosa e areia transformada em pasta homogénea e bastante fina, que não deve conter matérias calcárias.

As condições a que uma boa telha deve satisfazer são: a sonoridade, indício de boa cozedura; a pequena porosidade, indício de absorver pouca água; a fractura finamente granular e homogénea, sinal de ter sido bem amassada; a impermeabilidade, que muitas vezes não tem enquanto nova, mas que adquire ao fim de algum tempo, depois dos poros obstruídos naturalmente.

Um bom revestimento de cobertura deve ser leve, impermeável, económico e precisa resistir bem ás

intempéries. Leve para aliviar o madeiramento do telhado; impermeável para que a chuva não passe para o interior da habitação; económica, como em geral toda a construção.



OS TIJOLOS:

Material de construção formado por um paralelepípedo e que serve para substituir a pedra nas construções da alvenaria.

O tijolo maciço é conhecido habitualmente na construção por tijolo burro . Os tijolos de barro vermelho, embora geralmente de forma paralelipipédica, podem ter outras formas (tijoleiras, meios tijolos, etc.), podendo mesmo ser curvos para a execução de peças de secção redonda, ou mesmo moldados de forma especial para melhor se conjugarem na construção ou para efeitos decorativos. Outros tipos de tijolos fabricados com outros materiais são ainda empregues nas construções. Para o tijolo, o barro tem de ser mais fino e homogéneo que no caso do adobe.

LADRILHOS E ABOBADILHAS:

Em 1875, Alexandre Herculano procurou saber junto do seu amigo Soure, por algum mestre de obras de Évora, que dimensões, em largura, comprimento e grossura, deviam ter os tijolos próprios para as abobadilhas.(...) Nas entrelinhas da carta de Herculano escreveu Soure a minuta das respostas, tal como reproduzo seguidamente:

(...) 34 centímetros comprimtº

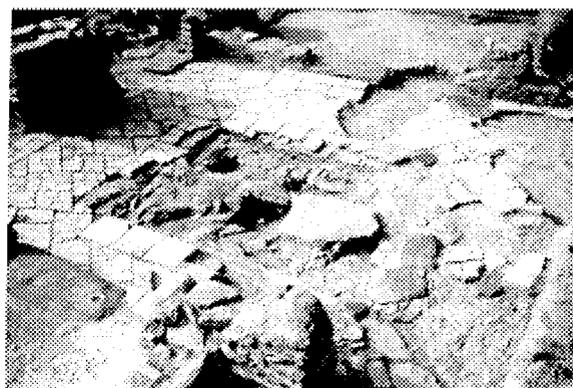
17 “ largura

5 “ grossura

Em época mais recente, na construção de abobadilhas empregam-se peças de menor tamanho, dominando as dimensões de 0,22 x 0,10 x 0,035.

Para pavimentos usa-se o *ladrilbo*, termo bastante comum na região, que na zona da margem esquerda do Guadiana (Moura, Serpa) toma o nome de *baldoza*, Pode também ter dimensões muito variáveis, dependendo

da tradição de fabrico da sub-região e dos seus mestres pedreiros, do fim a que se destina, da capacidade de mão de obra e/ou financeira de quem encomenda a obra.



4. - FORMAS DE PREPARAÇÃO PARA USO EM OBRA

A qualidade da argila das telhas deve ser tal que elas não sejam nem muito porosas, nem de menos. Além do mais, a mistura de areias finas pode dar maior consistência à amassadura e permitir um material de superior resistência.

A mesma pasta serve para fabrico de telha de canudo, tijolo grosso (lambaz ou tijolo burro consoante as zonas), tijolo fino e, mais modernamente, também tijolo furado.

No caso do tijolo, o barro é moído ou amassado antes de moldado, seco ao sol ou em telheiros ventilados e cozido ao forno. No processo de produção artesanal deste material, a moldagem da pasta de barro húmido é feita em formas ou moldes de madeira; os tijolos são depois secos ao Sol, no chão ou em armações próprias e, depois de atingido o conveniente grau de secagem, são cozidos em fornos que, muitas vezes, são feitos com os próprios tijolos, o que dava um desperdício de até 20%, em resultado da má ou incompleta cozedura que estes materiais sofrem nessas condições.

No que respeita às telhas, eram também produzidas em pequena indústria, sem sair do seu contexto rural, embora exigissem conhecimentos específicos, mantidos através da tradição e continuidade do seu fabrico.: “São de fabrico manual, em moldes de madeira com a forma apropriada, sobre os quais se adapta a lastra ou lamina de barro amassado com a necessária consistencia, que depois de bem enxuta é cozida nos fornos de tijolo (...)” (52)

A preparação desta matéria-prima, se bem que por processos empíricos, era cuidadosa, e na necessidade de se fabricarem materiais desta natureza, para serem utilizados em obras de recuperação (portanto reproduzindo a dimensão e a feição dos materiais antigos), estes conselhos devem ser seguidos.

5. - FORMAS DE UTILIZAÇÃO EM OBRA

O tipo de telha hoje mais correntemente empregue é o da *telha de canudo*, formada por um rectângulo liso virado em meia cana. Esta telha é assente em fiadas, sobre o tabuado ou sobre o caniço, sendo depois dispostas fiadas invertidas sobre as suas arestas, cobrindo-se assim todo o edifício.

Estes canais ficam situados a pequena distância uns dos outros, de maneira a poderem ser sobrepostos por uma série de telhas de cobrir, iguais às primeiras, mas com a convexidade voltada para cima, descansando as suas arestas longitudinais dentro dos canais formados pelas primeiras. Estas telhas de cobrir ficam em posição oposta às outras, pois o seu topo mais estreito fica para o lado do espigão.

A diversidade da sua utilização é também elevada: “O tijolo tem largo papel na construção. «Os grossos pilares que sustentam as varandas do norte substituem-se por arcarias que a existência do tijolo e do barro torna de fácil construção, sendo ainda em tijolo que se revestem os pavimentos que formam as abobadilhas de descarga de portas e janelas, os celeiros, as adegas, os fornos. Recortado, é um dos mais característicos recursos



decorativos de região, empregando-se em frisos de cimalthas (grelhas) ameias, chaminés, pombais e nos arcos rendilhados das janelas em ferradura (...)» À leveza deste material se deve também o uso geral do arco para cobrir grandes vãos (...) e da abóbada, de berço ou de aresta, que qualquer pedreiro sabe construir e se emprega mesmo em casas modestas, nos celeiros, nas adegas - admirável defesa contra o Verão tórrido.” (53)

O tijolo maciço é usado em grande escala em pavimentos, degraus, tabiques, terraços, abóbadas; mormente

no Alentejo, representa uma tradição que vem já de época romana, e mantém em muitos casos o carácter de um produto artesanal. No Alentejo, que é parca na existência de madeira e onde as vias dificultaram, em muitas zonas, a circulação de boa pedra, este material revela qualidades, e a casa mostra uma grande fantasia de formas e variedade de elementos, que se agrupam e combinam diversamente: arcos, abóbadas e abobadilhas, terraços, pátios, escadas, poiais.

6. - CUIDADOS ESPECIAIS DE ACABAMENTO

No que respeita à telha, deve existir o cuidado de argamassar bem as extremidades, quer ao longo da empena, quer no espigão ou no beirado. De igual modo, na colocação das fiadas podem ser feitos pequenos apoios sob a telha que evitam que esta possa rodar, dando outra fiabilidade à cobertura. Deve também, como diz Segurado, cuidar-se do seu aspecto final: “Sendo o telhado de uma casa o seu coroaamento, necessário se torna harmonizá-lo com o conjunto da construção, da qual constitui um dos principais elementos. Essa harmonia deverá compreender não só a forma da armação do telhado, como a sua natureza e côr; (...) O clima da região em que se constrúe também é factor a ter em linha de conta. (...)” (54)

Quanto à utilização de ladrilhos, deve haver o cuidado, durante o assentamento, de preencher as juntas com um material compatível com o da peça, para uniformizar o desgaste que eventualmente possa sofrer, garantindo ao mesmo tempo que não subsistem zonas onde os lixos e poeiras se possam depositar. Para garantir um bom aspecto a um pavimento de ladrilhos este deve ser lavado com água, abundantemente. Assim o material vai ganhando uma coloração avermelhada que lhe dá um efeito estético agradável.

No que respeita à utilização de tijolos, estes só merecem, como é óbvio, cuidados especiais de acabamento se ficarem à vista. Neste caso devem ser cuidadosamente limpos de quaisquer vestígios de argamassa e lavados com água.

7. - CONDICIONANTES DO USO

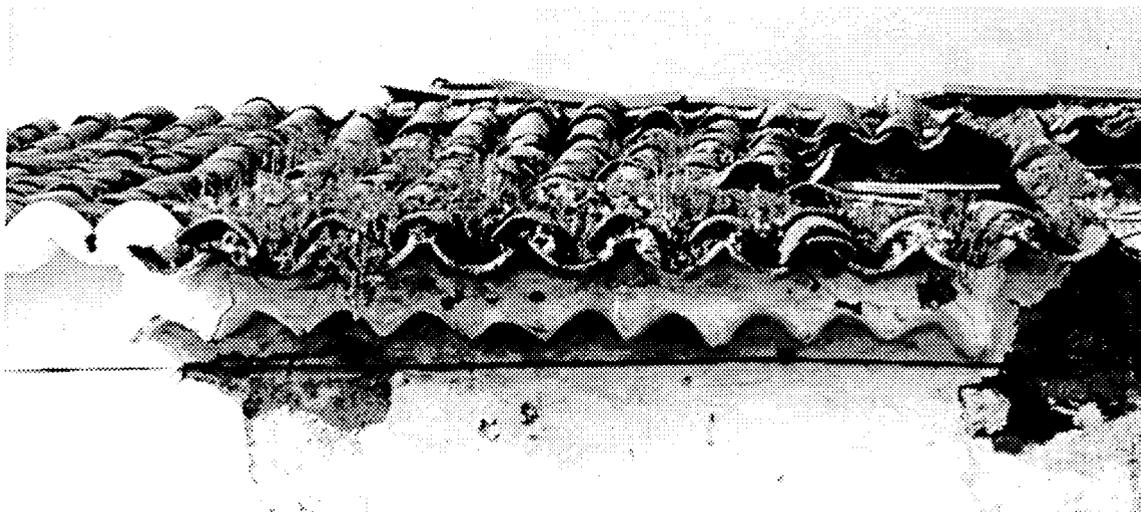
As telhas de canudo possuem, pelas suas características, necessidade de serem aplicadas com 27° de inclinação mínima, grau de que pouco se poderá afastar o pedreiro durante a sua colocação, em consequência da facilidade com que corre, isto é, desliza, este género de cobertura (noutro tipo de edifícios que não os tradicionais, podem ser utilizadas com outras inclinações, mas nesse caso devem ser pregadas - como no caso das mansardas - ou argamassadas).

Se o material cerâmico não apresenta boas qualidades de resistência, ou por deficiência da pasta, ou por má cozedura, não deve ser utilizado em pavimentos, uma vez que estes estão muito sujeitos à abrasão, o que provocaria um desgaste excessivo nos ladrilhos.

8. - PATOLOGIAS PRINCIPAIS

As principais patologias que este material pode sofrer são o desgaste por abrasão (quando colocados em pavimentos) e o apodrecimento que está associado à deficiente colocação ou deficiente cozedura do material, o que o torna excessivamente susceptível a estas condições.

Em situações desfavoráveis (chuvas persistentes ou sucessivas) o barro pode absorver, de modo momentâneo, mais água do que pode rejeitar. Esta absorção pode ser tal que os poros do material fiquem saturados de água; a duração do estado de saturação pode variar segundo a natureza e as dimensões dos poros, mas importa evitar que ele seja permanente.



Em determinados casos, estes materiais cerâmicos, não estando bem cozidos têm tendência para absorver muita água. Se estiverem colocados em obra, argamassados e rebocados a sua capacidade de libertação dessa água é quase nula, o que leva a que o material comece rapidamente a entrar em decomposição, esfoliando-se e criando bolhas nas zonas onde está inserido, em resultado da força de expansão que nessas circunstâncias apresenta.

9. - FORMAS DE ELIMINAÇÃO DE PATOLOGIAS. (SOLUÇÕES TRADICIONAIS E COMBINAÇÃO DE NOVOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS)

Em particular deve ter-se o cuidado constante de assegurar uma circulação de ar na face inferior das telhas. Com efeito, a existência de uma camada de ar entre a face inferior das telhas e este ou aquele dispositivo de estanqueidade, complementar ou de isolamento, é totalmente inoperante se este ar estiver fechado ou bloqueado, dado que não constituirá, nestas condições, um veículo para evacuação da humidade, mas, ao contrário, um reservatório que a mantém em permanência.

Outro cuidado a ter é o de que qualquer cobertura de isolamento não fique em contacto com a face inferior das telhas, porque desse modo funcionaria como um perfeito dreno. A manutenção dos telhados limpos - pela parte superior - é importante, uma vez que evitando os entupimentos dos canais evita a retenção do excesso de água em determinados sítios que podem gradualmente conduzir à degradação da telha, com as más consequências para o conjunto da cobertura já salientadas nas fichas respeitantes às madeiras e caniço. Este cuidado evita também que deslocamentos laterais ou elementos fracturados num telhado possam criar patologias nos outros elementos.

Quanto aos ladrilhos, de modo a criar uma superfície mais resistente a possíveis manchas gordurosas, e procurando dar um aspecto uniforme, é hoje corrente fazer-se uma impregnação com óleo (o tipo de óleo varia com a coloração base do material e a coloração final desejada), criando como que uma gigantesca nódoa unificadora dos ladrilhos. Com este processo pode fazer-se variar a coloração final em função do número de horas da impregnação (o excesso de óleo tem que ser removido, e o chão de seguida lavado com água quente). Esta solução tem um carácter razoavelmente irreversível (leva muito tempo até que se desgaste a superfície impregnada, uma vez que a porosidade do material funciona aqui a favor da absorção) - daí que se recomende que sejam feitos ensaios para avaliar se, em função do tipo de óleo e do número de horas de impregnação, o efeito obtido é o pretendido.

(Componentes de argamassas e ligantes)

A CAL

1.- ZONA GEOGRÁFICA DE USO E TRADIÇÃO HISTÓRICA

Com a cal, uma vez mais, lida-se com a matriz histórica mediterrânica e com grande uniformidade geoclimática, pelo que, quando se abordam os materiais de construção tradicionais, fatalmente se cai na antiguidade e generalização de uso que os tornam definidores de uma cultura. Com a cal passa-se exactamente o mesmo. Assim, o que recuar ? Que civilizações citar, neste espaço geográfico, que não a tenham utilizado ? Sabe-se que os Egípcios faziam uma argamassa mole de gesso, que utilizavam como lubrificante para facilitar o assentamento correcto dos gigantescos blocos das suas pirâmides; os etruscos, por outro lado, já dominavam com segurança as técnicas de produção e utilização da cal há mais de 2500 anos, conforme testemunham as alvenarias das cisternas e túmulos que ainda existem. Mas foi com os romanos, que se desenvolveu a <<arte das argamassas>> até um ponto que se manteve durante 19 séculos. De tal modo foi assim que, no final do século XVIII, a grande elite de estudiosos franceses que se dedicaram ao estudo da renovação e melhoramento deste aglomerante apenas deferiam nas suas ideias, mais por interpretações do que por questões essenciais, relativamente aos trabalhos do arquitecto romano Vitruvio” (55)

Na arquitectura tradicional a cal foi sempre uma das componentes fundamentais, não só pelas suas qualidades como ligante, mas também pelas suas qualidades em termos de acabamento e manutenção das edificações: a caição constante, gesto tradicional na casa alentejana tradicional, serve à higiene da casa, à sua frescura, ao bom estado das suas paredes face à humidade e ainda, o que não é irrelevante, ao belo efeito estético que, especialmente em conjunto, estas edificações apresentam. A cal é, de facto, a face do Alentejo.

2. - ZONAS E FORMAS DE OBTENÇÃO

Nos distritos de Beja e Évora existem jazidas calcárias, que dão bons materiais para a construção e para o fabrico de cal ordinária e mesmo de cal hidráulica.

3. - CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL (performance corrente em uso tradicional)

Este material resulta da calcinação da pedra calcária carbonatada, à temperatura de 900 a 1.000°C., que a reduz a um óxido de cálcio anidro, que contém ainda impurezas constituídas por sílica, alumina, óxido de ferro, etc.. A percentagem destas impurezas é de cerca de 10% não devendo a alumina exceder os 6%. A cal é geralmente branca, mas pode ser ligeiramente corada de cinzento, etc., devido ao predomínio das impurezas.

A cal tem um conjunto de características que pode ser assim sintetizado:

A plasticidade numa pasta de cal aérea significa a facilidade com que se deixa aplicar num paramento (estende-se facilmente) e constitui uma boa característica daquele material (a sua adição a uma argamassa de cimento também se justifica por esse facto, dado que facilita a aplicação em obra).

Quanto à estabilidade de volume, verifica-se depois da presa uma certa expansão que se deve atribuir à existência de cal viva que ao libertar-se aumenta de volume, ou à presença de magnésio não hidratado (causa mais frequente e que até se observa meses depois da aplicação da cal). Refira-se ainda que durante a presa e endurecimento das pastas de cal, se dá uma retracção correspondente à perda de água, efeito que pode ser diminuído pela transformação da pasta em argamassa (pela junção de areia).



A resistência mecânica só se obtém a muito longo prazo, representando o reverso da medalha das suas propriedades.

O rendimento, estabelecido pela relação que existe entre o volume resultante da pasta e o primitivo volume de cal viva. Com as boas cais gordas esse rendimento chega a ser de três vezes e meia (com 100 litros de cal viva podem obter-se cerca de 300 litros de cal em pasta).

Com o tempo a argamassa vai secando e endurecendo, ligando fortemente aqueles materiais, o que é devido à evaporação da água da pasta e à regeneração do carbonato de cálcio, pela acção do dióxido de carbono sobre a cal. A sílica, que constitui a areia que se mistura com a cal na argamassa, exerce lenta acção sobre a cal, concorrendo para o seu endurecimento, pela formação de silicato de cálcio.

No que respeita ao conforto e salubridade pode dizer-se que nestes sectores a cal tem um contributo relevante. Os acabamentos com cal hidratada proporcionam maior conforto do ponto de vista térmico: não serão tão frios como se tivessem sido feitos com um ligante hidráulico. Por outro lado, a cal as manchas, provocadas por fungos e bolores e que se evidenciam pelas conhecidas manchas escuras, pois a cal é um anti-fungo.

A cal tem ainda a particularidade de absorver as humidades ambientes, captando excessos de humidade, bem assim como o libertar humidade se o ambiente se tornar excessivamente seco: a cal é um equilibrador de humidade.

4. - FORMAS DE PREPARAÇÃO PARA USO EM OBRA

A pedra calcárea, para resultar em cal, tem que passar por alguma transformação devendo fazer-se uma adequada escolha para a operação de calcinação. Uma vez mais impera a escolha cuidadosa; tal como já alertava Mathias da Silva de Eça no seu livro sobre a arquitectura civil “(..) nem de toda a pedra se póde fazer cal. As que são summamente brandas são inúteis; as que são brandas, mas com tal ou qual dureza, fazem cal inferior, e parda; e as que são efectivamente rijas não admittem calcinação alguma.” (56)

Após a calcinação a pedra necessita de ser pulverizada, ou desfeita. Essa operação pode ser conseguida por acção do ar ou da água (a solução que se usa tradicionalmente); actualmente essa operação é feita por trituradoras.

Na utilização tradicional as pedras são colocadas no chão e molhadas, ou então mesmo colocadas em barris de água, para se desfazerem e formarem a pasta. O saber tradicional diz que a cal pulverizada ao ar perde a força, devendo essa operação ser realizada com o auxílio de água, e com o cuidado de não a utilizar salgada ou salobra, uma vez que o cloreto de sódio reage com o carbonato de cálcio corrompendo as qualidades do material e estimula a salitrização das paredes.

Uma vez obtida, a pasta de cal esta pode ser usada directamente para rebocos ou ser misturada com outros componentes, integrando-a em argamassas de diverso tipo.

- as argamassas:

As argamassas podem designar-se ordinárias, bastardas ou hidráulicas. Esta distinção é feita pela qualidade da substância plástica componente (aérea, hidráulica), pela natureza da substância plástica (barro, cal) e pela qualidade dominante da argamassa (p.e. argamassa refractária).

A argamassa de cal obtem-se misturando cal gorda apagada com areia quartzosa ou outras matérias inertes e amassando tudo com água. A areia ou matéria inerte, entre outros aspectos, aumentam a solidez e a resistência das várias camadas de argamassa, porquanto a adesão da cal para os grãos de areia é maior do que entre as suas

próprias partículas. A mistura torna-a ainda menos susceptível a abrir fendas.

As argamassas bastardas, que podem ter diversos traços (traço das argamassas é a relação numérica que se observa na mistura das cals, cimentos, etc., com as areias) são obtidas pela mistura da pasta de cal com areia, e ainda com cimento.

O cimento resulta da reacção química entre a sílica, alumina e cal, provocada pela acção da temperatura (de 1000 a 1500°C). Quando reduzido a pó e misturada com água, tem a propriedade de endurecer dentro e fora de água. Quando se usa apenas a palavra *cimento* para designar este tipo de ligante, está-se referindo o cimento *portland* artificial, o mais importante de todos os cimentos. Este cimento é um produto moderno, inventado pelo engenheiro francês Louis Vicat (1786-1861) no início do século XIX (1817).

A mistura deste composto melhora a aderência e resistência/dureza da argamassa mas, devido à relação com a humidade que este ligante hidráulico possui, a sua utilização em construção tradicional deve ser alvo de ponderação, uma vez que a argamassa pode contribuir para acelerar a degradação dos muros, em particular se estes são de taipa ou alvenaria com barro: “Outra propriedade das argamassas bastardas, é a sua aderência. Assim se obtém uma boa ligação entre as argamassas e elementos de construção, com o adequado preenchimento das juntas. Nos trabalhos em superfícies verticais (paredes) e tectos, uma boa aderência reduz os desperdícios de argamassas e aumenta o rendimento da mão de obra na sua execução. (...) A aderência às superfícies aumenta também com a dosagem de cal hidratada. A propriedade apresentada pela cal hidratada, de reter a água da amassadura, diminui a possibilidade da sua absorção pelos elementos de suporte. Esta absorção enfraquece a argamassa na zona de contacto.” (57)

Igualmente importantes para as argamassas, bastardas ou não, é a areia que compõe a mistura. A areia tem a mesma origem das argilas: os granitos. Na decomposição desta rocha, formam-se as argilas, por um lado, e por outro fica a sílica livre, ou quartzo, que as águas correntes, no decorrer do tempo, fracturam esmiúçam e vão poindo. Podem também ter mistura com pequenas partículas de outros materiais, sendo que neste caso as areias se designam por gordas. As areias de rio, as melhores para utilização em construção, são do tipo magro.

As características deste material tornam-o num contribuinte precioso da argamassa: “A arêa nunca muda de figura, nem de consistencia na agoa; as suas particulas não se dividem, e sempre conservão a sua mesma forma, e não occupão, nem mais nem menos espaço de lugar; não endurecem só por si, ainda depois de exhalada a humidade toda. (...) depois de endurecida com a cal, fica impenetravel á agoa, e a repela vogorosamente, como se fosse hum corpo sem poros, ou com poros taes, em que a agoa se não pode introduzir com facilidade” (58)

Deve existir particular cuidado na escolha das areia de modo a que estas não tragam para a mistura elementos que podem, por reacções posteriores à aplicação, corromper o revestimento. Daí que tradicionalmente se recomende a utilização de areias retiradas das margens dos rios, que se considera mais pura e desprovida de sal.

A “arêa pura, qual he a que se tira das margens ou alveos dos rios, depois que agoas seccão, ou diminuem, nunca se hão de ver nos telhados dos edificios semelhantes vegetaçoes; por isso as casas de campo são duráveis commumente, ainda aquellas que são menos habitadas; e isto não só porque a cal sempre he desfeita, e amaçada com agoa doce naquellas partes, mas também porque as arêas costumão ser mais puras” (59). Por este texto se constata que nas zonas de interior (este autor escreveu preocupado com a edificação em Lisboa, e daí os termos de comparação que utiliza) os materiais associados nas argamassas (exceptuando o cimento que é um produto industrial) puderam apresentar sempre boas qualidades, quer as areias extraídas das margens dos rios, quer a cal utilizada. A edificação beneficiava certamente desse facto.

5. - FORMAS DE UTILIZAÇÃO EM OBRA

Antes de começar qualquer obra, e não sendo conhecidas as qualidades das cais, cimentos, etc., e das areias a empregar na argamassa, bem como das qualidades específicas dos muros onde esta vai ser aplicada (que na arquitectura tradicional apresentam sempre ligeiras diferenças) é conveniente proceder a ensaios de pequena dimensão para definir o traço correcto para as argamassas.

A cal é usada nas construções, lotada ou *traçada*, com areia em proporções convenientes, constituindo a argamassa para ligar as pedras e tijolos na construção das alvenarias. As suas capacidades plásticas e adesivas permitem o preenchimento das lacunas e vazios que se formariam entre as pedras, caso a argamassa não fosse utilizada, e deve, após seca, petrificar. Isto é, formar “aquella união exacta (...) entre a cal, e a areia, de que resulta hum concreto duro, continuado nas suas partes, impenetravel á agoa, e que em muitas circunstancias tem huma natureza semelhante á da mesma pedra” (60). Esta matéria deve ainda apresentar características de grande estabilidade de modo a não sofrer alterações após aplicação (v. patologias).

Serve também para os rebocos, a argamassa com que se reveste o emboço ou encasque das paredes, para lhes dar uma superfície unida e lisa que depois recebe a caição ou pintura.



6. - CUIDADOS ESPECIAIS DE ACABAMENTO

Nas construções este material serve de acabamento a outros, particularmente na caso das alvenarias e rebocos. “Com a cal hidratada, os acabamentos, além de ficarem mais perfeitos e macios, terão um aspecto significativamente mais claro, devido à presença da cal. Estes factores aliados ao facto do desaparecimento de fendilhagens, contribuem para que, nas pinturas finais de acabamento, se consigam economias substanciais de tintas. Estas economias poderão cifrar-se em 20%.” (61)

7. - CONDICIONANTES DO USO

Quando da sua preparação, a cal deverá ser bem cozida de maneira que não fiquem grãos de material inerte. Para argamassas de reboco e estuque é totalmente indesejável a presença de grãos de óxido de cálcio ainda por extinguir e que podem dar origem a um revestimento defeituoso, devido à expansão durante a hidratação (cerca de 3 vezes). É também fundamental que a cal se mantenha activa, quer dizer, não tenha sofrido a carbonatação depois do seu fabrico, o que acontece quando o produto é armazenado ao ar muito tempo; pela mesma razão não deve ser transportada em sacos de corda ou linha (ou matérias plásticas porosas) por causa do contacto com o ar.

Quando se trate do material ainda em pedra, e não em pó, deve ser alvo de alguns cuidados na sua preparação:“(…) a introdução de pedra de cal viva em água deve ser feita com cuidado, muito cuidado, pois rapidamente atinge elevada temperatura fervendo a água e projectando porções de pasta quente para fora das vasilhas.” (62)

8. - PATOLOGIAS PRINCIPAIS

Neste capítulo deve ser dedicada atenção suficiente à pureza dos materiais: “A condição décima dispondo que a areia deve ser áspera, não barrenta de grãos eguaes; e a cal sem carvão, cinza ou outra mistura, também foi desrespeitada. A areia empregada é excessivamente argilosa e macia; e a cal, cosida a carvão e bastante impura” (63). De facto, algumas das patologias posteriores podem resultar de uma má cozedura e/ou do número de impurezas que essa mesma cozedura tenha consentido/criado no preparado de cal.

É do domínio comum que as principais patologias que afectam as argamassas de reboco são as resultantes da acção da humidade e o salitre. A estabilidade da matéria ou do composto começam a ser afectadas por via destes agentes, que provocam reacções químicas da pasta e/ou argamassa. Por essa razão se pretende que todos os elementos que entram na sua composição sejam o mais puros possível de modo a diminuir a possibilidade de recombinações químicas por acção da água que podem ter resultados nefastos para os paramentos e rebocos onde estão aplicadas.

A principal das patologias que afecta as casas de tipo tradicional construídas em zonas húmidas é a formação de salitre nas paredes. Esta reacção química (que desfaz em pó a cal e outros ligantes da argamassa), manifesta-

se sob a forma de uma eflorescência suave, em que gradualmente a camada superficial vai perdendo a sua coesão e desprende-se numa espécie de poagem.

“(..) /mas/ o sal que as cospem, não he o sal commum da agoa salgada (...) e he como huma florificação, ou bolor que se fórma em modo vegetante na superfície de todos os corpos humidos. Daqui também resulta que as paredes, que contém sal, sempre são mais humidas do que aquellas que o não tem.” (64)

9. - FORMAS DE ELIMINAÇÃO DE PATOLOGIAS. (SOLUÇÕES TRADICIONAIS E COMBINAÇÃO DE NOVOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS)

Para lá de se dever procurar um equilíbrio na mistura, com uma melhor homogenização dos componentes, deve-se procurar reduzir as infiltrações de matérias impuras.

No que respeita à salitrização, existem actualmente adjuvantes que se podem misturar na argamassa e que tendem a reduzir, por interferência química, a formação de tais sais. No entanto, quaisquer aplicações devem ser antecedidas de ensaios que confirmem que a solução não cria patologias de natureza diferente, uma vez que a sua aplicação neste tipo de edifícios, cujas características não são, do ponto de vista químico, facilmente parametrizáveis, obsta a que se possam seguir com absoluta certeza as designadas instruções do fabricante.

Para a mesma patologia existem também produtos para aplicar superficialmente, à trincha, sobre as paredes; no entanto, acarretam mais problemas do que aqueles que resolvem, uma vez que provocam condensações no interior das mesmas, resultando em alastramento das deficiências, já não só de lento desgaste da superfície do paramento, mas, ao invés, em efectivas perdas de material por parte destes, e afectando até a sua integridade estrutural, se a patologia for sendo continuamente disfarçada, em vez de solucionada.

parâmetros DA UNIDADE FORMAL

- (1) - RIBEIRO, Orlando - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, 4ª ed., Livraria Sá da Costa Ed., Lisboa, 1986, p. 92 e 93
- (2) - Idem, ibidem, p. 97
- (3) - RAISON, Jean-Pierre - ENCICLOPÉDIA EINAUDI, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, Vo. Região (1986).
- (4) - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - Arquitectura Tradicional Portuguesa, Col. Portugal de Perto, Biblioteca de Etnografia e Antropologia, nº 24, Dom Quixote, Lisboa, 1992 p.368
- (5) - EÇA, Mathias Ayres Ramos da Sylva de - Problemas de Architectura Civil, Impresso na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1777.p. 184 II
- (6) - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - Arquitectura Tradicional Portuguesa, Col. Portugal de Perto, Biblioteca de Etnografia e Antropologia, nº 24, Dom Quixote, Lisboa, 1992 p.153
- (7) - Idem, ibidem, p.153
- (8) - ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL, v. a., 3º vol. (Zona 5: Alentejo / Zona 6: Algarve), 3ª Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.
- (9) - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - Arquitectura Tradicional Portuguesa, Col. Portugal de Perto, Biblioteca de Etnografia e Antropologia, nº 24, Dom Quixote, Lisboa, 1992 p.151
- (10) DIAS. Gabriel José Palma - Uso da Taipa no Alentejo: Apontamentos em defesa da sua reutilização pp. 123-128
- (11) - ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL, v. a., 3º vol. (Zona 5: Alentejo / Zona 6: Algarve), 3ª Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.
- (12) - EÇA, Mathias Ayres Ramos da Sylva de - Problemas de Architectura Civil, Impresso na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1777, p 233 II
- (13) - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - Arquitectura Tradicional Portuguesa, Col. Portugal de Perto, Biblioteca de Etnografia e Antropologia, nº 24, Dom Quixote, Lisboa, 1992.p.365

TAIPA

- (14) - BAZZANA, André - La construction en Terre dans Al-Andalus: le Tabiya, pp. 76-81 TERRA 93
- (15) - CATARINO, Helena - Fortificações do Período Almoada no sul de Portugal, pp.13-18
- (16) - TORRES, Cláudio - A Taipa: experiência em curso pelo Campo Arqueológico de Mértola pp.95-98
- (17) - PINTO, Fernando Rocha - Arquitectura tradicional de Terra no Alentejo pp. 35-38
- (18) - CATARINO, Helena - Fortificações do Período Almoada no sul de Portugal, pp.13-18.
- (19) - DIAS, Gabriel José Palma - Uso da Taipa no Alentejo: Apontamentos em defesa da sua reutilização pp. 123-128.
- (20) - TAVARES, António Freitas - Restauro de Monumentos de Taipa- alguns aspectos. pp. 91-94
- (21) - DIAS. Gabriel José Palma - Uso da Taipa no Alentejo: Apontamentos em defesa da sua reutilização pp. 123-128 TERRA 93
- (23) - TORRES, Cláudio - A Taipa: experiência em curso pelo Campo Arqueológico de Mértola pp.95-98
- (24) - PINTO, Fernando Rocha - Arquitectura tradicional de Terra no Alentejo pp. 35-38
- (25) - Idem, ibidem, pp. 35-38
- (27) - TAVARES, ANTÓNIO FREITAS - RESTAURO DE MUNUMENTOS de Taipa- alguns aspectos. pp. 91-94
- (28) - Idem, ibidem, pp. 91-94

ADOBE

- (29) - (Cadernos TBARN /FAC /4). (Mais detalhes sobre este material podem ser encontrados na ficha relativa à taipa).
- (30) - Idem, ibidem, (7. FIT/1.B)
- (31) - DIAS. Gabriel José Palma - A terra crua como material de construção pp. 304-309, Actas da Confª Terra 93. (v. tb. sub-capítulo referente à taipa).

XISTO

- (32) - TEIXEIRA, Carlos - Geologia de Portugal, vol I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.p. 451 e 464
- (33) -
- (34) - Estimation of the content of clay minerals and its significance in stone decay, Memória nº 478, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1976.
- (35) - INVESTIGAÇÃO SOBRE MATERIAIS ROCHOSOS, LNEC.

MÁRMORES E CALCÁRIOS

- (36) - RIBEIRO, Orlando - "A civilização do barro no sul de Portugal (Aspectos e sugestões), in Geografia e Civilização, Temas portugueses, 3ª edição, Col. Horizontes Históricos nº 41, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, p. 38.
- (37) - MACIEL, M. Justino - Vectores da arte paleocrístã em Portugal nos contextos suévico e visigótico, Sep. do XXXIX Corso di Cultura sull'Arte ravennapp436-437
- (38) - EÇA, Mathias Ayres Ramos da Sylva de - Problemas de Architectura Civil, Impresso na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1777, pp. 21 a 24

(39) - Idem, ibidem.

MADEIRA

- (40) - CLEMENTE, J. Santos- Estruturas de madeira em coberturas de edifícios correntes, in Coberturas de edifícios, Cursos de Promoção Profissional 516, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1976.
- (41) - OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - Arquitectura Tradicional Portuguesa, Col. Portugal de Perto, Biblioteca de Etnografia e Antropologia, nº 24, Dom Quixote, Lisboa, 1992.p.365
- (42) - SEGURADO, João E. dos Santos - Acabamentos das construções, Biblioteca de Instrução Profissional, 3ª edição, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d., p.13
- (43) - A CONSTRUÇÃO - Órgão da Associação de Classe dos Construtores Civis, Mestres d'Obras, publicado em Lisboa, entre 1893 -1899 e entre 1938-1944.
- (44) - Idem, ibidem.
- (45) - CLEMENTE, J. Santos - Consolidação de estruturas degradadas de madeira em edifícios, SIMATEC, 1º Simpósio Nacional Materiais e tecnologias na Construção de Edifícios, Lisboa, s.d. pp. 74-90.
- (46) - Idem, ibidem.

CANIÇO

- (47) - CHAVES, Luís - A Cana, vocabulário, usos e costumes, Sep. da Revista Portuguesa de Filologia, vol. X, Coimbra, 1960.p.95

TELHAS, TIJOLOS E LADRILHOS

- (48) - RIBEIRO, Orlando - "A civilização do barro no sul de Portugal (Aspectos e sugestões), in Geografia e Civilização, Temas portugueses, 3ª edição, Col. *Horizontes Históricos* nº 41, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, P. 36
- (49) - ALARCÃO, Jorge de (coord.) - Portugal, das Origens à Romanização, in Nova História de Portugal, Vol. I, Editorial Presença, Lisboa, 1990, P.427
- (50) - RIBEIRO, Orlando - "A civilização do barro no sul de Portugal (Aspectos e sugestões), in Geografia e Civilização, Temas portugueses, 3ª edição, Col. *Horizontes Históricos* nº 41, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, p.38-39
- (51) - EÇA, Mathias Ayres Ramos da Sylva de - Problemas de Architectura Civil, Impresso na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1777,p. 189
- (52) - SEGURADO, João E. dos Santos - Acabamentos das construções, Biblioteca de Instrução Profissional, 3ª edição, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d. p. 14-15
- (53) - RIBEIRO, Orlando - "A civilização do barro no sul de Portugal (Aspectos e sugestões), in Geografia e Civilização, Temas portugueses, 3ª edição, Col. *Horizontes Históricos* nº 41, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, pp. 31-51.
- (54) - SEGURADO, João E. dos Santos - Acabamentos das construções, Biblioteca de Instrução Profissional, 3ª edição, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d.PP 4-5

CAL

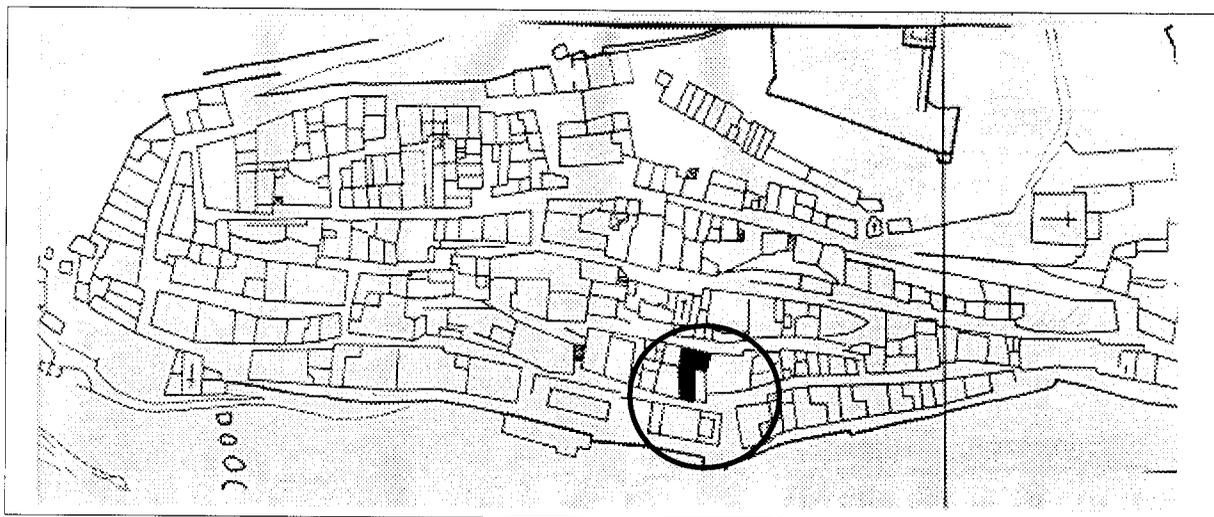
- (55) - PAZ BRANCO, J. - Manual do Pedreiro, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1981, p.39
- (56) - EÇA, Mathias Ayres Ramos da Sylva de - Problemas de Architectura Civil, Impresso na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1777,p.150
- (57) - Manual do SIMATEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- (58) - EÇA, Mathias Ayres Ramos da Sylva de - Problemas de Architectura Civil, Impresso na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1777,pp. 63-64 II
- (59) - Idem, ibidem, p. 71 II
- (60) - Idem, ibidem, p. 218
- (61) - Manual do SIMATEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- (62) - PAZ BRANCO, J. - Manual do Pedreiro, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1981, p.39
- (63) - EÇA, Mathias Ayres Ramos da Sylva de - Problemas de Architectura Civil, Impresso na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1777, p. 218
- (64) - Idem, ibidem, pp. 184-185

3. UM CASO DE RECUPERAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO TRADICIONAL

3.1. - Síntese da investigação histórica

Na sequência dos estudos que vinha a realizar, foi-me solicitada a colaboração para um projecto de recuperação de uma habitação existente na vila de Mértola. Situada na Rua D. Sancho II, com o nº 32 (v. planta assinalada), trata-se de uma pequena habitação de tipo tradicional que apresenta algumas particularidades curiosas, como mais à frente se descreverá. Como é de esperar, a síntese que aqui se deixa não se reporta à arquitectura tradicional, já feita noutra sítio, mas especificamente à história deste imóvel que foi possível reconstituir.

Inserida numa tipologia tradicional, mas já com influências de cariz urbano, digamos assim, facto que transparece das portas e janelas da sua fachada (v. item seguinte), ocupa um espaço que é do ponto de vista urbano interessante. Trata-se do único lote, em toda a zona fronteiria ao largo principal ou aos imensos edifícios que o ladeiam (*Casa de brasileiro* e Câmara Municipal) que apresenta pequenas dimensões e um só piso. Recolhida na sua pequena escala, encosta-se a um lado e a outro, a bandas de casas de tipo senhorial, construídas no século passado, para atestar o poder económico da oligarquia local que, para além da expressão arquitectónica, procurou ainda complementar essa sua afirmação social com a implantação das suas casas na zona mais importante da urbe.



Não deixa assim de ser notório que, por quaisquer divergências de partilhas, ou outra razão mais casual ainda, este lote tenha sobrevivido a essa pressão e aí permaneça, com o seu telhado passando abaixo das janelas das casas contíguas.

A casa, sabemo-lo pela intervenção feita e por informações transmitidas pelo antigo proprietário, não foi toda construída de uma vez. Na fase do inquilino prévio, ele encontrou apenas os compartimentos da frente e a sala interior, ligando a um pátio. A existência de casa de banho e a cozinha com a actual dimensão e com a respectiva marquise, coberta e ligando-a interiormente com a sala, foi obra sua; a zona correspondente ao actual

compartimento era um pátio nas traseiras da casa, a céu aberto, onde já se encontrava a escada para o terraço superior. Nesse pátio, uma pequena habitação, encostada à direita, e com metade da área da actual, fazia as funções de cozinha; a ligação ao pátio era feita por uma porta situada no extremo esquerdo da sala. Nesta existia também uma lareira de canto e um armário de parede (este até talvez anterior à lareira, avaliando pelas marcas que depois se encontraram ao fazer-se o emboço das paredes). A cobertura era feita ao estilo tradicional, com caniço e telhas de canudo e o chão forrado a ladrilhos de barro cozido, de feição tradicional. O inquilino anterior, que aí residiu dez anos, fez mais algumas alterações de pormenor e nos materiais, mas que se entende melhor serem referidos ao longo da descrição dessas componentes para uma melhor percepção.

3.2. - Levantamento arquitectónico

Trata-se de uma pequena habitação de tipo tradicional, com 53 m² de área coberta e 60 m² de logradouro. A casa apresenta algumas particularidades curiosas, em termos de arquitectura tradicional, se bem que a sua situação possui paralelos com outras da vila de Mértola: a casa desenvolve-se, da fachada até ao logradouro, em diversas mudanças de piso (v. cortes) que lhe conferem um aspecto interior bastante complexo e que obrigou, em certa medida, às duas principais alterações que foi necessário fazer na sua disposição interior.



A casa apresenta (v. planta), no nível da entrada, três compartimentos (quartos), seguidos de um degrau para o patamar por onde se acede à casa de banho e outro ainda para se entrar na sala de estar. Este compartimento é em área o que tem maior dimensão (12 m²). Do seu lado esquerdo situa-se uma escada em alvenaria de tijolo furado, pela qual se acede a uma pequena marquise, por onde se entra na cozinha. Na mesma marquise, ao fundo, a porta que dá para a escada de acesso ao logradouro, que se situa praticamente na cota do rincão do telhado.

Como se vê trata-se de uma casa de pequenas dimensões e que, como se referiu no item anterior, não foi toda construída na mesma época.

Na sua fachada, que tem 6,70 m de comprimento, à semelhança do que acontece em muitas casas da vila, já

não se encontram as pequenas frestas da casa rural, mas sim uma porta e duas janelas de dupla folha, denotando uma adaptação a costumes mais urbanos, provavelmente já numa época contemporânea (difícil de datar) mas que atestam, de certeza, o último grande arranjo deste espaço, uma vez que a presente obra não detectou quaisquer diferenças na estrutura da parede, indiciando que a fachada deve ter sido levantada toda de uma vez, já com as presentes fenestrações.

Quanto ao logradouro, existia já com as presentes dimensões, provavelmente sempre com essa configuração, uma vez que ela resulta dos cortes em *escada* feitos na barreira rochosa da vila, criando diversos níveis, sendo que neste local, uma vez que a casa se desenvolve em extensão em direcção ao corte, foi possível aproveitar o patamar rochoso à qual ficava encostada.

3.3. - Componentes materiais, tecnologias e patologias

O levantamento que foi feito da casa mostrou claramente as suas duas fases de construção: a mais arcaica, com todos os compartimentos da frente e a sala, e a mais recente construção da cozinha, esta aproveitando uma parte do logradouro, e a dita pequena habitação que foi demolida.

Passemos então a descrever as componentes gerais do imóvel e dando desde logo conta das patologias encontradas:

- Técnicas construtivas e patologias presentes:

ALVENARIAS, REBOCOS E ARGAMASSAS

O edifício apresenta três sistemas construtivos diferentes, a nível dos paramentos. As paredes principais da parte mais antiga - as paredes que se situam em redor da sala - são construídas em alvenaria de pedra (essencialmente xisto) e barro (e cal em algumas zonas). Foram encontradas zonas com grandes intromissões de argamassas de cimento Portland, com certeza vestígios de obras de reparação posteriores.

A fachada, que denota maiores cuidados construtivos, utiliza também alvenaria de xisto, combinada, na zona confiante com os vãos, em alvenaria de tijolo massiço, ou mesmo utilizando ladrilhos, e já uma argamassa de cal de maior resistência.

As divisórias interiores, que separam os diversos compartimentos (quartos, corredor, casa de banho e dispensa) eram feitas com baldosas de cerâmica, montadas em cutelo.

A zona da cozinha, por ser recente (tem dez anos) foi construída em tijolo furado.

Os rebocos, feitos de argamassa bastarda, e apresentavam, em alguns locais remendos feitos com argamassa de cimento Portland.

Quanto às patologias que foram encontradas, destacam-se:

- o mau estado de conservação da maior parte dos rebocos, sendo que, nas zonas das intromissões de cimento se verificou o seu total descolamento em relação aos paramentos;
- nas paredes feitas com barro, este apresentava, em algumas zonas, sinais de degradação, encontrando-se mole ou esfarelado, e sem quaisquer propriedades consolidantes em relação aos muros (se bem que se tratassem de patologias com profundidade reduzida, como depois se veio a confirmar, e localizadas principalmente na zona da casa de banho, em resultado, provavelmente, de infiltração da humidade, aí condensada, através do reboco);
- nas paredes construídas com baldosas, algumas destas deveriam ter tido cozedura insuficiente aquando do seu fabrico, o que conduziu, por acção de infiltrações de humidade, levando à sua expansão, e, conseqüentemente, ao rebentamento parcial do reboco. Através da fendas produzidas, de dimensão variável, os ladrilhos foram-se desfazendo em pequenas lascas, alguns dos quais com percas de material quase completas. Esta patologia, dessiminada irregularmente pelas referidas paredes, foi responsável por uma significativa alteração do programa inicial de trabalhos, como adiante se referirá.

PAVIMENTOS

Os pavimentos eram compostos por uma mescla de alterações feitas pelo antigo proprietário. Do pavimento que ele encontrou quando a adquiriu, restava, agora, somente o piso do quarto mais pequeno, situado ao fundo do corredor, à direita, feito em ladrilhos tradicionais, em cerâmica, de forma rectangular, e o do corredor, em ladrilhos de massa quadrados, com desenhos imbutidos a fresco, de estilo princípio do século. Nos quartos, o pavimento era de tacos de madeira, rectangulares.

Quanto à sala, cozinha, casa de banho e marquise, o seu pavimento era feito em ladrilhos cerâmicos modernos (tiloleiras) finos, de forma rectangular e apresentando cor verde em *degradé*.

Quanto às patologias, a zona mais degradada correspondia ao piso dos quartos, muito afectado pela humidade ascendente do solo, que os foi corroendo pelo lado inferior, através da base de cimento em que estavam assentes. O piso do corredor apresentava boas condições, melhor do que o de ladrilhos tradicionais, que mostrava já consideráveis sinais de desgaste em alguns elementos.

O material moderno apresenta bom estado (se bem que fosse de bastante mau efeito estético).

COBERTURA

A cobertura era feita à moda tradicional. O telhado, de uma só água, assentava numa estrutura em barrotes de madeira, com forra de tábua (processo que já há longo tempo emparceira com o caniço na região), sobre a qual se dispunham as telhas de canudo.

No entanto, esta cobertura, que não se estendia à zona da cozinha (v. planta), não se encontrava à vista, uma vez que, para disfarçar o pé-direito, consideravelmente alto face à largura da casa, o anterior proprietário mandara implantar tectos falsos contruídos com contraplacado pregado, inferiormente, numa estrutura de ripas de madeira.

Quanto às patologias, as entregas dos paus da estrutura começavam a apresentar sinais de podridão e um ou outro caso de caruncho (pouco extenso, aparentemente). O tabuado da forra encontrava-se ainda em estado razoável, embora algumas telhas necessitassem urgente substituição. O telhado construído sobre a lage da cozinha, de feitura recente, com paus, tábua e telha lusa, estava em boas condições.

ELEMENTOS DE MADEIRA (PORTAS E JANELAS)

Estes elementos apresentavam-se, no geral, em mau estado; apenas algumas zonas das ilhargas das portas interiores e as portadas interiores das janelas se encontravam em perfeitas condições.

REVESTIMENTO

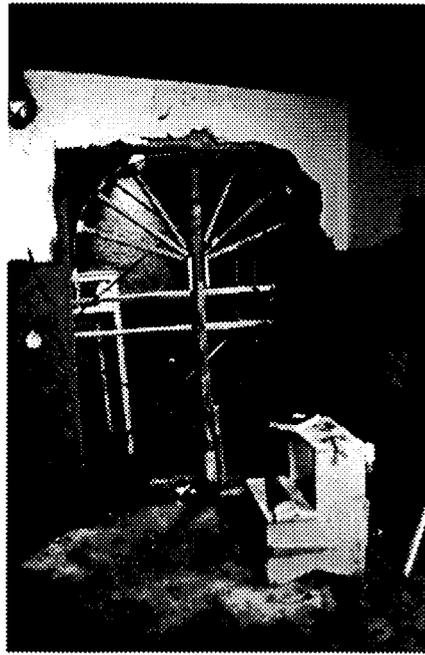
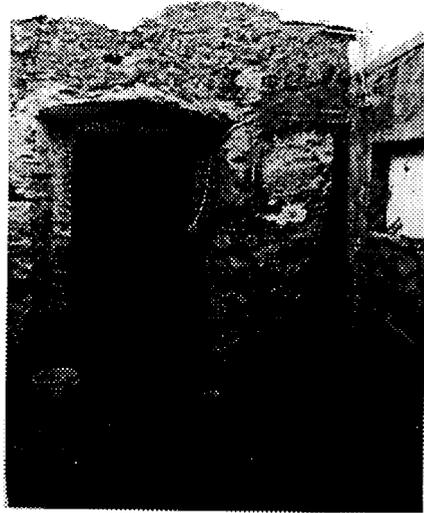
Em consequência da mistura excessiva de cimento na argamassa dos rebocos, em certas zonas a cal não adería. Noutras, a acumulação de camadas reclamava já por um descasque integral para iniciar novas aplicações.

Face às condições e ao espaço disponível traçou-se, então, o plano da intervenção, que se executou.

3.4.-Programa de conservação /recuperação e proposta de novas funcionalidades

O programa pretendia, antes de tudo o mais, preservar a estrutura do edifício (em consonância, aliás, com o estabelecido no Regulamento Municipal de Construções), e, a par disso, reintroduzir alguns materiais que lhe devolvessem uma feição mais próxima da tradicional.





No entanto, a casa carecia de uma melhoria funcional, que permitisse uma circulação interior mais eficaz e que lhe desse melhores condições em termos do espaço da casa de banho e de um dos quartos. Assim, foram feitas três pequenas alterações, que permitiram os ganhos qualitativos pretendidos.

Quanto ao quarto, avaliadas em perspectiva as necessidades familiares (um casal com um filho) optou-se por eliminar um dos tabiques (que dividia os dois quartos à direita do corredor) criando assim um espaço maior (v. planta).

As casa de banho foi acrescentada pelo lado interior, sacrificando-se a pequena dispensa. Esta área, se bem que mínima, permitiu deslocar a banheira para aí, libertando espaço de circulação e de melhor disposição das loiças na exígua casa de banho anterior (v. planta).

A alteração de maior vulto foi a abertura de um arco na sala, fazendo uma nova ligação para a cozinha. Esta intervenção permitiu fazer as seguintes modificações:

- remover a escada de alvenaria de tijolo que ocupava um considerável espaço da sala, para lá da sua pouco agradável feição;
- fechando essa zona com uma pequena parede a meia altura (de modo a poder deixar passar a luz para a sala), foi possível a colocação de equipamentos de lavagem na marquise; e a porta da cozinha passou a servir de ligação para essa zona e, como anteriormente, de acesso à escada que conduz ao logradouro;
- a nova escada de ligação entre a sala e a cozinha foi executada em madeira, dando um efeito mais agradável aos dois compartimentos, que beneficiaram ainda na aparência de uma maior dimensão em função da ligação visual entre os dois.

Houve ainda um ganho de superfície no logradouro, mas que abordaremos quando se descrever a intervenção nas coberturas.

Passemos então à descrição dos trabalhos de recuperação.

ALVENARIAS, REBOCOS E ARGAMASSAS

A todo o edifício foi feito o emboço. Nesta fase, aproveitou-se o facto para:

- resolver os problemas de mau estado em algumas argamassas de barro, que foram removidas, sendo os vazios depois consolidados com argamassas novas (feitas de argamassa bastarda);
- colocar as instalações técnicas de electricidade e água, estas em substituição das antigas, em mau estado de conservação. As novas condutas colocadas são de material plástico (PVC);
- substituição integral das paredes em baldosas. Já anteriormente referimos o mau estado em que estas se encontravam, apresentando inclusivé rebentamentos do reboco. Quanto do emboço integral, verificou-se que a patologia era mais extensa do que inicialmente se suposera. Assim, tomada a opção de fazer a sua substituição integral, refazendo o mesmo desenho; as paredes novas foram levantadas em tijolo furado de 5 cm de largura, reproduzindo o desenho dos paramentos anteriores. O resultado final tem boa qualidade e a alteração do material de alvenaria é imperceptível. Quanto ao reboco foi executado com uma argamassa bastarda composta por quatro partes de areia, uma de cal (utilizou-se cal hidráulica) e meia de cimento Portland, para facilitar a presa.



PAVIMENTOS

Quanto aos pavimentos, no sentido de resolver a patologia dos tacos de madeira e ao mesmo tempo devolver à casa a sua feição tradicional, foram todos removidos, à excepção do do corredor e, em sua substituição, foi colocada tijoleira tradicional (tipo Santa Catarina), à qual foi depois aplicada uma camada de óleo, com vista

à sua parcial impregnação, acabamento que facilita a sua manutenção e realça as diferenças de tonalidade dos ladrilhos, resultando em pavimentos de belo efeito.

No corredor, os ladrilhos de massa foram limpos da sujidade que resultou da obra no edifício (apesar de coberto, essa protecção veio a revelar-se manifestamente ineficaz).

O logradouro, com pavimento feito de pedra miúda e umas vagas ligações em cimento, foi todo recoberto com ladrilhos de xisto, de cor esverdeada (originários de Barrancos), material que apresenta boa resistência para ser colocado ao ar livre, e que deu um bonito efeito a esta zona.

COBERTURA

Quanto à cobertura da casa, manteve-se a disposição e o material de cobertura, se bem que as telhas de canudo que apresentavam degradação ou que estavam partidas tenham sido substituídas, como é obvio.

No entanto, foram feitas algumas alterações em relação à anterior:

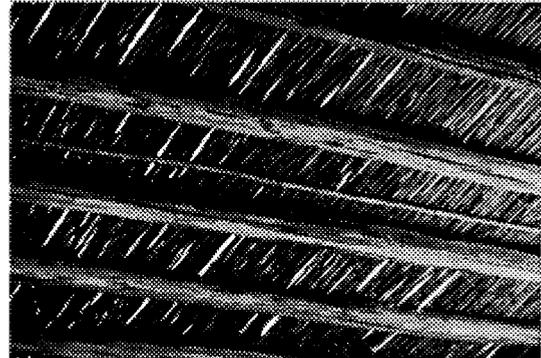
- no que diz respeito aos paus da estrutura, de eucalipto, foram obviamente todos substituídos, sendo-lhes aplicado um produto anti-xilófagos e ainda coloridos, à trincha, com Bondex, dando-lhes uma tonalidade castanho escura. Esta segunda aplicação foi feita somente nos paus que se destinavam a ficar à vista pelo interior;



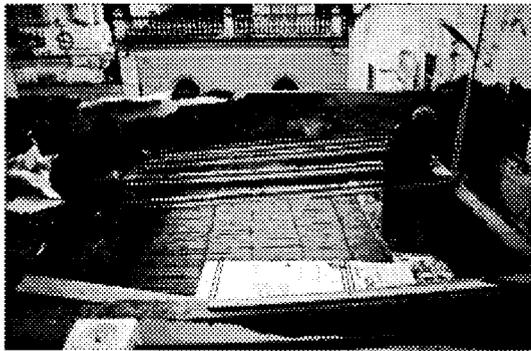
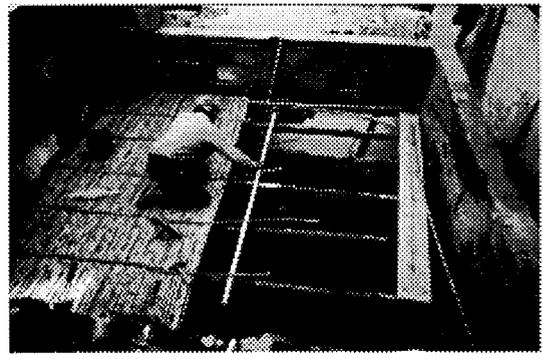
- pretendendo-se manter o tecto falso num quarto maior, suavizando o pé direito elevadíssimo na parede que o divide da sala, procedeu-se à colocação de uma fiada extra de paus com a entrega feita nessa parede, a menos 60 cm do que o nível da cobertura exterior. Nesse barrotado foi aplicado o caniço, como se se tratasse da cobertura exterior, dando ao quarto um efeito estético bastante superior ao que o antigo contraplacado conseguia dar. Em virtude desta colocação das canas no interior, a forra dos paus que suportariam, nesta zona,

as telhas, foi feita com tábua, evitando assim um gasto maior de cana, desnecessário porquanto o efeito portante das tábuas è idêntico, senão mesmo superior.

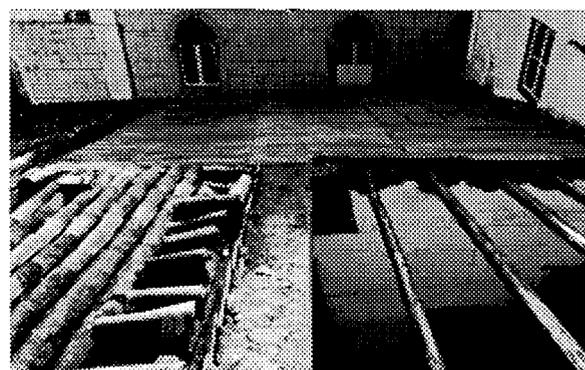
- o mesmo efeito foi também executado na zona da casa de banho e sobre o corredor uniformizando toda esta área. O quarto mais pequeno, tal como a sala, apresenta à vista a cobertura portante, também em cana, o que confere unidade e respeito com a tradição;

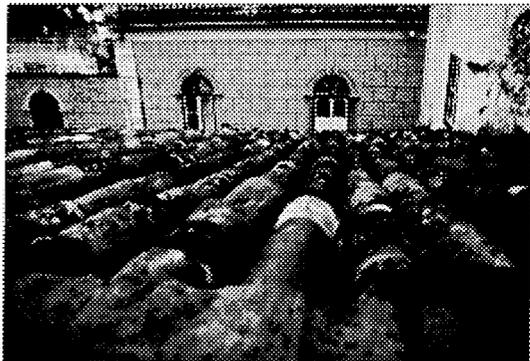
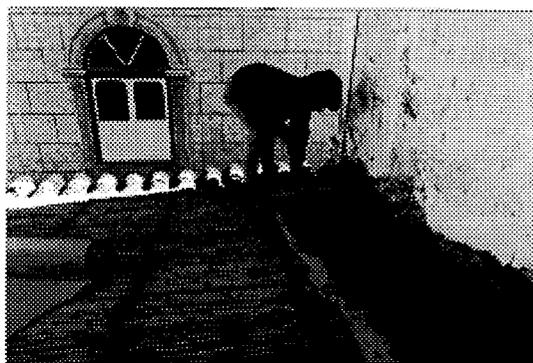


- na zona da cozinha surgiu um facto inesperado, que não havia sido planeado, mas que facilitou, em termos de isolamento e efeito final, o que se pretendia. Quando do levantamento da casa, supôs-se, uma vez que não podia então ser confirmado, que a cobertura era em lage de betão pré-esforçado. Fazia parte do plano de intenções do projecto construir uma lage, também em pré-esforçado, à cota do actual logradouro, prolongando-o em mais 12 m², o que o tornava muito mais funcional. Mas quando se desmontou o telhado sobre a cozinha verificou-se que a lage nunca havia sido argamassada, estando ainda as vigotas e as tijoleiras à vista. Apenas o reboco interior, na cozinha, simulava essa existência. Tal facto permitiu que se fizesse uma troca de materiais e que, apenas com o acréscimo das canas, se conseguisse o efeito final pretendido: a colocação de um tecto de paus com caniço sobre a cozinha, uniformizando as coberturas interiores da casa (evitando a montagem de um complicado sistema de tecto falso com estes materiais), e implantar uma lage pré-esforçada por cima, prolongando o terraço (entre as duas foi deixado um vão com respiradores, para evitar as condensações no interior, que decerto danificariam as canas).



Para garantir um melhor isolamento e protecção contra as humidades do caniço, em vez do tradicional revestimento só com papelão e uma argamassa de cal, foi acrescentada a esta desperdício de aglomerado negro de cortiça. Este material, leve, mas de elevadas qualidades térmicas e que garante algum isolamento face à humidade, permite fazer uma argamassagem com alguma espessura, antes da colocação das telhas e, deste modo, aumentar o conforto interior da casa e a durabilidade dos elementos vegetais envolvidos na construção da cobertura.





ELEMENTOS DE MADEIRA (PORTAS E JANELAS)

Procurando preservar a unidade formal que estes elementos sempre dão a qualquer edifício, também neste aspecto a solução foi restaurar a maior parte de elementos possíveis. Tal intenção concretizou-se do seguinte modo: procedeu-se à limpeza integral, por queima da tinta, das portas exterior e interiores, das janelas e portadas; as partes que se encontravam muito degradadas, normalmente na sua base, foram removidas e substituídas por elementos de talhe idêntico, após o que foram revestidas com betume e pintadas de novo, mas com castanho avermelhado, cor tradicional na vila para estes elementos (e não verde escuro, como o anterior inquilino as tinha deixado...).

No que respeita às ilhargas das portas interiores, foram desmanchadas e no seu lugar foram montadas outras, de desenho igual, com madeira nova tratada com produtos contra os parasitas.

REVESTIMENTO

Os paramentos interiores e exteriores foram integralmente caiados.

Além destes aspectos, há ainda a destacar o arranjo interior feito na sala, à qual se devolveu a sua lareira de canto, no mesmo local onde existia ainda, sob o último reboco, a marca negra da chaminé; tendo-se procedido ainda à construção, encostada a um dos lados, aproveitando o pé direito da sala, de uma galeria em madeira, com acesso associado à escada para a cozinha, que servirá para a colocação de estantes com livros, aproveitando o espaço e embelezando -o.

3.5.- Avaliação dos resultados obtidos um ano após a conclusão da obra

Após um ano de habitada, a casa foi alvo de um rastreio no sentido de avaliar, em dois ou três aspectos, do desempenho das soluções entregues, que aqui se apresentam, em síntese, em dois grupos:

- Desempenhos correctos

No que respeita à funcionalidade dos arranjos da planta, provaram ser altamente vantajosos, rentabilizando melhor o (pouco) espaço disponível e dando uma maior sensação de conforto e bem estar.

Quanto à cobertura, não houve, até agora, quaisquer problemas, se bem que, em resultado da quase inexistente chuva do corrente ano, tal avaliação seja difícil de fazer integralmente.

Quanto aos pavimentos, os ladrilhos apresentam-se em bom estado, sem qualquer desgaste detectável e carecem apenas da manutenção de qualquer outro solo em materiais industriais. A melhor solução de manutenção até agora tem provado ser a lavagem e posterior aplicação de cera líquida.

- Desempenhos incorrectos

Na cobertura do terraço sobre a cozinha existiam, em dois locais, infiltrações detectadas em consequência da chuva. Tal deficiência resultava de um mau preenchimento das juntas entre os ladrilhos de xisto associada certamente a um repasse na laje. A resolução, por preenchimento, da anomalia existente, aparenta ter resolvido o problema.

A principal patologia destas casas, e na região, o salitre nas paredes, é de difícil erradicação. Ao fim de um inverno, mesmo com rebocos novos voltou a surgir. A sua incidência deu-se nos mesmos locais onde tinha sido verificada a sua existência nos rebocos anteriores, denotando provavelmente zonas de ascensão capilar da água (a situação da casa, encostada à barreira da vila, precisamente na última fiada de casas - a descer -, torna-a particularmente sensível às ascensões e ou águas escorrenciais). E, aparentemente, a única solução possível é a manutenção regular dos paramentos, com limpeza das partes polvulentas e novas caições.

1. A IGREJA DA MISERICÓRDIA

1.1 - SÍNTESE DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

Após a Reconquista, a estrutura e o perímetro das imponentes muralhas que abraçavam o casco urbano não receberam obras de vulto. A única intervenção de registo é ao nível das portas da vila, refeitas provavelmente em finais do século XIII, em particular a chamada porta da ribeira, sobre a qual se elevará um torreão, quadrangular, de grande porte. Na zona da alcáçova, porém, são erguidos novos amuralhamentos e uma torre de menagem, concluída em 1292, que passam a destacar-se no conjunto edificado e a dominar a vila. Em toda a sua organização desenha-se o recorte característico de uma fortificação medieval cristã, de feição gótica.

A mesquita, edifício emblemático e primeiro referente ideológico da civilização vencida, concentrou, obviamente, as atenções reformadoras dos recém chegados cavaleiros cristãos. Porém, a sua adaptação ao novo culto, como no-lo revelam as fontes documentais e as análises arqueológica e arquitectónica, não obrigou, acto imediato, a mudanças estruturais.

É na organização do espaço religioso que a mão expiadora se fez sobretudo sentir, nomeadamente através do entaipamento de portas e do mirhab, e na mudança do altar-mor para a parede norte. É apenas na década de trinta do século XVI, particularmente entre os anos de 1530 e 1535, que a mesquita/igreja de Santa Maria recebe obras significativas, patrocinadas pelo então comendador e alcaide-mor de Mértola, D. João de Mascarenhas.

O casario, como desde sempre, continuou a apertar-se ao longo da rua que corria junto à muralha virada ao rio. Estabelecendo a ligação entre as duas portas da vila, era a artéria comercial por excelência - a Rua Direita - exercendo uma natural atração sobre as gentes com cabedais . Duas outras, paralelas à primeira - a Rua de



Trás e a Rua do Espírito Santo - rasgavam longitudinalmente o casco urbano, obedecendo o seu traçado ao declive acentuado da encosta. As casas, de um e dois pisos, evoluíam em ligeiro serpenteado ao longo das mesmas, adaptando-se à topografia do terreno. A área urbana junto à porta da Ribeira, assim designada por dar acesso à vida portuária, era a mais privilegiada, registando uma maior concentração de espaços com funções comerciais e residenciais, em razão directa da força polarizadora exercida pelo porto e das múltiplas actividades associadas ao mesmo.

Em campanhas de obras lançadas em finais do século XIII, com provável prolongamento em inícios da centúria seguinte, são erguidos, junto às duas portas da vila, dois novos edifícios: a igreja do Espírito Santo e seu hospital anexo (porta de Beja) e a capela de Santiago (porta da Ribeira). Com a igreja matriz, situada na alcáçova, compõem a tríade de espaços religiosos que a vila organiza em época tardo-medieval, neles se concentrando a devoção e as dádivas dos seus moradores.

A capela dedicada ao apóstolo Santiago erguia-se num recanto da plataforma do bastião que avançava sobre o rio e na qual se abria a porta da ribeira. Assim, a quem, vindo da zona ribeirinha, transpusesse o túnel, em cotovelo, que rasgava o torreão, a silhueta da capela impunha-se desde logo ao seu olhar, não tanto pela volumetria das suas formas mas pela posição elevada em que se encontrava face ao plano do empedrado da rampa que dava acesso à vila. O edifício era, de resto, de pequenas dimensões, limitado que estava ao espaço desenhado pela estrutura do bastião e à confrontação imediata com a rua pública. Dimensões limitadas, por outro lado, pela necessidade de manter livre a circulação ao longo do passadiço ameaçado que contornava a parede testeira da capela e que conduzia ao torreão que se levantava sobre a porta e a defendia.

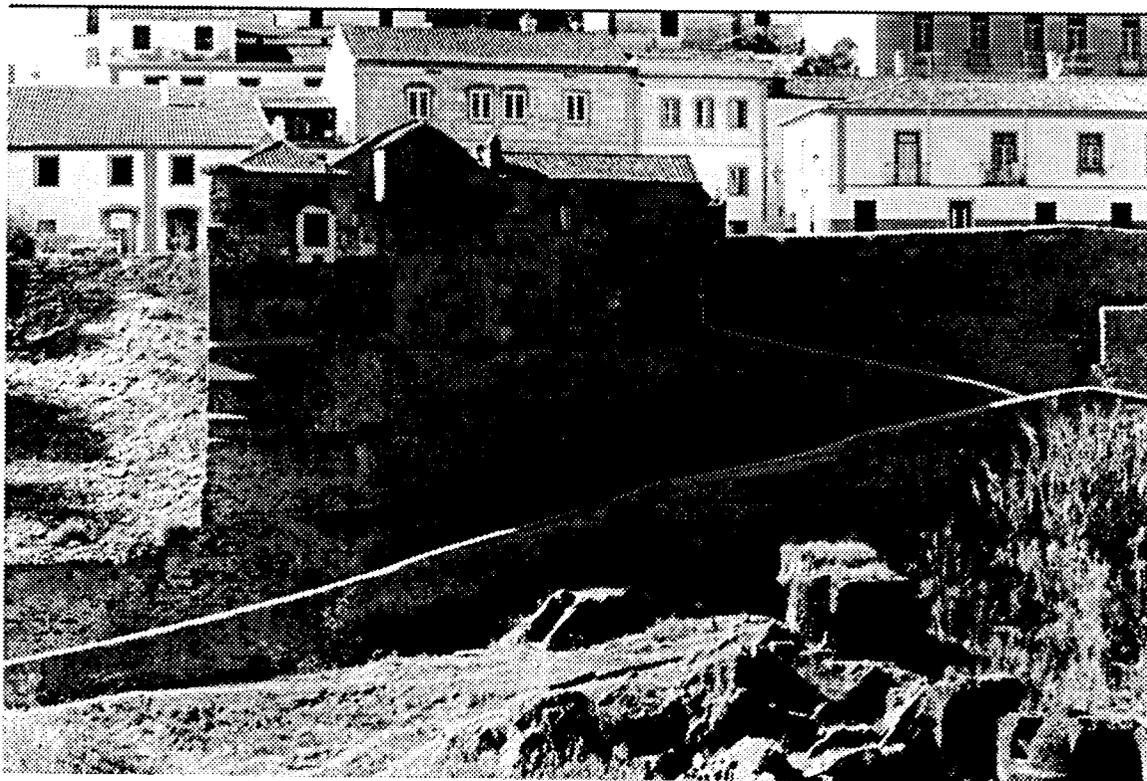
A capela, nestas condições, não podia deixar de ser uma construção modesta. De uma só nave, não muito elevada, tinha as paredes em taipa e telhado de duas águas. A cobertura interior era feita em madeira, solução pobre que evidencia a reduzida capacidade dos seus instituidores em promover um programa construtivo mais arrojado. Duas portas, uma na fachada principal, virada à rua, e outra na parede voltada à rampa da porta da ribeira, facultavam a entrada ao interior, igualmente modesto. Dois óculos, circulares, rasgados na fachada e na cabeceira, filtravam a luz indispensável ao serviço litúrgico.

Em linhas gerais, era este o traço arquitectónico da capela em inícios do século XVI, que certamente se aproximava, com uma ou outra pequena modificação, ao edifício levantado em finais da centúria de Duzentos.

Registe-se, no entanto, que poucos anos volvidos sobre o retrato da vila de Mértola traçado por Duarte d'Armas, a capela de Santiago se encontrava já em estado bastante arruinado. Nas palavras do visitante santiaguista que, em 1515, a inspeccionou, estava "sem telhado nem madeira soamente com as paredes alevantadas E com huum altar sem ousya". Esta situação não viria a ser satisfatoriamente invertida, embora a capela tenha conhecido obras de recuperação, insuficientes, no entanto, para conferir dignidade e proporcionar as condições indispensáveis ao serviço litúrgico. No ano de 1554, quando um outro visitante Santiaguista de novo a inspecciona, encontrava-se "caída por terra", não tendo "mais que as paredes".

O mau estado em que a capela se encontrava e a dificuldade crónica em promover a sua recuperação, terão

sido razões suficientes para a sua cedência à recém criada confraria da Misericórdia de Mértola, que mandou edificar um novo templo. Razões que também justificarão a facilidade e celeridade com que tudo se processou, assim como a aceitação por parte dos fiéis de substituir a antiga devoção a Santiago pela de Nossa Senhora da Misericórdia. O edifício, que naturalmente conheceu as mesmas limitações de espaço que o seu antecessor, foi erguido com relativa rapidez. Atesta-o, a inscrição lavrada no lintel da porta lateral, datada de 1558, que evoca certamente o ano de sagração da capela.

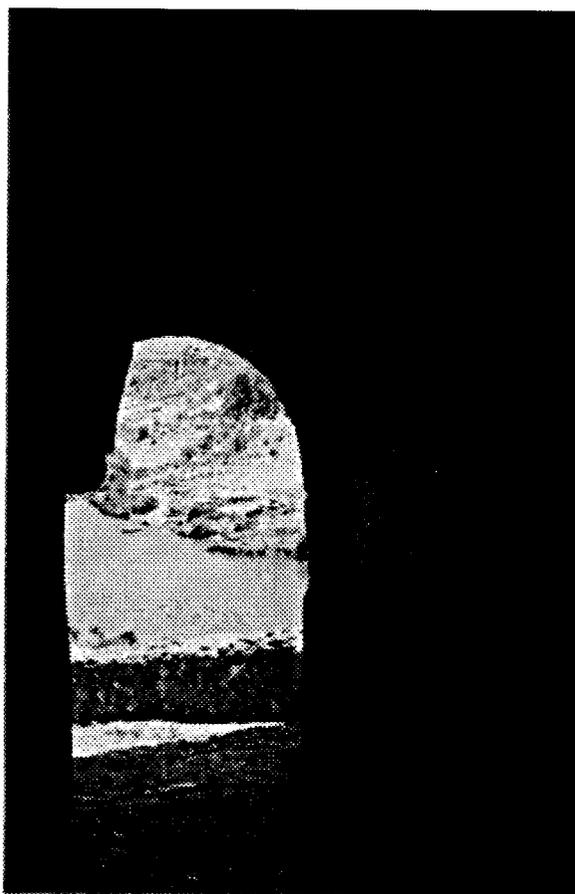


Sobre esta rápida evolução de acontecimentos é esclarecedora a notícia dada no ano de 1565 pelo visitador santiaguista: “Achamos pelas visitas antigas que nesta vylla Junto da porta que vay per a Ribeira avia hua Jrmyda da jmvoação de santiago na quall os moradores desta villa fizerão casa de mysericordia como ora estaa E a imagem que nesta Jrmyda avia de Santiago de vulto estaa ora na jgreja do Espirito Santo E fomos Jmformados que se fizera esta casa da mysericordia na dicta Jrmida com licença de Sua Alteza”.

A data de fundação da Santa Casa da Misericórdia de Mértola não é assinalada em nenhum documento, coevo ou posterior, mas não se andará longe da realidade se se afirmar que deverá ter ocorrido no decurso dos últimos anos da década de quarenta do século XVI. O que está fora de questão, seguramente, é a datação avançada por diferentes autores, o ano de 1628. O documento mais antigo que se lhe refere, datado de 1554, informa que possuía celeiro, caixa de esmolas na igreja matriz e que era conveniente que administrasse conjuntamente com a confraria do Espírito Santo o hospital a esta agregado, pois sendo ambas pobres “asi se remediaria hua com a outra”.

Não se conservaram registos documentais nem subsistem elementos suficientes que permitam caracterizar arquitectonicamente a igreja sagrada no ano de 1558. No entanto, pelo que a actual construção deixa perceber e atendendo aos condicionalismos de espaço já referidos, deve ter seguido de perto a organização e volumetria do edifício medieval, do qual, lembre-se, apenas existiam, em 1554, as paredes. Que reaproveitamento foi feito das estruturas pré-existentes é uma incógnita. Não deixou de ser, porém, um novo programa construtivo, de que permanecem como elementos caracterizadores os dois portais, o axial e o lateral.

É neste último que os propósitos de nobilitar o edifício se terão concentrado, nomeadamente através do bem desenhado registo epigráfico que percorre o seu lintel e, sobretudo, das escadarias que passaram a envolvê-lo e lhe facultavam o acesso.



Quanto à organização do espaço interior da igreja e à sua dotação, não existem informações. Porém, os sinais de prosperidade que a confraria revela nos dois primeiros séculos da sua história não deixariam de se materializar, ao nível de altares, pinturas e alfaia religiosas.

No decurso dos dois primeiros séculos de sua existência o templo foi naturalmente objecto de trabalho de consolidação e restauro. Do seu ritmo e profundidade não ficou, contudo, memória. Mas será apenas em meados do século XVIII que se irão registar alterações significativas, modelando-se então os contornos do edifício que permaneceria até aos nossos dias.

A campanha de obras Setecentista traduziu-se, sobretudo, na abobadagem da nave, em pleno centro, na reorganização do altar-mor, projectado à altura daquela e igualmente coberto por uma pequena abóbada de meio ponto, e na construção de uma sacristia. O aparecimento deste corpo é, sem dúvida, a novidade maior em termos arquitectónicos. Imperativos de natureza militar tinham desde sempre obrigado, como ficou anteriormente expresso, a deixar livre a circulação junto das muralhas do bastião que defendia a parte baixa da vila. Este compromisso entre duas ocupações funcionais, a religiosa e a militar, não fazia naquela época já sentido, vindo a sacristia a ocupar todo o terreno disponível até à muralha. Desta arrancam, aliás, duas das suas paredes, a nascente e a sul, tendo a que se levantou a poente prolongado a fachada do edifício, soluções que no seu todo transmitiram uma nova espacialidade e volumetria ao conjunto edificado.

A história contemporânea da Igreja da Misericórdia está intimamente ligada às transformações a que são sujeitas as instituições de assistência e beneficência a partir do liberalismo. Se algumas das reformas então promovidas se revelaram indispensáveis e estavam de acordo com a filosofia dos tempos (criação de mecanismos e instrumentos de inspecção e fiscalização sobre os actos de gestão corrente e abolição de privilégios adquiridos), outras tiveram implicações profundas e resultados nefastos. Foi particularmente o caso do decreto que regulamentou a conversão de bens imóveis em papéis de crédito, publicado em 1866, que provocou a interrupção da actividade, temporária ou definitiva, de muitas das misericórdias, conduzindo outras a uma existência letárgica.

Igualmente com profundas repercussões no quotidiano das misericórdias foi a dessacralização a que foram submetidas, passando o seu funcionamento a ser regulado pelas mesmas leis que regiam os corpos administrativos (expressas, sobretudo, nos sucessivos códigos administrativos, liberais e republicanos). Este processo teve implicações de outro tipo: o abandono, transformação ou ruína de muitos dos edifícios religiosos das misericórdias, símbolos primeiros da sua existência e referentes imagéticos há muito presentes nos cascos urbanos.

Apesar da crise que atingiu a misericórdia de Mértola, já evidente em meados do século XIX e que se prolongou pelas primeiras décadas do presente século (à imagem das demais viu cerceados os seus rendimentos e serem-lhe impostos limites à sua actividade), a sua igreja não sofreu as adaptações ou transformações a que muitas foram sujeitas. Uma tradição, embora recente, contribuiu para que permanecesse ligada às manifestações religiosas locais e não perdesse a dignidade devida aos edifícios de culto: é no seu interior que, por uma noite, na celebração da festa do Senhor dos Passos, fica depositada a imagem de Cristo. É quando as suas portas se abrem à devoção dos crentes, que a procissão segue o seu curso final.

Se a igreja não sofreu transformações estruturais, elas verificaram-se na sua envolvente. A plataforma/terreiro da porta da ribeira é reorganizada, conhecendo a partir de meados do século XIX novas funções, que projectam uma nova imagem urbana. O velho torreão medieval é sacrificado, surgindo em seu lugar uma habitação, que ficará adossada ao corpo da igreja. Desenha-se, a partir de então, o núcleo edificado que hoje se observa, sugerindo o sistema de telhados múltiplos que o cobre uma unidade que é apenas aparente.

1.2- LEVANTAMENTO ARQUITECTÓNICO

O levantamento encontra-se anexa este estudo.

1.3- COMPONENTES MATERIAIS , TECNOLOGIAS E PATOLOGIAS

O enquadramento histórico do imóvel, exposto nos capítulos precedentes, permite dimensionar os elementos edificados que compõem o espaço a musealizar:

- uma igreja de uma só nave, correspondente, em todos os detalhes, a uma tipologia comum ao século XVI, a que foi acrescentada, no século XVIII, a cobertura abobadada; este corpo, que à época da sua construção ocupava exclusivamente o espaço superior da plataforma do bastião sobre a porta da ribeira, é hoje espaço central de um conjunto edificado;

- a sacristia, construída na mesma época de implantação da abóbada de berço, aproveitando o espaço do antigo adarve da muralha (de que resulta a sua forma excêntrica);

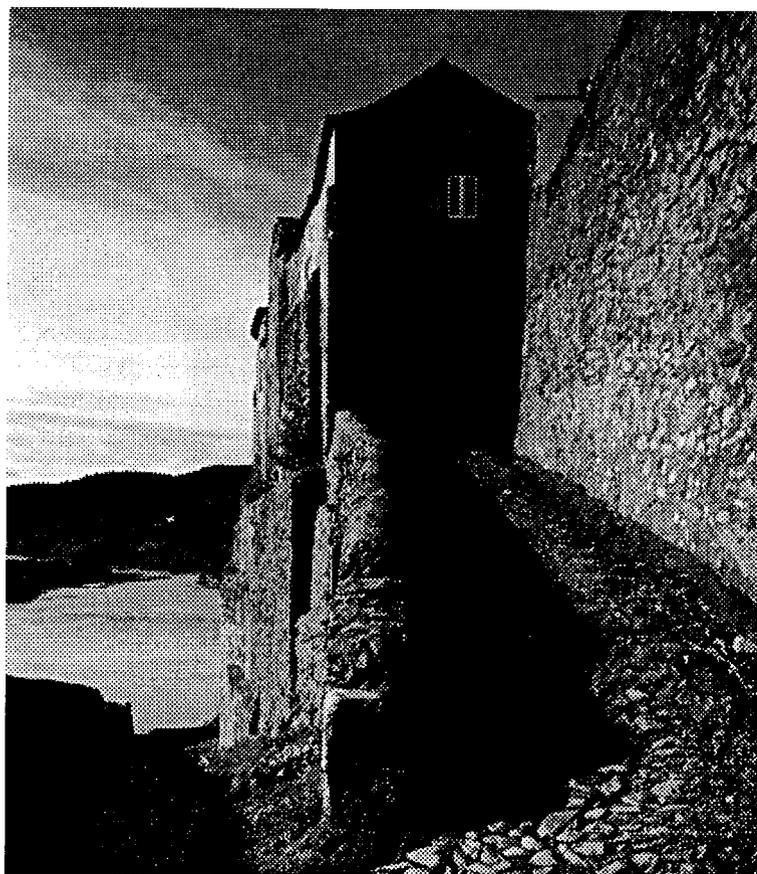
- uma dependência anexa, com três compartimentos, construída no século XIX, mas com adaptações feitas já no nosso século. Este conjunto, que funcionava independentemente do espaço religioso, abrigando diversas funções civis, foi ligado ao espaço religioso no início dos anos oitenta.

Foi no conjunto destes espaços, após terem recebido obras de beneficiação profundas, que se instalou, em 1982, o primeiro núcleo do Museu de Mértola. Sem vocação temática específica, até tempos recentes foi utilizado como área expositiva das peças mais notáveis de cerâmica e outros artefactos do período islâmico, a par de um importante acervo de imaginária religiosa e de alfaias litúrgicas do concelho, que encontrou, na antiga sacristia, local de recolhimento e protecção, escapando assim aos lamentáveis saques de que foram vítimas, à época, algumas das igrejas do concelho. Nas dependências da casa adossada à igreja, uma vez perdidas as suas funções habitacionais, ficou instalado, primeiramente, um atelier de restauro de madeira policroma e, nos últimos anos, na sequência de acções de formação profissional entretanto promovidas, uma oficina de ourivesaria, ela também entendida como factor de dinamização e animação museológica.

A evolução recente do projecto Mértola-vila Museu, estimulado pela investigação científica multidisciplinar e pelos trabalhos de recuperação urbana na área do centro histórico, impõe uma nova utilização funcional para este conjunto edificado. Assim, encontrando-se já organizado um espaço alternativo para funcionamento da oficina de ourivesaria e estando em vias de se concretizar o projecto de instalação do museu consagrado ao período islâmico, a igreja da Misericórdia, a sacristia e casa anexa estão aptas a constituir-se, no seu todo, como uma nova e notável peça do conjunto já existente de núcleos museológicos temáticos.

A adaptação da Igreja da Misericórdia e seus anexos a espaço-museu implica, indispensavelmente, uma intervenção sobre as suas estruturas, ditada quer pela degradação e arruinamento de alguns elementos quer pelas exigências do projecto museológico.

Uma das principais preocupações prendia-se com a sua implantação no terreno, uma vez assentes sobre o antigo bastião, estruturas que foram sofrendo ao longo do tempo a pressão e corrosão do meio húmido, principalmente através das infiltrações pluviais. As obras de consolidação da muralha, efectuadas durante os anos de 93 e 94 vieram anular, para os próximos anos, essa preocupação, além de que se estenderam à consolidação do reboco externo do seu alçado posterior. Esta intervenção - de difícil execução dada a impressionante altura da muralha neste troço - integrou cromaticamente o edifício da igreja no troço amuralhado, solução que se revela feliz do ponto de vista patrimonial e da inserção urbanística do conjunto.



Descontadas as inevitáveis etapas de emboço, reboco e pintura integral, que sempre ocorrem em qualquer obra de recuperação, as principais questões que se colocam, do ponto de vista técnico, nesta intervenção, podem ser assim delineadas:

- A reorganização do espaço interior:

Neste aspecto particular, procurou-se ampliar e melhorar o espaço disponível, sem adulterar, no essencial, a estrutura mais antiga do edifício, a saber, a nave e a sacristia da igreja.

Assim, e tal como se pode concluir pela leitura da Planta de Alterações (Igreja da Misericórdia / Plantanº) as modificações significativas são cingidas ao espaço de construção mais recente, com uma cronologia não mais recuada do que do século passado, onde não tem obviamente grande impacto patrimonial a intervenção proposta e actualmente em execução. No entanto, e com vista à preservação da feição corrente do imóvel, houve o cuidado de não propor alterações em termos do seu aspecto exterior, não se procedendo a quaisquer alterações nas suas aberturas e vãos.

No interior, nesta zona do edifício, tornava-se necessário, por necessidades do programa de musealização, criar uma área ampla e de maior dimensão, apenas possível de obter removendo a divisória interna entre os dois compartimentos interiores. Assim, e como é possível observar na planta, este novo espaço, em conjugação com a modificação do acesso ao pequeno compartimento sanitário, permite a sua utilização como pequeno auditório, espaço que tem, dentro do programa de musealização do Projecto Mértola Vila Museu, a maior importância uma vez que possibilita a promoção de visitas a outros locais, o visionamento de documentários sobre os mais diversos aspectos deste projecto, particularmente sobre componentes de tipo etnográfico, onde se incluem as técnicas construtivas tradicionais.

Outra alteração indispensável é a de substituição do pavimento do corpo implantado no vão da porta da ribeira, cujos madeiros se encontram completamente apodrecidos em resultado de uma infiltração escorrential. Neste local, de modo a conseguir uma substancial melhoria da resistência estrutural, será implantada uma pequena lage pré-esforçada. A manutenção da sua antiga configuração será obtida com a colocação, na parte inferior da lage, de um novo madeiramento, reproduzindo o actual desenho, mas sem quaisquer funções estruturais;

Na área da sacristia, ao invés do sucedido nesta zona, foi necessário recorrer à solução inversa, isto é, foi necessário construir uma parede a cerca de um terço do seu comprimento, implantação que permitirá resolver diversos problemas:

- isolar a zona mais estreita da sacristia, de difícil utilização enquanto espaço musealizável;
- e criar, simultaneamente, uma zona de reservas, onde poderão ficar devidamente abrigadas as peças que não serão colocadas em exposição permanente.

- Iluminação. Gestão da luz solar e iluminação artificial:

Esta questão foi das que se apresentou mais problemática: a musealização dos espaços resultaria mais eficaz se dotados de completa iluminação artificial. A sua utilização permite a criação de ambiências particularmente controladas, quer no aspecto da valorização plástica do objecto exposto, quer no controlo da quantidade de

calor e incidência que sobre estes recai (aspecto da maior importância relativamente a certos materiais). As potencialidades desta utilização podem ir até ao automatismo de a iluminação só acender quando existem visitantes, diminuindo em muito o tempo de exposição dos objectos artísticos à radiação luminosa.

No entanto, a zona da sacristia dispõe de duas amplas janelas que dão sobre o Guadiana, sendo a paisagem que do local se oferece ao visitante de grande beleza, tornando impossível anular, neste espaço, toda a luz solar. Assim, é necessário encontrar uma solução que combine estes dois tipos de iluminação, procurando-se tirar partido das vantagens de cada uma, o rigor da iluminação artificial e a expressividade variável da luz solar. Neste caso particular, deve também existir particular cuidado com os objectos que serão colocados nesta zona, devendo ser os menos sensíveis precisamente a essas variações, que ocorrem quer ao longo do dia quer ao longo do ano, uma vez que este factor é o que mais pode contribuir para a degradação de um objecto;

- Conservação de madeiramentos e isolamento térmico - problemas gerais de recuperação da cobertura:

A variedade dos telhados que cobre os diversos volumes do edifício, elegante nas suas águas múltiplas e, em particular, os dois pequenos telhados de quatro águas que cobrem parte da zona da sacristia, são elementos de grande valor estético. Valor que é acrescido à raridade deste tipo de cobertura no contexto alargado do conjunto edificado do casco histórico. Por esta razão também, e não só por razões de conservação geral do edifício, foi dada particular atenção à sua recuperação e conservação.

São por demais conhecidos os problemas crónicos que resultam das infiltrações, particularmente as das águas pluviais, deteriorando madeiramentos, alvenarias, coberturas de reboco e pintura. Sem uma intervenção de fundo que resolva este problema na sua origem - a infiltração - é sabido que ocorrerão obras cíclicas, com os problemas e encargos daí decorrentes.

Para garantir a durabilidade da intervenção e uma impermeabilização eficaz, indispensável à criação de um ambiente estabilizado no interior, e para não pôr em risco a conservação de um espólio composto de materiais tão sensíveis como a madeira, os tecidos, os metais, será instalado um sistema de caleiras, em plástico, dissimulado sob as telhas, para captação das águas dos telhados que, anteriormente, escorriam ao longo dos muros internos do edifício. Por outro lado, para se obter um melhor isolamento térmico e o reforço da impermeabilização, será aplicada, sobre a estrutura de madeira ou alvenaria que suportam os elementos cerâmicos, um cartão asfáltico. Esta solução permitirá assegurar a salvaguarda dos telhados múltiplos, com telha tradicional, e da esbelta armação de madeira que em parte os suporta, componentes patrimoniais de maior relevo no edifício;

- rebocos e pintura - a cor e a integração plástica do edifício, pós- recuperação, no contexto urbano:

Os rebocos e pinturas, fases terminais de uma intervenção de recuperação, vêm muitas vezes a revelar-se decisivas na avaliação pública do trabalho desenvolvido nas zonas históricas, pela dissonância que muitas vezes

impõem. Daí que como metodologia entendamos que deva ser feito um levantamento dos cromatismos dominantes, não só na área imediatamente envolvente do(s) edifício(s) inter-vencionado(s), mas do conjunto da área urbana, por forma a ser possível determinar os padrões cromáticos correntes. Então sim, munidos dessa paleta de cores, planear a reposição dos tons anteriormente existentes (determinação que é hoje em dia obtida muitas vezes por combinação de processos arqueológicos e laboratoriais) ou, não sendo reconhecidos, conseguir uma integração e uma valorização destes imóveis a partir da introdução de um cromatismo concordante com as dominantes existentes no conjunto edificado.

Tal preocupação leva, no caso presente, a optar-se por uma solução dupla, mantendo-se, no alçado posterior, apenas a superfície rebocada, sem qualquer pintura ou caiação, de modo a acentuar, como aliás presentemente acontece, o seu encaixe construtivo sobre a muralha da vila, também ela uma superfície mantida nos tons acastanhados de um acabamento tosco de argamassa bastarda. Inversamente, os restantes alçados, projectando-se sobre uma das frentes do Largo da Misericórdia, necessariamente acarretam a necessidade de uma superfície inteiramente caiada, de acordo com a dominante local e regional, alvura que tem não só o valor simbólico do asseio e do cuidado, mantido numa reposição anual de práticas ancestrais, como, também, possui as tão confirmadas qualidades de isolamento térmico do interior, mantendo as variações em parâmetros mais estáveis ao longo de todo o ano

O programa de intervenção aqui exposto está neste momento em execução, estando a inauguração do núcleo prevista para Setembro do corrente ano.

Assim sendo, é possível nesta altura dar conta de alguns dos trabalhos executados, através de um registo fotográfico com uma legendagem de enquadramento, incluindo-se também uma planta de referência indicando o número da foto, referenciando o local onde foi tirada, e mostrando, através de um símbolo gráfico, o ângulo de visão que abarca.

O programa de musealização visa, antes de tudo o mais, salvaguardar e preservar as características formais dos edifícios, pois tratam-se de parte representativa do património construído da vila e da multiplicidade de linguagens arquitectónicas que a compõem. Embora exemplares de traça comum para a sua época, são os referentes primeiros da temática a musealizar e elementos integrantes da atmosfera que se projecta recriar, seja através da reconstituição do altar-mor ou da manutenção da tradição da romaria do Senhor dos Passos, fazendo perpetuar a função do edifício como local devotivo. Por outro lado, irá tirar-se partido da funcionalidade original dos diferentes espaços, das suas dimensões e configuração, sem que isso interfira com a desejada valorização do edifício, particularmente a igreja e sacristia. Pretende-se, ainda, que tenham uma relação de familiaridade ou proximidade com os conjuntos de peças a expôr, e que funcionem como espaços vivenciais das ocupações históricas que o local conheceu.

Em conformidade com estes pressupostos, definiram-se três áreas expositivas, organizadas em funções de temáticas distintas (v. plantas anexa). A área 1, que corresponde ao antigo espaço oitocentista adossado à igreja, será consagrada à memória funcional de todo o conjunto musealizado (a porta da ribeira, a muralha,

a capela medieval de Santiago e a igreja da Misericórdia), dando relevo particular à sua vocação mais perene, isto é, à Santa Casa da Misericórdia de Mértola. A par de um conjunto de informações sobre a arte sacra concelhia (em suportes estáticos e multimédia), receberá, ainda, porquanto objectos devotivos raros, um conjunto de ex-votos em barro, dos séculos XVI e XVII, e outros artefactos das mesmas épocas. A área 2 - a nave da igreja - albergará exemplares significativos da imaginária religiosa do concelho, dos séculos XV a XVIII, e pintura sobre madeira de época quinhentista. A área 3 - a antiga sacristia - funcionará como espaço expositivo de alfaías religiosas, dos séculos XVI a XVIII e, simultaneamente, como local de fruição da envolvente ribeirinha que, das janelas sobre o Guadiana, placidamente se disfruta.

A recuperação do edifício da Igreja da Misericórdia, pela sua localização, abre ainda perspectivas que se prendem com a recuperação da sua envolvente urbana. Perdidas que foram as suas funções antigas de eixo viário fundamental, a porta do rio serve hoje quase exclusivamente aos pescadores para acesso aos barcos e às pequenas hortitas instaladas entre os álamos que se espreguiçam ao longo da margem, e aos canoístas, que encontram aí fortuito atalho de acesso à água e a mais um treino. De resto, o turista que se aventura a espreitar sob a muralha, poucas vezes franqueia os limites da antiga porta, não continuando a sua caminhada porque a jornada não lhe parece convidativa ou que lhe traga algo de novo ao seu lazer e ao prazer da sua contemplação.

Quem conhece bem a zona, e o aproveitamento que ela poderia ter, sabe que não é assim. Toda esta zona carece de ser recuperada, particularmente na sua componente paisagística, e de ser dotada de um conjunto de percursos pedonais, estruturados e mantidos nas devidas condições, que estabeleçam, ao menos, três ligações fundamentais: da porta da ribeira até à beira-rio, e daqui, saindo em direcções opostas, um percurso que, curvando na direcção da ribeira de Oeiras, avance até atingir a antiga porta do buraco; e outro, seguindo para a esquerda, até à Torre do Relógio, e desta, pelo caminho já existente, até ao cais.

De certa forma, parece inconsistente com a recuperação do edifício não se avançar numa intervenção urbana mais alargada que, de resto, tem os primeiros passos já delineados pela acção relevante que o Gabinete Técnico Local teve enquanto funcionou. Assim, o projecto de musealização da Porta da Ribeira /Igreja da Misericórdia não pode ser indissociado da futura recuperação da Casa Amarela (espaço habitacional solarengo datável do 1º quartel do século XIX, e onde funcionarão a sede do Campo Arqueológico de Mértola, ateliers de artesãos e salas de exposições temporárias) e da construção do Museu Islâmico, edifícios que lhe são próximos e que, no seu conjunto, exigem uma atenção particular sobre a sua envolvente.

Registe-se, como nota final, que esse plano mais alargado de intervenções (no seu todo a realizar até 1997) vai de encontro às perspectivas que têm orientado o Projecto Mértola Vila Museu:

- que a investigação científica possa estar na base, não só do conhecimento histórico e arqueológico do casco, mas que possa também contribuir para traçar regras e limites dentro do quadro de um planeamento integrado;
- que a implantação dos vários espaços museológicos ao longo da Vila Velha contribua para a redinamizar,

dando-lhe uma valorização acrescida à que a sua beleza e monumentalidade já pressupõem; esta valorização tem vindo a permitir inverter o conceito de que habitar nesta zona é sinal de pobreza, sendo cada vez mais nítida a mudança do seu estatuto;

- que a valorização do espaço urbano, nas suas componentes patrimoniais, contribua para aumentar o número de razões que justificam a sua cada vez maior procura para uma visita. Esta estratégia, que está na base de um incentivo ao aumento dos afluxos turísticos para Mértola, permitirá alguma redinamização económica, numa zona de tão grandes potenciais patrimoniais endógenos, mas tão deprimida, como esta é;

- por último, e não menos importante, que no que respeita às intervenções arquitectónicas e urbanísticas, se consiga criar, e manter coerente, um bem estruturado plano geral de intervenção e salvaguarda, que tenha em vista proporcionar uma melhoria das condições habitacionais do conjunto edificado, e demonstrar que tal objectivo não é, de todo, incompatível com a recuperação, conservação e usufruto dos elementos patrimoniais existentes no centro histórico.

1.4 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO / RECUPERAÇÃO EM EDIFÍCIOS EMBLEMÁTICOS

1 - Do Espaço-Igreja ao Espaço-Museu

No estudo de adaptação da antiga Igreja da Misericórdia e anexos a espaço- Museu a preocupação central será a de preservar, tanto quanto possível, as suas características estruturais, uma vez que expressam uma parte não negligenciável do património histórico edificado da vila de Mértola.

A sacralização do espaço sobre a antiga porta da ribeira remonta a finais do século XIII, quando a Ordem de Santiago aí implantou uma pequena ermida dedicada ao seu patrono. Paulatinamente foi perdendo a sua importância devotiva, manifesta em meados do século XVI quando o edifício se encontrava profundamente arruinado, razão que levaria a Ordem a cedê-lo à Misericórdia local, entretanto constituída.

Sobre as mesmas fundações, esta instituição levantou novo edifício, sagrado em 1558 (este que é ainda razoavelmente visível), na altura limitado ao corpo da Igreja; a sacristia é um acrescento do século XVIII, durante a campanha de remodelação então efectuada. As restantes dependências associadas à igreja, na estrutura que apresentam, foram construídas em período mais recente, na segunda metade da centúria de Oitocentos.

Esta sequência construtiva modelou o conjunto edificado que hoje existe, que mantém apenas uma ocasional ligação às manifestações religiosas locais: a igreja é utilizada por uma noite, albergando a imagem de Cristo, durante as cerimónias do Senhor dos Passos. Aqui termina a procissão, abrindo-se as suas portas à

devoção dos crentes. Tal tradição é particularmente relevante na vida religiosa local, tendo o acordo de cedência do imóvel por parte da Santa Casa da Misericórdia, que é a sua natural proprietária, salvaguardado a continuidade dessa mesma tradição. A proposta de musealização tomou naturalmente em consideração a romaria do Senhor dos Passos, acolhendo-a como a mais viva expressão da religiosidade local, que a colecção de arte sacra a albergar neste espaço pretende figurar e enobrecer.

Neste local, entre 1982 e 1994, funcionou o primeiro núcleo do Museu de Mértola, sem vocação temática específica, mas onde foram expostas ao público as mais notáveis peças cerâmicas e outros artefactos do período islâmico, a par com um importante acervo de imaginária religiosa e de alfaías litúrgicas do concelho,



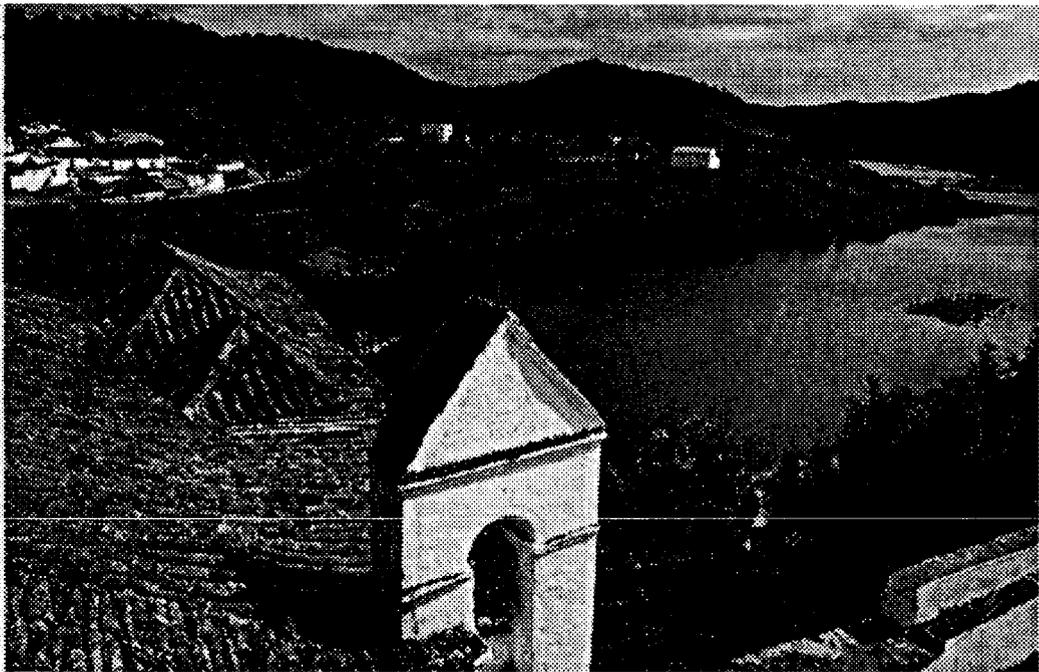
que encontrou, na antiga sacristia, local de recolhimento e protecção, escapando assim aos lamentáveis saques de que foram vítimas, à época, algumas das igrejas do concelho.

Tendo originalmente ocupado todas as dependências, o espaço reservado a Museu acabou por ficar confinado a três espaços, uma vez que, na sequência de acções de formação profissional, duas salas foram cedidas à Oficina de Ourivesaria que entretanto se constituiu .

A evolução própria do projecto museológico, estimulado pela investigação científica e pelas acções de recuperação urbana na área do Centro Histórico, exigiu uma modificação deste quadro. Estando já resolvida a questão de um espaço alternativo para a Oficina de Ourivesaria, e esperando-se a mais breve trecho a resolução da mais candente necessidade do projecto museológico de Mértola - a constituição de um espaço

próprio para a colecção do período islâmico -, a antiga igreja da Misericórdia está assim integralmente disponível para se constituir como uma nova e notável peça do conjunto já existente de núcleos temáticos.

O programa museológico que se propõe procura tirar partido da multiplicidade de corpos do conjunto edificado, das suas diferentes dimensões e desenho, sem que isso, como já se referiu, possa interferir com a também desejada valorização do edifício em si, particularmente das zonas da antiga igreja e sacristia (ver *Planta esquemática - Proposta museológica*; as referências feitas reportam-se a lespaços ou peças devidamente assinaladas na planta).



2 - Linhas gerais do Projecto de Musealização

Nave da Igreja

O altar, *entaipado* provisoriamente nas obras da década de 80, será devolvido à luz do dia, recuperando-se a sua fisionomia e as pinturas murais do seu interior.

Tratando-se de uma peça de traça comum para a sua época, não deixa de ser uma importante expressão plástica da simbologia associada ao culto cristão, e um dos principais elementos integrantes da atmosfera que se pretende de novo transmitir ao visitante, procurando cumprir com um dos princípios museográficos mais caros à equipa do Campo Arqueológico de Mértola - a musealização *in situ*. No nicho elevado do altar, hoje vazio, será exposto um *Cristo Crucificado*, de proporções avantajadas, datável da 2ª metade do século XVIII.

- No corpo da igreja será exposta a maior parte das peças de valor do conjunto de imaginária religiosa disponível, num arranjo museográfico que procurará agrupamentos de peças em conjunto com alguns destaques individualizados, procurando diversificar os ângulos de visão das peças e garantir zonas de circulação em seu redor; nas paredes laterais ficarão expostas duas tábuas pintadas do século XVI e uma vitrine com ex-votos de barro, peças de extrema raridade, datáveis de finais de século XVI.

Sacristia

No espaço da antiga sacristia será exposto um outro conjunto de não menor valor - as alfaias religiosas - em vitrines e, aproveitando o recorte em arco que apanha parte da espessura da parede e alguns espaços já existentes, como um pequeno armário, que será adaptado a novas funções.

Em conjunto com estas peças, e procurando que a mostra seja significativa das diversas expressões artísticas e plásticas do património religioso do concelho de Mértola, pretende também expôr-se elementos residuais de talha dos séculos XVII e XVIII.

O antigo oratório da sacristia, interiormente preenchido por um fresco Setecentista, e resguardado por quatro portadas polícromas, com pinturas da mesma época, será igualmente objecto de trabalhos de restauro. Perto do oratório ficará uma pintura sobre tábua, da segunda metade do século XVI, assim como, numa reconstituição simulada da sua volumetria, o antigo arcaz da confraria da Misericórdia, peça de inícios do século XIX, e um confessionário, datável de finais do século XVIII.

Anexos

Quanto ao restante edifício (salas 1, 2, 3), procurou-se uma solução que permitisse combinar as necessidades do funcionamento do espaço (particularmente a recepção - sala 1-, e as instalações sanitárias) com o desejo de ampliar a área expositiva. Assim, reservou-se um espaço que revele - através de mapas, fotografias e textos - outras formas plásticas (móveis e imóveis) de que se revestiu a religiosidade no concelho (sala 2). Dois painéis e um pequeno auditório, para projecção de um vídeo de cerca de 15 minutos, e um C.D.i. proporcionarão ao visitante essa leitura, assim como a visualização do Museu constituído. Ainda na sala 2, na sua zona mais ampla, serão expostas peças pertencentes à antiga confraria da Misericórdia, bem como painéis referentes à história do imóvel, com textos, fotos e desenhos. Na sala de recepção será colocado equipamento de apoio e expositores de venda de publicações e material multimédia. O acesso e saída será feito por esta dependência. Junto a esta existe um pequeno nicho exterior, que será também valorizado, de acordo com a mesma temática.

3. Intervenções gerais a realizar no edifício

No exterior:

- Picagem até ao osso, emboço e reboco de todas as paredes exteriores do edifício;
- Reparação geral do telhado (com substituição de todos os elementos estruturantes e forros em madeira que estiverem degradadas, e das telhas nas mesmas condições). Nesta zona deve dar-se particular atenção à necessidade de se manter a actual configuração de telhados múltiplos, um dos aspectos mais importantes do imóvel na perspectiva do seu valor patrimonial, e deve ser executado o plano de pormenor (anexo, desenhado na planta da cobertura) que prevê a instalação de caleiras em PVC, que possibilite a captação de águas pluviais cujo escoamento é feito sobre muros internos, e que as conduza a um captador que esteja ligado ao esgoto municipal. Esta solução, ou outra de cariz idêntico, deve permitir evitar de futuro infiltrações húmidas pelos muros internos, fundamental para a conservação do espólio aí exposto; deve ser colocado também, de modo a permitir um completo isolamento dos elementos de madeira, um revestimento em Onduline, ou material similar, sob as telhas da cobertura;
- substituição de parte do pavimento da zona 2 (v. desenho de pormenor dessa zona) por uma pequena lage de betão pré-esforçado, uma vez que o actual se encontra em completa degradação em resultado das infiltrações escorrências do telhado nesta zona do imóvel. De modo a manter a feição actual do conjunto devem ser colocados sob a lage, na zona do arco de acesso ao rio, paus redondos de modo a simular a existência do anterior pavimento em madeira assente sobre toros;
- recuperação e arranjos gerais dos madeiramentos e envidraçados de todos os vãos existentes;
- pintura integral em branco;
- restauro do nicho (Estação da Via Sacra) anexo à esquerda do imóvel;
- substituição dos actuais degraus de acesso em cimento por pequenos degraus em calçada tradicional (empedrado), de acordo com desenho de pormenor a anexar posteriormente;

No interior:

- picagem até ao osso, emboço e reboco de todas as paredes interiores do edifício;
- substituição da instalação e rede de electricidade (iluminação e força), com passagem a embutida;
- abertura da nova porta de acesso aos sanitários, e fecho da anterior; arranjo integral das instalações sanitárias, com colocação de novos azulejos e peças de loiça (modelos a escolher posteriormente);
- abertura da parede que divide a zona 1 da zona 2 em arco;
- remoção da parede que dividia as antigas salas da zona 2;
- encerramento de alguns vãos com tabiques;
- colocação de suportes e outros elementos de apoio à musealização;
- pintura integral (cor dominante - branco);
- tratamento das tijoleiras do pavimento e substituição das peças degradadas;
- reparação de escadas e nichos interiores (estes apenas se vier a verificar-se necessidade).

2. - A CASA DO LANTERNIM

2.1. - Síntese da investigação histórica

LOCALIZAÇÃO E REFERENTES TIPOLÓGICOS

Situado na zona nobre do centro histórico, em que é patente uma relativa homogeneidade do conjunto edificado, a Casa do Lanternim - designação oficiosa que resulta de ser o único imóvel que possui este elemento - é um dos edifícios singulares que aí se encontram. A par consigo, no principal largo da vila de Mértola, estão também situados os edifícios do poder administrativo e do poder judicial: a Câmara Municipal (à sua direita) e o Tribunal (à sua frente, na face oposta do largo). À sua esquerda, a “casa de brasileiro”, único exemplar destas características construções, famosas na sua época, as primeiras *casas de emigrante* que os portugueses recém-chegados com fortunas feitas no Brasil construíram em todo o país. Na restante banda contínua que se desenvolve a norte da *Casa do Lanternim*, encontram-se outros exemplares de casas sobradadas, de algum requinte arquitectónico, projecções materiais da elite local.

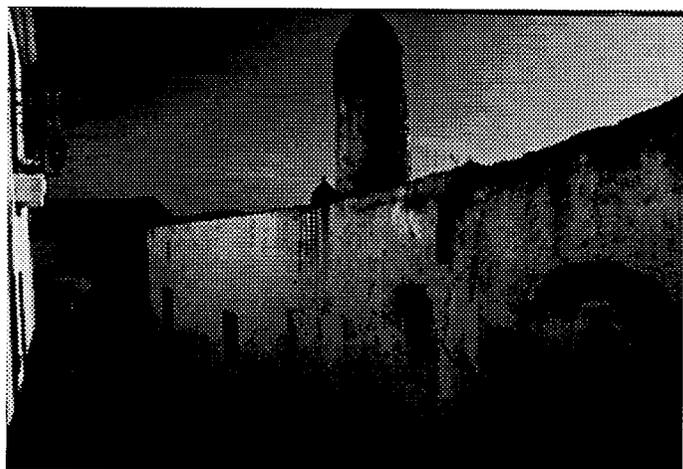
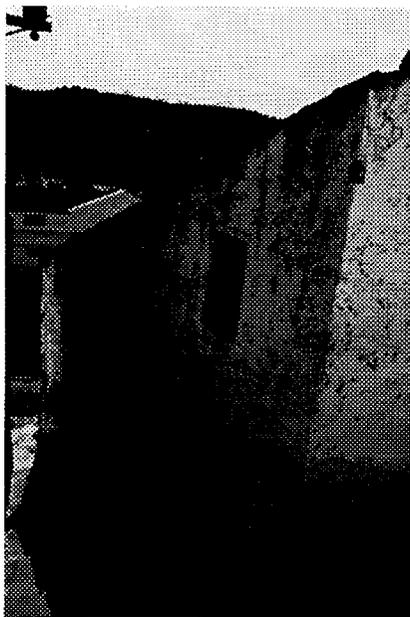


A Casa do Lanternim destaca-se da tipologia tradicional alentejana. Melhor dizendo, da sua tipologia pobre. Marcadamente urbana, e expressando as posses dos seus proprietários, é exemplo das casas apalaçadas que



uma burguesia recém-enriquecida com a especulação fundiária contruía então nas principais localidades da região, exibindo a sua nova condição de senhores da terra. Assim sendo, este edifício é também testemunho material de uma época, dos agentes e estratégias que nela estavam em confronto.

Neste caso particular, encontramos aqui o homem de posses, com família e criadagem, que constrói uma casa - pelo menos à escala local - de gigantescas dimensões: dezanove compartimentos, cavaliças, um logradouro de dimensão equivalente a várias casas médias da localidade. No total, quatrocentos e cinquenta e três metros quadrados, um quarteirão inteiro que, aliás, à época da sua construção, não possui vizinhos partilhando muros, confinando, em todas as frentes, com ruas da localidade.



Apesar de se destacar, como já se disse, do que é considerado a tipologia tradicional alentejana, este edifício insere-se num quadro tipológico também muito definido, que acentua as capacidades financeiras de quem paga a sua edificação, não só pela dimensão, como pela utilização de certos materiais e que realça já a existência de um programa de edificação semi-erudito, ou seja em que existe certamente, se não a interferência de um arquitecto, ao menos de um mestre de obras muito experiente, e de artífices qualificados, particularmente para os trabalhos de marcenaria.



Se assim não fosse, como poderia ter-se edificado tal construção? Parece bem esclarecedora a citação contida na obra *Arquitectura tradicional portuguesa*, de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano: "(...) a casa propriamente urbana (...) de tipo horizontal - largas e baixas, de rés-do-chão e andar nobre, com numerosas portas, janelas e varandas de fachada (...), enriquecido muitas vezes com mezanino ou piso suplementar de serviço, que serve de pretexto a primores arquitectónicos que os mascaram (...) é a casa nobre, própria originariamente de uma classe poderosa e terratenente, para quem a largueza do espaço é a afirmação do prestígio e domínio, que transferiu para a cidade o conceito de casa senhorial do campo e faz da sua residência uma espécie de solar à beira-rua (...) no andar, sobre a frente, abrindo umas sobre as outras e com belos tectos elevados, de masseira, às vezes pintados (...). Em baixo, ficam as dependências de serviço; e as restantes divisões encandeiam-se ao acaso, sem ordem nem lógica orgânica (...)."

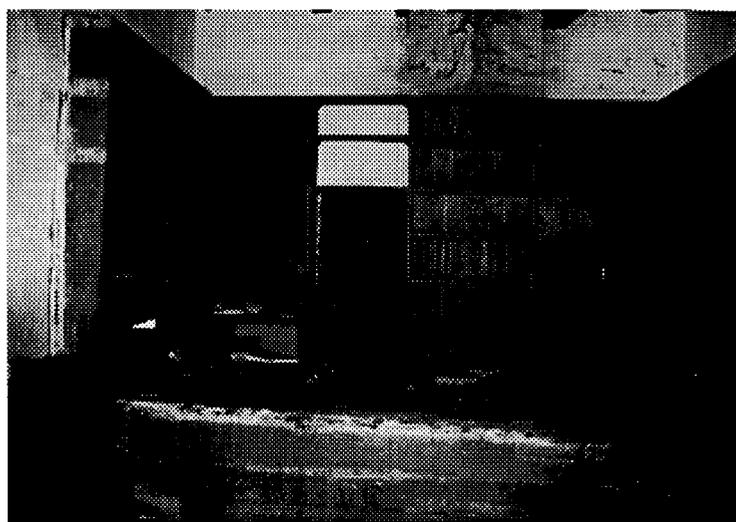
Estas casas assumem, por esta época - finais do século XVIII e todo o século XIX -, como muito bem destacou Helder Fonseca, no seu estudo sobre "Economia e atitudes económicas no Alentejo oitocentista", a forte conotação de espelharem ao vulgo a riqueza e o estatuto social de quem as possui, que não mais perderam

até hoje, bem como serviam de identificadores para a constituição de laços de solidariedade entre os elementos deste grupo social



A sua localização neste largo, associada a algumas informações que se podem retirar da análise do edifício, representa não só a ascensão de um grupo diferente ao poder político, como uma mudança funcional importante no que se relaciona com esta zona urbana.

De facto, o rés-do-chão aparenta ser, formalmente, composto por três unidades mais antigas (em que pelos menos duas indiciam um reaproveitamento após reforma, na outra não é possível entrar e portanto fica adiada essa questão, para quando da intervenção de recuperação); uma delas é ainda claramente datada do século XVI, como o comprovam os lintéis chanfrados da porta de entrada, pormenor construtivo da época que ainda se mantém, bem como por, na divisão do fundo, o pavimento ainda apresentar aspecto datável da mesma época.



Nesta zona de edificação mais arcaica, que podemos vislumbrar pela análise da planta, percorre toda a fachada até à zona onde se situa hoje o vão da escada. O interior, vasto, compõem-se de um grande salão, dividido por

um arco de grandes dimensões, e teria servido a funções de armazenamento, como aliás é de esperar nesta zona da urbe, onde, pelo menos desde época romana, e até à época moderna, se situou a sua faixa comercial e/ou ligada às actividades portuárias.

Esta parte do edifício tem ainda características construtivas muito peculiares, já que a divisão situada na sua extrema esquerda (hoje parte da cavaleriça), pode também ser uma antiga casa, também da mesma época e que abriga no seu interior uma lareira de boas dimensões, indicando tratar-se de um antigo compartimento doméstico. No entanto, é difícil afirmar cabalmente que não se trata apenas de uma dependência de uso dos serviçais, contemporânea, em termos construtivos, da implantação da Casa do Lanternim, dado que as suas características construtivas são consideravelmente confusas nesta zona. O tijolo maciço é a componente dominante, em termos construtivos, desta secção do imóvel, mas no extradorso são diversos os materiais e técnicas envolvidos e é difícil traçar um quadro cronológico da sua sobreposição.



Uma terceira unidade poderá estar situada no extremo direito, acompanhando aliás a distorção que a rua impõe, mas como o acesso ao seu interior não é possível (a zona foi selada, por apresentar deficiências graves de segurança estrutural) não podemos atestar da possível antiguidade dessa ocupação, nem averiguar de uma ocupação funcional distinta que lhe pudesse, eventualmente, ser atribuída.

Sobre estas fundações, reunindo-as e criando-lhes ligações funcionais, ergue-se o sobrado unitário da casa senhorial oitocentista, que tem um período construtivo perfeitamente datável e uma ocupação funcional clara (inclusive, mostrando na sua disposição arquitectónica os grupos sociais que nela cohabitavam e o modo como se percebe, pela disposição dos diversos compartimentos, que alguns destes possuíam condicionantes ao seu uso).

O terceiro piso da casa (o que dá para a rua posterior), é ocupado pelas dependências dos criados. A construção deste piso mais elevado veio dar uma aparência de consolidação de ocupação do espaço disponível, no que se refere à barreira da vila, ao trazer até ao nível da rua de cima a construção da casa. De facto, e face aos vestígios encontrados no já referido rés-do-chão deste imóvel, é provável que esta zona estivesse aberta, ou seja, que nenhuns edifícios ocupassem esta frente, por não terem zona de apoio. É conveniente ter sempre presente que Mértola se desenvolve, do ponto de vista urbano, em terraços aproveitados ou escavados na rocha, o que explica em grande medida a sua actual disposição longitudinal, se bem que a densidade da ocupação tenha sido diversa de uns períodos para outros. Aqui, por exemplo, se criaram, na nossa opinião, ao construir-se tão grande imóvel, condições para o aproveitamento de uma frente de rua que não existiria antes. (ver também foto da barreira pelo lado do logradouro)

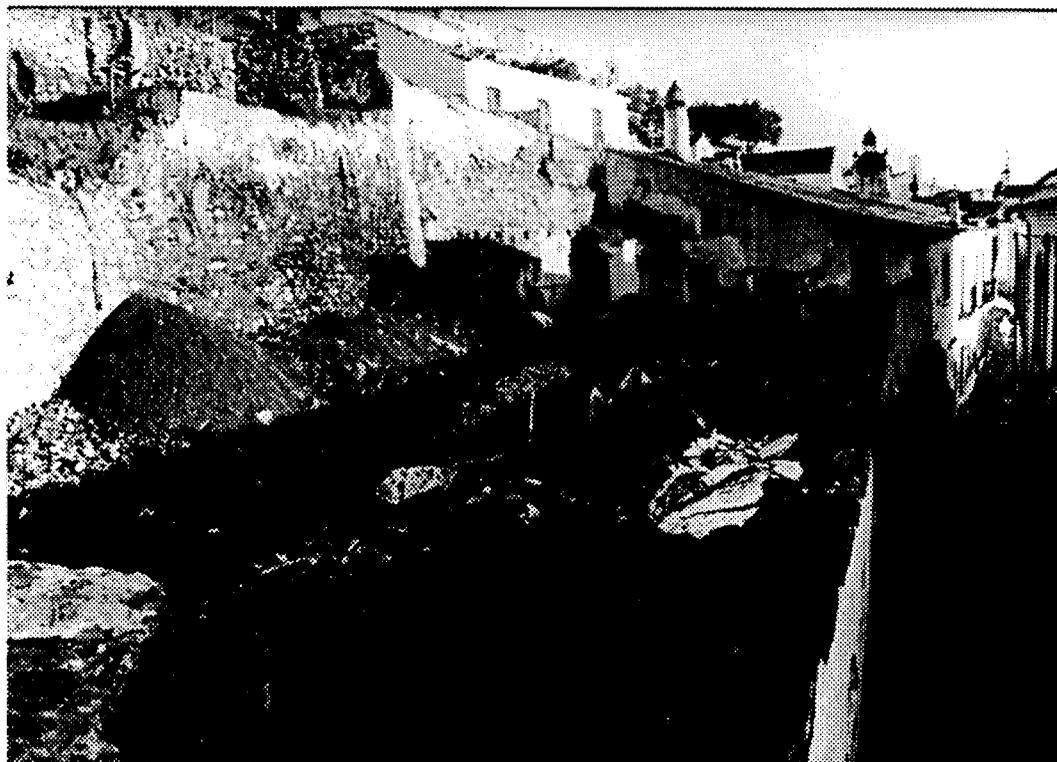
A compreensão da evolução urbana relacionada com esta zona levou, aliás, a emprender-se a escavação arqueológica do logradouro, intervenção de carácter urgente, motivada pelas necessidades resultantes do projecto da Câmara Municipal de Mértola de adaptação deste edifício para crescimento dos seus serviços, e que prevê o aproveitamento do logradouro.

Essa ocupação não é feita, no entanto, em altura. O projecto, da autoria do arquitecto Fernando Varanda, prevê apenas aproveitar o enchimento feito na época de implantação da Casa do Lanternim, uma vez que o jardim e o pátio de circulação, estavam implantados numa cota razoavelmente superior à da rua, criando deste modo uma zona verdadeiramente isolada, de lazer, que dava garantias de privacidade a este espaço e à elite local que o frequentava. O projecto prevê o uso desta diferença, com reposição da zona verde sob o terraço das estruturas a construir. Tal facto levou, também ele, à necessidade de escavar em tempo útil, esta zona.

Dirigida pelo Dr. Cláudio Torres, esta escavação tinha dois objectivos distintos, mas que podiam ser complementares. Por um lado, averiguar da continuidade ou não da ocupação romana do actual subsolo, em relação à casa do mesmo período que foi escavada na cave da Câmara Municipal, e que importava esclarecer se se prolongava nesta direcção ou não. Veio a confirmar-se não existirem vestígios desta época.

Paralelamente, importava esclarecer da antiga organização urbana deste espaço, ou seja se a rua (actual Rua D. Sancho II) se prolongaria, em época moderna (para não dizer mais recuada), aproveitando a faixa existente encostada á barreira, ocupação essa, que a confirmar-se, indicaria uma continuação, em banda, de um conjunto de casas das quais fariam parte as construções usadas para perfazer o rés-do-chão da Casa do Lanternim.

A escavação foi iniciada somente no último trimestre de 1993, e dada a fraca acessibilidade da zona adjacente ao muro do referido logradouro, a remoção da camada de enchimento terroso onde se encontrava plantado o jardim foi demorada. No entanto, quando se começaram a aflorar os níveis coincidentes com a cota da actual rua, verificou-se, pelo conjunto de achados, que estas estruturas poderiam remontar ao século XVI. A confirmação da sua datação, como já se disse, poderia ser o ponto de partida para atestar da ruptura ou não da ocupação edificada, ao longo de toda a rua, e talvez mesmo caracterizar funções que não habitacionais.



A ser assim, não é também irrelevante o facto de, em finais do século XVIII / início do XIX, quando da construção deste imóvel, um conjunto de casas mais antigas ter sido aproveitado quase que para alicerce de uma construção de muito maiores dimensões, constituindo esta uma estrutura aglutinadora, e, de certa forma, camufladora, de pré-existências arquitectónicas. Esta fusão pode assim servir como uma matriz de análise para outras edificações da mesma época, estabelecendo-se como um padrão que eventualmente ter-se-à repetido em outras zonas da urbe de Mértola, espelhando uma época de maior capacidade económica por parte de um grupo local, e também a disponibilidade urbanística, demográfica e as prováveis dificuldades financeiras de outras camadas sociais, que permitiram a aglutinação dessas pré-existências.

O conjunto de materiais retirado desta zona (incidindo principalmente entre o século XVI e o século XVIII) constitui notável espólio desta época, que veio enriquecer a colecção do Museu de Mértola e que poderá viabilizar a existência de um pequeno núcleo no projecto de recuperação do edifício.

2.2. - Levantamento arquitectónico

Assim, podemos então esquematicamente localizar em planta as diferentes zonas da Casa do Lanternim.

A colocação das áreas de serviço num plano recuado, e sem dimensões apreciáveis vem acentuar ainda mais o facto de ser esse o piso reservado ao proprietário da casa - com a excepção óbvia da cozinha, onde se concentravam as funções domésticas da criadagem, e que, apesar de mais aberta e com importantes funções de estruturação da circulação interna, não deixava de ter a sua ligação ao corredor recuado destinado aos serviços.

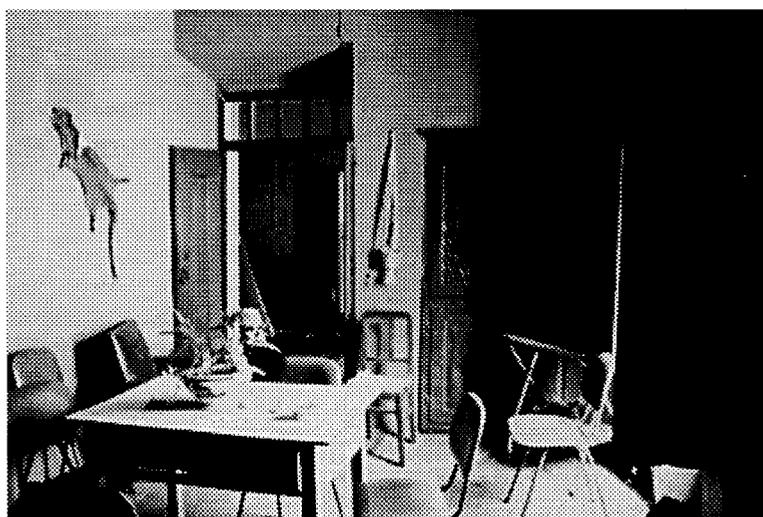
Para habitação dos empregados domésticos destinava-se certamente o 2º piso, que possuía uma reduzidíssima escada de ligação com o corredor interior de circulação no 1º piso, e, simultaneamente, ligação com a rua de Nossa Senhora da Conceição, situada acima da Rua D. Sancho II (a da entrada principal), que se constituía assim como uma espécie de entrada dos fundos !

O rés-do-chão destinava-se a cavalariças e a outros serviçais (hipótese a confirmar) e, também, a permitir o acesso à cozinha, através da escada exterior.

2.3. - COMPONENTES MATERIAIS, TECNOLOGIAS E PATOLOGIAS

Uma primeira análise permite concluir que se trata de um edifício de grande coerência construtiva, onde as modificações e acrescentos posteriores foram essencialmente ou nada ou pouco destrutivos (correspondem a divisões em tabique que foram meramente associados às paredes de alvenaria pré-existentes, ou de adaptação a funções não habitacionais ou ainda, como no caso da implantação da casa de banho anexa, modificação parcial do sistema de pavimento, ou cortes nos muros para instalação das condutas de esgotos) e que sendo pontuais, preservaram a sua leitura como conjunto coerente.

A qualidade patrimonial do imóvel é elevada. Para lá da sua fisionomia e dimensão geral, de que se realça a bela fachada com o seu conjunto de janelas de sacada, destacam-se ainda, como elementos relevantes, o lanternim que lhe dá o cognome (único em toda a localidade), e que serve de iluminação à escada principal, ela em si também um bonito elemento arquitectónico; os tectos do 2º piso (o andar nobre da casa), onde se podem ver, ainda, apesar das infiltrações que os ameaçam, dois tectos em maceira, um dos quais apresenta apurado trabalho de marcenaria; o seu conjunto de chaminés; as cavalariças, de boas abóbadas em tijolo (se bem que uma parcialmente destruída), e onde existe uma bela lareira, podendo indiciar que se trata uma vez mais de um reaproveitamento de uma construção anterior.



O edifício apresenta sérias deficiências estruturais (particularmente ao nível dos paramentos e de alguns pavimentos de madeira, os primeiros devido a inúmeras fendas, os segundos devido á decadência do sistema de cobertura que permitiu a entrada de águas pluviais que têm, nos últimos anos, acentuado a sua degradação. V. item seguinte). Os troços de taipa apresentam, igualmente sinais de desagregação, patologia também originada por infiltração de águas.

Desta sumária descrição fica frisada a qualidade patrimonial do imóvel mas também o seu estado largamente deficiente e, por inerência, o elevado custo de uma recuperação que respeite essa mesma qualidade. A necessidade de encontrar novo espaço para ampliação dos seus serviços, levou a que a Câmara Municipal de há longos anos se tenha decidido pela sua compra, o que finalmente se concretizou. Apesar dos custos que acarretará, esta instituição não deixa também de estar consciente da importância deste edifício do ponto de vista histórico, patrimonial e urbanístico, e, assim, da necessidade de encontrar um programa de recuperação que conjugue funcionalidade com preservação patrimonial. Pela nossa parte, no sub-capítulo seguinte, deixamos algumas das sugestões a que o nosso estudo deste imóvel nos conduziu (existe um acordo com a Autarquia no sentido de este estudo e os levantamentos fotográficos e arquitectónico serem facultados ao Arq.to Fernando Varanda, como ponto de partida para a sua proposta).

- Técnicas construtivas e patologias presentes:

ALVENARIAS E ARGAMASSAS

A análise das alvenarias presentes na Casa do Lanternim revelou-se um dos mais complexos itens do levantamento do imóvel, uma vez que este patenteia sistemas construtivos muito diversos:

- taipa;
- alvenaria de tijolo maciço;
- alvenaria de pedra irregular (de pequena dimensão);
- alvenaria de pedra irregular (de grande dimensão);
- alvenaria de pedra regular (blocos de xisto de dimensão razoável).

Se começarmos pelos rebocos, constituídos por argamassa de cal e areia, a pele protectora do edifício em relação ao meio exterior, o seu actual estado é indiciador de alguns problemas que, depois de ultrapassada esta epiderme, podemos encontrar: inúmeras fendas, percas de coesão em relação à parede de suporte, inexistência em alguns troços, enfim, um conjunto de deficiências que abrem caminho, particularmente, à acção da água. Esta, cuja intrusão pelo telhado, em dias de chuva, quase faz supôr da inexistência de tal sistema de cobertura, causa também, nos muros exteriores, por impacto e por absorção, severos danos na solidez construtiva do edifício.

Na construção do edifício foi também utilizada a taipa, principalmente em alguns panos do 2º e 3º pisos (embora somente em alguns troços), que apresentam os maiores problemas, em resultado das inúmeras infiltrações de água que por toda a parte se verificam. Este material construtivo - terra com características parcialmente argilosas à qual se acrescentam pequenos pedaços de materiais inertes, ou às vezes vegetais, para melhorar a sua coesão - consegue a sua solidez graças à compactação obtida no acto de construção, e ao isolamento do meio líquido que o reboco e o sistema de cobertura proporcionam. A ausência de tais capacidades protectoras tem consequências funestas e, muito aceleradamente, estes muros se desagregam. Um exemplo claro desse processo pode ser comprovado no muro exterior da rua, e no alçado lateral esquerdo, que apresentam rupturas de grande profundidade. Estes muros mostram já, nalguns casos, graves percas de material, com rombos de grande dimensão, que, obviamente, implicam perda de resistência face aos esforços a que o imóvel está submetido. Nas sondagens feitas no interior da casa, na parede correspondente ao alçado lateral direito, quando se abriu um troço do reboco, a terra estava completamente solta e caiu abundantemente.

Outro problema que surge nalgumas paredes resulta da não sobreposição dos troços de taipa, o que levou a que se tenham assim constituído zonas de fractura preferenciais, segundo a linha vertical entre cada conjunto de blocos de taipa que constituem secções da parede. Estas são particularmente sensíveis aos empuxos laterais, tal como aqui se verificaram, e apresentam assim inúmeras fendas, com grande perigo para a sustentação do edifício.

Um dos aspectos mais marcantes que atestam da gravidade destas deficiências é a consolidação de emergência que foi necessário promover no extremo nascente do edifício: a coincidência da ruptura da parede de taipa no alçado posterior com a zona da porta e janela de sacada situadas no alçado principal criou consideráveis esforços na parede do alçado lateral, ainda por cima sendo este principalmente construído em taipa. Daí a um aumento repentino do número de rupturas foi um breve caminho e o colapso pareceu eminente, tendo inclusive a rua de acesso sido na altura encerrada. O edifício parece agora estar em equilíbrio - se bem que precário - e, na recuperação a que se vai proceder no imóvel, esta zona consigna, decerto, uma das mais urgentes e profundas intervenções que se irão executar.

Ao contrário, todo o piso térreo é de grande robustez, muitos vãos ou paredes reforçadas com arcos de alvenaria de tijolo maciço, sendo sobre estes, e nas paredes do alçado principal e posterior que assentam os madeiros de suporte do tabuado que divide os dois pisos. Aliás, a parede do alçado posterior não o é de facto, tratando-se apenas de um reboco que cobre a rocha da barreira, uma vez que a casa está encaixada no declive. Em resultado disto apresentam actualmente marcas de alguma degradação em resultado da humidade aí existente, e da falta de manutenção (a casa está fechada, aguardando a sua entrada em obras).

As paredes são, no geral, de tijolo maciço, com cunhais constituídos por grossos blocos de xisto, apresentando divisões mais recentes - os tabiques referidos -, executados em estreitos tijolos vasados (de tipo antigo, e não correntes); o seu estado de conservação diverge bastante entre os colocados num compartimento do rés-do-chão, ainda em razoável estado, e os do compartimento mais a nascente do sobrado (a zona mais degradada do edifício), onde, ao levantar-se o reboco se constatou que uma grande parte dos tijolos tinha sido corroído

pela humidade, estando reduzidos a uma fatia fina, e deixando no soalho montículos de material cerâmico residual.

Deve apesar disso salientar-se, uma vez mais, que uma parte do piso térreo, revela o aproveitamento de edificações mais antigas (de provável fundação quinhentista, tendo inclusive ainda alguns elementos arquitectónicos de valor como é o caso de uma porta de lintéis chanfrados, e tendo outros sido reaproveitados, mas sem destruição, como o caso de uma soleira de porta utilizada como varandim). De grande robustez, apresenta muitos dos vãos ou paredes reforçados com arcos de alvenaria de tijolo maciço, sendo sobre estes que assentam, nos alçados principal e posterior, as vigas de madeira que constituem o suporte dos soalhos do 2º piso. Os muros do alçado posterior funcionam como parede de suporte da encosta, do que resulta apresentarem marcas significativas de degradação por via húmida (além de que são de provável construção quinhentista, como já se referiu, com rebocos de reforço posteriores).

Um dos aspectos gerais que podemos ainda referir em relação às alvenarias, quer de pedra, quer de tijolo, é a qualidade da argamassa de cal que foi utilizada. Tal facto foi comprovado em inúmeras zonas de sondagem, em que apesar das fendas e dos materiais construtivos em estado precário, com desagregações parciais, a argamassa de ligação se encontrava ainda com grande solidez, constituindo-se provavelmente nesta altura como um dos elementos que consegue dar alguma coesão ao edifício.

MADEIRAS

Particularmente no que respeita à utilização da madeira como elemento de cobertura no seu interior, é nítido que ela se reveste de todo um valor simbólico, fragmentando-a em duas zonas, pelo aspecto que confere aos compartimentos.

A zona reservada ao proprietário e à família (duas salas de estar de dimensões consideráveis, e mais cinco assoalhadas), apresenta tectos mais elaborados, em particular nas salas de estar, onde os tectos em maceira se juntam às janelas de sacada que rasgam a fachada dando a estes dois aposentos a primazia sobre todas as restantes divisões da casa. Associados a estes estão um conjunto de assoalhadas que apresentam coberturas de forro à portuguesa (pranchas sobrepostas alternadamente), e, em qualquer dos casos, dotadas de sancas de madeira, com bons acabamentos de marcenaria, e, quase sempre, protegida a madeira com betume e pintura.

Nas restantes dependências (corredor de ligação posterior, cozinha e numa divisão anexa a esta) a cobertura é tão só o inverso do pavimento do 2º andar (3º piso), isto é, apresenta-se visível o corrente sistema de cobertura/pavimento, uma combinação de barrotes maioritariamente quadrados, que constituem a parte estrutural sobre o qual são pregadas as pranchas do soalho (no caso de existirem mais pisos no edifício, como é o caso), ou o caniço, se se tratar do sistema de cobertura final, isto é, do telhado. É importante referir aqui

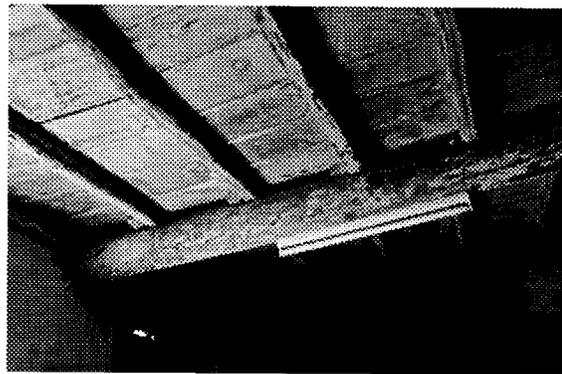
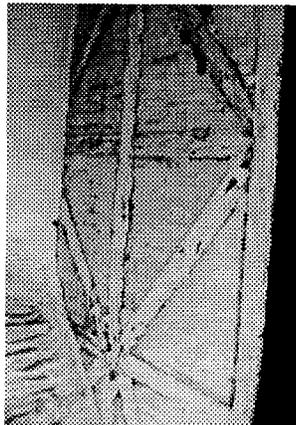
que no caso do rés-do-chão, área meramente destinada a serviço e às cavaliariças, o sistema estrutural limita-se aos barrotes de eucalipto redondos comuns.

Poderíamos assim concluir que, à dimensão dos compartimentos e à existência de elementos de marcada singularidade no conjunto do edifício, como as já referidas janelas de sacada, vêm juntar-se, aumentando o seu valor simbólico, os elementos de madeira referidos, completando uma unidade espacial que terá tido comprovada eficácia na representação arquitectónica dos distintos níveis sociais que, à época, aí coabitaram.

Na Casa do Lanternim podemos constatar a utilização de tipos distintos de madeira visando diferentes finalidades. Podemos assim salientar:

- a diferença do tipo de madeira e das secções dos toros circulares que desempenham funções de carácter estrutural, compondo o sistema de pavimento/cobertura dos distintos pisos. Comumente encontramos apenas toros de secção média de 15 / 18 cm, nos vãos de maiores dimensões, ou ainda em vãos de dimensões inferiores (situados na zona mais interior da casa), barrotes rectangulares com aprox. 10 x 15 cm, e, em qualquer dos casos, sendo estes de pinho.

Mas, no caso excepcional de uma grande viga de reforço, também ela em madeira, que permite o maior vão existente nesta construção, na área da cozinha, vamos encontrar exemplo do recurso a um tipo distinto, que lhe dá condições não só de maior resistência (que resulta também, obviamente, da sua maior secção, de aprox. 30 cm), mas de uma maior durabilidade já que se trata de casquinha (vidé ficha morfológica), de acordo com informação prestada por um dos mestres marceneiros de Mértola, o que é também corroborado pela sua utilização comum, nestas funções, em outras habitações, e a nível da região.



Assim, cremos estar afastada a outra opção, também possível, de se tratar de pitespaine, outra resinosa de características semelhantes, sendo, no entanto, dura, e não branda como a casquinha. Esta é também chamada de Riga, a sua origem nórdica. Esta madeira apresenta um cerne de maior secção - que, pela toxicidade dos elementos que a árvore, durante o seu crescimento, aí vai depositando, afastam os parasitas - e, em resultado do crescimento lento a que estão condicionadas pelo clima, uma grande densidade de anéis de Inverno (se compararmos o seu número com o de um pinheiro português, considerando a mesma secção). Tais

características tornam esta madeira mais resistente a ataques de xilófagos e consequentemente também a outros tipos de patologias, uma vez que a sua coesão e solidez são maiores; assume pois particular relevo a sua utilização para fins construtivos. Essa mesma lógica encontramos-la aqui expressa nesta utilização.

Outro aspecto a salientar é a diferença entre os tipos de madeira de pinho escolhidos / utilizados em duas situações distintas:

- as grandes pranchas do soalho, em pinho, que apresentam actualmente diferenças substanciais em termos de conservação/preservação das suas características base, na razão directa da sua maior ou menor familiaridade com a água, que penetra no interior pelos vidros partidos das janelas ou pelas goteiras da cobertura (estes aspectos merecem maior detalhe no capítulo referente às patologias existentes);



- os tectos que apresentam um trabalho de marcenaria mais cuidado, como os já referidos em maceira, ou os de pranchas pregadas sobrepostas - à portuguesa -, bem como as ombreiras das portas e janelas, são por sua vez feitos também eles em madeira de pinho, mas que apresenta em relação à referida anteriormente uma grande diferença, que lhe confere, em termos de durabilidade da madeira em obra, um grau muito mais elevado: essa diferença consiste no facto de a madeira não ter sido sangrada, isto é, de manter na sua estrutura interna, a resina.

A manutenção da seiva, neste caso particular das resinosas, dá-lhes uma maior capacidade de resistência a diversos ataques, particularmente porque o seu grau de porosidade é muito menor do que nos casos em que é sangrada, e não perdendo também as suas capacidades de resistência mecânica.

Acresce ainda que nestas últimas a madeira é betumada e pintada, apresentando-se assim, e em condições normais de conservação geral do edifício, com alto grau de condições de preservação das suas propriedades.

Quanto a outras patologias existentes nestes materiais, algumas são particularmente graves, em especial quanto elas parcialmente comprometem a solidez estrutural do conjunto. De igual modo se torna complexa e morosa a sua recuperação e/ou substituição com vista à reutilização global (e funcional) do imóvel.

A importância estrutural dos elementos de madeira neste edifício é grande, como aliás é corrente em arquitectura tradicional - e era-o, claramente, à data de construção do imóvel, provavelmente em inícios do século XIX.

No caso dos elementos em estudo com características estruturais encontramos dois tipos:

- 1 - os de estrutura de pavimento - cobertura dos compartimentos;
- 2 - os de estrutura de suporte do telhado;

- nos que não têm esse tipo de funções outros dois tipos:

- 1 - os tectos (forros) em maceira, ou singelos, de tábuas montadas à portuguesa (v. capítulo seguinte), que se situa nas divisões do 1º piso;
- 2 - as portas e janelas do edifício

As patologias que podemos encontrar nos elementos do grupo 2 e em geral também em parte dos pavimentos (o telhado tem sofrido renovações mais recentes como aliás é norma sob pena da sua degradação irreversível e provável queda), são de três categorias principais:

- Ataque de xilófagos
- Fungos
- Podridão

(Evitando tornar este capítulo muito extenso, por duplicação de informações, remete-se para a ficha de



materiais respeitantes às madeiras (capítulo referente à arquitectura tradicional -, onde poderão ser encontrados mais elementos sobre as referidas patologias, bem como em relação às suas possíveis soluções de eliminação, quer em acções de recuperação ou de prevenção em relação a ataques futuros).

É óbvio que o comportamento estrutural do imóvel se encontra assim afectado, comprometendo mesmo a coesão da casa, já que esta apresenta, simultaneamente problemas estruturais nos muros portantes

particularmente nas alçadas principal e lateral direito. Daí poder afirmar - se que, ao menos nessa zona do edifício, grande parte do esforço estrutural está a recair sobre os elementos em madeira (particularmente na sustentação dos empuxos laterais que as “barrigas” nos muros portantes estabelecem).

A determinação rigorosa da patologia e da sua forma de recuperação são assim muito importantes para o planeamento da recuperação do conjunto edificado, para estabelecer uma “tipologia de intervenção” (a qual condiciona como se sabe, os montantes financeiros do caderno de encargos) e avaliar a sua viabilidade face à sua importância patrimonial e / ou funcionalidade desejada.

No que respeita à podridão ela afecta uma zona restrita da casa - algumas dependências do 1º piso, patologia que ficou a dever-se à saída do inquilino, (logo deixou de haver manutenção quotidiana), não mostrando o então proprietário, em vésperas de venda do imóvel à C. M. Mértola, interesse na sua recuperação, nem em medidas preventivas que aumentassem a protecção contra as referidas patologias. Por sua vez a Autarquia aguarda os financiamentos candidatados para dar início aos trabalhos de recuperação.

Esse abandono permitiu a infiltração de água, que foi molhando regularmente os pavimentos, e, para agravar esta situação, a existência de passadeiras de oleado, impediu a secagem normal dessa mesma água; nestes locais de prolongada retenção a degradação é hoje completa, tendo já atingido pontos de ruptura. Nestas zonas não resta solução que não a substituição integral destes elementos.

Quanto aos ataques de xilófagos, eles variam de intensidade consoante as zonas, mas podemos afirmar que esse ataque se distribui ao longo da casa, e sempre nos elementos de pinho já sangrados, quer em pavimentos, quer nas vigas estruturais.

2.4.-Programa de conservação /recuperação e proposta de novas funcionalidades

A modificação de funções que se verificará após a conclusão da intervenção, passando o edifício de habitação para serviço público, é tanto mais importante quanto uniformiza as funções de todos os grandes edifícios desta zona urbana, que passam assim a ser espaços públicos: o Lar de Terceira Idade (Casa de Brasileiro), o Tribunal da Comarca, a Câmara Municipal, e, agora, a Casa do Lanternim, como extensão desta última.

Tal concentração de serviços, se bem que relevante do ponto de vista da funcionalidade, e coerente na estratégia de manutenção de dinâmicas quotidianas na *vila velha* (designação local do casco histórico), coloca problemas a nível da gestão do espaço, quer para estacionamento quer na circulação viária, e decorre neste momento a análise do seu impacto e a busca de soluções alternativas de estacionamento para os meios de transporte; esse projecto permite, aliás, a revalorização de todo o largo como espaço de fruição quer para os moradores das ruas limítrofes, quer para os transeuntes ocasionais.

É nesta fase de determinação de um programa de intervenção que se torna relevante a participação de outras disciplinas que não só a arquitectura e a engenharia (fundamentais na definição das componentes técnicas da conservação e recuperação), particularmente se está em jogo um edifício de qualidade patrimonial, histórica (em termos da localidade) e que, para mais, está assente sobre um estrato arqueológico de inegável riqueza.

Coube assim, no quadro da presente investigação, dar corpo à sondagem arqueológica do logradouro (trabalhos descritos no sub.capítulo 2.1.), e executados pelos técnicos do Campo Arqueológico de Mértola), a identificação das tecnologias construtivas, materiais e patologias do imóvel, a inventariação dos elementos patrimoniais relevantes e a definição de uma proposta de intervenção que pudesse ser levada em consideração no programa de recuperação a entregar ao arquitecto responsável, e a colaboração na análise crítica da mesma, acrescentando novas ideias.

Tal conjunto de propostas é o que se corporiza nas linhas seguintes:

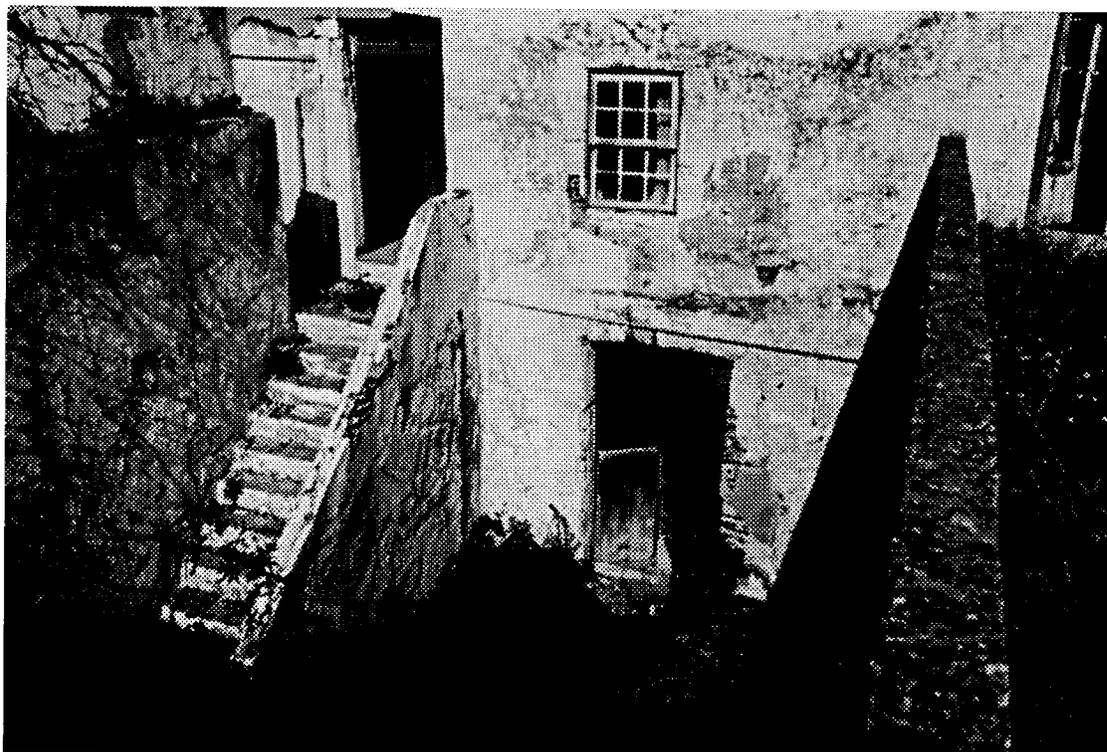
- foi alvo de particular atenção a possibilidade de se vir a estender para um piso subterrâneo do logradouro, o espaço da *Casa Romana* (Museu de Mértola), que se situa na cave do edifício da Câmara Municipal, contígua à actual intervenção; esta perspectiva não se veio a concretizar, uma vez que a escavação terminou na rocha-mãe, tendo apenas encontrado os já citados vestígios de edificações do século XVI. A terem existido vestígios do período romano, as sobreposições vieram a eliminar esses testemunhos, sendo que, nesta perspectiva é possível considerar outras alternativas;

- assim, está aberto o caminho quanto à possibilidade de utilizar, para outros fins, a mesma estrutura a edificar (que se prevê construída em betão armado), reproduzindo, em termos urbanos, a mesma massa que era ocupada pelo muro do logradouro da casa do Lanternim; neste espaço, construído de raiz e, no qual se podem implantar todas as instalações técnicas, e garantir o mais perfeito e completo isolamento acústico, climático e às infiltrações da chuva ou da água do jardim, que lhe fica por cima, estariam criadas as condições ideais para reservar este espaço para instalar o Arquivo Histórico de Mértola, que urgentemente carece de uma zona condigna e com condições de climatização interior. Dada a dimensão da área em consideração ela permitiria facilmente congregar o depósito do arquivo (que actualmente é de pequena dimensão - aproximadamente 35 metros lineares, mas que crescerá consideravelmente com a (breve) inclusão da documentação de todo o período do Estado Novo (1926 - 1974), que se encontra ainda no Arquivo corrente da Autarquia), e ainda permitir a existência de uma pequena sala de leitura, que incluiria a zona de recepção.

Com o acesso garantido pelo pátio da cavaleriça da Casa do Lanternim, a sua implantação nesta zona da vila, onde estão instalados os diversos núcleos do Museu de Mértola, daria ao Arquivo Histórico de Mértola uma dignificação condizente com os propósitos do actual projecto de reabilitação de espaços, e constituir-se-ia, também, em mais um espaço a visitar, uma vez que, também ele, poderia dispôr de uma pequena zona de exposição para dar a conhecer as espécies arquivísticas mais notáveis aos habitantes e ao público visitante.

Em consonância com esta proposta, seria igualmente interessante poder-se dispôr de outro espaço para

exposição dos materiais arqueológicos que foram retirados durante a escavação da zona. Neste sentido, essa função poderia caber à antiga cavalaria e anexo (o tal compartimento que possui uma chaminé). Dar-se-ia assim completa integração ao pátio (de um lado o arquivo, do outro e museu, ao centro, em frente da porta, a escadaria de acesso ao jardim e ao interior dos serviços camarários), numa solução que não violenta a estrutura do edifício, já que, à partida, é uma zona isolada do restante. A qualidade plástica deste local decerto enquadraria bem um conjunto de vitrines, valorizando, sem sombra de dúvida, todo o conjunto edificado, a existência de um espaço museológico nas suas dependências.



Quanto ao restante edifício, para o qual a Câmara Municipal tem um conjunto de intenções mais ou menos definidas, parece-me curial deixar aqui apenas algumas recomendações no que respeita às componentes patrimoniais do edifício.

Assim, é evidente que o lanternim - pela sua singularidade - deve ser, assim como a escadaria que ele ilumina, preservado na sua morfologia global (e recuperadas algumas das deficiências que actualmente apresenta). Intocáveis devem também ser as suas chaminés, mesmo se desprovidas de qualquer utilidade prática, pelo que representam de característico deste imóvel.

Imagem essa para a qual também contribuem sobremaneira o conjunto de janelas, que, apesar de algumas deficiências e patologias de elementos constituintes, deverão ser recuperadas no sentido de garantir a manutenção do desenho do alçado principal (em alguns casos haverá necessidade de reproduzir os elementos existentes, por terem desaparecido em alguns dos vãos; no entanto essa solução é melhor do que introduzir

elementos novos, que decerto criariam estranhas dissonâncias).

Quanto ao interior, apenas deixaria as seguintes recomendações, que me parecem importantes:

- o interior do imóvel deve, do ponto de vista estrutural, ser mantido, não se modificando radicalmente, removendo o mínimo de elementos possível, antes adaptando as necessidades existentes aos espaços disponíveis (que são bastantes); de igual modo se recomenda cautela na instalação de secções técnicas, procurando-se as zonas mais favoráveis para o fazer, e não implantando-as de acordo com um regulamento padrão, que nestes casos em muito ferem os edifícios.

- a recuperação dos tectos em maceira deve ser empreendida, garantindo a sua permanência, pela sua qualidade formal, deve ser considerada como zona de acesso ao público (por exemplo como sala de recepção - a maior - e sala de reuniões - a menor), permitindo às pessoas que aí se deslocam a tratar de quaisquer assuntos, admirarem a qualidade desse espaço.

Por último, mas que me parece serem questões de relevo, ao menos a nível local, esta intervenção deve servir de modelo, e como forma de estímulo, a intervenções de carácter semelhante, devendo dar-se, a todos os passos da recuperação, exaustiva cobertura que permita a divulgação pública do projecto e das suas fases; aos agentes definidores do programa detalhado - neste caso a Autarquia - cabe uma reflexão sobre o carácter perene da intervenção a realizar; ou seja, quaisquer alterações profundas à qualidade formal e arquitectónica do edifício não poderão jamais ter retrocesso - por perda de elementos de muitíssimo difícil reprodução - e deve a intervenção ser entendida como algo que ultrapassa a satisfação das necessidades imediatas - talvez um dos aspectos mais transitórios do pensar humano... - e que, mais do que isso, deve respeitar o edifício pelo que ele representa em si mesmo, conservando-o como parte integrante da memória local.

BIBLIOGRAFIA

HISTÓRIA E GEOGRAFIA GERAL

- ALARCÃO, Jorge de (coord.) - *Portugal, das Origens à Romanização*, in Nova História de Portugal, Vol. I, Editorial Presença, Lisboa, 1990.
- O Domínio romano em Portugal, Col. *Fórum da História* 1, Pub. Europa-América, Men Martins, 1988.
- A cidade romana em Portugal. A formação de <<Lugares Centrais>> em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização, in *Cidades e História* (Ciclo de conferências), Fundação Calisto Gulbenkian, Lisboa, 1987.
- ALEGRIA, Maria Fernanda - Cartografia antiga de Portugal continental, Sep. de *Finisterra*, Vol. XII - 24, Lisboa, 1977.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho - Portugal: perfil geográfico e social, Col. *Horizonte* nº 45, Livros Horizonte, Lisboa, 1985.
- ATLAS DE CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS, Vol. 1, História medieval 1, INIC, Lisboa, 1990.
- AUBET, Maria Eugenia - Tiro y las Colonias fenicias de Occidente, Ediciones Bellaterra, Barcelona, 1987.
- BRAUDEL, Fernand - O Mediterrâneo. O espaço e a história, Col. *Teorema* 4, Teorema, Lisboa, 1987.
- CLAVAL, Paul - A nova geografia, Col. *Almedina* 37, Livraria Almedina, Coimbra, 1982.
- COELHO, António Borges - "Nova" agricultura no Portugal do século XIV, in *Revista de Economia*, Vol. XV, fasc. III (Setembro 1963), Lisboa, 1963.
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, (iniciada em 1984).
Vols. consultados:
1. Memória-História (1984);
4. Local / Global (1985);
8. Região (1986);
16. Homo-Domesticação. Cultura material (1989).
- GODINHO, Vitorino Magalhães - *Sobre a pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanasm in Revista de Economia*, vol. XVI, 2ª série, III vol., Fasc. III e IV (Set.-Dez.), Lisboa, 1964.
- LAUTENSACH, Hermann - *Os rios e os processos de erosão*, in RIBEIRO, Orlando - *Geografia de Portugal*, vol. II, Sá da Costa, Lisboa, 1988, pp. 467-481.
- LOUREIRO, Adolpho - *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909.
- MACIAS, Santiago - *O Garb-al-Andaluz, Resenha dos factos políticos*, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, Circulo de Leitores, Lisboa, 1992, pp.417-429.
- MATTOSO, José (coord.) - *História de Portugal*, vol I - *Antes de Portugal*, Circulo de Leitores, s.l., 1992.
- *A escrita da História, teoria e métodos*, Col. *Imprensa Universitária* 67, Editorial Estampa, Lisboa, 1988.
- MEDEIROS, Carlos Alberto - *Geografia de Portugal, Ambiente natural e Ocupação humana; uma introdução*, 2ª edição, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.
- MENDONÇA E COSTA, L. de - *Manual do Viajante em Portugal*, 4º edição, Lisboa, 1913.
- MINERIA Y METALURGIA EN LAS ANTIGUAS CIVILIZACIONES MEDITERRANEAS Y EUROPEAS (Actas do

Colóquio Internacional), Instituto de Conservacion y Restauracion de Bienes Culturales, Madrid, 1989.

MORENO, Humberto Baquero - Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI, Estudos de História, Col. *Métodos* 22, Editorial Presença, Lisboa, 1986.

REIS, António Matos - Origens dos Municípios Portugueses, Col. *Horizonte Histórico* 36, Livros Horizonte, Lisboa, 1991.

RIBEIRO, Orlando - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, 4ª ed., Livraria Sá da Costa Ed., Lisboa, 1986.

- Opúsculos Geográficos, vol I e II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989.

SAVORY, H. N. - Espanha e Portugal, Col. *História Mundi*, Editorial Verbo, Camarate, 1985.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da - História de Portugal nos séculos XVII e XVIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869.

TEIXEIRA, Carlos - Geologia de Portugal, vol I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.

TORRES, Cláudio - *O Garb-Al-Andaluz*, in História de Portugal, dir. José Mattoso, vol. I, Circulo de Leitores, Lisboa, 1992, pp.360-415.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA LOCAL

BAQUERO MORENO, Humberto - A acção dos Almocreves (no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade Média), Brasília Editora, Porto, 1979.

BARBOSA, Inácio de Vilhena - As Cidades e Vilas da monarchia portuguesa, vcol. II, Typographia do Panorama, Lisboa, 1860.

BEJA - Documentação policopiada, Edição da Câmara Municipal de Beja.

BOLETIM DAS OBRAS PÚBLICAS E MINAS (vários números entre 1880 e 1930, com destaque para os anos 1883, 1884 e 1907).

BULHÃO PATO, "Paizagens", 1871.

CASIMIRO, Pedro João Cruz Cortesão - Concelho de Mértola, geo-biografia das mudanças de uso do solo, Universidade s Nova de Lisboa, 1993 (policopiado).

CASTRO, Ferreira de - "História da Velha Mina", Jornal "República", 30-5-1974, pp. 3, 22 e 23.

COELHO, António Borges - Portugal na Espanha árabe , 4 vols., Seara Nova, Lisboa, 1973 (em especial pp. 247 - 275, vol. III - A Revolta dos Muridines).

- *Sobre Mértola e o Guadiana*, in Arqueologia Medieval, nº 1 , Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992, pp. 203-207.

COLAÇO, João Telo Magalhães - *Cadastró da População do Reino (1527)- Actas das Comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira*, in Revista da Faculdade de Direito, Ano II, Coimbra, 1934.

COSTA, Américo, "Dicionário de Corografia", vol. IX, Porto, 1947.

COSTA, Francisco Dias da - Maravilhoso Guadiana, as grandezas, as misérias, o mistério, entendimento de um rio, Centro Cultural Caridadense 1º de Maio, Caridade-Reguengos, 1991.

COSTA, Joaquim Pinto da et alia - Bacia Portuguesa do Guadiana: Caracterização Hidrológica Sumária, UNINOVA / Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente, Lisboa, 1993.

CUTILEIRO, José - Ricos e Pobres no Alentejo (Uma sociedade rural portuguesa), Sá da Costa, Lisboa, 1977

- DOMERGUE, Claude - Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique, Publications de la Casa de Velazquez, Série Archeologie VIII, Madrid, 1987.
- ESTACIO DA VEIGA, Sebastião Philippes Martins - Memórias das Antiguidades de Mértola, edição fac-similada, Imprensa Nacional - Casa da Moeda - Câmara Municipal de Mértola, s.l., 1983.
- FEIO, Mariano - Le Bas Alentejo et l'Algarve Centro de Ecologia aplicada da Universidade de Évora, Évora, 1983 (reimpressão do original de 1949).
- Os terraços do Guadiana a jusante do Ardila, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1946.
- FONSECA, Helder Adegar Teixeira Dias - Economia e Atitudes económicas no Alentejo Oitocentista, dissertação de Douturamento Universidade de Évora, policopiada (2 volumes), Évora, 1992
- GALEGO, Júlia Costa Pereira - A Comarca d'antre Tejo e Odiana no Numeramento de 1527-1532, Centro de Estudos Geográficos, INIC, Lisboa, 1982.
- GARCIA, João Carlos - As Barcas da Câmara de Mértola (1865 - 1910), Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1988.
- Navegação e Navegabilidade no Baixo Guadiana, Centro de Estudos Geográficos INIC, Lisboa, 1982.
- O Baixo Guadiana medieval, formação de uma fronteira, Centro de Estudos Geográficos INIC, Lisboa, 1983.
- GASPAR, Jorge - A propósito da originalidade da cidade muçulmana, sep. de Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, vol. III,5, Lisboa, 1968.
- GIÃO, António, "A mina de S. Domingos (Notas de uma excursão de estudo)", Reguengos de Monsaraz, Emp. Tip. Reguenguense, 1923.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA BRASILEIRA, Editorial Enciclopédia, Lda, Lisboa - Rio de Janeiro, s.d. (o artigo: Mértola).
- GUEDES, Lívio da Costa - A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold, 1798, in Boletim do Arquivo Histórico Militar, Lisboa, 1992.
- GUIAS DE PORTUGAL, 2º volume, Lisboa, B.N.L., 1927.
- JUSTINO, David - Crises e "Decadência" da Economia Cerealífera Alentejana no Século XVIII, Contribuições para o seu estudo a partir da análise das séries dos preços regionais do trigo e da cevada (1684-1820), Revista de História Económica e Social nº7, Liv. Sáda Costa Editores, Lisboa, 1981, pp. 29-80.
- LOPES, Virgílio e BOIÇA, Joaquim - *A Necrópole e ermida da Achada de S. Sebastião de Mértola*, in Arqueologia Medieval, nº2, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1993.
- LOUREIRO, Francisco de Sales - Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais), Revista de História Económica e Social nº 1, Liv. Sáda Costa Editores, Lisboa, 1982, pp. 1-16.
- PATO, Bulhão - Paizagens, Ed. Rolland & Semiond, Lisboa, 1871.
- PAVON MALDONADO, Basílio - Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas. Crónicas de viajes por el sur de Portugal, Cuadernos de Arte y Arqueologia, 5, Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, Madrid, 1993.

- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme - Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismático e Artístico, Lisboa, João Romano Torres e c^a Editores, 1909.
- PINHO LEAL - "Portugal - Antigo e Moderno", Lisboa, 1876.
- POVOAÇÃO DE ENTRE TEJO E GUADIANA NO XVI. SÉCULO, *II Terras das Ordens*, in *Archivo Histórico Português*, IV, nºs 1 e 2, Lisboa, 1906.
- RIBEIRO, Orlando - *Aspectos da cultura do trigo no Alentejo*, in *Opúsculos Geográficos*, IV volume, O mundo rural, 1966.
- MACIAS, Santiago - O bairro da alcáçova de Mértola - imagens de um conjunto urbano em finais do período islâmico, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995 (policopiado).
- SANTOS, Rui - O Socorro aos Lavradores de Mértola em 1792, Empréstimos e Esmolas de Trigo em Mértola, 1792 (Ensaio de exploração estrutural), *Cadernos do Campo Arqueológico de Mértola*, nº 2. Ed. Câmara Municipal de Mértola, 1987.
- Configurações Espaciais Agrárias no Baixo Alentejo (Mértola, segunda metade do Século XVIII), *Revista de História Económica e Social*,
 - Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII, in *Análise Social*, Vol. XXVIII (121), 1993 (2^o), Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1993.
- SEQUEIRA, Pedro Victor da Costa, "Notícia sobre o Estabelecimento mineiro de S. Domingos (1868 a 1880)" in "Revista de Obras Publicas e Minas", tomo XIV (1883) e tomo XV (1884), Lisboa.
- TORRES, Cláudio - *Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica*, in *Arqueologia Medieval*, nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, 1992.
- ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA DA ARTE, ARQUITECTURA, URBANISMO E TEORIAS DO PATRIMÓNIO**
- ACHE, Jean-Baptiste - *Éléments d'une histoire de l'art de bâtir*, Editions du Moniteur des Travaux Publics, Paris, 1970.
- ACTAS DEL COLÓQUIO *PROBLEMAS EN ARQUEOLOGÍA MEDIEVAL*, *Revista Arqueología y Territorio Medieval* nº 1, Universidade de Jaen, Jaen, 1994.
- ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL PARA A INVESTIGAÇÃO E DEFESA DO PATRIMÓNIO, Associação para a defesa e valorização do Património Cultural da Região de Alcobça, Alcobça, 1978.
- ALEGRIA, José Alberto - *Arquitectura Tradicional: Marrocos e Algarve - formas e ambientes*, Sep. de *Anais do Município de Faro*, nº XVI, Faro, 1987.
- ANDRADE, Amélia Aguiar - *O Mundo urbano medieval: uma bibliografia*, in *Boletim da Associação Professores de História*, 2^a série, nº 5-6, Lisboa, 1988, pp. 75-89.
- ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL, v. a., 3^o vol. (Zona 5: Alentejo / Zona 6: Algarve), 3^a Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.
- A SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E TRADICIONAIS (Carta de Nairobi, trad. Vasco Cameira), in *Minia*, 2^a série, 2(3), pp. 5-21, Braga, 1979.
- ATTI DEI SEMINARI *IL CONCETTO DI CENTRO STORICO (RICERCA ARCHEOLOGICA, RECUPERO, CONSERVAZIONE, RIUSO, PROTEZIONE DEI BENI CULTURALI)*, Metodologia e storia delle componenti culturali del territorio, Edizioni Angelo Guerini, Milão, 1990.

- BALIL, Alberto - Casa y urbanismo en la España antigua, in Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología - Tomo XXXVI - XXXIX, Universidade de Valladolid - Faculdade de Filosofia y Letras, 1970-1973.
- BEN EL KHADIR, Mohamed e LAHBABI, Abderrafih - architectures regionales, un parcours a travers le nord marocain, s. ed., Casablanca, 1989.
- BRANCO, Fernando e COLAÇO, Jorge - Arquitectura Militar Muçulmana em Portugal, trabalho de investigação realizado no âmbito da disciplina de História da Arte Medieval, Universidade de Lisboa, policopiado, 1980.
- CHEVALLIER, Dominique *et alia* - L'espace social de la ville arabe, Département d'Islamologie de l'Université de Paris-Sorbonne (Paris IV), Paris, 1979.
- CHICÓ, Mário Tavares - A arquitectura gótica em Portugal, Col. *Estudos de Arte*, 5, (3ª edição), Livros Horizonte, Lisboa, 1981.
- CHUECA GOITIA, Fernando - Breve história do urbanismo, Col. *Dimensões* 12, Editorial Presença, Lisboa, 1982.
- CIDADES E HISTÓRIA, Ciclo de Conferências promovido pelo serviço de Belas Artes (Novembro), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989.
- CUSTÓDIO, Jorge - De Alexandre Herculano à Carta de Veneza, in Dar Passado ao Futuro, Sec. Estado da Cultura / IPAAR, Lisboa FALTA-ME O ANO
- DONNE, Marcella Delle - Teorias sobre a cidade, Col. *Arte e Comunicação* 20, Edições 70, Lisboa, 1983.
- ESTÁCIO DA VEIGA, Sebastião Philipps Martins - Memórias das Antiguidades de Mértola, (edição fac-similada de 1880), Imprensa Nacional - Casa da Moeda / Câmara Municipal de Mértola, Mértola, 1983.
- FABIÃO, Carlos - Ler as cidades antigas: arqueologia urbana em Lisboa, in Penélope, nº 13, Lisboa, 1994.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. et alia - Resumen historico del urbanismo en España, 2ª ed. aumentada, Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid, 1968.
- GIRARD, Luigi Fusco - The "complex social value" of the architectural heritage in ICOMOS / Information, January/March, 1986.
- HENRIQUES, Fernando - A conservação do património histórico edificado, Lobotatório Nacional de engenharia Civil, Lisboa, 1991.
- HERCULANO, Alexandre - Os monumentos, 1838.
- IGREJA MATRIZ DE MÉRTOLA, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 71, Ministério das Obras Públicas, s.l., 1953.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia - Morfologia urbana e desenho da cidade, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1993.
- LAVEDAN, Pierre - Histoire de l'urbanisme. Antiquité - Moyen Age, Henri Laurens Ed., Paris, 1926.
- LINO, Raul - L'évolution de l'architecture domestique au Portugal (essai), Institut Français au Portugal, Lisbonne, 1937.
- MACIAS, Santiago - A basílica paleocristã e as necrópoles paleocristã e islâmica de Mértola: aspectos e problemas, Sep. do XXXIX *Corso di Cultura sull'Arte ravennate e bizantina*, Università degli studi di Bologna, Edizione del Girasole, s.l., 1992.
- MACIEL, M. Justino - Vectores da arte paleocristã em Portugal nos contextos suévico e visigótico, Sep. do



XXXIX Corso di Cultura sull'Arte ravennate e bizantina, Università degli studi di Bologna, Edizione del Girasole, s.l., 1992.

- MOREIRA, Isabel M. Martins - *Museus e Monumentos em Portugal, 1772-1974*, Co. Temas de Cultura Portuguesa, 14, Inuversidade Aberta, Lisboa, 1989.
- NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário Temático de arquitectura militar e arte de Fortificar*, Ed. Estado Maior do Exército - Dir. do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1991.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Arquitectura tradicional portuguesa*, Col. *Portugal de Perto*, 24, Publicações D. Quixote. Lisboa, 1992.
- PATRIMÓNIO HISTORICO / CASTILLA- LA MANCHA, CENTROS HISTORICOS (Escuelas Taller - Curso realizado con la colaboración de la Universidad de Castilla-La Mancha), Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla - La Mancha, Villarrobledo, 1991.
- PAVON MALDONADO, Basílio - *Ciudades y fortalezas lusomusulmanas*, Crónicas de viajes por el sur de Portugal, Cuadernos de Arte y Arqueología 5, Instituto de Cooperación con el Mundo Arabe, Madrid, 1993.
- REGO, Miguel Luis Vieira e PÉREZ MACIAS, Juan Aurélio - *Um Povoado Calcolítico perto de Mértola (Baixo Alentejo - Portugal)* in *Arqueologia en el Entorno del Bajo Guadiana*, Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste, Huelva, 1984, pp. 149-164.
- ROSENAU, Helen - *A cidade ideal, evolução arquitectónica da Europa*, Col. *Dimensões / Série especial* 13, Editorial Presença, Lisboa, 1988.
- SALGUEIRO, Teresa Barata - *a cidade em Portugal, uma geografia urbana*, Ed. Afrontamento, Porto, 1992.
- SCHUBART - *Zambujal, uma fortificação da Idade do Cobre* in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. II, Coimbra, 1971, pp. 169-174.
- SEARA, Ilda e COIMBRA, Jorge - *Sine Qua Non, a ideologia do habitar*, A regra do Jogo, Lisboa, 1986.
- SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE LA CIUDAD ISLÁMICA, Instituto Fernando el Católico, Zaragoza, 1991.
- SOARES, António M. Monge et alia - *Vestígios da Prática de Metalurgia em Povoados Calcolíticos da Bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança*, in *Arqueologia en el Entorno del Bajo Guadiana*, Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste, Huelva, 1984, pp. 165-200.
- SUÁREZ JAPÓN, Juan M. - *El Habitat rural en la Sierra de Cadiz, un ensaio de geografia del poblamiento*, Diputacion Provincial de Cadiz, 1982.
- TEIXEIRA, Manuel C. - *A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes*, in *Análise Social*, nº 121, 4ª série, vol. XXVIII, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1993.
- TORRES, Cláudio - *A Alcáçova de Mértola*, Sep. da Revista *Arqueologia*, nº 6, Dezembro, 1982.
- (dir.) - *Basílica paleocristã / Museu de Mértola (catálogo)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1993.
- (c/ MACIAS, Santiago) - *A arte islâmica no Ocidente Andaluz*, in *História da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira), vol. I, Circulo de Leitores, 1995, pp. 150-176.
- VIDAURRE JOFRE, Julio - *Ciudad y Arquitectura Medievales, Morfologias imaginárias en Castilla y Léon 1050-1450*, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid (COAM), Madrid, 1990.
- VV. AA. - *Mértola, algumas propostas de recuperação executadas por alunos do curso de arquitectura da ESBAL / 1981-82*, in *Arquitectura*, nº 102, 1982, pp. 31-53.

MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

- A CONSTRUÇÃO - Órgão da Associação de Classe dos Construtores Cívicos, Mestres d'Obras, publicado em Lisboa, entre 1893-1899 e entre 1938-1944.
- AIRES-BARROS, Luís - Alteração e Alterabilidade de Rochas, Instituto Nacional de Investigação Científica Lisboa, 1991.
- ANDRADE, A. - LADRILHOS DE AGLOMERADOS DE CORTIÇA PARA REVESTIMENTOS DE PISOS, Instituto dos Produtos Florestais, Lisboa, 1984.
- ARQUITECTURAS DE TERRA, Actas do Seminário (real. Alliance Française de Coimbra / Museu Monográfico de Conimbriga), C. C. R. Centro / Alliance Française de Coimbra / Museu Monográfico de Conimbriga, Conimbriga, 1992.
- CASTRO, Elda de - Tratamento de conservação de pedras em monumentos, ITG 2, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1984.
- A conservação de monumentos em pedra. Estado actual dos conhecimentos, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1984.
- CHAVES, Luís - A Cana, vocabulário, usos e costumes, Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. X, Coimbra, 1960.
- Chaminés de Portugal, Sep. de *Alma Nova*, Famalicão, 1929.
- A Cortiça e o seu vocabulário popular, Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, Coimbra, 1948.
- CISNEROS CUNCHILLOS, Miguel - Marmoles Hispanos: su empleo en la España Romana, Col. *Monografías Arqueológicas* 29, Departamento de Ciencias de la Antigüedad (Arqueología), Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 1988.
- CLEMENTE, J. Santos - Consolidação de estruturas degradadas de madeira em edifícios, SIMATEC, 1º Simpósio Nacional Materiais e tecnologias na Construção de Edifícios, Lisboa, s.d. pp. 74-90.
- Estruturas de madeira em coberturas de edifícios correntes, in Coberturas de edifícios, Cursos de Promoção Profissional 516, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1976.
- CONSTRUIR EM TERRA NO MEDITERRÂNEO (Encontro de Arquitectos), Câmara Municipal de Silves, Silves, 1993.
- COUTINHO, A. de Sousa - A Ciência dos Materiais de Construção na Engenharia Civil, Memória nº 624, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1984.
- CRUZ, Helena Maria P. - *Estruturas de madeira colada. Suas potencialidades em geral e viabilidade do uso do pinho bravo*, in SIMATEC, 1º Simpósio Nacional Materiais e tecnologias na Construção de Edifícios, s. l., s.d., pp. 40-73.
- DAR FUTURO AO PASSADO (catálogo) - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993.
- DELGADO, João Eduardo Sintra - Coberturas em Terraço / III - Suportes de impermeabilização, in Coberturas de edifícios, Cursos de Promoção Profissional 516, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1976.
- DELGADO RODRIGUES, J. - Dry-stone wall monuments, Structural behavior, disturbing mechanisms and conservation procedures, Memória nº 703, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1988.

- Estimation of the content of clay minerals and its significance in stone decay, Memória nº 478, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1976.

- Proposed geotechnical classification of carbonate rocks based on portuguese and algerian examples, Memória nº 704, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1988.

- Alterabilité de roches schisteuses, deux exemples d'application, Memória nº 464, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1975.

(com NUNES DA COSTA, C.) - *Determinação da dureza em rochas ornamentais de composição carbonatada*, in 4º Congresso Nacional de Geotecnia, s.ed., Lisboa, 1991

DOCUMENTAÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO - INFORMAÇÃO SOBRE DETERIORAÇÃO DE MATERIAIS, MADEIRA nº 3 - Insectos xilófagos das Construções, CARUNCHOS *Anobium punctatum* (De Geer), Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Agosto, 1967.

EÇA, Mathias Ayres Ramos da Sylva de - Problemas de Architectura Civil, Impresso na Oficina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1777.

EDLIN, Herbert L. - What wood is that? A Manual of Wood identification, Thames & Hudson, London, s.d.

ESTUDO DE INVENTARIAÇÃO DAS ROCHAS ORNAMENTAIS E INDUSTRIAIS EM PORTUGAL, CEVALOR (Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais), Lisboa, 1992.

FARIA, Manuel de Oliveira - Mineralogia e Geologia, Sá da Costa, Lisboa, 1968.

FIGUEIREDO, Augusto de - Construções rurais. Habitações, Estábulos, Oficinas e Arrecadações agrícolas (incluindo materiais e sua preparação), Livraria Chardron, Porto, 1905.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA BRASILEIRA ETC ETC , os seguintes artigos: Adobe, Argamassa, Cal, Caniço, Cimento, Pedra, Reboco, Taipa, Telha, Tijolo,

HENRIQUES, Fernando M. A. - Humidade em Paredes, Série Conservação e Reabilitação/ Edifícios 1, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1994.

HICKIN, Norman E. - Woodworm, its Biology and Extermination, Edição do Autor, London, 1954.

JOHNSON, Hugh - Los Arboles, Editorial Blume, Barcelona, 1976

LUCAS, José Amândio de Carvalho - Alguns casos de Patologia em Azulejos, ITCM 5, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1988 (reimpressão em 1991).

- Revistmentos de ligantes sintéticos para paramentos interiores de paredes, ITE 27, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1993.

MACHADO, Fernando Falcão - As profissões corticeiras, in Boletim da Junta Nacional da Cortiça, nºs 83 (Setembro - 1945) a 93 (Julho - 1946), Lisboa, 1945-46.

MACHADO, José Luís Pinto - Habitação Rural. Sugestões para a renovação ou construção. Métodos construtivos e Elementos tradicionais, 2ª ed., Instituto Fontes Pereira de Melo, Lisboa, 1984.

MACHADO, José Saporiti e CRUZ, Helena Pires - Proposta para o estabelecimento de classes de qualidade para a madeira de pinheiro bravo para estruturas e respectivos valores característicos de resistência mecânica, ITES 9, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1993.

MADEIRA, CARACTERÍSTICAS, DETERIORAÇÃO, TRATAMENTO - Manual Técnico 1, Fundação Nacional Pró-Memória, Secretaria do Património Histórico e Artístico Nacional, Ministério da

Cultura, Rio de Janeiro, s.d..

MARTÍN DIÉGUEZ, Joaquín - La carcoma de la madera y métodos para combatirla (Anóbidos dañinos en muebles y en construcciones), Servicio de Plagas Forestales / Ministerio de Agricultura (Dirección General de Montes, Caza y Pesca Fluvial, Madrid, 1960.

MATEUS, Tomás J. E. - Protecção das madeiras das construções contra fungos e insectos xilófagos, Memória nº 131, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1958.

- Bases para o dimensionamento de estruturas de madeira, Memória nº 179, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1961.

- Condições de aplicação de madeiras em edifícios tendo em vista minimizar os riscos de ataque por agentes biológicos, Memória nº 496, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1978.

- O emprego da madeira de pinho bravo em estruturas, Memória nº 500, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1978.

NASCIMENTO, Úlpio - O problema da alterabilidade das rochas em engenharia civil, Memória nº 363, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1970.

NÚCLEO DE PROSPECÇÃO / DEPARTAMENTO DE GEOTECNIA LNEC - Investigação sobre materiais rochosos com aplicação a edifícios e obras de enrocamento, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1986.

- Contribuição para o estudo das rochas carbonatadas e para a sua classificação geotécnica, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1986.

O CONSTRUTOR CIVIL, órgão da Classe dos Construtores civis e mestres d'Obras, publicado em Lisboa, entre 1929-1936.

OLIVEIRA, Carlos Martins de - Isolamento térmico da construção urbana - I Paredes exteriores, Sep. do *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, nºs 85 e 86, 1945.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando - Arquitectura Tradicional Portuguesa, Col. *Portugal de Perto*, Biblioteca de Etnografia e Antropologia, nº 24, Dom Quixote, Lisboa, 1992.

PAZ BRANCO, J. - Manual do Pedreiro, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1981.

PEREIRA, José Aranha - *A deterioração das madeiras, em pateos e depósitos por fungos e insectos*, in Revista do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, nº , pp .75-84, São Paulo, 1936

REIS, J. E. Barreiros dos - Principais madeiras do nosso país e suas utilizações mais importante, Memória nº 134, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1958.

- Comportamento *de madeiras em face dos agentes de deterioração. Acção de fungos*, in Conservação de madeiras em edifícios - Curso de Promoção Profissional 507, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1974.

(com FARINHA, Manuela e REIMÃO, Dario) - Vocabulário dos termos utilizados em preservação de madeiras, ITES 6, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1986.

REVISTA TÉCNICA DE CERÂMICA - O arejamento de coberturas em telhas de barro vermelho (artigo do Centre Technique de Tuilles et Briques, Paris), Ano 1, nº1 (Junho 1980), Lisboa, 1980, pp. 18-21.

RIBEIRO, Orlando - "A civilização do barro no sul de Portugal (Aspectos e sugestões), in Geografia e Civilização, Temas portugueses, 3ª edição, Col. *Horizontes Históricos* nº 41, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, pp. 31-51.

SARAIVA, Alberto Coutinho - Insectos da Madeira-em-Obra e seu combate, Memória nº 107, Laboratório

Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1957.

SEGURADO, João E. dos Santos - Encanamentos e Salubridade das Habitações, Biblioteca de Instrução Profissional, 4ª edição, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d.

- Acabamentos das construções, Biblioteca de Instrução Profissional, 3ª edição, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d.

- Materiaes de construção, Biblioteca de Instrução Profissional, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d.

SILVEIRA, Luís - Cartas inéditas de Alexandre Herculano a Joaquim Filipe de Soure, Edições Cultura, Fernandes & C.ª Lda, Lisboa, 1946.

TBARN- Técnicas Básicas para o Aproveitamento Racional da Natureza / O que é o Adobo - Projecto RADIAL (fichas policopiadas), s.l., s.d..

TERMINOLOGIA DE MADEIRAS - ESPECIFICAÇÕES E 31 - 1954 (Série B - secção 1), Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1955.

TERRA 93 / Actas da 7ª Conferência Internacional sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura de Terra, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, s.l., 1993.

VENTILAÇÃO, *O arejamento de coberturas em telhas de barro vermelho (artigo do Centre Technique de Tuiles et Briques)*, in Revista Técnica de Cerâmica, Ano 1, nº1, 1980, pp. 18-21.

VIANA, Abel - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo, Beja, 1958.

Em relação aos materiais, acresce ainda a este conjunto bibliográfico a vasta documentação policopiada distribuída durante a parte curricular do mestrado, no geral sem referências passíveis de citação.

METODOLOGIAS DE REABILITAÇÃO E PLANEAMENTO URBANO

ACTAS DO 1º ENCONTRO SOBRE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1985.

ACTAS DO 2º ENCONTRO - ENCONTRO SOBRE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS, 2 vols, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1994.

ANTUNES, António A. Rosa - Contribuição para a definição de necessidades sociais a nível do quotidiano numa área urbana, Práticas sociais quotidianas e apropriação social do espaço, INCGURPLAM 5, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.

APPLETON, João - Edifícios antigos. Contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.

(com AGUIAR, José e CABRITA, António M. Reis) - Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, 2 vols., Relatório 177/93 - NA, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1993 (Reimpressão 1994).

(idem) - Manual de apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto, Câmara Municipal de Lisboa / Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1993.

CABRITA, António Reis (com AGUIAR, José) - Monografia Portuguesa sobre inovação e reabilitação de edifícios, ITE 17, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1988 (Reimpressão 1991).

(com ALHO, Carlos) - Reabilitação de edifícios de habitação, Doc. 1 - Critérios para a definição de níveis de qualidade, ITE 18, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1987 (Reimpressão 1993).

- CAMPOS, Vitor - Bibliografia de Referência para a elaboração de regulamentos municipais no domínio da urbanização - Publicações LNEC 1962-1992, INCGURPLAM 11, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1992.
- A concepção e redação dos regulamentos de urbanismo, INCGURPLAM 6, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1992.
 - Orientações metodológicas para início da elaboração de um plano de pormenor, INCGURPLAM 7, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1992.
 - Estratégias de intervenção urbanística num contexto de recursos muito escassos, Memória nº 777, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1992.
- COIAS E SILVA, Vitor - Reabilitação estrutural de paredes de construção antigas, Seminário sobre Conservação de Edifícios e Monumentos Históricos, policopiado, UNESUL, Évora, 1990.
- DELCROIX, G. e TORTEL, C. - Contribution a l'elaboration d'une methodologie de la sauvegarde des biens culturels, (policopiado) C.N.R.S., Paris, 1973.
- DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS / NÚCLEO DE ARQUITECTURA - Patologia e Reabilitação dos espaços na habitação, Doc. 1, Descrição geral do tema, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1986.
- Cartas e Convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1987.
- ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-URBANÍSTICO PARA A REABILITAÇÃO URBANA, Secretaria de Estado da Cultura / Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, s.l., s.d.
- GONÇALVES, Fernando - Evolução Histórica do Direito do urbanismo em Portugal (1851-1988), INCGURPLAM 1, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1989 (Reimpressão 1993).
- GUIÃO DE APOIO À REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS HABITACIONAIS, Vol. I, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1994 (reimpressão).
- HENRIQUES, Fernando M. A. - A conservação do património histórico edificado, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.
- LOBO, Manuel Leal da Costa - Porquê e como conservar as cidades. O motivo e o processo: o caso da região centro, Centro de Sistemas Urbanos e Regionais da Universidade de Lisboa; Lisboa, 1988.
- PARDAL, Sidónio, CORREIA, Paulo V. D. e LOBO, Manuel Costa - Normas urbanísticas, Direcção Geral do Ordenamento do Território / Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1991
- PEREIRA, Luz Valente - Planeamento Municipal e exercício da acção política local, ITE 10, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1986
- Reabilitar o urbano ou como restituir a cidade à estima pública, ITE 16, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1987
 - Metodologia de Planeamento da Reabilitação de áreas urbanas, Memória nº 769, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.
 - Método de apoio técnico à acção de desenvolvimento sócio-urbanístico de uma área urbana de intervenção, ITE 13, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.
 - A forma urbana no planeamento físico, Texto de Apoio ao Seminário 309, Laboratório

Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1985.

PERESTRELO DE OLIVEIRA, Luís - *O enquadramento jurídico-administrativo da reabilitação urbana*, in *Jornal dos Arquitectos*, Novembro 1988, pp. 10-11 e 18.

PORTAS, Nuno - *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*, Programa Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos, Museu Municipal de Machado de Castro, Coimbra, s.d..

REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONSTRUÇÃO, Câmara Municipal de Mértola, 1991 (policopiado)

WORKSHOP ON THE EVALUATION OF HISTORIC SITES AND BUILDINGS (Split, 30 October - 1 November 1989), Notice of the Mediterranean Action Plan, Priority Actions Programme, United Nations Environment Programme, Released by the Regional Activity Centre, Setembro, 1989.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL. CENSOS DA POPULAÇÃO.

CONCELHO DE MÉRTOIA, PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, Edição da Câmara Municipal de Mértola, Dezembro 1991.

MARTINS, Ana Cristina Coelho - *Proposta de Classificação para a Região de Mértola, Vale do Gaudiana* (policopiado), Évora, Comissão de Coordenação da Região Alentejo / Direcção Regional de Ambiente e Recursos Naturais, 1989.

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MÉTOLA (Estudos Prévios), Capítulo 6 - História, Campo Arqueológico de Mértola, TEKTON, 1992.

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO DOS ANOS 1960, 1970, 1981 e 1991 - CONCELHO DE MÉRTOIA, Instituto Nacional de Estatística.

